

TERRA LIVRE



**VIII
CBG**

geo-grafando
para construir
o Brasil

A
N
O
S

Terra Livre

n. 63 v. 2, 2024

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Coletivo Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2023-2024

Diretoria Executiva Nacional

Presidente

Prof. Dr. Charles da França Antunes

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Vice-presidente

Prof. Dr. Rildo Borges Duarte

Professor Adjunto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSul de Minas – Campus Alfenas)
Seção Local Alfenas-MG

1ª Secretária

Carla Hirt

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Pinheiral
AGB- Rio de Janeiro - RJ

2º Secretário

Leandro Evangelista Martins

Professor da Educação Básica na cidade de São Paulo
AGB- São Paulo - SP

1ª Tesoureira

Profa. Dra. Lorena Izá Pereira

Pesquisadora no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP).
Seção Local João Pessoa-PB

2º Tesoureiro

João Pedro Pereira Caetano de Lima

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Campus Presidente Prudente
AGB- Presidente Prudente - SP

Coordenadora de Publicações

Carolina Russo Simon

Pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - Campus Presidente Prudente
AGB- Presidente Prudente - SP

Suplente da Coordenação de Publicações

André dos Santos Baldraia Souza

Professor de Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da UFRGS-
Campus Tramandaí
AGB- Porto Alegre - RS

Coletivo de Publicações

Prof. Dr. Eduardo Karol

Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de
Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Seção Local Niterói-RJ

Coletivo de Comunicação

Prof. Me. Igor Carlos Feitosa Alencar

Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).
Seção Local São Paulo - SP

Thiago da Nóbrega Prata

Graduando em Geografia na Universidade de São Paulo
AGB- São Paulo - SP

Comissão de Secretária

Noeli Pertile

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia
AGB- Santa Inês - BA

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de
Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói - RJ

Secretario Administrativo

Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

*Publicação semestral da Associação dos Geógrafos
Brasileiros*

**ANO 39 – VOL. 2
NÚMERO 63**

Terra Livre	São Paulo	Ano 39, v.2, n.63, jul-dez 2024	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------

TERRA LIVRE

Conselho Científico

Anderson Gabrelon – ABC/SP
André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende – Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarinio Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucun R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cristiane Ferreira de Souza França – Fortaleza/CE
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Diógenes Rabello – Presidente Prudente/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Éverton Vinícius Valezio – Campinas/SP
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Garcia Passos – Fortaleza/CE
Felipe Rodrigues Leitão – Fortaleza/CE
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Flamarion Dutra Alves – Alfenas/MG
Gabriel Pedro Alves Lopes – Vitória/ES
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Teramatsu – Campinas/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
Jander Barbosa Monteiro – Fortaleza/CE
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira – Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Karinne Wendy S. de Menezes – Fortaleza/CE
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luciano Pereira Duarte Silva – Campinas/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Otávio Augusto de O. Lima Barra – Fortaleza/CE
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Paulo R. Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rachel Facundo V. Oliveira – Fortaleza/CE
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Renato Emerson N. dos Santos – Rio de Janeiro/RJ
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Rodrigo Tsuyoshi Takata – Alfenas/MG
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loliola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Vitor Mendes Monteiro – ABC/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG
Wagner Wendt Nabarro – Campinas/SP

Pareceristas *Ad Hoc* Terra Livre n. 63:

Ângela Massumi Katuta; Astrogildo Luiz de França Filho; Cláudio Smalley Soares Pereira; Diógenes Rabello; Estevan Leopoldo de Freitas Coca; Fabrício Gallo; Felipe Cesar Augusto Silgueiro dos Santos; Felipe Saluti Cardoso; Flávia de Oliveira Santos; Flora Antonia Soares Ribeiro; Guilherme dos Santos Claudino; Guilherme Magon Whitacker; Hervé Théry; Igor Carlos Feitosa Alencar; Jessica Aparecida Correa; José Werlon Ferreira de Souza; Ladislau Pereira Sanders Filho; Lara Dalperio Buscioli; Larissa Araújo Coutinho de Paula; Léia Aparecida Veiga; Luciano Duarte; Luis Henrique Leandro Ribeiro; Luiz Jardim Wanderley; Mariane Biteti; Maria Lúcia Pires Menezes; Marlon Altavini de Abreu; Martha Priscila Bezerra Pereira; Mateus Fachin Pedroso; Paulo Roberto Raposo Alentejano; Paulo Roberto Teixeira de Godoy; Paula Regina Cordeiro; Rodrigo Coutinho Andrade; Silvio Marcio Montenegro Machado; Sócrates Oliveira Menezes; Yamila Goldfarb.

Editores Responsáveis: André dos Santos Baldraia Souza, Carolina Russo Simon e Eduardo Karol.
Capa: Igor Carlos Feitosa Alencar (Seção São Paulo) **Foto:** Cícero Wandemberg (servidor do Audiovisual da Geografia (USP))

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1987 - n. 2 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1989 - n.6 – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1990 - n.7 – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
1994, 95,96 – interrompida	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
1997 - n.13 – impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
1998 - interrompida	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2000 - n.15 – impressa	2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital
2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa	2021 – ano 36, v. 1 n. 56 – digital
2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa	2021 – ano 36, v. 2 n. 57 – digital
2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa	2022 – ano 37, v. 1 n. 58 – digital
2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa	2022 – ano 37, v. 2 n. 59 – digital
	2023 – ano 38, v. 1 n. 60 – digital
	2023 – ano 38, v. 2 n. 61 – digital
	2024 – ano 39, v. 1 n. 62 – digital
	2024 – ano 39, v. 2 n. 63 – digital
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL	X-XIII
ARTIGOS	
<i>A ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB): ESPAÇO DE LUTA E FORMAÇÃO – SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA PARA A GEOGRAFIA</i> <i>THE ASSOCIATION OF BRAZILIAN GEOGRAPHERS (AGB): A SPACE FOR STRUGGLE AND TRAINING – MEANING AND IMPORTANCE FOR GEOGRAPHY</i>	
CHARLLES DA FRANÇA ANTUNES	14-31
<i>GEOGRAFIA E GÊNERO: UMA DESOBEDIÊNCIA NO CAMPO GEOGRÁFICO?</i> <i>GEOGRAPHY AND GENDER: A DISOBEDIENCE THE FIELD OF GEOGRAPHY?</i>	
PATRÍCIA HELENA MILANI	32-65
<i>QUARENTA ANOS DO MST E AS LUTAS NO CAMPO</i> <i>FORTY YEARS OF THE MST AND THE STRUGGLES IN THE COUNTRYSIDE</i>	
GERSON DE SOUZA OLIVEIRA	66-105
<i>A ATUAL CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: REARRANJO CURRICULAR E INTENCIONALIDADE FORMATIVA</i> <i>THE CURRENT COUNTER-REFORM OF HIGH EDUCATION: CURRICULAR REARRANGEMENT AND TRAINING INTENTIONALITY</i>	
RODRIGO COUTINHO ANDRADE	106-140
<i>CULTURA E CONHECIMENTO POPULAR NO ENFRENTAMENTO DAS DISCREPÂNCIAS TERRITORIAIS NO BRASIL: UMA REFLEXÃO</i> <i>CULTURE AND POPULAR KNOWLEDGE IN COPING WITH TERRITORIAL DISCREPANCIES IN BRAZIL</i>	
GEVSON SILVA ANDRADE	141-162
<i>CARLOS WALTER, O GEÓGRAFO DO AFETO</i> <i>CARLOS WALTER, GEOGRAPHER OF AFFECTION</i>	
PEDRO HENRIQUE ROCHA	163-182

<i>DO TRABALHO DIGITAL AO ENSINO PLATAFORMIZADO: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO DIGITAL</i> <i>FROM DIGITAL LABOR TO PLATFORMIZED EDUCATION: REFLECTIONS ON THE IMPACTS OF DIGITAL NEOLIBERALISM</i>	
CAROLINA BATISTA ISRAEL	183-220
<i>A AMAZÔNIA NO CENTRO DA GEOPOLÍTICA GLOBAL</i> <i>THE AMAZON AT THE CENTER OF GLOBAL GEOPOLITICS</i>	
MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE	221-241
<i>A GEOGRAFIA QUE SE LEVANTA CONTRA A DESPROFISSIONALIZAÇÃO E O DESMONTE EPISTEMOLÓGICO: NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO DA AGB E ANPEGE</i> <i>GEOGRAPHY THAT STANDS UP AGAINST DEPROFESSIONALIZATION AND EPISTEMOLOGICAL DISMANTLING – NOTES ON THE ACTIONS OF AGB AND ANPEGE</i>	
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES	242-266
<i>GEOGRAFIA PARA A SAÚDE DAS PESSOAS: UM COMPROMISSO DA AGB COM O FUTURO</i> <i>GEOGRAPHY FOR PEOPLE'S HEALTH: AGB'S COMMITMENT TO THE FUTURE</i>	
CAROLINA RUSSO SIMON	267-293
<i>ELEMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: AS AMEAÇAS À REFORMA AGRÁRIA, AOS DIREITOS TERRITORIAIS E À NATUREZA</i> <i>ELEMENTS OF THE AGRARIAN QUESTION NOWADAYS: THREATS TO AGRARIAN REFORM, TERRITORIAL RIGHTS AND NATURE</i>	
YAMILA GOLDFARB	294-321
<i>DA NECESSIDADE DE RETRABALHAR A CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA EM NOVOS TERMOS</i> <i>ON THE NEED TO REWORK GEOGRAPHICAL CARTOGRAPHY IN NEW TERMS</i>	
GISELE GIRARDI	322-348

<p><i>NEOLIBERALISMO E TERRITÓRIO COMO MEIO DE VIDA: CRÍTICA DA RAZÃO ANTROPOCÊNICA</i> <i>NEOLIBERALISM AND TERRITORY AS A LIVING ENVIRONMENT: CRITIQUE OF ANTHROPOCENTRIC REASON</i></p>	
<p>MARCIO CATAIA</p>	<p>349-374</p>
<p><i>A BARBÁRIE DE CRISE DO PROGRESSO CAPITALISTA E O INTERMINÁVEL TEMPO DO FIM</i> <i>THE BARBARITY OF THE CRISIS OF CAPITALIST PROGRESS AND THE ENDLESS TIME OF THE END</i></p>	
<p>ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE</p>	<p>375-397</p>

AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil

É com grande entusiasmo que apresentamos o número 63 da Revista Terra Livre, um volume especial organizado a partir das valiosas contribuições dos participantes das mesas redondas do VIII Congresso Brasileiros de Geógrafas e Geógrafos, realizado em julho de 2024 na Universidade de São Paulo (USP). O CBG é organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e realizado desde 1954, tendo desempenhado um papel crucial na afirmação da identidade da ciência geográfica, bem como na conformação dela como certo campo científico e na formação de uma comunidade.

O VIII CBG e o número 63 da Terra Livre, destacam a importância da Geografia na construção do Brasil. A proposta é revisar a situação atual da Geografia brasileira, da AGB e do país, analisando a conjuntura nacional e conectando-a às lutas da Geografia e da AGB.

A decisão de publicar, após os eventos da AGB um número da revista é resultado do compromisso coletivo, proposto e aprovado na 136ª Reunião de Gestão Coletiva, realizada em Fortaleza–CE, no ano de 2019. Foi lá que se traçou o caminho: o tema do congresso guiaria as páginas da revista, transformando reflexões em palavras e debates em registros permanentes. Após o VIII CBG, a coordenação de publicações lançou uma chamada de artigos para as geógrafas e geógrafos, convidados para debatedores das 22 mesas redondas — abertura, temáticas e encerramento — realizadas durante o evento, iniciando a construção do atual número. Debatedores e debatedoras foram indicados pelas Seções Locais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e referendados nas Reuniões de Gestão Coletiva, nas quais a pauta era a construção do VIII CBG. Eram convites que

ecoavam a necessidade de continuidade e memória, um gesto de cuidado com a produção do conhecimento geográfico. A Coordenação de Publicações continuou a tarefa editorial e reafirmou com cada participante das mesas a possibilidade de envio de artigos, garantindo que as diversas pessoas tivessem tempo para colaborar.

A publicação destaca o Congresso como um marco na história das geógrafas e geógrafos brasileiros. Com 3.348 participantes, o evento contou com 21 minicursos, 34 oficinas, 21 Espaços de Socialização de Coletivos, 9 trabalhos de campo, duas plenárias e 93 salas de Espaços de Diálogos e Práticas. O VIII CBG se destacou pela qualidade das apresentações e debates, reunindo diferentes gerações para refletir sobre a última década e projetar os próximos dez anos, reafirmando a Geografia como ciência crítica e transformadora.

Um dos momentos mais emocionantes do Congresso foi a homenagem prestada aos professores Aziz Nacib Ab'Saber e Carlos Walter Porto-Gonçalves, duas figuras de grande relevância para a Geografia brasileira. Suas contribuições científicas e acadêmicas têm sido fundamentais para o desenvolvimento e o fortalecimento da Geografia no Brasil, e suas trajetórias inspiram gerações de pesquisadores e estudantes.

Os artigos e ensaios que compõem este número são fruto das discussões ocorridas durante o Congresso. Elas abrangem uma ampla gama de temas e questões contemporâneas, refletindo a diversidade de perspectivas e abordagens que caracterizam a Geografia brasileira. Os temas de cada uma das mesas redondas foram igualmente discutidos em Reuniões de Gestão Coletiva e referentes não somente aos eixos temáticos do VIII CBG, mas também às pautas urgentes nas quais a Geografia brasileira se debruça.

Quatorze pessoas — oito geógrafas e seis geógrafos —, vindas de diferentes lugares, idades e vivências, atenderam ao chamado para a publicação. Seus textos reafirmam o compromisso das reuniões de Gestão Coletiva em construir mesas mais plurais e democráticas, fortalecendo a Geografia brasileira em sua multiplicidade de olhares e existências.

Debatem a AGB como espaço de luta e formação, a desobediência à Geografia de gênero, os 40 anos de resistência do MST e os impactos da contrarreforma do ensino médio. Analisam a cultura e o conhecimento popular no enfrentamento das desigualdades territoriais, homenageiam Carlos Walter como o geógrafo do afeto e discutem os desafios do trabalho digital e do ensino plataformizado.

Tratam da geopolítica da Amazônia nas disputas globais e da resistência da Geografia contra a desprofissionalização e o desmonte epistemológico. Os escritos nos levam à Geografia da Saúde como compromisso com o futuro, às ameaças à reforma agrária e aos direitos territoriais, à urgência de repensar a cartografia em novos termos e à crítica do neoliberalismo como engrenagem de um território expropriado. Finalizando, temos a reflexão sobre a barbárie da crise do progresso capitalista que se impõe, lançando luz sobre o interminável tempo do fim. São artigos que não somente analisam, mas também resistem, reafirmando a Geografia como ferramenta de luta, transformação e denúncia.

Este número 63 da Revista Terra Livre não somente celebra as contribuições individuais, mas também assevera o compromisso coletivo das geógrafas e geógrafos brasileiros com a produção de conhecimento crítico e relevante para a sociedade.

Esperamos que as pessoas leitoras apreciem a profundidade e a qualidade dos textos aqui apresentados e que estes suscitem novas reflexões e pesquisas no campo da Geografia.

Aproveitem a leitura e deixem-se inspirar pelas ideias e debates que marcaram o VIII Congresso Brasileiros de Geógrafas e Geógrafos.

Equipe Editorial 2024-2026

Carolina Russo Simon

André dos Santos Baldraia Souza

Eduardo Karol

Lorena Izá Pereira

**A ASSOCIAÇÃO DOS
GEÓGRAFOS BRASILEIROS
(AGB): ESPAÇO DE LUTA E
FORMAÇÃO – SIGNIFICADO
E IMPORTÂNCIA PARA A
GEOGRAFIA**

*THE ASSOCIATION OF BRAZILIAN
GEOGRAPHERS (AGB): A SPACE
FOR STRUGGLE AND TRAINING –
MEANING AND IMPORTANCE FOR
GEOGRAPHY*

*LA ASOCIACIÓN DE GEÓGRAFOS
BRASILEÑOS (AGB): UN ESPACIO
DE LUCHA Y FORMACIÓN –
SIGNIFICADO E IMPORTANCIA
PARA LA GEOGRAFÍA*

Charles da França Antunes
Presidente da AGB 2024-2026
Professor Titular do Departamento de
Geografia da Faculdade de Formação de
Professores da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ
charllesdafranca@gmail.com

Resumo:

A abertura do VIII CBG foi, portanto, um momento especial e emblemático. Reuniu, lembrou, reverenciou, avaliou passado, presente e futuro da AGB, celebrando suas conquistas e reafirmando seus compromissos. Este breve ensaio é uma espécie de homenagem aquelas pessoas que ao longo das últimas décadas estiveram à frente da nossa Associação, mantendo-a forte, ativa e conectada aos seus princípios coletivos e democráticos, tendo sido elaborado a partir da relação entre aquilo que concebemos como a ação/prática política/movimento da AGB, com elementos depurados dos discursos dos(as) colegas convidados(as) para a mesa de abertura do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG), realizado em julho de 2024, na Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: AGB, Espaço de Formação, Espaço de Luta, Memória, Geografia Brasileira

Abstract:

The opening of the VIII CBG was, therefore, a special and emblematic moment. It brought together, remembered, revered, and evaluated the past, present, and future of AGB, celebrating its achievements and reaffirming its commitments. This brief essay is a kind of tribute to those people who over the last decades have been at the forefront of our Association, keeping it strong, active, and connected to its collective and democratic principles. It was prepared based on the relationship between what we conceive as the political action/practice/movement of AGB, with elements purified from the speeches of colleagues invited to the opening table of the VIII Brazilian Congress of Geographers (CBG), held in July 2024, at the University of São Paulo.

Keywords: AGB, Training Space, Space of Struggle, Memory, Brazilian Geography

Resumen:

La inauguración del VIII CBG fue, por tanto, un momento especial y emblemático. Reunió, recordó, veneró, evaluó el pasado, presente y futuro de AGB, celebrando sus logros y reafirmando sus compromisos. Este breve ensayo es una especie de homenaje a aquellas personas que a lo largo de las últimas décadas han estado al frente de nuestra Asociación, manteniéndola fuerte, activa y conectada a sus principios colectivos y democráticos, habiendo sido elaborado con base en la relación entre lo que concebimos como acción/práctica/movimiento político de la AGB, con elementos depurados de los discursos de los colegas invitados a la mesa de apertura del VIII Congreso Brasileño de Geógrafos (CBG), realizado en julio de 2024, en la Universidad de São Paulo.

Palabras clave: AGB, Espacio de Formación, Espacio de Lucha, Memoria, Geografía Brasileña

A abertura do VIII Congresso Brasileiro de Geografia (VIII CBG) marcou um momento histórico e simbólico para a Geografia brasileira, reafirmando a importância da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) como espaço de articulação, construção coletiva e consolidação do conhecimento geográfico. A sessão de abertura, realizada no emblemático Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo de São Francisco, na região central da cidade de São Paulo, foi um marco não somente pelo local escolhido, carregado de significado para as lutas democráticas no Brasil, mas também pela presença de pessoas fundamentais que ajudaram a moldar a trajetória recente da AGB.

A mesa de abertura, em sua composição, contou com a presença de onze professoras e professores — Arlete Moyses Rodrigues (gestão 1988–1990), Odete Seabra (gestão 1994–1996), Antônio Thomaz Júnior (1996–1998), Dirce Maria Antunes Suertegaray (gestão 2000–2002), Bernardo Mançano Fernandes (gestão 2002–2004), Marisia Margarida Santiago Buitoni (2004–2006), Edvaldo Cesar Moretti (gestão 2006–2008), Alexandrina Luz Conceição (gestão 2008–2010), Márcio Antônio Cataia (gestão 2014–2016), Lorena Izá Pereira (gestão 2019–2020 e 2020–2022) e Charlles da França Antunes (gestão 2023–2024 e 2024–2026), que, em diferentes períodos, assumiram o papel de presidentes e presidentas da AGB. Essas pessoas, ao longo de suas gestões, desempenharam um papel crucial na articulação, representação e mobilização da Associação, mantendo-a viva, forte e comprometida com os desafios da Geografia e da sociedade brasileira. A presença dessas pessoas convidadas na mesa não apenas simbolizou a continuidade e a força da AGB, mas também destacou o caráter coletivo e democrático que sempre pautou a atuação da entidade.

A abertura do VIII CBG foi, portanto, um momento especial e emblemático. Reuniu, lembrou, reverenciou, avaliou passado, presente e futuro da AGB, celebrando suas conquistas e reafirmando seus compromissos. A presença das ex-presidentes e ex-presidentes na mesa de abertura não somente homenageou suas trajetórias, mas também inspirou as novas gerações de geógrafos e geógrafas a seguir construindo uma Geografia crítica, transformadora e comprometida com os desafios do nosso tempo. Além disso, o plenário completamente lotado, com mais de mil pessoas presentes, refletiu o vigor e a relevância do VIII CBG. A ocupação de todos os lugares do Salão Nobre da Faculdade de Direito, esse espaço tão significativo para a democracia brasileira, reforçou a importância do evento como um espaço de debate, reflexão e proposição de caminhos para a Geografia e para o país.

A imagem da mesa de abertura é um registro fotográfico que certamente ficará gravado na história da Geografia brasileira. Representa a união de gerações de geógrafos e geógrafas que dedicaram suas vidas à construção de uma Associação comprometida com a transformação social, a defesa da educação pública e a produção de um conhecimento geográfico crítico e engajado.

Este breve ensaio é uma espécie de homenagem aquelas pessoas que ao longo das últimas décadas estiveram à frente da nossa Associação, mantendo-a forte, ativa e conectada aos seus princípios coletivos e democráticos, tendo sido elaborado a partir da relação entre aquilo que concebemos como a ação/prática política/movimento da AGB, com elementos depurados dos discursos dos colegas convidados para a mesa de abertura do VIII CBG. Um diálogo pertinente e possível entre pensamentos diversos, mas que tem em comum a Associação dos Geógrafos Brasileiros e tudo aquilo

que ela representa para tantas gerações de geógrafos e geógrafas e que a compreenderam como um espaço de formação e luta.

A AGB e a Construção da Geografia Brasileira: espaço de formação e luta

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) é uma instituição que transcende o âmbito acadêmico, consolidando-se como um espaço de formação política, intelectual e social para estudantes e profissionais da área de Geografia. Fundada em 1934, a AGB tem desempenhado um papel fundamental na formação da comunidade geográfica, na organização coletiva de seus integrantes, na construção de uma Geografia crítica e comprometida com as transformações sociais no Brasil.

Ao longo de um pouco mais de nove décadas, a associação tem se destacado por sua atuação na defesa da Geografia, na promoção do diálogo entre diferentes gerações de geógrafos e geógrafas e na participação nas mais diferentes lutas por um país mais democrático e justo.

As associações científicas desempenham importante papel na constituição e consolidação dos campos científicos. Na Geografia brasileira, essa história não poderia ser diferente. Entender a Geografia brasileira, seus rumos e principalmente suas mudanças de rumos, é um movimento intelectual que tem na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), um imprescindível objeto de análise.

A AGB é uma daquelas entidades, que pela sua longa existência já poderia marcar presença de maneira indiscutível na história das instituições científicas do Brasil, mas por algumas peculiaridades de sua trajetória ocupa lugar de destaque entre estas,

a começar pela contribuição para as transformações na ciência geográfica.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) desempenha um papel fundamental na construção da Geografia no Brasil, tanto na universidade quanto nas instituições escolares, nos espaços de militância e debate público. Com sua estrutura horizontal e sua prática política constante, a AGB tem se consolidado como um espaço de aprendizado e articulação, promovendo uma Geografia comprometida com a transformação social.

A AGB é reconhecida como um espaço de formação que vai além da academia, proporcionando um aprendizado acadêmico, político e social. Como destacado pela professora Dirce Suertegaray, quando disse que “... a AGB é um dos espaços de minha formação, enquanto geógrafa”.

Essa interação formativa ocorre por meio de eventos, reuniões e debates que promovem a troca de experiências entre estudantes, professores(as) e demais profissionais da Geografia. A participação na AGB permite que seus membros compreendam a importância da luta coletiva e da construção de uma Geografia engajada com as questões sociais. A professora Dirce Suertegaray relata ainda que, ao participar da Associação, aprendeu que “a AGB foi, e não só para mim, um aprendizado político, na medida em que, ao participar, eu fui compreendendo que na AGB o espaço se consegue na luta”, evidenciando seu caráter político e transformador.

Além disso, a AGB é um espaço que valoriza a diversidade de conhecimentos e a pluralidade de perspectivas. A professora Marisia Buitoni destaca que a AGB é “cultura, defesa de princípios, defesa de pressupostos teóricos e metodológicos, luta com os movimentos sociais, rebeldia, discussão e respeito à diversidade de

conhecimento". Essa pluralidade é fundamental para a construção de uma Geografia comprometida com a realidade brasileira, que não se limita aos muros da universidade, mas dialoga com os movimentos sociais e as lutas populares.

A AGB como Espaço de Representatividade e Engajamento

Ao longo do tempo, a AGB se consolidou como uma entidade que representa estudantes e profissionais, bacharéis e licenciados, atuando na defesa dos interesses da comunidade geográfica. A professora Arlete Moyses Rodrigues nos lembra que *“ao longo do tempo e espaço, a AGB tem se mostrado, nacional e internacionalmente (...) no sentido de lutar pelos nossos interesses, com consciência e prática, mas também na luta constante por um Brasil mais democrático e menos opressivo”*. Seu caráter de não separação formal entre diferentes segmentos da academia e da educação básica é um elemento essencial que favorece o fortalecimento coletivo e a possibilidade de atuação conjunta.

A AGB também se destaca como um espaço de encontro e reconhecimento para geógrafos e geógrafas. Sua capacidade de congregar diferentes perspectivas e experiências, sem perder de vista o compromisso com a justiça social e a democratização do conhecimento, faz da AGB uma referência não apenas para os geógrafos e geógrafas brasileiras, mas também para aqueles que, de maneira mais ampla e diversa, buscam construir uma expressão da ciência de seja engajada e socialmente relevante.

Além disso, a AGB desempenha um papel fundamental na formação política e crítica de seus membros. Por meio de congressos, encontros regionais, publicações e outras atividades, a associação proporciona um espaço de troca de experiências e saberes, onde

estudantes e profissionais podem refletir sobre o papel da Geografia na sociedade e sobre suas próprias práticas como geógrafos e geógrafas. Essa formação vai além do aspecto técnico e acadêmico, abrangendo também uma dimensão ética e política, que orienta a atuação dos membros da AGB em suas respectivas áreas de trabalho e atuação.

Por fim, é importante destacar que a AGB, ao não se limitar a ser uma entidade representativa ou um espaço de debate acadêmico, assume seu caráter de movimento que busca transformar a realidade por meio da ação coletiva e do engajamento político. Como bem sintetizado pelo professor Edvaldo Moretti em sua fala na abertura do VIII CBG.

"E isso dá à AGB uma força nacional, uma representatividade nacional, que congrega colegas com temáticas e participações políticas em seus lugares, movimentos sociais em seus lugares, e traz para a AGB esse movimento. Então, a AGB, como foi colocado logo no início, é um movimento, mas também promove o movimento. É uma associação que, a partir desse contato com os movimentos sociais e as lutas populares, faz os departamentos de Geografia reverem e pensarem suas políticas, porque nós estamos nesses departamentos. Então, acho que a AGB é um movimento que provoca o movimento no campo do conhecimento da Geografia"

A AGB e a Produção do Conhecimento Geográfico

Como já mencionado, a AGB se configura como um espaço de aprendizado acadêmico e político, proporcionando a seus membros a oportunidade de construir e compartilhar saberes, ao mesmo tempo em que desafia a estrutura tradicional da academia e demais espaços

de produção de conhecimento, o que é ressaltado pela professora Dirce Suertegaray, quando diz que a “*AGB um valioso espaço de aprendizado acadêmico, político e de interação.*” Assim, a AGB demanda um conteúdo geográfico alinhado ao seu engajamento social, permitindo que seus integrantes compreendam a Geografia como um campo científico, que também é de luta e resistência, o que é destacado pela professora Marisia Buitoni, *quando diz que “a AGB, com seus encontros e com todas as modalidades neles presentes, sempre contribuiu para a construção e produção da Geografia que temos hoje”.*

Nesse sentido, a entidade promove um aprendizado acadêmico que é político na medida em que o espaço dentro da AGB se conquista por meio da participação ativa e do envolvimento nas discussões e debates. O que podemos perceber nas palavras da professora Alexandrina Luz Conceição, quando afirma

Já foi dito, inclusive aqui, que a geografia é produzida na sala de aula, na sociedade, na realidade, certo? E ela é construída em debate dentro da AGB, numa relação de movimento do fazer e do retornar, pensar e fazer, certo? São estratégias fundamentais que possibilitam pensar crítico, como disse Charles na sua fala inicial. Há várias geografias, mas existe uma única, que é essa AGB, e a AGB congrega o pensar crítico, que a professora Odete falou, que impede as fakes news. É aquela que pensa, e pensar é fazer teoria e é fazer a prática.

A história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), também é a história de realização de seus eventos — Assembleias, Congressos, Simpósios e Encontros, e o contrário também é verdade — a história dos eventos é também a história da Associação dos

Geógrafos Brasileiros (AGB), e ao final, por consequência, da própria Geografia brasileira e da produção do conhecimento.

Os Congressos, em especial na história da AGB, têm desempenhado um papel crucial na afirmação da identidade da ciência geográfica, bem como na conformação dela como certo campo científico e na formação de uma comunidade. E isso não seria diferente com o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos — o CBG.

A Prática Política da AGB: a Geografia como instrumento de luta social

A AGB se destaca por sua prática política constante, que instrumentaliza a luta social, que a diferencia de outras associações de Geografia no mundo. O professor Bernardo Mançano reforça essa ideia ao afirmar que *“quanto mais conheço associações de Geografia de outros países, mais admiro a nossa associação, exatamente por essa prática política constante.”*

Essa prática política permeia as ações da AGB e se manifesta na defesa de uma Geografia de luta, que não se fragmenta em especializações estanques, mas busca integrar diferentes dimensões do conhecimento geográfico, o que reforça o compromisso da associação com uma visão integrada e crítica da Geografia.

A atuação política da AGB também se expressa em sua luta por um Brasil mais justo e igualitário. A AGB, desde sua reestruturação democrática, tem se engajado na luta política e social, assumindo um papel ativo em diversas lutas, que incluem a defesa da democracia, da reforma agrária, da reforma urbana e do direito à cidade, da questão ambiental, e muitos outros temas que têm sido centrais na agenda da AGB ao longo de sua história. O professor

Edvaldo Moretti reforça essa ideia ao afirmar que a AGB é um movimento que *"promove o movimento no campo do conhecimento da Geografia"*, provocando reflexões e mudanças nos departamentos de Geografia e na sociedade como um todo. A professora Dirce Suertegaray completa ao dizer que *"vivemos a permanência de um grupo de professores universitários engajados na conjuntura do país, na luta pela democracia, pela renovação da Geografia no ensino e na pesquisa..."*. O compromisso da AGB com a sociedade ultrapassa os muros da universidade, pois a entidade interage com movimentos sociais, influenciando e sendo influenciada por suas pautas.

A AGB e a Construção Coletiva

Um dos aspectos mais marcantes da AGB é sua estrutura horizontal e democrática, que permite a participação coletiva de seus membros, onde o debate, a discordância e a construção de consensos fazem parte da dinâmica democrática de funcionamento. O professor Márcio Cataia destaca que a AGB

"é uma entidade horizontal e, sendo assim, tudo aquilo que aqui foi relatado acontece. Porque ela envolve diálogo, debate e, a todo momento, pensar e articular o convencimento que precisamos construir. Se a nossa ideia for a melhor, é provável que possamos até vencer nos momentos de votação, porque há votação, isso nós fazemos. A participação é coletiva, e essa horizontalidade está presente o tempo todo. Nos eventos, nas RGCs e nas Seções Locais, porque é a partir das Seções Locais que esse movimento entra na gestão coletiva nacional. Isso é um elemento fundamental na construção da nossa entidade. Isso faz com que possamos ter algo como este momento de hoje, dialogando permanentemente com este público".

Essa horizontalidade se reflete na gestão coletiva da associação, que é construída a partir das Seções Locais e das Reuniões de Gestão Coletiva (RGCs). A participação ativa dos associados é fundamental para a manutenção e o fortalecimento da AGB, como ressalta a professora Dirce Suertegaray, quando afirma que *"estar presente é uma exigência de participação, colaboração, produção coletiva, diálogo, embates, construção de consensos e responsabilidades"*.

A construção coletiva da AGB também se manifesta em sua capacidade de congregar diferentes gerações. O professor Bernardo Mançano relata que a AGB representa um espaço de encontro e aprendizado, permitindo a formação de geógrafos e geógrafas *"Já encontrei várias professoras e vários professores. A AGB é esse lugar — estava conversando com a Alexandrina —, a AGB é esse lugar onde a gente se vê, onde a gente se encontra e pode recuperar as nossas lembranças e memórias"*. Essa convivência entre gerações permite a transmissão de conhecimentos e experiências, fortalecendo a identidade da associação e sua capacidade de atuar frente aos desafios contemporâneos. A professora Marisia Buitoni reforça essa ideia ao afirmar que a AGB é *"sangue nas veias, luta, movimento"*, destacando a importância de preservar essa instituição para as futuras gerações.

Essa relação entre as gerações na construção coletiva da AGB é lembrada pelo professor Antônio Thomaz Júnior, quando comenta que *"tínhamos uma comunidade de estudantes e de professores secundaristas, especialmente, que estavam muito desestimulados diante de tanto neoliberalismo, tanto pós-modernismo, tanto individualismo, e queríamos construir coletivamente"*. A

participação estudantil na AGB também foi bem lembrada e destacada pela professora Dirce Suertegaray,

"Os estudantes de Geografia, parceiros desde 1978, construíram junto com a nossa AGB e, em muitos locais, sustentam sua continuidade no presente. Reconhecer a importância da AGB, manter a associação, sua memória e seu dever, é uma obrigação de todos nós."

Nesse sentido, a AGB continua a desempenhar um papel crucial na defesa dos interesses da comunidade geográfica e na promoção de uma Geografia engajada e transformadora. Sua trajetória e suas lutas são um testemunho do poder da organização coletiva e da importância de uma ciência comprometida com os valores da democracia, da justiça social e da emancipação humana. A AGB não apenas representa a Geografia brasileira, mas também inspira e orienta suas ações, mostrando que é possível conciliar o rigor acadêmico com o compromisso político e social. Nesse sentido, as palavras do professor Bernardo Mançano ilustram bem a reflexão *"(...) Mas a AGB me ensinou muito, ou seja, praticar uma Geografia engajada, ser um geógrafo militante, foi resultado dessa experiência que vivi na AGB."*

A professora Alexandrina Conceição, ao dizer *"espero que, nesse VIII CBG, consigamos fortalecer a AGB para fortalecer a Geografia. E essa consciência não é um projeto pessoal ou individual de nenhum de nós, mas é coletiva"*, referenda que é possível encontrar na AGB e em seus eventos, a boa resposta daquilo que é a representação da construção coletiva e sua materialidade enquanto manifestação de um movimento.

A AGB e o Enfrentamento aos Desafios Contemporâneos

Em um contexto marcado pelo avanço do neoliberalismo, do individualismo e da desinformação, a AGB se coloca como um espaço de resistência e de defesa da verdade. A professora Odete Seabra ressalta que

“é importante, por que como pode um mundo de mentiras ser tomado como verdade? Essa é uma tarefa que não cabe apenas aos geógrafos, mas a todo cidadão. No entanto, os geógrafos — os que dão aula, os que trabalham nas estruturas — precisam levantar essa questão: a mentira não pode viver, não pode vigorar. A realidade precisa ser posta”

E assim destaca o papel dos(as) geógrafos(as) na luta contra a desinformação e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ainda, nas palavras da professora Odete Seabra, o momento e luta fazem exigências, *“e, para isso, é preciso coragem. É preciso método e coragem”*, qualidades que têm sido cultivadas pela AGB ao longo de sua história.

A AGB também enfrenta os desafios impostos pela fragmentação do conhecimento e pela competitividade no meio acadêmico. O professor Márcio Cataia destaca em sua intervenção elementos importantes sobre a promoção do diálogo e da cooperação no cotidiano da AGB, tornando-a um espaço de congregação e de fortalecimento da Geografia como ciência e como prática social.

Essa ética da responsabilidade é de uma solidariedade contínua. À medida que o tempo passa, vejo aqui a crescente responsabilidade dos meus colegas que me antecederam. E isso implica, claro, que a nossa entidade, sendo horizontal e praticando a horizontalidade, vá

se tornando maior do que ela é, mantendo-se viva nesses 90 anos. Sobretudo porque, neste momento, como estamos fazendo aqui. Estamos, com nossa subjetividade, enfrentando algo que a professora Odete mencionou na abertura. Essa realidade que tenta nos fazer crer que o mundo é uma 'desgraceira' geral, como Milton Santos chamou de confusão dos espíritos. Uma confusão generalizada dos espíritos que se impõe e tenta evitar exatamente o que fazemos aqui, em um evento bonito como este: nos congregar, nos unir, pensar juntos, debater. É bom que tenhamos discordância entre nós, porque é assim que avançamos, todos sabemos disso. Mas também é assim que, mesmo com as divisões, nos tornamos mais unidos, mais próximos, para nos contrapor à competitividade, à concorrência e à negação da coexistência, que são características do período atual. É que tem suas estratégias para produzir essa confusão generalizada. Acho que este é um momento muito bonito de congregação. Estou muito feliz de estar aqui e poder, juntos, pensar. Muito obrigado pelo convite, é um momento muito bom.

A AGB também se destaca por sua atuação em rede, articulando-se com outras entidades, movimentos sociais e organizações populares. Essa articulação permite que a associação amplie seu alcance e fortaleça sua capacidade de intervenção política. Como mencionado anteriormente, a AGB não apenas reflete as demandas da sociedade, mas também as incorpora em sua agenda, promovendo debates e ações que visam à transformação da realidade social. Essa característica faz com que a associação seja um espaço

vivo e dinâmico, em constante diálogo com os desafios e contradições do mundo contemporâneo. Para o professor Bernardo Mançano *"a AGB está presente em cada uma dessas ações porque nós aprendemos isso na AGB"*. A professora Alexandrina Luz Conceição reforça essa ideia ao afirmar que *"AGB é Geografia, e a Geografia é AGB"*, evidenciando a indissociabilidade entre a Associação e a construção do conhecimento geográfico no Brasil.

A construção cotidiana da AGB

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) desempenha um papel fundamental na construção e na consolidação da Geografia no Brasil, não apenas como disciplina acadêmica, mas como um campo de conhecimento vivo e dinâmico, que se faz no cotidiano por meio da participação coletiva, como destacado pela professora Lorena Izá Pereira, a AGB é uma entidade plural, que acolhe à todos e todas, *"a AGB é entidade para todos. Ela não é uma entidade de professores universitários, ela não é uma entidade catedrática, é uma entidade de estudantes de graduação, de estudantes de pós-graduação, de professores de educação básica, de profissionais, (...) e de todos aqueles que se propõem a pensar e fazer a Geografia"*. A professora Arlete Moyses corrobora esse pensamento quando nos fala que *"a AGB não possui a separação formal que conhecemos na academia, e isso nos favorece, nos possibilita estar aqui, pensando nessa luta..."*. Essa diversidade de atores é essencial para que a entidade se mantenha como um espaço democrático e representativo, construído a partir do engajamento de cada indivíduo que se propõe a contribuir, como fica claro nas palavras da professora Lorena Izá, que completa afirmando que *"a gente tem que incentivar todos e todas a construir"*

esse espaço, porque a AGB, ela se constrói a partir daqueles que se propõem a construir a entidade”. A professora Dirce Suertegaray faz importante ressalva para a compreensão dessa dinâmica de construção cotidiana da AGB, quando lembra que “não se chega à AGB pelo andar de cima. Nossa tarefa é construí-la, tijolo por tijolo, num desenho mágico”.

O professor Charlles da França reforça a ideia de que a AGB é a garantia da existência de uma Geografia brasileira. A AGB é o movimento que une essas diferentes dimensões, promovendo sociabilidades, produção acadêmica e ação política. É por meio dessa construção cotidiana, feita com energia e comprometimento, que a AGB se torna sinônimo de Geografia no Brasil, e vice-versa. Por fim, o professor Charlles da França conclui que

Não haveria Geografia brasileira se não existisse a AGB. Existiria a Geografia da universidade, não tenho dúvida disso. Existiria a Geografia do IBGE, não tenho dúvida disso. Existiria a Geografia da escola, não tenho dúvida disso. Mas a única garantia da existência de uma Geografia brasileira é a existência da AGB enquanto movimento, na sociabilidade, na construção coletiva, na energia e na força do desejo de cada um de nós. É por isso que nós fazemos a AGB. É por isso que a AGB é a Geografia. É por isso que a Geografia é a AGB.

Portanto, a importância da AGB reside em sua capacidade de congrega diferentes vozes e práticas, fortalecendo a Geografia brasileira. Sua construção diária depende da participação ativa de todos e todas que acreditam no poder transformador da Geografia, reafirmando seu papel como entidade essencial para o pensamento e a ação transformadora no Brasil.

Ao finalizar sua intervenção, o professor Edvaldo Moretti faz importante, significativa e bonita reflexão

Quando vejo o trabalho das pessoas na academia e a atuação daqueles que estão aqui na mesa, que foram presidentes da AGB, quando olho e leio seus textos, estudo o que produzem, diálogo com elas — que são minhas amigas —, troco ideias e percebo o que realizam enquanto cidadãos e cidadãs, defendendo a democracia, a inclusão e as pautas sociais, entendo a força que a AGB tem. Assumimos a AGB com esses ideais e pensamentos. Fico muito feliz de fazer parte desse grupo, lembrando que ele integra um coletivo muito maior, que constituiu as diretorias ao longo do tempo e as gestões coletivas”.

Voltamos ao início desse texto e de sua motivação original — a mesa de abertura do VIII CBG, para agradecer a essas pessoas, agebeanas e agebeanos, que ao longo de uma história vivida na Geografia brasileira, dividiram seu viver com a AGB, e se dispuseram a dividir com os presentes naquela emblemática sessão, um pouco do seu saber, do seu fazer, do seu saber-fazer, bem como de suas experiências e boas lembranças. **Viva a AGB!! Viva a Geografia Brasileira!!**

Submetido em 13/03/2025

Aceito em 14/03/2025

GEOGRAFIA E GÊNERO: UMA DESOBEDIÊNCIA NO CAMPO GEOGRÁFICO?

*GEOGRAPHY AND GENDER: A
DISOBEDIENCE IN THE FIELD OF
GEOGRAPHY?*

*GEOGRAFÍA Y GÉNERO: ¿UNA
DESOBEDIENCIA EN EL CAMPO
DE LA GEOGRAFÍA?*

Patrícia Helena Milani
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
Campus de Três Lagoas
patriciah.milani@gmail.com

Resumo: A ciência geográfica, enquanto um campo de poder, é produzida por pessoas corporificadas e posicionadas no espaço e no tempo. Pensam, pesquisam, falam, escrevem a partir de um corpo, são possuidoras, portanto, de: raça, gênero, classe social, origem espacial, sexualidade; e todos esses elementos que se interseccionam no espaço e no tempo são neutralizados no fazer científico, tanto dos que pesquisam quanto dos que são pesquisados. Apresentamos neste texto algumas questões que tensionam o fazer científico geográfico androcêntrico que se reproduz sob o discurso da objetividade e da neutralidade. Isso invisibiliza processos, fenômenos e sujeitos sociais produtores de espaço, cujas práticas e vivências cotidianas detêm a potencialidade de anunciar experiências múltiplas e complexas tendencialmente silenciadas sob a hegemonia das análises econômicas. Este texto trata-se de uma reflexão derivada da participação na Mesa “Devir geográficos: debates interseccionais de gênero, raça e classe”, que ocorreu durante o VIII CBG.

Palavras-chave: Geografia feminista, Gênero, Poder, Metodologia qualitativa.

Abstract:

Geographical science, as a field of power, is produced by people who are embodied and positioned in space and time. They think, research, speak, write from a body, and therefore possess: race, gender, social class, spatial origin, sexuality; and all these elements that intersect in space and time are neutralized in the scientific work of both those who research and those who are researched. In this text, we present some issues that put pressure on the androcentric scientific approach to geography, which is reproduced under the discourse of objectivity and neutrality. This makes invisible processes, phenomena and social subjects who are producers of space, whose everyday practices and experiences have the potential to announce multiple and complex experiences that tend to be silenced under the hegemony of economic analysis. This text is a reflection derived from participation in the Table “Becoming geographic: intersectional debates on gender, race and class”, which took place during the VIII CBG.

Keywords: Feminist geography, Gender, Power, Qualitative methodology.

Resumen:

La ciencia geográfica, como campo de poder, es producida por personas encarnadas y posicionadas en el espacio y el tiempo. Piensan, investigan, hablan y escriben desde un cuerpo, y por lo tanto poseen: raza, género, clase social, origen espacial, sexualidad; y todos estos elementos que se entrecruzan en el espacio y el tiempo son neutralizados en el trabajo científico tanto de quienes investigan como de quienes son investigados. En este texto presentamos algunas cuestiones que ponen en tensión el enfoque científico androcéntrico de la geografía, que se reproduce bajo el discurso de la objetividad y la neutralidad. Esto invisibiliza procesos, fenómenos y sujetos sociales productores del espacio, cuyas prácticas y vivencias cotidianas tienen el potencial de anunciar experiencias múltiples y complejas que tienden a ser silenciadas bajo la hegemonía de los análisis económicos. Este texto es una reflexión derivada de la participación en la Mesa “Convertirse en geográficos: debates interseccionales sobre género, raza y clase”, que tuvo lugar durante el VIII CBG.

Palabras clave: Geografía feminista, Género, Poder, Metodología cualitativa.

Introdução

Exploro neste texto algumas ideias debatidas na mesa redonda “Devir geográficos: debates interseccionais de gênero, raça e classe”, que ocorreu durante o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos – CBG. A presença deste tema e a reunião de pessoas interessadas neste debate já considero de avanço para a geografia brasileira, haja vista o consolidado espaço de enunciação que representa este evento.

No âmbito acadêmico, enquanto docente, sempre me questioneei quem escreve os textos (artigos e livros) que lemos, debatemos e utilizamos como bases em nossas aulas e pesquisas, seja na graduação ou na pós-graduação. Perguntas que já me fazia desde os tempos de estudante, mas não alimentei essas inquietações por vários motivos: falta de tempo – eu considerava desperdício diante das tantas demandas da universidade e de certo modo também por insegurança em questionar ideias, posições e práticas tão consolidadas no meio acadêmico.

A ciência é produzida por pessoas corporificadas, que produzem em algum lugar. Pensam, falam, escrevem a partir de um corpo, são possuidoras, portanto, de: raça, gênero, classe social, origem espacial, sexualidade; no entanto, essas dimensões quase sempre são neutralizadas na produção científica, ainda que o gênero seja uma forma primeira se significar as relações de poder (Scott, 1989).

Em um levantamento de 60 ementas de disciplinas de Epistemologia, em 60 cursos de pós-graduação no Brasil, as pesquisadoras identificaram que 90,3% eram masculinas e 9,7% femininas (César, 2019). Em uma análise qualitativa do material, as

obras de autoria femininas eram em maioria de normas de escrita e guias de formatação de trabalhos científicos, ou seja, pouca presença de textos, escritos de pesquisadoras mulheres¹ que apresentassem conceitos, ideias e noções a serem trabalhadas nas disciplinas, a partir de um corpo feminino – tudo isso sob o viés discursivo da neutralidade científica, descartando a ideia de que o sujeito da ciência é sexuado (Irigaray, 1987).

Há diversas hierarquias na produção e disseminação científica da geografia brasileira (Silva et al, 2009; Cesar, 2019), hierarquias de temas, conceitos, noções e metodologias de pesquisa, com ênfase principalmente nas metodologias positivistas que enfatizam a objetividade. Também existem desigualdades de acesso aos espaços de enunciação, ou seja, de divulgação de ideias, conceitos e resultados de pesquisas, espaços que se materializam geralmente nas publicações em periódicos de maior Qualis – classificação da CAPES, em mesas redondas dos eventos e vagas de docentes (ainda ocupadas por homens, em maioria). Há hierarquias também em relação aos temas a serem pesquisados de modo que aqueles relacionados a gênero, raça e sexualidade ainda são menos relevantes²– mesmo com significativa ascensão.

Outra inquietação que se combina com o exposto e integrará o debate desenvolvido neste texto, se refere as visões universalizantes que predominam nas pesquisas³, como se as noções e conceitos tivessem sido elaborados de forma neutra e fossem

¹ Negras, brancas e transgêneros.

² Como comprovaram as pesquisas de César (2015, 2019).

³ Autoras como McDowell e Sharp (1997) argumentam que a ideia da universalidade do conhecimento difundido como neutro é apenas um conjunto de ideias sobre a verdade da humanidade que foi especificamente masculina e branca.

intransponíveis, inquestionáveis. A história, tende a ser escrita (inclusive a espacial) como se as posições normativas fossem produto de um consenso social e não de conflitos⁴ (Scott, 1989).

Minha principal inspiração para esse debate são as proposições da epistemologia feminista, cujos pilares incentivam ao questionamento e a contestação dos lugares hegemônicos de fala, com base nos quais o pensamento é produzido (Rea, 2018). A universalidade se torna reducionista (Haraway, 1995), inclusive quando uma linguagem é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões⁵, o que vejo frequentemente em meu cotidiano acadêmico, de maneira naturalizada inclusive.

O texto está organizado em duas seções. Na primeira evidencio a tradição epistemológica masculina e os elementos que disso deriva na produção científica geográfica, mesmo diante da crescente feminização no campo científico. Para isso utilizei principalmente os dados das pesquisas de Cesar (2015 e 2019) e Silva (2019, 2020). Na segunda seção desenvolvo algumas possibilidades de “fissuras” em relação ao fazer científico tradicional, que pelo discurso da neutralidade esconde as dimensões machista, branca, elitista e heteronormativa, que muitas vezes se distancia das próprias realidades vividas cotidianamente pelos estudantes (em suas múltiplas dimensões que envolve sobretudo sexualidade,

⁴ O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política, na ciência e em tantos outros âmbitos da sociedade, construindo e reforçando relações de poder naturalizadas. Essas relações desiguais de poder apresentam hierarquias que produzem desigualdades socioespaciais. Não basta estudar as mulheres, é preciso investigar as relações sociais entre os gêneros.

⁵ Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que se pode ter validade como conhecimento, assim evidência-nos Haraway (1995, p. 17).

gênero, raça e classe social), os quais precisam e necessitam não apenas estarem nas universidades, mas que suas realidades, corpos, condições e posições espaciais e sociais sejam parte de uma ciência em *devenir*.

Para isso apresentamos alguns pilares da epistemologia feminista, no sentido de apresentar uma corrente de pensamento e de fundamento de método que coexista com as geografias já existente e consolidadas no âmbito científico-acadêmico. Reforço ainda, que não se trata de um texto em que apresento resultados de pesquisa⁶, mas nele desenvolvo reflexões e ideias debatidas, tanto durante a mesa redonda, quanto durante outras atividades do evento como nos EDPs – Espaços de Diálogos e Práticas, em que a horizontalidade das conversas permitiu muitos avanços neste sentido.

Tradição, poder e “neutralidade” no fazer científico geográfico

Por que os temas de gênero e sexualidades são pouco visíveis na Geografia Brasileira?⁷ Por que tendemos, no tradicional fazer geográfico, a homogeneizar as pessoas em uma massa incorpórea⁸

⁶ Uma pesquisa é mencionada ao longo da segunda seção, cujas discussões, narrativas e trechos do diário de campo são trazidos para este texto. A pesquisa investigou o cotidiano de mulheres que ocupam cargos e exercem trabalhos socialmente representados como masculinos. Tivemos como principal instrumento metodológico a realização de entrevistas, acompanhadas de observações, estas últimas sistematizadas em um caderno de campo, com as descrições dos momentos das entrevistas.

⁷ Mesmo com algumas conquistas, a abordagem de gênero na geografia brasileira é limitada, quando comparada ao expressivo avanço obtido nos países anglo-saxões, sobretudo a partir da década de 1990 (Silva, 2007).

⁸ Qualquer ciência, cujo foco de análise seja as relações humanas, deve ter em conta que a humanidade não é uniforme, que a diferença entre homens e mulheres é uma

(Ramos e Milani, 2022) e muitas de modo majoritário considerar que a única forma de diferenciação seja a econômica?⁹ Negligenciando, quase sempre, as questões relacionadas a gênero, raça e sexualidade dentre tantas outras dimensões que se interseccionam no tempo e no espaço, como essas categorias funcionam nas relações sociais humanas acirrando diferenças e produzindo diferenciações.

Se todos somos espaciais, por que nem todos somos estudados de modo sensível às diferenças que marcam as experiências¹⁰ socioespaciais? Por que predomina a forma de escrita impessoal, como se os pesquisadores e pesquisadoras estivessem fora de seus contextos de pesquisa? Como se seus corpos não tivessem influência na produção de informações em campo, por exemplo. As perguntas são muitas, coloco aqui algumas delas para guiar o debate desenvolvido acerca das hierarquias e relações de poder que caracterizam, ainda que naturalizado, a produção dos conteúdos geográficos.

Por outro lado, desenvolver abordagens que não são comuns em uma determinada comunidade científica não é tarefa fácil, porque isso implica em desconstruir tradições conceituais já consolidadas (Silva et al, 2009). Combinado a isso, uma comunidade científica

das principais categorias de análise, que permeia todas as sociedades (Silva et al, 2009).

⁹ No interior do marxismo (corrente de pensamento muito presente na geografia brasileira), o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem o seu próprio estatuto de análise (Scott, 1989).

¹⁰ As experiências estão vinculadas ao sentido experiencial e corporal que vincula elementos mentais, físicos, imaginários e espaciais e dão sentidos a uma experiência de lugar, entendida como a possibilidade ilimitada de relações em um espaço físico limitado (Mongin, 2006).

partilha de consensos em termos de formas de compreensão da realidade e isso cria hegemonias conceituais e metodológicas difíceis de serem enfrentadas (Silva et al, 2009).

Ainda há, em todos os espaços de enunciação, o predomínio da presença masculina. Em um levantamento realizado em 2015 havia 1093 docentes atuando em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil, sendo 60% homens e 40% mulheres (Cesar, 2015). Há uma hegemonia masculina, segunda a autora, também em relação às bolsas de maiores níveis – pós-doutorado e produtividade – sendo justamente nestes níveis acadêmicos em que ocorre maior quantidade de publicações derivadas de pesquisas científicas.

Essa hegemonia se reproduz no número de publicações de artigos em revistas científicas de maior Quali-Capes e tendencialmente maior alcance entre leitores, revistas que também possuem em maioria de seus comitês editoriais homens¹¹. Diante dos dados mostrados pelas pesquisadoras podemos inferir que a geografia brasileira é androcêntrica¹², uma perspectiva masculina predomina tanto nos enunciados científicos como na base conceitual e metodológica da produção geográfica brasileira (Silva et al, 2016).

¹¹ Nos conselhos editoriais a média é de 20% de mulheres de ocupam posições centrais nos processos decisórios de produção científica (Silva et al, 2009) – ainda que esse dado careça de atualização, neste texto é nosso ponto de partida.

¹² Foram levantados 17.636 artigos científicos de 90 periódicos online da Geografia brasileira no período de 1974-2015 e também a composição dos corpos docente e discente de 60 programas de pós-graduação brasileiros por Cesar (2019). Além disso, foram analisadas as ementas da disciplina de epistemologia da Geografia que compõe o projeto pedagógico dos referidos programas, como já mencionamos na Introdução deste texto. Constatou-se que os homens detêm maior prestígio acadêmico e que usufruem dessa posição pelos traços androcêntricos mantidas nas práticas do fazer científico, bem como nas concepções teóricas.

O androcentrismo embutido no discurso de neutralidade científica, reforça as ausências de sujeitos sociais, temas, problemas e metodologias de pesquisas. Segundo um levantamento da produção científica geográfica brasileira, envolvendo as temáticas de gênero, sexualidade e raça entre 1974 e 2015¹³ do grupo GETE¹⁴ (Grupo de Estudos Territoriais): 0,41% tratam da temática sobre raça, 0,43% sexualidades, 1,25% sobre gênero e 97, 71% demais temas. Isso em um país em que 56,7% da população não é branca (IBGE, 2024), 2% da população adulta brasileira é formada por pessoas transgêneros ou não-binárias, isso equivale a cerca de 3 milhões de indivíduos (FMB/Unesp)¹⁵, 12% de pessoas maiores de 18 anos que se declaram LGBTQIA+, correspondendo a 19 milhões de brasileiros de acordo com dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todos vivem espacialmente, mas nem todos em suas particularidades e corporeidades são estudados na geografia, em suas experiências socioespaciais diferentes, uma vez que o campo científico mais tradicional, os enunciados conceituais que predominam, sobretudo na geografia humana, criam invisibilidades,

¹³ Os artigos foram retirados de 90 periódicos on-line, classificados pelo sistema Qualis Capes A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 com base no triênio 2013-2015.

¹⁴ Criado em 2003 e coordenado pela professora Joseli Maria Silva (UEPG).

¹⁵ Pesquisa realizada em 2021 pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp). Fonte: <https://www.terra.com.br/nos/dia-das-pessoas-nao-binarias-7-influencers-para-seguir,ca1f9ee9a9fc70a5974909412a7731aaj8fj67e9.html#>. Acesso em 08 de outubro de 2024.

isso dificulta nossa capacidade em fazermos perguntas no campo geográfico.

Se fortalecem temas centrais (convencionais) e formas de abordagem por um lado e por outro os “condenados pela ciência” (Silva et al, 2015), ou seja, determinados sujeitos sociais, temas, perguntas e metodologias permanecem na periferia da produção científica geográfica numa intensa (e naturalizada) rede de relações de poder na academia brasileira, que dificulta questionamentos aos conceitos dominantes para abalar este poder e no limite transformá-los (Scott, 1986).

As possíveis respostas aos questionamentos que iniciamos essa seção, têm, sem dúvidas relações com os dados mostrados e o panorama brevemente evidenciado, o que reforça, em muito, a reprodução de um fazer científico majoritariamente baseado em conceitos, noções e métodos tradicionais, reproduzindo uma leitura de realidade que pouco oferece abertura para enxergar, ler e interpretar o diverso, as muitas corporeidades que produzem e reproduzem espaços cotidianamente.

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalam primeiro o compromisso do (a) pesquisador (a) em considerar cientificamente que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos (Scott, 1989). Por outro lado, quando há o debate de gênero na geografia brasileira há uma tendência em colocá-lo em um domínio separado, quase sempre sob o rótulo “estudo das mulheres”, sendo gênero sinônimo de mulheres e não a todas as relações de poder intrínsecas às relações socioespaciais.

Proponho pensar o gênero enquanto uma categoria de análise e um debate integrado ao político, econômico¹⁶ e cultural, para assim pensarmos sobre as possibilidades de fortalecimento da corrente feminista na geografia, que caminhe concomitante às demais linhas de pensamento e interpretações dos espaços e dos sujeitos sociais. Não há política sem corpos, não há corpos não políticos e não há corpos não marcados pelo gênero (Freitas e Gonçalves, 2021).

Sustenta-se que é o capitalismo e seu desenvolvimento que determinam nossa compreensão e nossa experiência do espaço. Mas isso, com certeza, é insuficiente. Entre as muitas outras coisas que influenciam claramente essa experiência, há, por exemplo, raça e gênero. O quanto podemos deslocar entre países, caminhar a noite pelas ruas ou sair de hotéis em cidades estrangeiras não é apenas influenciado pelo “capital”. Pesquisas mostram de que a mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições - de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir-se “fora do lugar” - não pelo “capital”, mas pelos homens (Massey, 2000, p. 178).

De forma bastante preliminar, inclusive como hipótese em desenvolvimento, propomos o conceito de interseccionalidade enquanto fundamento de método nas pesquisas feministas. Os conceitos e noções que embasam as leituras, interpretações e compreensões de realidade tenham no mínimo as três dimensões, sem desconsiderar suas existências ou as sobrepor, para assim

¹⁶ O seu uso rejeita as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (Scott, 1989).

fortalecer uma linha de pensamento menos universalizante e generalizadora sobre as múltiplas realidades socioespaciais de sujeitos que coexistem espaçotemporalmente.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (...) (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A alternativa possível não é deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas, em contrapartida, mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos (Scott, 1989). A autora propõe examinar atentamente os nossos métodos de análise, rever as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. “Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados” (Scott, 1989, p.20).

É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em mente. Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir por que elas aconteceram (Scott,

1989, p.20). A questão econômica, política¹⁷, mas também as questões de gênero, raça e as tantas outras dimensões que nos marcam (individual e coletivamente) são meios de compreendermos as relações complexas entre as diversas formas de relações humanas, dentro, sim, do sistema capitalista de produção e dessa lógica econômica vigente e operante, que combinada aos outros eixos geram diferentes experiências de vida, de tempo e de espaço – produzindo diferenças na produção espacial em uma constante relação desigual de poder.

Epistemologia feminista e as possibilidades de coexistências na ciência geográfica

Como discutimos em outros momentos, a geografia feminista não remete unicamente à temática de gênero e abordar gênero nas pesquisas geográficas não está diretamente ligado ao fazer científico feminista (Milani, 2022). O feminismo, na prática acadêmica é uma perspectiva subversiva mais ampla, baseando-nos em Doreen Massey, ser uma geógrafa feminista compreende pensar sobre a produção do conhecimento, as relações políticas e de poder, inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação (Silva et al, 2017).

A estrita relação entre conhecimento e política constitui, assim, a base da epistemologia feminista e de outras perspectivas epistemológicas que questionam a imagem pretensamente

¹⁷ As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e feminino (Scott, 1989, p. 26).

despolitizada e descontextualizada da construção ocidental e moderna da objetividade científica¹⁸ descorporificada (Rea, 2018). O mito do saber científico objetivo, pretensamente neutro, institui as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher, o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, o negro e o branco, por exemplo (Silva et al, 2009, p. 57).

A proposta de Haraway (1995), que assumimos, é questionar as doutrinas de objetividade que ameaçam nosso nascente sentimento de subjetividade e a atuação histórica coletiva e nossas versões “corporificadas” da verdade. Por isso, ela defende uma contraposição às “visões de cima”¹⁹ e universalizantes, propondo uma visão parcial desde algum lugar. Isso nos direciona a pensar a relação entre o universal e o particular que permite a elevação da experiência masculina branca ao nível da generalidade e a redução das experiências femininas, gays, lésbicas, negras, a posição do indivíduo sempre como menos importante nas narrativas geográficas e nos espaços de enunciação.

A pesquisa concreta se faz por meio de pesquisadores e pesquisadoras que possuem corpos, histórias de vida, raça, gênero, corpo, sexualidade, posição política e ocupam espaços, portanto, estão inseridos e produzem múltiplas relações de poder. Não há um

¹⁸ A utilização da linguagem sexista é um aspecto fundamental para compreender a ocultação das mulheres no discurso científico, já que é por meio da linguagem que a humanidade se comunica, constrói e interpreta a realidade social, sendo, portanto, necessário que se desenvolva uma crítica em torno da linguagem androcêntrica, fortemente difundida nos planos pedagógicos da Geografia Brasileira (Silva et al, 2009, p. 56).

¹⁹ Visão de sobrevoos, segundo Souza (2007).

“pensador puro”, neutro. Desde o processo de construção do objeto de pesquisa, cada escolha é posicionada, intencional e isso tem relação com aspectos dos pesquisadores e seus sistemas de valores.

Quem pesquisa são sujeitos corporificados, questão muitas vezes negligenciada, tanto na concepção dos corpos pesquisados, no processo de produção do espaço, quanto dos corpos dos pesquisadores e pesquisadoras, invisibilizados inclusive nos “trabalhos de campo” em que, sob a égide da neutralidade, tudo vêm, mas não são vistos.

O fato de que também são vistos e representados pelas pessoas que pesquisam pouco é considerado, da mesma forma em que as informações produzidas, pelas entrevistas, por exemplo (para citar um instrumento metodológico), são derivadas das relações sociais que se estabelecem entre pesquisadores e pesquisados, isso exige sensibilidade dos primeiros aos efeitos que causam nas pessoas pesquisadas (Baylina, 1997). Mais uma vez, pouco se fala sobre isso nos percursos acadêmicos de pesquisa, poucas reflexões encontramos acerca das implicações políticas e sociais dos trabalhos de campo.

O conhecimento posicionado implica reconhecer nossa capacidade de produzir um saber que se faz de determinada situação e de se responsabilizar por ele, conseguindo explicitar cada ação investigativa (Haraway, 1988). Isso coloca em xeque a existência desse sujeito possuidor de uma linguagem universal – incorporada e naturalizada pelos estudantes de modo pouco crítico, haja vista também o pouco espaço de debates sobre isso nos grupos de pesquisa e nas aulas.

As disciplinas, de modo geral, são pensadas ainda nos moldes de “transferir conhecimentos²⁰” científicos com pouco enfoque em como esses conhecimentos foram produzidos, em que contextos históricos, espaciais foram elaborados, quem são as pessoas que escreveram e escrevem, de onde escrevem, seus corpos (gênero, raça sexualidade, classe social), tudo isso fica em camadas subalternas e escondidas, neutralizando interesses, ideologias, posições e jogos de poder na produção científica, facilitando sua própria reprodução continuada nas universidades, práticas e estruturas que sustentam as formas convencionais de se fazer a ciência geográfica.

Em uma crítica feita por Massey (1991) a Harvey (1989)²¹ e Soja (1989), ela afirma que os autores fazem uma consideração simplista de que as relações de poder e políticas estão apenas em torno do capitalismo, deixando de lado outras importantes dinâmicas de sexismo, racismo e homofobia, reduzindo tais processos como simples efeitos secundários do sistema capitalista.

Nesse mesmo sentido, Halberstam (2022), também constrói uma crítica à “Condição pós-moderna” escrita por Harvey, assim como em relação a outras pesquisas canônicas sobre “geografia pós-moderna” como Edward Soja e Fredric Jameson, os quais excluíram

²⁰ Para utilizar uma expressão de Paulo Freire (1968), em que discute (e critica) a educação bancária.

²¹ A crítica de Doreen Massey foi em relação a duas obras do final dos anos 1980: Condição pós-moderna de David Harvey (1989) e Geografias pós modernas de Edward Soja (1989). Para Massey (1991) além de os autores assumirem uma universidade de subjetividades e processos sociais, os sujeitos sociais apresentados por esses autores são descorporificados em termos de raça e gênero, sendo que os autores assumem um sujeito genérico: ocidental masculino, branco e heterossexual. Na crítica, Massey ainda afirma que para livros que se aventuram a discutir a pós-modernidade, deveriam contemplar sujeitos que não fossem protagonistas da modernidade (SILVA et al, 2017, p. 18).

gênero e sexualidade como categorias de análise. Essa exclusão fundacional que designou a sexualidade ao corpo/local/ pessoal e tomou a classe/global/política como seu próprio quadro de referência, dificultou a introdução de questões relacionadas à sexualidade e ao espaço nos debates mais gerais (Halberstam, 2022). Segundo a crítica do autor, Harvey faz uma análise declaradamente materialista do tempo/espaço²² dedicada a compreensão dos processos encobertos do capitalismo, mas falta-lhe o desejo de descortinar os processos da heteronormatividade, do racismo e do sexismo.

Em relação ao gênero, raça e produção alternativa ou subcultural, portanto, a grande teoria de Harvey sobre a experiência do espaço e do tempo na pós-modernidade deixa intactas, tendenciosamente, as estruturas de poder da diferenciação (Halberstam, 2022). Assim como Jameson e Soja, Harvey apenas acena para a racialização e genderização do espaço pós-moderno, embora não adentrem neste debate como poderiam.

A posição de Massey, não apenas no texto “Flexible Sexism”, evidencia que essas outras dinâmicas não podem ser analisadas como sub-produtos, mas componentes dos processos de produção e reprodução social (Silva et al, 2017), marcadores de diferenças e fundamentais para a compreensão das realidades. Em um pensamento também crítico a essa visão marxista universalizante, Haraway (1995) afirma que o marxismo humanista foi poluído em sua origem pela sua teoria ontológica estruturante de dominação da

²² Apenas um enfoque único na história da classe trabalhadora branca e um conceito abstrato de capital podem dar origem ao tipo de organização esquemática que Harvey estabelece, no qual o tempo domina a consciência crítica e suprime uma compreensão da espacialidade (Halberstam, 2022, p. 290).

natureza na autoconstrução do homem e pela sua impotência para historicizar qualquer coisa que as mulheres fizessem que não fosse por salário. Reforça - se novamente o predomínio do campo econômico sobre os demais - gênero, raça, sexualidade – que interseccionados à classe permitem reflexões mais profundas e menos generalizantes, inclusive a resultados de pesquisas menos reprodutivos.

Nesse contexto, o suposto sujeito do saber universal e neutro revela-se, um sujeito sócio-histórico e politicamente situado, um sujeito hegemônico (Rea, 2018, p. 89), que fala e pensa a partir de seu lugar de poder, mas que impõem um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum (Haraway, 1995).

O que me preocupa, como debatemos em outro momento, é a naturalização e a pouca problematização dessas relações de poder nas pesquisas (ao menos pela minha vivência). Como se desenvolver a pesquisa e entregar os relatórios finais fossem as únicas necessidades vigentes, deixando de lado (relativamente) o processo de reflexão sobre a trajetória investigativa e a posicionalidade do pesquisador neste percurso, inclusive nos trabalhos de campo²³ (Milani, 2021) em que em muitas circunstâncias “confirmam” teorias.

Apresentamos alguns trechos do diário de campo acerca de uma pesquisa sobre o cotidiano de mulheres que ocupam cargos e

²³ Fizemos de modo significativo essa problematização também em outros textos – inclusive de modo pormenorizado. Ver: 1. GOES, E. M.; SPOSITO, M. E. B.; MILANI, P. H.; CATALAO, I.; MAGRINI, M. A. O.; ROXO, RAFAEL; SOUZA, M. V. M. Entrevistas com cidadãos: perspectiva para análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária In: GOES, E. M.; MELAZZO, E. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**. Procedimentos, instrumentos e operacionalização. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 71-122; 2. MILANI, Patrícia H.; GÓES, Eda M. Metodologia qualitativa na análise de práticas espaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 173-185.

exercem trabalhos socialmente representados como masculinos. Sem dúvidas, a nossa presença nos trabalhos de campo passou a compor o espaço que investigávamos, nossa corporeidade²⁴ foi representada e interpretada pelas pessoas que compunham aquele espaço de pesquisa, nos momentos em que estivemos presentes. O trecho do diário de campo foi escrito após a entrevista com Selma²⁵, de 38 anos, é policial, mãe de dois filhos adolescentes e divorciada.

Estávamos sentadas à mesa da cozinha (casa de Selma) para a entrevista, enquanto os dois filhos almoçavam ao lado, era por volta das quatorze horas de uma terça-feira. Selma enquanto falava comigo olhava os filhos e chamou atenção do menino que tinha esquecido de pegar feijão. Ela é policial, chega do trabalho por volta do meio-dia e faz o almoço e cuida dos serviços de casa, todos os dias, segundo ela.

Após terminarmos a entrevista Selma falou sobre o programa em que trabalha, de proteção às mulheres que sofrem violência doméstica, aproximadamente 400 mulheres são atendidas. Selma afirmou que não se trata apenas de dependência financeira, mas há muita dependência afetiva, o que dificulta bastante o processo de separação. “A forma como as mulheres são criadas fazem com que acreditem que não são capazes”, segundo ela, “desde sempre somos ensinadas a dependermos dos homens, casar-se, ter filhos e continuar nessa dependência”. A entrevistada contou que quando se separou já era concursada, mas sentia muito medo de não

²⁴ Ao trabalhar com a ideia de corporeidade defendo a perspectiva de mutabilidade e movimento em campo, que inclusive ultrapassa a ideia de corpo, entendido tradicionalmente como algo fixo (SILVA et al, 2013), e assumo a ideia de corporeidade, entendida como linguagem estrutural que transpassa o corpo, centrada nas práticas cotidianas (LINDÓN, 2012).

²⁵ Todos os nomes são fictícios. As entrevistas foram gravadas com a autorização das entrevistadas e transcritas, alguns resultados desta pesquisa podem ser vistos em Milani e Oliveri (2022).

conseguir manter a casa sozinha, não do ponto de vista financeiro, mas de perder o controle que o marido, que um homem estabelecia, para manter a ordem na casa, principalmente a disciplina dos filhos adolescentes.

Depois de mais ou menos dois anos de divórcio, Selma viu sua capacidade e vem se fortalecendo cada vez mais, acreditando em suas potencialidades, dentro e fora de casa. Inclusive falou muito sobre a criação da filha, que se distingue de como ela mesma foi criada, sobre a liberdade que a filha tem em relação ao seu próprio corpo, as roupas que usa, tatuagem, etc. Quando eu questionei se isso, se essa criação da filha aconteceria dessa forma se o marido ainda morasse na casa, Selma afirmou que não, categoricamente. Disse que o marido era controlador e que jamais deixaria a filha usar determinadas roupas que hoje usa; e mesmo hoje quando ele vê fotos da filha com short que julga curto, faz diversas críticas.

O que se coloca é algo muito profundo, muito enraizado, é um processo de formação libertária da mulher, de poder escolher o que quer (desde a roupa que veste), isso nunca foi uma possibilidade para as mulheres, a relação de dependência sempre foi constante: dependência de opiniões, dependência amorosa, dependência de companhia, dependência de aprovação (...). Me lembrei muito do livro o feminismo é para todos, na medida que esse processo é longo e nos exige tratamento profundo nas formas como mulheres e homens vivem e constroem a sociedade.

A entrevista com Selma mostra como a trajetória de vida (e tudo nisso envolvido) condiciona para a liberdade ou para a continuidade das opressões e da ordem machista na vida das mulheres, ela de certo modo “rompeu” com o próprio modelo de criação.

Interessante também observar como algumas respostas foram dadas em questões diferentes, por exemplo: quando perguntei se ela já tinha sofrido algum preconceito, assédio no trabalho, ela afirmou que não, mas em outros momentos contou casos/fatos, como por exemplo quando um líder do grupo disse, em curso de formação, que achava errado ter mulheres na polícia. Selma afirmou que

é normal ter essas pressões nos cursos militares, porém será que essas pressões e expressões em relação aos homens também são normalizadas?

A entrevista combinada à etnografia, para o desenvolvimento desta pesquisa, nos exigiu sensibilidade para apreender os vários papéis sociais que se misturam nas narrativas produzidas em entrevistas com mulheres: mães, profissionais, esposas, chefes de família etc.

A discussão de uma mulher sobre sua vida pode combinar duas perspectivas separadas, frequentemente conflitantes: uma está enquadrada em conceitos e valores que refletem **a posição dominante dos homens na cultura, e outra é informada pelas realidades mais imediatas da experiência pessoal de uma mulher**. Onde a experiência não ‘encaixa’ em significados dominantes, conceitos alternativos podem não estar disponíveis de imediato. Portanto, inadvertidamente, as mulheres costumam silenciar os próprios pensamento e sentimentos quando tentam descrever suas vidas nos termos familiares e publicamente aceitos de conceitos e convenções vigentes. Precisamos aprender a ouvir em estéreo, captando claramente tanto o canal dominante quanto o canal silenciado, e sintonizando cada um cuidadosamente para compreender a relação entre eles. (Anderson; Jack, 1991, p. 11, grifos nosso)

Do ponto de vista teórico das pesquisas, vemos que as ideias dos autores que compõem as referências bibliográficas podem tanto atuar para a aplicação de modelos já constituídos, como ajudar a liberar a reflexão de cada um. Dialogar com os autores e autoras não se resume ao exercício de utilizar suas conceituações para explicar ou interpretar todo o contexto empírico pesquisado, de forma encaixada, pouco dialógica e crítica.

O exercício de analisar teoricamente as informações produzidas em campo exige de fato uma pesquisa de livros e artigos de autores e autoras que nem sempre estão no centro do debate, isso significa que muitas vezes necessitamos acionar pesquisadores que pesquisam e escrevem das periferias do país, ou seja, fora dos grandes centros e universidades que concentram maiores recursos financeiros em pesquisas e são (quase sempre) aqueles que possuem amplos espaços de enunciação.

Nossas pesquisas podem tanto confirmar teorias como possibilitar os seus desdobramentos – inclusive a formulação de novas hipóteses e caminhos²⁶, a partir do tensionamento entre o aporte teórico existente e a realidade empírica pesquisada (e informações produzidas). Isso considerando a nossa posicionalidade desde a escolha do tema, construção do objeto de pesquisa (que já não é neutro), aos trabalhos de campo que envolvem nossas presenças corporais, toda subjetividade envolvida em determinadas realidades e relações pessoais e por fim, na redação da pesquisa, na forma como a apresentamos (Milani, 2021) aos leitores e leitoras. Se trata de falar de um lugar e desde um lugar com o que tudo isso representa (Baylina, 1997).

Por exemplo, pelo olhar (unicamente) a partir da teoria (ou de um conjunto de conceitos e noções previamente eleitos) um pesquisador pode considerar que o principal problema de uma determinada periferia seja a ausência de algumas infraestruturas (de maneira generalizante), em trabalhos de campo e o

²⁶ Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, exigindo novos caminhos metodológicos (Silva, et al, 2009).

desenvolvimento de instrumentos metodológicos qualitativos, sobretudo de escuta dos sujeitos sociais moradores dessa periferia, pode-se identificar que os problemas mais graves e vivenciados por eles são outros, muito mais múltiplos e complexos, inclusive a depender do gênero, raça e idade dos entrevistados.

Isso sugere que o pesquisador precisa acionar outras autoras e autores que dialoguem de modo mais abrangente as possíveis análises dessas informações produzidas. Lógico que os problemas estruturais estarão presentes na periferia (e são problemáticos), mas além disso, o que foi possível descobrir? Apenas a apreensão do cotidiano, a escuta, a sensibilidade para com aqueles e aquelas que vivem determinados contextos socioespaciais consegue trazer para um debate mais complexo e interseccional.

A partir da observação de eventos do cotidiano, é possível gerar informações sobre a estrutura da sociedade que compõe aquela situação. Desses pequenos eventos, podemos verificar como funcionam estruturas maiores (Helene, 2018). É exemplo, neste sentido, outro trecho de nosso diário de campo²⁷.

Na portaria de um condomínio fechado em Três Lagoas (MS) para a realização de uma entrevista para uma pesquisa em andamento, conhecemos Joana, de 37 anos, moradora de um conjunto habitacional da periferia da cidade. Ela tem quatro filhos (mãe solo) e trabalha em duas residências como empregada doméstica, naquele condomínio. Trabalha em uma casa durante a manhã e em outra no período da tarde. Desta última, só sai após

²⁷ Fomos ao condomínio realizar uma entrevista, ligada à pesquisa citada anteriormente – sobre mulheres que exercem trabalhos representados como masculinos – porém, na saída do residencial encontramos Joana e em uma conversa “trivial do cotidiano” (Lefebvre, 1991), ela nos narrou parte da sua rotina de trabalho.

deixar o jantar preparado para a família (patrões), segundo seu relato. A distância média, do conjunto habitacional em que Joana mora do condomínio em que trabalha diariamente é de 11 quilômetros, que ela traça de bicicleta todos os dias.

Há muito tempo a geografia se ocupa com formas e estruturas em detrimento dos sujeitos (Lima, 2014), reforçando o apego à forma material bastante caracteriza da prática geográfica. A cena descrita, de um pequeno fragmento do cotidiano de Joana, nos permite analisar e articular estruturas espaciais e sociais, temas e questões centrais na geografia – mobilidade, periferização, feminização da pobreza, exploração do trabalho feminino, dentre tantas outras questões, cujas análises formais poderiam não ser suficientes.

O que as práticas espaciais de Joana enunciam? Luta, (re) existência diária, estratégias para viver e produz, cotidianamente seus próprios sentidos e significados de cidade, que diferirá das experiências de um homem ou de uma mulher que compõem outra classe social, por exemplo, reforçando a importância de se pensar a cidade a partir de como o gênero constrói experiências e oportunidades urbanas diversas (Freitas e Gonçalves, 2021).

Cenas como de Joana se reproduzem a todo momento, coexistem no espaço e no tempo das cidades, porém ainda é comum a desconsideração de fenômenos sociais que não possuem clara manifestação material. Ainda que essa conduta não deve-se à inexistência da dimensão espacial dos fenômenos desprezados, mas à limitação em problematizá-lo, tornando comum várias ausências e silêncios do discurso geográfico (Silva et al, 2009, p. 58).

Isso reforça o quanto algumas referências teóricas assumidas podem limitar ou mesmo impedir a formulação de problemas para as

pesquisas geográficas, a construção de objetos de pesquisa que não sejam os “tradicionalmente” mais pesquisados na geografia.

Em uma aula, narro enquanto docente da graduação em Geografia, falávamos sobre a territorialização da prostituição na cidade, utilizava na ocasião autoras e autores que nem sempre estão no centro dos discursos geográficos (não protagonizam os espaços de enunciação), alguns estudantes questionaram (positivamente) se o fenômeno debatido “era geografia”, porque haviam ouvido sobre isso na geografia e desconheciam os autores utilizados na aula. Os estudantes acharam interessante o tema, o debate, que inclusive abriu a possibilidade de formulação de outras questões; processos e sujeitos serem postos no centro daquele debate – quase sempre invisibilizados pelos discursos geográficos²⁸. Isso, ao mesmo tempo que esses corpos, que imprimem sentidos nas cidades, não são os corpos “universais” de uma suposta cidadania abstrata, mas sim corpos de carne, osso, gênero, raça, etnia, classe, sexualidade etc. (Davis, 2018).

Reconhecer a criação e legitimação das hegemonias de saberes corporificados é um traço fundamental da epistemologia feminista (Silva et al, 2017), contrapondo-se então a ideia de autores enquanto autoridades intransponíveis e não passíveis de diálogos, o que inclusive, muitas vezes marca uma exterioridade mecânica do sujeito

²⁸ Os currículos obrigatórios direcionam os conteúdos considerados geográficos e formam profissionais a partir de uma determinada concepção da ciência geográfica. Tal concepção cria um pretense campo notório de temas, que recebem a chancela da comunidade científica e, por sua vez, inibe os pesquisadores a ousar e desafiar as fronteiras do campo científico (Silva et al, 2009, p. 59).

pesquisador em relação ao seu objeto, estabelecendo uma mediação pela “bibliografia” selecionada e “aplicada” em suas interpretações.

A proposta dos saberes parciais, localizados e críticos não significa cair no essencialismo ou no identitarismo, mas partir de sujeitos situados, encarnados, sócio-politicamente e epistemologicamente localizados e diversos, cujas produções de conhecimento desafiam o cânone da suposta neutralidade e a pretensão de universalidade da epistemologia dominante (Rea, 2018, p. 90), e isso perpassa as etapas da pesquisa, em todo esse processo há uma pessoa corporificada.

Quanto aos estudos dos grupos sociais (mulheres, negros, homossexuais), vale também o esforço em não criar o “outro lado da moeda”, criar ou reforçar polarizações. Segundo Haraway (1995, p. 22) muitas correntes do feminismo tentam estabelecer bases teóricas para uma confiança espacial na perspectiva dos subjugados, ela argumenta a favor do conhecimento situado²⁹ e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis, “o mapa da resistência não é simplesmente a parte inferior do mapa da dominação” (Pile, 1997, p. 6).

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento (Haraway, 1995, p. 22).

²⁹ Entendido também como a localização em um espaço cultural que inevitavelmente configura e modela a visão de mundo de cada pessoa (Baylina, 1997).

Compreendemos que a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento (Haraway, 1995). A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e em conversas compartilhadas em epistemologia.

Portanto, uma pesquisa feminista³⁰ está comprometida metodologicamente com a reflexividade sobre as múltiplas localizações do pesquisador/da pesquisadora e suas interações no processo de investigação. Com a força da epistemologia e dos conceitos no sentido de abrir olhares para outras interpretações, não apenas trabalhar com a aplicação de conceitos nas realidades estudadas, mas sempre o tensionamento deles. Com os instrumentos metodológicos, o debate e a compreensão que a metodologia não é neutra no processo investigativo, alguns instrumentos são tendencialmente simplificados nos percursos de pesquisa – o que vejo em meu cotidiano enquanto docente – os debates metodológicos precisam ser fortalecidos na geografia.

Para os estudos de gênero, sob a perspectiva feminista, os instrumentos metodológicos, embora haja inúmeras combinações (necessárias inclusive) com a dimensão quantitativa³¹, devem também ter a dimensão qualitativa bem desenvolvida, de modo a apreender, reconhecer sensivelmente as experiências cotidianas das

³⁰ Que não é exclusivamente o estudo sobre mulheres, não que isso seja pouco, mas é uma perspectiva que propõe o fortalecimento, na geografia, de uma vertente que coexista com as que já existem na produção científica.

³¹ Ambas as frentes – qualitativa e quantitativa – se enriquecem reciprocamente e enriquecem a investigação (Baylina, 1997).

mulheres ou de qualquer outro grupo social pesquisado, suas espacialidades em suas múltiplas interseções diárias. Instrumentos capazes de produzir informações, a partir das relações com os próprios pesquisadores, em que podemos analisar também as subjetividades, as camadas mais profundas destes cotidianos vividos espaço-temporalmente.

Ainda que não tenha como finalizar...

Considero que a Universidade seja o lugar privilegiado para a construção do pensamento alternativo e libertador. Construir a autonomia de pensamento durante o processo de ensino e de pesquisa se coloca tão importante quanto se chegar aos resultados da própria pesquisa, neste percurso há um sujeito social em formação.

Retomando a posição de Massey em relação às geometrias de poder, que trata a produção científica, considero que o espaço acadêmico também pode ser compreendido pelas pessoas que fazem parte e produzem diariamente este espaço, dando conteúdos, sentidos e significados e produzindo outras geometrias de poder, capazes de impulsionar os grupos menos favorecidos em suas posicionalidades (Silva et al, 2017) e flexibilidade em relação às suas práticas de pesquisa, que envolvem os estudantes durante anos, seja na graduação, ou seja na pós-graduação. A ausência de corporeidade nas práticas investigativas, tanto dos que pesquisam quanto dos que são pesquisados (desde os trabalhos de campo às maneiras como comparecem nos textos), tende a reforçar saberes e vozes universalizantes, constituídas a partir de um lugar de fala hegemônico.

A epistemologia feminista tem interesse em um projeto de ciência que ofereça explicações ricas em pormenores, com relação crítica, reflexiva quanto às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (Haraway, 1995). Isso pode auxiliar na construção de conhecimentos “mais humanos” com capacidade de diálogo com aqueles que nos auxiliam a construí-los em suas vidas cotidianas.

Avalio a proposta feminista como uma prática ainda desafiadora, uma vez que contesta as próprias bases epistemológicas que são fortemente machistas, brancas e heterossexuais - e isso tudo é ocultado pelo discurso da neutralidade e objetividade científica. Contesta a formação básica dos estudantes, que quase sempre estiveram acostumados com essas objetividades, e o não comparecimento de determinados temas e discussões no âmbito educacional, muitas vezes visto como tabu ou mesmo desnecessário.

A perspectiva feminista, contesta a visão predominantemente econômica e formal, que ainda predomina fortemente nas análises geográficas, combinando outras formas de se produzir desigualdades em relação com a dimensão econômica, mas vão além, mostrando o quão complexa é a realidade socioespacial contemporânea, e essa complexidade não pode ficar “do lado de fora das universidades” e dos debates que travamos cotidianamente.

A oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (Scott, 1986), por isso a ausência das relações de gênero nos discursos geográficos ultrapassa a análise da presença feminina no exercício

profissional e deve avançar na compreensão das estruturas de poder decisório, capaz de manter a seletividade das características da Geografia Brasileira (Silva et al, 2009), tensionar isso, significa provocar as bases que mantêm as coisas como são e estão, significa provocar as relações de poder estabelecidas.

A perspectiva feminista sugere o gênero como uma categoria de análise em conjunção com classe e raça, como uma alternativa de chegarmos mais próximos, em nossas reflexões e pesquisas, das profundas e complexas camadas sociais que caracterizam a sociedade dividida em tantos eixos identitários, excludentes e opressores, que redefinem a todo instante as experiências espaciais e temporais das pessoas.

Por fim, no âmbito da necessidade de os estudantes não apenas estarem nos espaços acadêmicos, mas terem algumas questões levantadas e debatidas, destaco o Grupo de Estudos Dregs (Diversidade, Resistência, Educação, Gênero e Sexualidades). O grupo, formado por estudantes dos cursos de história, geografia e letras da UFMS/CPTL³², liderado pelos próprios alunos, se reúne quinzenalmente para debates de textos selecionados pelos próprios estudantes. Quando me procuraram para compor o grupo, relataram as ausências sobre estes debates na universidade e a relevância da presença destes temas nas aulas, nas conversas, em grupos de estudos, debates e pesquisas, principalmente nos cursos de formação de professores. Vejo que os estudantes têm a possibilidade de contestar quando há fagulhas para isso, as ausências são percebidas e não podem ser neutralizadas em um espaço universitário

³² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas.

democrático, público e amplamente ligado ao fazer social. Para muitos estudantes a universidade representa e exerce um papel mais amplo que a formação profissional, mas um espaço em que desenvolvem parte importante de suas sociabilidades cotidianas e essa dimensão importante da vida – sexualidade, questões de gênero, não podem ficar para o lado de fora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, K.; JACK, D. C. Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses. In: GLUCK, Sherna Berger; PATAI, Daphne. **Women's words: The Feminist Practice of Oral History**. Nova York: Routledge, 1991, p. 11-26.

BAYLINA, Metodología cualitativa y estudios de geografía y género. **Departament de Geografia**, Universitat Autònoma de Barcelona, 1997. p. 123-138.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. IN: **GEOUSP**, São Paulo, v. 18, n.3, p. 472-486.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado) –Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado) –

Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. In: **Cadernos Pagu**. N. 5, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HELENE, Diana. Entrevista. In: COSTA, Eduardo (Org.). **Perspectivas contemporâneas sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-89.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu**. N. 5, 1995. p. 7-41.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola 1992.

IRIGARAY, Luce. Le sujet de la Science est-il sexué? **Hypatia**, v. 2, n.3, 1987. p. 65-87.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas**: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LINDÓN, Alicia. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia un renovado *betweeness*. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. V. 11, n. 33, 2012. p. 698-723.

MASSEY, Doreen. Flexible sexism. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n. 1, p. 31 – 57, 1991.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

MCDOWELL, Linda; SHARP, Joanne. **Space, gender, knowledge: feminist readings**. London: Arnold, 1997.

MILANI, Patrícia Helena. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.

MILANI, Patrícia Helena; OLIVERI, Melissa Pereira. *Eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente*: Geografias Feministas e a Interseccionalidade de Mulheres. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 3, n. 7, p. 98-117, 20 dez. 2022.

MONGIN, Oliver. **La condición urbana**: la ciudad a la hora de la mundialización. Buenos Aires: Editorial Paidós. Serie Espacios del Saber, 2006.

NEÜMAN, María Isabel. Construcción de la Categoría "Apropiación Social". In: **Quórum Académico**, 5(2), 3, 2008.

PILE, Steven. Introduction: opposition, political identities, and spaces of resistance. In: KEITH, Michael; PILE, Steven (ed.). **Geographies of resistance**. London: Routledge, 1997. p. 1-32.

RAMOS, Élvís; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, 24(52). 2022.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: ;RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, ;M. C; ARAÚJO, J. (Org.). **Territorialidades**: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador. 2018. p. 83-110.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. In: **Revista de Sociologia da USP**, Universidade de São Paulo. V. 10, n. 2. São Paulo: USP, FFLCH, 1989.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38–62, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-115.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. In: **Revista Geographia**. V. 19, n.40, 2017. p. 11-20.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38–62, 2009. p. 38-62.

SILVA, Susana V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 262. Barcelona: 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. IN: **Revista Cidades**. V. 13, n. 22, 2016. p. 101-114.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Submetido em 28/10/2024

Aceito em 13/02/2025

QUARENTA ANOS DO MST E AS LUTAS NO CAMPO

*FORTY YEARS OF THE MST AND THE
STRUGGLES IN THE COUNTRYSIDE*

*CUARENTA AÑOS DEL MST Y LAS
LUCHAS EN EL CAMPO*

Gerson de Souza Oliveira
Universidade de São Paulo
gerson.oliveira@usp.br

Resumo:

Fundado no fim do regime militar, o MST completou 40 anos e enfrenta seu maior desafio: como avançar na luta pela terra sem conquistas? Isso impõe ao Movimento urgência em lidar com as contradições impostas pela crise do capital e o fortalecimento da extrema direita para avançar em seu Programa de Reforma Agrária Popular. Problematizamos aqui os impasses colocados à reforma agrária após o Golpe de 1964; o surgimento e a especificidade política e organizativa do MST; e, por fim, discutimos brevemente os dilemas atuais que obstaculizam novas conquistas. A hipótese central é da mudança qualitativa na questão agrária brasileira, iniciada com a modernização agrícola dos militares e consolidada na forma do agronegócio. O texto resulta da revisão teórica sobre a questão agrária, de documentos e publicações do MST e da experiência e participação do autor em espaços organizativos do Movimento.

Palavras-chave: luta; reforma agrária; modernização retardatária; trabalho; capital financeiro.

Terra Livre	São Paulo	Ano 39, v.2, n.63, jul-dez 2024	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------

Abstract:

Founded at the end of the military regime, the MST has celebrated its 40th anniversary and is facing its biggest challenge yet: how to advance in the struggle for land without conquests? This imposes an urgent need on the Movement to deal with the contradictions imposed by the crisis of capital and the strengthening of the extreme right in order to advance its Popular Agrarian Reform Program. Here we problematize the impasses posed to agrarian reform after the 1964 coup; the emergence and the political and organizational specificity of the MST; and finally, we briefly discuss the current dilemmas that stand in the way of new conquests. The central hypothesis is the qualitative change in the Brazilian agrarian question, which began with the military's agricultural modernization and was consolidated in the form of agribusiness. The text is the result of a theoretical review of the agrarian question, MST documents and publications and the author's experience and participation in the Movement's organizational spaces.

Keywords: struggle; agrarian reform; backward modernization; labour; agribusiness.

Resumen:

Fundado al final del régimen militar, el MST cumple 40 años y se enfrenta a su mayor desafío: ¿cómo avanzar en la lucha por la tierra sin conquistas? Esto impone al Movimiento la urgente necesidad de lidiar con las contradicciones impuestas por la crisis del capital y el fortalecimiento de la extrema derecha para avanzar en su Programa de Reforma Agraria Popular. Aquí problematizamos los impasses planteados a la reforma agraria después del golpe de 1964; el surgimiento y la especificidad política y organizativa del MST; y, finalmente, discutimos brevemente los dilemas actuales que se interponen a nuevas conquistas. La hipótesis central es el cambio cualitativo de la cuestión agraria brasileña, que se inició con la modernización agrícola de los militares y se consolidó en forma de agronegocio. El texto es el resultado de una revisión teórica de la cuestión agraria, de documentos y publicaciones del MST y de la experiencia y participación del autor en los espacios organizativos del Movimiento.

Palabras-clave: lucha; reforma agraria; modernización atrasada; trabajo; agronegocio.

Introdução

Este texto foi elaborado a partir da participação do autor na mesa de debate “40 anos do MST e as lutas no campo” no âmbito do VIII Congresso Brasileiro de Geografia (CBG), realizado no mês de julho de 2024, pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na Universidade de São Paulo (USP).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completou quarenta anos no mês de janeiro do corrente ano, protagonizando um legado na história da luta pela terra como o movimento social mais longevo na trajetória de lutas no campo brasileiro e como um ator político importantíssimo na realidade brasileira. Não obstante, a luta pela terra e reforma agrária estão colocadas diante de desafios aparentemente intransponíveis e que obstaculizam projeções otimistas no cenário atual.

O avanço da extrema direita em escala internacional, legitimada nas vitórias eleitorais, com seu discurso de ódio e políticas ultraconservadoras, é retroalimentada com a impossibilidade lógica do capital em favorecer a vida no planeta. Para lidar com sua própria crise, o capitalismo exige uma forma de administração violenta, a exemplo do que foi a ascensão do movimento fascista após a crise de 1929 e das necessidades de expansão do fordismo (Caldart *et. al.* 2012, p. 412-413).

É bastante sintomático que paralelo à celebração dos quarenta anos do MST, se justaponham grupos civis e militares exaltando de verde e amarelo os sessenta anos do golpe civil-empresarial-militar de 1964, realizado, entre outros motivos, justamente para frear o avanço da reforma agrária e dos movimentos sociais que à reivindicavam.

Objetivamos neste texto problematizar alguns impasses colocados à reforma agrária desde o Golpe de 1964, passando pelas condições históricas que resultaram no surgimento do MST, bem como, apresentar o que o caracteriza como movimento social, ou seja, sua especificidade política e organizativa do MST. Por fim, discutimos brevemente os dilemas atuais que obstaculizam o avanço da luta pela terra e a própria continuidade do Movimento. A questão de fundo que atravessa o texto é de uma mudança qualitativa na questão agrária brasileira, iniciada com a modernização agrícola dos militares e consolidada na forma do agronegócio.

Metodologicamente foi privilegiado a leitura de publicações sobre a questão agrária, de materiais e cartilhas do MST, assim como experiência e participação do autor em espaços organizativos do Movimento. Esta proposta metodológica poderia ser detalhada a partir da realização de inúmeros trabalhos de campo, participação em reuniões, encontros, lutas, marchas, acampamentos, assentamentos e demais espaços organizativos do MST. Deste modo, buscou-se partir do debate crítico realizado no âmbito do próprio Movimento para sistematizar sua análise e apreensão dos nexos históricos dos problemas e imbricações que os fundamentam.

Neste sentido, há uma inspiração e método na formulação de Carlos Rodrigues Brandão (1984), ainda que o resultado não seja produto de uma *pesquisa participante*, no sentido estrito. Este texto foi estruturado, em síntese, para pôr em relevo elaborações e discussões construídas no âmbito da coletividade MST. Como diz este antropólogo, trata-se de reconhecer que a própria pesquisa expressa e integra a coletividade, ou seja, “participa organicamente de momentos do trabalho de classe, quando ela precisa se reconhecer no conhecimento da ciência” (Brandão, 1984, p. 13).

Antecedentes históricos da luta pela terra

A investigação sobre as raízes históricas que culminam no surgimento do MST no início da década de 1980, podem ser buscadas a partir de diversos pontos de partida e recortes analíticos. A linha interpretativa mais comum parte do histórico de lutas e conflitos no âmbito da questão agrária, ou seja, buscando compreender como se objetivou a colonização do território a partir do estabelecimento do uso, posse e propriedade da terra no Brasil (Caldart *et al.* 2012, 641). João Pedro Stédile e Frei Sérgio Görden, dois experientes militantes da luta pela terra, avaliam a fundação do MST como resultado da dialética dos conflitos e das lutas no campo, que seriam o motor de determinação da sua existência e não a exclusividade de uma data específica em sua constituição. Assim, para os dois autores, o surgimento do MST possui “várias origens, em vários locais, e sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978” (Stédile; Görden apud Moura, 2000, p.131).

Esses “vários acontecimentos” compõem a narrativa dos antecedentes históricos e influências das quais o Movimento¹ se vincula e reivindica seu legado. Baseando-nos nesta interpretação, pode-se dizer que as sementes de seu surgimento começaram a germinar desde os primórdios da resistência negra e indígena contra a escravização e defesa do território. Este seria o “marco zero” da luta pela terra neste solo, isso não significa que haja uma conexão direta

¹ Movimento com “M” maiúsculo será empregado no texto para nos referirmos especificamente ao MST.

e teleológica dessas lutas ao longo do tempo, mas que não houve alteração nas condições que as produziram.

O elo fundamental dessa cadeia está no fato de que, após mais de quatro séculos e meio até o surgimento do MST, se mantém inalterada a desigual estrutura fundiária, concentradora da riqueza e de poder sob um sistema econômico de dominação patriarcal e racial na sociedade brasileira. Por isso autores como Clóvis Moura traçaram uma análise aproximativa entre a luta sem terra do presente com as lutas dos quilombolas, negros e camponeses pobres do passado, tendo na organização e resistência de Canudos o seu caso mais exemplar (Moura, 2000).

Moura propõe uma interpretação da luta dos camponeses brasileiros, ou da luta pela terra, a partir da sua divisão histórica em três módulos básicos. O primeira seria da luta dos escravizados para formação dos quilombos e produção de uma economia e cultura paralelas que persiste até o fim da escravidão. A segunda seria aquela inaugurada com os movimentos posteriores à organização do Quilombo dos Palmares (na Colônia) e da Cabanagem no Pará (período regencial do Império) até os movimentos de Canudos, do Contestado (primeira República) e terminando com a experiência do território livre de Trombas e Formoso em Goiás na década de 1950. Neles, assevera o autor, “a massa camponesa procurava formar comunidades alternativas para subsistir paralelamente ao modelo de capitalismo no campo” (Moura, 2000, p.119). O elemento fulcral que une estes dois módulos seria a característica marcante e revolucionária de serem:

projetos criativos de um novo universo social,
procuravam dinamizar internamente as
comunidades, ordená-las socialmente, estratificá-
las independentemente dos valores e do

ordenamento de estratificação da sociedade maior (Moura, 2000, p.120).

O terceiro módulo desta proposta de divisão (o atual), tem início com a experiência das Ligas Camponesas no final dos anos 1950, que atuou até o desfecho do golpe civil-empresarial- militar de 1964. De acordo com a formulação mouriana, o fenômeno das Ligas se processou dentro de uma dinâmica bem diferente das anteriores, pois o sentido da luta era direcionado para pressionar politicamente ou “obrigar” o Estado a garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para que tivessem, nas palavras do autor, um papel integrativo de legitimação social e jurídica “ao invés de criar um direito alternativo, contestatório” (*idem*) como fizeram as experiências supracitadas. Em resumo, arremata, “os movimentos anteriores às ligas eram revolucionários e o das ligas camponesas eram um movimento reformista”, mas isso “não tira o seu mérito e a sua função dentro de uma análise sociológica mais correta” (Moura, 2000, p. 120-121).

Apesar de esquemático classificar movimentos históricos tão distintos em “revolucionários e reformistas”, a análise mouriana faz um esforço crítico em compreender a história brasileira a partir da categoria luta de classes. Por isso sua análise, ao focar a agência dos/as escravizados/as e dos conflitos produzidos nas insurreições, quilombos, guerrilhas e lutas - que atravessaram o período colonial, imperial e republicano - confrontou interpretações canônicas da historiografia e sociologia acadêmica que partem da constituição de um operariado urbano composto por imigrantes europeus na transição do século XIX para o XX, para pensar o surgimento da classe trabalhadora no Brasil e, a partir daí, as lutas de classes.

O MST é fruto do mesmo elo de dominação que vincula a estrutura fundiária concentrada e escravista da *plantation colonial*

do passado ao latifúndio e o moderno agronegócio do presente. Está alinhado, portanto, a um conjunto de lutas, insurreições, revoltas e experiências organizativas ainda não totalmente estudadas e conhecidas deste longo período. Esse tema, por si só, merecia um capítulo à parte para desenvolvimento, mas aqui, apenas como ilustração, vale citar a experiência da *quilombagem* como movimento de luta permanente pela abolição da escravatura, libertação de escravizados/as e defesa dos territórios conquistados; as várias lutas travadas pelos povos indígenas de norte a sul do país; assim como de experiências mais recentes dos movimentos de luta camponesa do Contestado, Canudos, Porecatu, Trombas e Formoso, Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) organizada pelo Partido Comunista, das Ligas Camponesas e tantos outros deflagrados ao longo do século XIX e XX (Morissawa, 2001).

Uma reflexão fundamental feita pelo MST é de que ele não se caracteriza como uma organização típica conforme estabelecem os modelos clássicos de teoria política da organização. De acordo com estes “manuais” haveria três tipos de instrumentos políticos de luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Primeiro, o movimento sindical, que teria centralidade nas lutas econômicas e defesa das conquistas dos sindicalizados e/ou categoria representada; segundo, o movimento popular que faria a luta por melhorias sociais, direitos, políticas públicas etc. de segmentos mais amplos; e, terceiro, o Partido que seria o portador de um projeto da classe abrangendo todos os setores, categorias filiadas e incumbido da tarefa de projetar uma estratégia para a transformação radical da sociedade².

² Via de regra, esta concepção de teoria da organização, facilmente encontrada nos escritos de Lênin, é dominante no conjunto dos partidos de esquerda.

Na prática o MST é um “instrumento híbrido” destas três formas e, ao mesmo tempo, não se entende apenas por elas como discutiremos. Sua natureza ou caráter se define como um movimento de massas, sindical, político e popular. Ao sintetizar esse caráter com as três formas em sua práxis política, o MST construiu uma “nova engenharia”, um novo “jeito” de fazer luta social com autonomia e identidade própria a partir dos símbolos: bandeira, hino, programa político, valores e princípios próprios que, guardada proporções, alterou o modo de se fazer movimento social (MST 2021, p.09).

Na análise de Moura, após cem anos da destruição do movimento camponês de Canudos (1896-1897), o MST apareceu como uma espécie de “fênix renascida”, dando novo sentido à luta pela terra, subvertendo as violências e genocídios seculares que permeiam a construção história desse país e apresentando um potencial de mudança radical na sociedade. Tanto Canudos como o MST, na apreensão de Alípio Freire apresentando o livro citado, seriam “parte de uma mesma cadeia de resistência ao monopólio da propriedade da terra em nosso país” (Moura, 2000, p.14). Assim, ao afirmar a transformação da realidade social brasileira pelo caminho da desobediência civil, o MST aproxima-se das posições revolucionárias, ao mesmo tempo que procura:

articular um projeto nacional da base de unidade estrutural e dinâmica entre rural e o urbano, o sem-terra e o sem-teto, o desempregado das favelas e o camponês sem-terra, entre o operário industrial e o assalariado agrícola (Moura, 2000, p.144).

Muito além da parcela de trabalhadores e trabalhadoras que possuem o privilégio de um emprego formal, há milhões de brasileiros que lutam cotidianamente para sobreviver sem emprego

diante da reprodução crítica do capital que, por sua vez, explicita a crise do próprio trabalho. No entanto, não há uma correlação imediata entre desemprego, empobrecimento, expropriação e mobilização social, luta antissistema etc. Apenas eventualmente, sob determinadas situações conjunturais, este conjunto de trabalhadores sem emprego se coloca em luta. Diante deste cenário desolador, as ocupações por terra e moradia ganharam espaço, sobretudo na década de 90, como alternativa de sobrevivência para essa massa empobrecida e impossibilitada de se reproduzir por meio do trabalho assalariado.

Organicidade e o método do MST

Atualmente o Movimento está organizado em 23 estados mais o Distrito Federal e, assim como outros movimentos sociais do mesmo período histórico, foi construído para ser um instrumento de mediação e encaminhamento das pautas e objetivos do conjunto da categoria *sem-terra*, bem como articulá-las às lutas e reivindicações mais gerais dos demais segmentos da classe trabalhadora.

Para alcançar uma territorialização nacional foi central estabelecer um método, um “eixo unificador” interno para mobilizar trabalhadores/as, fazer as disputas na sociedade e alcançar os objetivos definidos (MST, 2023, p. 40). Para isso o Movimento construiu uma identidade própria e um “jeito de fazer” que passou a ser conceituado como sua *organicidade*, sua forma particular de organização. Esta é baseada em princípios organizativos dentro de um método de direção e subordinada a uma estratégia com objetivos políticos de curto, médio e longo prazo. A prática da organicidade permite a socialização da cultura política construída pelo Movimento

ao longo de sua trajetória e, ao mesmo tempo, a revitalização e contraste desta experiência à luz das contradições inerentes à própria realidade cotidiana.

A organicidade possui elementos filosóficos e organizativos do tipo de organização que é necessário estruturar para realizar as ações políticas, por isso combina a elaboração teórica com a materialização do Programa de Reforma Agrária Popular (RAP) e do projeto de transformação social estrutural (*idem*). É por meio dela que se elabora, implementa e se avalia determinada linha política, ação e tomada de decisão tanto no específico do setor, coletivo, brigada de militantes; como na escala local do assentamento, acampamento, centro de formação e/ou secretaria, etc. É o que possibilita a transformação da força das massas em força política organizada.

Metaforicamente a organicidade seria como *vasos comunicantes* de um corpo vivo (como o solo), que transporta oxigênio e nutrientes imprescindíveis ao bom funcionamento e desenvolvimento do organismo por ela articulado. A energia desse “corpo”, na formulação do Movimento, vem da *mística* (de um mistério), como o pulsar de um coração que “está no sujeito como o calor está no corpo que o mantém quente o suficiente, proporcionando-lhe vitalidade e satisfação”. Nas palavras de Ademar Bogo, a mística seria a antecipação daquilo “que deverá vir a ser ao mesmo tempo que está sendo” (Caldart *et al.* 2012, p. 476).

Um fundamento decisivo para alicerçar a unidade nacional do Movimento é a formação política e ideológica. A formação no MST está vinculada a seu método de trabalho, de direção e planejamento, ou seja, a seu projeto político, por isso “nunca pode ser dogmática, nem espontaneísta, mas preparada, planejada, combinada com os

objetivos estratégicos” e sim concebida como uma totalidade, como cultura política, como “a arte de organizar o povo” (MST, 2023, p. 15-17). A luta, a ocupação, a marcha possibilitam saltos surpreendentes na consciência de um trabalhador ou trabalhadora, pois permite romper com aspectos da dominação ideológica que os impõem à submissão à “ordem”, ao poder superior do Estado, do patrão, do fazendeiro etc. No entanto, há dimensões da formação da consciência que não se resolvem desta forma, passam pela escolarização e superação do analfabetismo tão persistente no meio rural e nas periferias urbanas; pela assimilação de conhecimentos técnicos, pelo enfrentamento do patriarcado, do racismo e relações de exploração.

O MST construiu uma proposta de educação do campo, pautou e lutou pela criação do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA) em 1997 e hoje defende a conquista de mais de 2 mil escolas em áreas de reforma agrária, além de investir na construção de suas próprias escolas e centros de educação, formação e capacitação técnica. São exemplos a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), o Instituto Josué de Castro (Iterra) e o Instituto Educar na região Sul; a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, o Centro de Formação Paulo Freire localizados na região Nordeste; o Instituto de Agroecologia Latino Americano (IALA), na região amazônica; o Centro de Formação Maria Olinda (CEFORMA), a Escola Popular Rosa Luxemburgo, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) na região Sudeste e inúmeras outras escolas de agroecologia e centros, institutos e escolas espalhados pelo país.

Mais do que os espaços físicos, a própria pedagogia do Movimento, ou seja, a coletividade dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra se objetiva como “o sujeito educador principal” e deve ser

entendida “como teoria e prática da formação humana” (Caldart *et al.* 2012, p. 548). Por isso o público desses cursos (formais ou não-formais) perpassam diversos movimentos sociais, militantes da classe trabalhadora brasileira, latino-americana e, inclusive, dos demais países e continentes. O MST compreendeu desde o início a importância das alianças e do apoio externo, tanto como estratégia de sobrevivência diante da repressão, como acumular forças para transformações políticas mais profundas. Não fosse o acúmulo de lutas que o antecedeu, somado ao empenho fundamental de agentes pastorais, militantes da Teologia da Libertação e demais grupos em criar as condições necessárias, dificilmente ele teria surgido.

Nesse sentido o Movimento se constituiu e se consolidou a partir da solidariedade de muitas pessoas e coletivos, inclusive, amigos e amigas de outros países. Esta inspiração se tornou um princípio militante e tarefa permanente do Movimento, tanto a solidariedade como o *internacionalismo*, por isso mantêm na atualidade uma rede de relações que entrelaça todos os continentes e um conjunto de países e organizações que lutam pela libertação dos povos e contra o sistema capitalista. Dos vários exemplos neste sentido, podemos citar o apoio público do MST à resistência do povo palestino, ao zapatistas do México, ao povo curdo no leste da Turquia e países adjacentes, à luta pela soberania dos saarauís organizados na Frente Polisário no Saara ocidental (norte da África), aos indígenas e quilombolas brasileiros e diversas coletividades que lutam e resistem por seus territórios e pelo direito de existência.

O estabelecimento de relações de solidariedade e a construção do internacionalismo pelo MST, são definidos por suas ações concretas ao defender, reivindicar e estudar os processos e movimentos populares de luta de outros países, ao fazer campanhas

de apoio e ao enviar militantes em brigadas internacionalistas para intercâmbio nas áreas de agroecologia, produção, educação e formação como já ocorrido na Venezuela, Haiti, Cuba, Honduras, El Salvador, Bolívia, Paraguai, Guatemala, Timor Leste, China, Moçambique, África do Sul e Zâmbia (Tricontinental, 2024, p. 31). Para unificar processos e projetar linhas políticas de ação dos movimentos do campo, de sem-terra, negros/quilombolas, indígenas e camponeses da América Latina, Caribe e mundo, o MST impulsionou e se envolveu diretamente na construção de alguns instrumentos e espaços de articulação como a Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) criada em 1994 e que reúne 84 organizações de 18 países da América Latina e Caribe; a Via Campesina Internacional (na qual a CLOC se insere) criada em Manágua (Nicarágua) em 1992 e oficializada na Bélgica em 1993, na sua primeira conferência internacional que reuniu quase duas centenas de organizações de países de cinco continentes; também a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba Movimientos) e a Assembleia Internacional dos Povos (Tricontinental, 2024, 30).

A prática do internacionalismo está na essência da construção do MST. Desde suas origens se inspirou em experiências de luta da história brasileira e de outros países, a exemplo da revolução mexicana de Emiliano Zapata e Pancho Villa em 1910, cujo lema foi retomado nas primeiras palavras de ordem do Movimento como “*terra para quem nela trabalha*”. Esta frase para os camponeses naquele momento, certamente fazia mais sentido por seu conteúdo autoexplicativo do que propriamente por estar vinculada a um processo revolucionário, pois representava uma posição contra a terra improdutiva, ociosa e a disposição deles em cultivá-la (Stédile; Fernandes, 2012).

Ela informava a consciência sobre um elemento fundamental da realidade fundiária brasileira que era o latifúndio por extensão, improdutivo e comandado por fazendeiros absenteístas, que sequer residiam sobre a terra. Ou seja, afirmava um ponto decisivo do Estatuto da Terra de 1964, primeira lei brasileira a tratar da questão da terra e instituir um órgão público para implementar a reforma agrária (o atual Incra), ademais de consolidar o instituto legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público. Desse modo, a frase também explícita de forma imediata seu conteúdo de classe, no sentido de quem é “merecedor da terra” é quem nela trabalha e vive e não quem tem o seu registro, a sua propriedade jurídica (*Idem*, p. 38).

O Golpe contra a reforma agrária em 1964

Para contextualizar as disputas e o ambiente político no qual foi criado o MST, é importante fazer algumas considerações sobre o Golpe empresarial-militar de 64 e o regime ditatorial instalado para bloquear e inviabilizar a reforma agrária. O Golpe teve um caráter de contrarrevolução preventiva na análise de Florestan Fernandes (2019), efetivado para impor uma ditadura autocrática pró-expansão do capital e para “superação” do atraso pós-colonial, quer dizer, saltar à modernização recuperadora, mesmo que de forma retardatária (Kurz, 1993, p. 177).

Ele pavimentou uma via própria de modernização conservadora (sem reformas estruturais), na forma de uma autocracia burguesa, atrelada diretamente aos interesses do capital internacional por um lado e, por outro, preservando interesses domésticos de grandes proprietários rurais e grupos econômicos.

Deste modo, ele encerrou a possibilidade de realização de uma ampla reforma agrária como via para o desenvolvimento do capitalismo, semelhante ao que ocorrera um século antes nos países centrais da economia global. Nestes, o espaço rural foi estruturado para produção de matérias primas à expansão da indústria manufatureira e dinamização do mercado interno (Stédile, 2011).

O debate em torno da reforma agrária estava em alta no final dos anos 1950 e início dos 60, sobretudo, devido aos esforços dos doze parlamentares do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre eles, o senador Luiz Carlos Prestes que apresentou pela primeira vez um projeto de lei de reforma agrária ampla e, mesmo derrotado, influenciou na constituinte de 1946. Como resultado foi estabelecido uma conceituação sobre a propriedade da terra no texto final daquela Constituição, na qual ela “deveria estar vinculada ao *uso social* para produção” (Stédile, 2011, p.19). Depois do PCB, em 1954 o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também apresentou uma proposta que não prosperou e, em 1963, foi a vez do deputado federal Leonel Brizola que apresentou uma proposta sintonizada com o debate da esquerda da época, também rejeitada sob argumento de excessivamente radical (*idem*, p.20).

Pouco tempo antes, na condição de governador do Rio Grande do Sul, Brizola havia desapropriado aproximadamente 25 mil hectares de terra improdutiva da Fazenda Sarandi, ocupada por colonos sem-terra ligados ao recém-criado MASTER. Buscando conciliar os diferentes interesses sobre a imensa área, o governador organizou a seguinte distribuição da terra: vendeu cerca de 13 mil hectares aos colonos; realizou loteamento em 8 mil hectares; e deixou pouco mais de 3 mil aos empresários que formaram as fazendas Macali e Brilhante. A ação de Brizola apontava a disposição do PTB

em levar adiante as reformas de base, tendo a reforma agrária como sua centralidade, mas a partir de três dimensões. Primeiro, a reforma agrária deveria contemplar os distintos interesses sobre a terra; segundo, o Governo deveria coordenar e dar a direção para os movimentos camponeses de reivindicação; e terceiro, a mediação entre “a necessidade da terra e a sua conquista deveriam dar-se pela relação entre o partido político e as articulações diretas com o Executivo” (IOKOI, 1996, p.74).

Acompanhando de perto toda essa agitação política desde o final da segunda grande guerra, o governo norte-americano procurava aumentar sua influência mundial dentro da geopolítica da “guerra-fria”, por isso era fundamental estabelecer sua hegemonia na América Latina e Caribe. Fosse pela dissuasão de forças contrárias ou por meio da instalação de golpes antidemocráticos. Neste intuito, os EUA passaram a investir em projetos e propostas de integração para o “fortalecimento da democracia” e de “distensão” dos territórios pobres e/ou com atuação de movimentos rebeldes e potencialmente revolucionários. Um bom exemplo desta estratégia foi a *Aliança para o Progresso* que previa em seu discurso modernizante, a realização da reforma agrária nos países latino-americanos (Stédile, 2011, p. 31).

Sob pressão de diversos segmentos, sobretudo dos apoiadores que davam sustentação a seu governo populista, João Goulart, que já havia participado pessoalmente junto com o então ministro Tancredo Neves do primeiro Congresso Nacional de Camponeses realizado em Belo Horizonte em 1961, promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, na expectativa de estancar os conflitos com este setor. Quando se viu isolado e contando com apoio apenas dos aliados do campo mais à esquerda, passou a

adotar um discurso mais contundente pró-reformas de base e de defesa da reforma agrária como um caminho necessário para o desenvolvimento, erradicação da fome e, inclusive, atenuação dos conflitos internos. Passou a anunciar decretos de desapropriação de áreas às margens das rodovias federais e criticar a forma indenizatória da desapropriação de terras vigente, da qual sugeriu alterar a legislação para fixar o pagamento na forma dos chamados Títulos da Dívida Agrária (TDA).

O anúncio dessas medidas provocou fortes reações da oposição, especialmente no Congresso Nacional da época, formado majoritariamente por parlamentares ruralistas e, em grande medida, ligados a entidades como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), sediada em São Paulo desde sua fundação em 1919, e contrária às medidas. A SRB representava o poder do latifúndio e do dinheiro, aglutinando pecuaristas, cafeicultores, em uma sociedade patriarcal e de interesses patronais. Foi um dos braços ideológicos e articuladores do Golpe, desempenhando um papel importante junto aos proprietários na oposição política e tramas golpistas contra o governo Juscelino Kubitschek e na derrubada de Jango da presidência, a quem acusava de favorecer os “subversivos” (Welch, 2010, p.25).

Os militares operacionalizam o Golpe, contudo a sua coordenação era ampla e alinhada aos mais diversos interesses de setores da burguesia brasileira e externa. A ditadura se assentou sobre uma obsessão tecnocrática, rígida na repressão aos trabalhadores e com projeções megalomânicas pelo interior do país, via de regra, impulsionadas pelo Plano nacional de Integração (PIN) e de colonização (PIC) com desdobramentos devastadores para o meio

ambiente, as populações do campo e, particularmente, os povos indígenas com a abertura de estradas e invasão de seus territórios.

O expansionismo rodoviário tem seu exemplo mais doloroso na região norte, sob os motes “integrar para não entregar” e “Amazônia: uma terra sem homens para homens sem-terra”, a abertura de estradas escancarou com virulência o caráter colonizador devastador do ímpeto modernizante. São testemunhas do *rodoviarismo* desse período nefasto o traçado das rodovias Brasília-Cuiabá-Porto Velho (BR-364) ligando Rondônia, a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Porto Velho-Manaus (BR-319) e a Transamazônica (BR-230), obra projetada para ligar Cabedelo na Paraíba até Lábrea no oeste do Amazonas, atravessando cidades como Teresina no Piauí, Itaituba e Marabá no Pará (Stédile, 2011, p. 33). Para atuar nessas áreas os generais criaram o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM) que, entre outras atribuições, deveriam “gerir” os conflitos “e conter a influência da igreja” envolvida nos litígios de posseiros e indígenas na região (Morissawa, 2001, p. 103).

O projeto ditatorial para o campo, denominado eufemisticamente de “Revolução Verde”, foi supostamente estruturado para tornar “produtivo” o latifúndio improdutivo, com desenvolvimento de tecnologias, maquinários, implementos, melhoramento genético e construção de grandes complexos produtivos. A industrialização da agricultura brasileira foi fomentada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), somado desenvolvimento técnico e tecnológico do capital para expandir sobre grandes biomas, como exemplo, o Cerrado para produção de grãos a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Isto significou entre as décadas de 60 e 80 a

incorporação de 120 milhões de hectares voltados à produção agropecuária (Stropasolas, 2024). No entanto, sob o ângulo do impacto social e ambiental foi devastador o avanço sobre grandes áreas florestais e de mananciais convertidas à produção pecuária, da soja, milho e de cana-de-açúcar com a criação do Proálcool na década de 1970.

A expansão do capital no campo expulsou milhões de pessoas desempregadas para as cidades, elevou a concentração fundiária e a pobreza. Não obstante, a exaltação do período militar por uma parcela da sociedade alinhada à extrema direita nos dias atuais, a verdade inconveniente é que o crescimento econômico dos militares não se sustentou e refletiu nos anos 1980 em crise aguda, com desemprego, alta da inflação, pobreza extrema, endividamento do Estado etc. Em suma, refletiu num conjunto de problemas que evidenciaram o Brasil como um dos países mais desiguais do planeta (Morissawa, 2001).

O saldo social e econômico expôs a tragédia da modernização brasileira a partir do momento em que não foi mais possível ao Estado, imerso no sistema do capital em crise, oferecer as mesmas condições monetárias, fiscais e creditícias que sustentaram o programa econômico da autocracia burguesa. É o caso, por exemplo, do exaurimento das possibilidades do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND's) do Governo Médici (atribuída à crise do petróleo em 1973-74), que pôs fim à falácia do “milagre econômico” e entrou em colapso com a crise do fordismo e a reestruturação internacional no padrão de reprodução do capital global.

Roberto Schwarz ao resenhar o ‘livro audacioso’ de Robert Kurz sobre “O colapso da modernização” em 1992, apresentou uma análise crítica da situação brasileira afirmando que apesar dos

subsídios, endividamentos e decênios de sacrifício humano brutal, a prometida modernização da sociedade, quer dizer, a sua reprodução coerente no âmbito do mercado global, não se realizou e agora é uma possibilidade ainda mais remota.

A situação de vários países da América Latina hoje se pode caracterizar como de “desindustrialização endividada”, como populações compostas de não-pessoas sociais, ou seja, de sujeitos monetários desprovidos de dinheiro (Kurz, 1993, p. 12-13).

A modernização dos militares revelou-se um fracasso econômico e uma catástrofe social, impactou na redefinição espacial do território brasileiro, produzindo uma sociedade fortemente urbanizada, profundamente cindida, empobrecida e massivamente desempregada. No meio rural a concentração fundiária atingiu um recorde histórico para o período, colocando o Brasil entre os países com maior desigualdade global entre ricos e pobres, entre proprietários e despossuídos. Foi este o contexto de reorganização dos movimentos sociais no campo e na cidade, forçando a abertura política e retomada formal da democracia no final dos anos 1970 e início dos 80 aproveitando inviabilidade de continuação do regime.

Se por um lado a ditadura perseguia, prendia e torturava trabalhadores/as considerados/as subversivos, por outro ela mantinha relativa proximidade com o movimento sindical por ela autorizado. Desde a publicação do ETR estava previsto a ampliação de direitos e políticas assistenciais para os trabalhadores rurais, deste modo os militares “controlavam” os sindicatos através do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), a eles repassados e geridos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Isso permitia assistência médica, odontológica, jurídica e de aposentadoria, fazendo os sindicatos

“servirem como principal agência de serviço social para a população carente da zona rural”, obviamente “também permitiu que alguns deles se tornassem feudos corruptos” em relação ao dinheiro repassado pelo Governo e na definição de quem eram “os eleitos” para receber os benefícios (Welch, 2010, p. 430).

Igualmente óbvio que esse *assistencialismo* sindical não resolveria o problema da superexploração do trabalho no campo, por este motivo intensificaram-se mobilizações no interior do país, sendo que a maior delas desde 64 foi a greve dos canavieiros de Pernambuco em 1979. Esta deixou dezenas de usinas de cana-de-açúcar paradas e envolveu mais de cem mil trabalhadores rurais, além de inspirar movimentos grevistas Brasil adentro como as revoltas de Guariba em 1984 e de Leme em 86 no estado de São Paulo.

Avaliando a situação dos sindicatos cooptados pelo regime sob a estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e crítica à estratégia do PCB de “aliança” à burguesia nacional e do sindicalismo rural como caminho para o socialismo sem considerar o papel dos camponeses - que inevitavelmente iria se proletarizar - (Welch, 2010, p. 35), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) juntamente às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas ao setor progressista da igreja católica, formavam novas lideranças e estavam atentas aos conflitos no campo e às manifestações dos trabalhadores/as rurais nos estados.

Um impulso decisivo foi dado entre os anos de 1979 e 1983 com reuniões e articulações feitas pela CPT, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros agentes, sobre os conflitos e ocupações de terra em todo o país. Estas ações somadas às greves no Nordeste, a luta dos seringueiros no Acre e inúmeras outras lutas acontecendo nos estados influenciaram na iniciativa dos agricultores

sem-terra, após extrusão da reserva de Nonoai (RS), à rejeitarem migrar para as áreas de colonização e ocuparem as glebas Macali e Brilhante (Fazenda Sarandi) em 1979, formando o Acampamento Encruzilhada e Natalino para lutar pela terra no estado (Stedile; Fernandes, 2012, p. 19). É em meio a esse movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais em luta pela terra em várias regiões, nos anos finais da ditadura, que foi criado o instrumento político-organizativo denominado MST (Morissawa, 2001).

O MST na luta pela terra e seus inimigos

Em sua Carta de fundação, no primeiro encontro nacional entre os dias 20 e 22 de janeiro em Cascavel, no Paraná, o MST denunciou problemas sociais decorrentes da Ditadura e do modelo agrário-exportador do capital que forçaram milhões de pessoas a migrarem do campo à cidade; a exploração e violência no campo que havia vitimado 116 trabalhadores só no ano de 1983 e conclamou os trabalhadores e trabalhadoras rurais (posseiros, meeiros, arrendatários etc.) a não apenas se defenderem, mas começarem a lutar pela reconquista da terra (Morissawa, 2001, p. 139).

Esse período inaugura o capítulo brasileiro do colapso da modernização na medida em que os/as milhões de expulsos/as do campo não foram inseridos na mesma proporção na indústria. Esse fato também nos informa sobre os limites do sindicalismo que se organizou no período, pois esse conjunto de pessoas não empregadas formalmente não têm instrumento de representação política diante do Estado. Este é o espaço que foi sendo cada vez mais ocupado pelos movimentos sociais, por igrejas (especialmente neopentecostais), pelo crime organizado e assim por diante.

A gênese do MST também deve ser considerada como resultado do processo da elaboração crítica sobre as derrotas e estratégias políticas que o antecederam, pois, não foi por acaso que o Movimento passou a defender a ocupação do latifúndio para sua consolidação como instrumento legítimo de luta pelo direito à terra e à reforma agrária. Nisso combinando luta direta com luta institucional para responder às demandas da categoria sem-terra e à estratégia de acúmulo de forças para uma transformação mais ampla da sociedade, que seria a transição socialista (*idem*).

Nos primeiros anos de expansão do MST para se nacionalizar, sobretudo após a realização de seu Primeiro Congresso Nacional (1985) em Curitiba no Paraná, as principais palavras de ordem empregadas foram: “Ocupação é a única solução”, “Sem reforma agrária, não há democracia”, “Terra para quem nela trabalha e vive” entre outras. As frases entoadas expressam e sintetizam tanto uma tática de diálogo com a sociedade, como uma posição política do Movimento frente à conjuntura de cada época. Nelas estão contidos elementos do Programa e funcionam também como propaganda para disputar ideias e organizar o povo em torno da sua proposta de luta e transformação do campo e da sociedade.

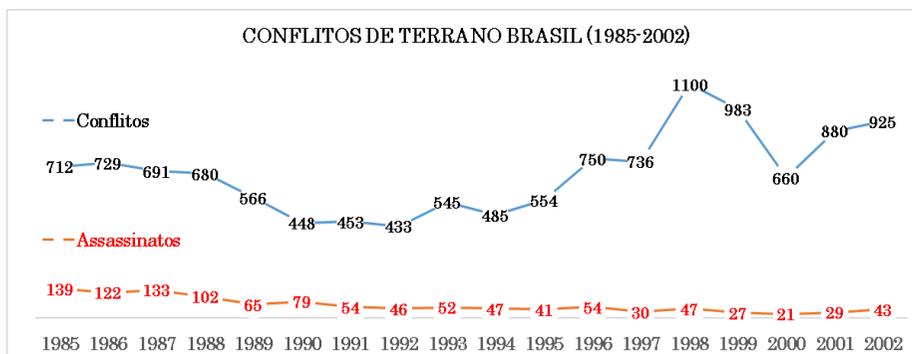
No entanto, a fundação do MST em 1984 e seu enraizamento entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais nos estados, reacendeu os ânimos dos ruralistas que no ano seguinte criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para cumprir o papel sujo da repressão e violência contra os movimentos sociais uma vez que já não podiam mais usar o aparelho estatal para tal fim, ao menos não da forma sistemática como antes a ditadura fazia.

Como é possível verificar no gráfico a seguir, sobre “Conflitos no campo”, a fundação da UDR evidenciou a disposição do latifúndio,

após duas décadas de regime de exceção, em seguir cometendo crimes em nome da propriedade privada e pressionando os governos a não cederem à reivindicação dos movimentos sociais do campo em favor da reforma agrária. Nisso podemos concluir que os ruralistas no período (aglutinados também na antiga SRB e demais representações do capital no campo), tiveram um relativo sucesso ao barrarem o primeiro Plano Nacional de Reforma agrária (PNRA I) elaborado sob coordenação de José Gomes da Silva, então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Durante o debate constituinte de 1988, além da UDR e SRB, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), Sindicato Nacional dos Pecuáristas de Gado de Corte e etc. atuaram para vetarem propostas em favor da política de reforma agrária no texto constitucional.

Não à toa, conforme expõe o gráfico a seguir, nos três primeiros anos do “fim da ditadura” e após a criação da UDR (entre 1985 e 88) o número de assassinatos no campo em conflitos de terra se manteve num nível bastante elevado, só decaindo após aprovação da Nova Constituição em 1988. Apesar da reação, a articulação dos movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, mais o esforço de parlamentares engajados no tema, conseguiu deixar uma importante “brecha” na lei. Em consonância com a Constituição de 1946, manteve o estabelecimento do acesso à terra como um direito social e condicionou da propriedade da terra ao cumprimento da sua função social, não a deixando (pelo menos juridicamente) como um direito absoluto sobre todos os demais (Stedile, 2011, p. 94).



Fonte: Cadernos de conflitos no campo da CPT (1991, 1995, 2003).

Na segunda metade da década 90, houve nova escalada dos conflitos fundiários atingindo mil e cem ocorrências identificadas entre os anos de 1997 e 98, a despeito do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) negar haver um “problema agrário” na época (Stedile 2012, p. 141). Sua política de criminalização da luta pela terra acirrou as lutas no campo e teve sua explicitação máxima nos massacres de Corumbiara em Rondônia (1995) que vitimou 12 pessoas e de Eldorado dos Carajás no Pará em 1996, que deixou 21 mortos e dezenas de feridos. A repercussão deste massacre ganhou o mundo com a fotografia de Sebastião Salgado, a música de Chico Buarque e as palavras de José Saramago divulgadas na exposição artística intitulada *Terra* (Tricontinental, 2024, p. 07).

No ano seguinte o MST deu uma resposta contundente de luta realizando 180 ocupações em todo país e realizando a “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”, que mobilizou 1.300 militantes, organizados em três colunas, marchando por um mês até chegarem à Capital Federal no dia 17 de abril com mais de cem mil pessoas em seu ato final (Morissawa, 2001, p. 158-159). A Marcha apresentou o MST como uma força política organizada em escala nacional, denunciou a impunidade dos massacres diante da não-realização da reforma agrária e celebrou pela primeira vez o 17

de abril como o dia internacional de luta pela terra, conforme definido pela Via Campesina Internacional. Também demonstrou para o conjunto dos movimentos sociais, sindical, aos partidos de esquerda e apoiadores da reforma agrária, que não bastariam a alteração das leis e a mudança formal na governança política para conquistarem direitos nos marcos da democracia burguesa.

O descalabro da impunidade nesses e tantos outros crimes ratificou a impotência e fragilidade do “Estado democrático de direito” construído a partir dos anos de ditadura e da Lei de Anistia de 1979 que não puniu os responsáveis pelas atrocidades. A defesa pétrea e irrestrita da propriedade privada foi um dos amálgamas jurídicos e ideológicos de base do golpe de 1964 e tornou-se clausula suprema na Constituição Federal de 1988. Seu artigo quinto estabeleceu, na mesma linha, tanto a “inviolabilidade do direito à vida” como “A inviolabilidade do direito à propriedade privada”, uma equiparação que naturaliza este “direito” (restrito a poucos) como sendo de igual importância ao direito à vida.

Lido corretamente, “a defesa da propriedade privada, vale tanto como defender a vida”! Essa certamente é a interpretação da UDR e de grupos milicianos como o atual *Movimento Invasão Zero* que objetiva “impedir a invasão de propriedades rurais e urbanas com base na Constituição”, conforme descreve sua página na internet e seus líderes em redes sociais. O grupo reúne antigos milicianos da UDR, como o ruralista Ronaldo Caiado, e foi formado por fazendeiros e empresários da região extremo sul da Bahia. São acusados de cometimento de crimes como o assassinato a tiros de Maria Fátima Muniz de Andrade, a “Nega Pataxó”, do povo indígena Pataxó Hã-Hã-Hã em uma ação de retomada de terras (Cimi, 2024).

Como vimos a luta dos sem-terra, dos negros, negras e indígenas, historicamente mobilizou a reação truculenta das elites para se manterem no poder. Por este motivo a história insiste em se repetir como tragédia para estes segmentos criminalizados e violentados pelo Estado e agentes da classe dominante, com “métodos selvagens” e terrorismo sistemático com a certeza de que “estruturas de poder garantem-lhes a impunidade” (MOURA, 2000, p.199).

Desafios à reforma agrária nos quarenta anos do MST

A perspectiva de realização da reforma agrária como condição para desenvolvimento do capitalismo, aos moldes clássicos, como ocorrido na França, Japão e EUA, foi bloqueada pelo Golpe de 64 e sepultada pela imposição da malfadada “revolução verde”. O que se seguiu posteriormente foi a ratificação desta impossibilidade em governos subsequentes. Primeiro com o esvaziamento do I PNRA no Governo Sarney (1985-90) que previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias em apenas quatro anos³ e depois aliando repressão e revisão conceitual da noção de reforma agrária, buscando esvaziá-la de sentido. Esta foi considerada superada e restrita a uma “política de assentamentos rurais” e de fortalecimento do que se passou a chamar de agricultura familiar, articulada via Banco Mundial e subordinada às grandes empresas do capital financeiro, seguindo o modelo norteamericano (Stedile; Fernandes, 2012, p. 140).

A bem da verdade, a elite brasileira (ruralista) nunca quis realizar esse tipo de reforma, pois a formação brasileira escravista-colonial e dependente externamente, se constituiu baseada na

³ Essa proposta se insere dentro de uma “visão clássica, de que era possível fazer uma grande reforma na estrutura da propriedade da terra, dentro do capitalismo, e desenvolver as forças produtivas do país” (Stédile; Fernandes, 2012, p. 161).

agricultura de exportação e na grande propriedade (Stedile; Fernandes, 2012, p. 159-160). A política de anti-reforma agrária dos militares e especialmente dos governos que se seguiram, não tiveram como objetivo o desenvolvimento industrial do país, visto que, desde o final dos anos 1970 “começaram a aparecer os primeiros sinais da crise da indústria brasileira, que irá se prolongar por toda a década de 1980, conhecida como a ‘década perdida’” (*Idem*, p. 18).

Economicamente há um problema substancial entre os anos da ditadura e o período atual, pois, se antes houve uma reciprocidade entre a repressão e a modernização do país com expansão do capital⁴ e formação de um denso operariado urbano-fabril, agora o que se coloca é o desfecho dos limites dessa expansão. Observado especialmente nas tentativas do capital de manter taxas de lucro, predominantemente, no âmbito financeiro e não na intensificação da produção industrial ou no aumento do número de empregados com “carteira assinada”. Ao contrário, há expulsão de trabalhadores/as, pois foi deslocado o núcleo dinâmico de reprodução do capital nas últimas décadas de modo que o “centro da acumulação econômica”, na atualidade, “é o capital financeiro” (Stédile, 2012, p. 139).

A forma de lidar com a crise dos anos 80, sobretudo em relação ao endividamento, foi adotar uma espécie de “fuga para frente”, no sentido original da expressão francesa, “criar a impressão de resolver o problema com uma solução arrojada quando se está na verdade a fugir dele” (Ricupero, 2000). Esta expressão sintetiza a “solução” adotada por FHC de contrair novos endividamentos externos, por exemplo, com o Fundo Monetário Internacional, para administrar a dívida já existente. Como garantia, impôs uma agenda

⁴ “Os ritmos de exploração se ampliam à medida que essa modernização é implantada” (Moura, 2000, p. 100).

de privatizações do Estado como a Vale do Rio Doce; a reestruturação do sistema financeiro nacional e aprovação de uma lei de responsabilidade fiscal, não para ele, mas para os governos seguintes. A agenda neoliberal fracassou em contornar a crise, mas revelou a violência do capital, novamente expresso na desvalorização da moeda, retomada da inflação, desemprego, desigualdades etc.

No entanto, o objetivo do Governo FHC em remover o que restava de empecilhos para o aprofundamento da subordinação do Brasil ao capital internacional foi atingido, com especial destaque às concessões e benefícios instituídos às empresas do chamado agronegócio, tanto na isenção de impostos às exportações (Lei Kandir de 1996) e a facilitação das exigências e aumento da área permitida na aquisição de terras por estrangeiros no país. Esta política econômica centralmente voltada à reprodução do capital no campo, via subsídio estatal, foi sacralizada como o “carro chefe” da política econômica dos governos que sucederam a FHC, com destaque os Governos Lula 1 e 2 que encontrou um “cenário favorável” ao aumento das exportações de *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional e solidificou o papel do Estado (por exemplo, via bancos públicos como BNDES) na sustentação desse modelo.

Na dinâmica do comércio exterior, Guilherme Delgado e Sérgio Leite (2022), afirmam a tendência à *reprimarização* da economia brasileira a partir dos anos 2000, com declínio do peso da indústria que passa a figurar em funções coadjuvantes da chamada ‘economia do agronegócio’. De acordo com estes autores, essa não foi uma definição política e econômica convencional de um governo em específico, mas foi convertida em “política de Estado” e perdura há mais de duas décadas com desdobramentos graves do ponto de vista socioeconômico e ambiental, mas “de certa forma interdita ao

debate público” (*ibidem*). Isto demonstra, em suma, que a existência do agronegócio e da política que o sustenta é por si, antidemocrática.

Em vinte anos, de 2000 a 2020, as exportações com destino à China cresceram mais de seis mil por cento em seu valor, saltando de pouco mais de 1,08 bilhões de dólares para mais de 67,68 bilhões respectivamente. O que antes representava 1,97% do valor total das exportações, passou a corresponder em 2020 a 32,40%. Simultaneamente, as importações também cresceram aproximadamente três mil por cento no período, alcançando 21,9% do valor total importado ou 34,77 bilhões de dólares (Delgado; Leite, 2022). No topo das mercadorias exportadas estão os bens primários intensivos em recursos naturais como a soja, o minério de ferro e o petróleo que, obviamente, refletem na expansão territorial da área e da produtividade em seu cultivo e extração no solo brasileiro, acompanhando o aumento da demanda no período analisado.

Não é novidade para ninguém que o impacto tem sido devastador de um modo geral para a natureza e todas as formas de vida, sobretudo nos biomas do Cerrado e Amazônia, mas não é isso que tem preocupado os sucessivos governos que passam por Brasília e sim a variação de preço das commodities no mercado internacional, a capacidade de geração de divisas com saldo positivo da balança comercial e o afamado superávit primário nas contas públicas. Além da garantia de lucros para o empresariado do agro, tais “preocupações” alicerçam (no discurso de apologistas dessa política) as condições de “*governabilidade*”, permite que o Governo “honre os compromissos”, ou seja, empenhando grande parte do orçamento público para atender aos interesses dos capitalistas em geral.

É fato que politicamente esse modelo está “blindado” dentro de um consenso governamental, institucional (abarcando os três

poderes), a maioria dos partidos, a imprensa etc.; ele possui uma hegemonia pois está amalgamado a um pacto de economia política, de acordo com a análise de Delgado e Leite (2022). De modo geral, não há questionamentos desse modelo predatório do agro e sim uma disputa por quem recebe maior recurso para o financiamento das campanhas eleitorais, reflexo disso é sua enorme representatividade no Congresso Nacional com a autodeclarada bancada ruralista. Esta reúne cerca de 324 dos 513 deputados federais na Câmara e 50 dos 81 senadores, sem contar os não declarados, mas que votam junto em diversas pautas pró-agro. Eles possuem força suficiente para impor leis e desregulamentá-las, além de exercer pressão constante sobre os governantes e contra todos que consideram seus inimigos, a exemplo da investida contra o MST na última Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a quarta em duas décadas. “Nenhuma outra organização popular na história do Brasil sofreu tantas tentativas de criminalização pelo Parlamento” (Tricontinental, 2024).

Os dois autores afirmam ainda que a agropecuária brasileira vive um novo momento de expansão das áreas destinadas à produção de commodities, voltadas a atender à crescente demanda chinesa. Por isso esboçam preocupação de que este *produtivismo* agrícola praticado em grande escala, além de disruptor de conflitos sociais e insustentável ambiental e economicamente⁵, está sobrepondo inclusive a antiga noção de ruralidade apoiada na ideia de “fortalecimento da agricultura familiar” (*ibidem*). O reflexo é direto no aumento do preço das terras, cada vez mais atrelada ao mercado global especulativo, que está redefinindo as conexões entre urbano e rural a partir da mediação do capital financeiro. Também atrela-se a

⁵ Em 2024 foi anunciada a destinação de mais de 400 bilhões de reais para o agronegócio e, aproximadamente, 75 bilhões para a agricultura familiar.

isso o encarecimento no preço dos alimentos e redução da área plantada por exemplo, com o arroz, feijão, etc., desemprego no campo e precarização das condições de vida, particularmente visível na deterioração da saúde, na má qualidade dos alimentos disponíveis aos pobres que ainda conseguem acessá-los no mercado local e regional, bem como na insegurança alimentar que atingiu 60% da população brasileira e, de forma mais grave 33 milhões pessoas em levantamento recente (Delgado; Leite, 2022).

A pandemia de Covid-19 escancarou ainda mais as mazelas sociais da cisão de classe e racial, por isso, mesmo em condições desfavoráveis, o MST lançou logo no início da pandemia uma campanha nacional de solidariedade, feita entre 2020 a 2022, que doou milhares de toneladas de alimentos para comunidades pobres, cozinhas comunitárias, ocupações urbanas e espaços assistenciais ligados às igrejas, torcidas e diversas associações similares. Isso contribuiu de algum modo para que a população brasileira pudesse ter uma dimensão mais correta do papel estratégico desempenha o MST e os assentamentos de reforma agrária.

Na contramão dessas ações, o governo de Jair Bolsonaro intensificou o combate ideológico à reforma agrária e aos movimentos sociais promovendo a política genocida contra a população. Um de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro (à época no PSL-RJ) chegou a apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC-80 de 2019) para *desconstitucionalizar* a reforma agrária, para inviabilizar sobretudo o artigo 186 da Constituição de 1988 que versa sobre o cumprimento da função social da propriedade da terra, conquistado dentro do contexto que apresentamos no item anterior⁶.

⁶ O cumprimento da função social da propriedade é baseado em quatro requisitos: ser produtiva, uso adequado dos recursos naturais, respeito às relações de trabalho e favorecer o bem-estar dos proprietários e colaboradores (Arroyo, 2019).

A rigor, a luta pela reforma agrária do MST, desde sua origem foi por uma reforma agrária popular, fundamentada cotidianamente pela categoria sem-terra em seu devir histórico. Entretanto, a elaboração programática de suas bases teóricas, foi desenvolvida mais detidamente ao longo dos anos 2000 e, especificamente, quando dos debates preparatórios para realização do seu VI Congresso Nacional, realizado em fevereiro de 2014 em Brasília. Não fosse a organização do Movimento junto à sua base assentada e acampada para levarem adiante a tarefa da produção de alimentos e construção prática da agroecologia nos territórios, não seria possível compartilhá-los na pandemia. Por esse motivo é possível afirmar que a luta pela reforma agrária traz em seu cerne o eixo estruturante da reparação histórica à população negra, indígena e sem-terra, espoliados pela Lei de Terras de 1850 e pela modernização excludente dos militares. Dois momentos decisivos na questão agrária brasileira e que alteraram qualitativamente o sentido da luta pela terra no Brasil (Tricontinental, 2024, p. 11 e 12).

O declínio da industrialização brasileira e a inviabilização da reforma agrária capitalista também não foram contrapostas pela alternativa de uma reforma agrária radical e/ou socialista como nos processos revolucionários ocorridos em países como o México em 1910, a Rússia em 1917, China 1949, Cuba em 1959, Vietnã pós-guerra, Nicarágua em 1979, entre outros. À luz destes processos, a proposta reforma agrária popular do MST, tem uma especificidade definida por ele mesmo como uma “proposta de transição”, forjada a partir do desenvolvimento da questão agrária brasileira. É uma síntese que hibridiza elementos extraídos dos processos históricos citados, mas mais do que um programa para reivindicar do Estado sua realização, a reforma agrária popular é também projetada e

construída pelo Movimento em seu próprio dever histórico na luta de classes.

Isto não anula o fato de estabelecer mediações políticas junto à classe trabalhadora em suas lutas e/ou reivindicações e enfrentamentos diante do Estado burguês e seus Governos, via de regra, condicionados pela correlação de forças em relação à hegemonia capitalista mundial. Queremos dizer com isso, que a proposta de reforma agrária do MST também tem seu viés ideológico e estratégico determinado por seu objetivo histórico de construir um projeto popular de agricultura e de Brasil (Stedile; Fernandes, 2012, p. 137; MST, 2023; Caldart *et. al.* 2012). Este é o desafio fundamental para execução do programa de reforma agrária popular, que passa pela necessária alteração da correlação de forças por um amplo movimento de massas, convertido em força social e política de luta para realização a mudança radical. Independente do governo que esteja à frente do Estado, não haverá conquistas e menos ainda transformação na realidade sem a ação política desse movimento.

Essa é a perspectiva na qual se orienta a estratégia do MST e sua política diante dos governos e do Estado, contudo o aprofundamento da crise capitalista não permite cultivar ilusões. Por isso, a formação pela luta, o trabalho e a organização é a referência principal da pedagogia do MST e o que permitiu chegar até aqui. Passados quatro décadas, esta pedagogia centrada na luta pela terra e no enfrentamento ao capital, não deve e não pode ser abandonada se o Movimento quiser continuar existindo como ator político importante para as mudanças necessárias, especialmente para os milhões de homens e mulheres que depositam nele suas esperanças.

Considerações finais

O mesmo mês e ano em que o MST comemorou seus quarenta anos entraram para a história pela ação da extrema direita bolsonarista durante o ataque golpista de 8 de janeiro em Brasília. A ironia dessa coincidência é que ela sintetiza uma série de impasses presentes no atual “jogo político”, especialmente para aqueles e aquelas sempre dispostos a defender a chamada democracia burguesa sob qualquer circunstância. Ainda estão em fase de elucidação os detalhes do plano golpista, mas a questão central agora é que tipo de resposta será dado pelo Governo, Estado e instituições? E de qual forma isso refletirá na força de mobilização política da extrema direita? O desenrolar desse processo irá influenciar a luta do MST e das organizações de esquerda, uma vez que a extrema direita, articulada em escala global, tem usado as urnas da democracia burguesa para se legitimar e, ao mesmo tempo, insurgir-se contra ela.

A luta pela reforma agrária hoje está profundamente imersa nesse cenário de disputa política. No entanto, é preciso reconhecer que esse é um tema incômodo para o atual governo, que tem “pisado em ovos” ao lidar com ele. Até o momento, não há metas claras para assentamentos e desapropriações anuais, nem uma previsão orçamentária satisfatória para a aquisição de terras. Além disso, falta uma política robusta para enfrentar mais de uma década de estagnação, descaso e ataques à reforma agrária. Já em 2005, durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, o MST expressava sua insatisfação com os rumos do governo que ajudara a eleger, reivindicando a elaboração de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária diante das mudanças causadas pela financeirização da

agricultura (Tricontinental, 2024, p. 7-8). Não surpreende, portanto, que o atual governo Lula continue fortalecendo o agronegócio, concedendo benefícios ao grande capital, como a regulação do mercado de crédito de carbono, e adotando medidas que causam inveja a seus antecessores no apoio direcionado ao setor. No entanto, essas ações não têm sido suficientes para garantir estabilidade ou melhorar os índices de aprovação do governo perante a população.

Diante desse cenário, é urgente compreender as características da crise atual, que se manifesta em múltiplas dimensões. A propriedade da terra, antes considerada pelos capitalistas como um mero “meio de produção” para o ciclo de rotação do capital (acessada por meio de aluguéis e arrendamentos), transformou-se em objeto de especulação e em ativo financeiro para a reprodução fictícia do capital. Esse movimento está diretamente ligado a um mercado de terras em escala internacional, como evidenciam pesquisas sobre regiões como o MATOPIBA, redimensionando os conflitos fundiários, a violência no campo e os desafios para a luta social. Nesse contexto, torna-se imperativo que a sociedade e o Estado brasileiro reflitam sobre a questão da soberania territorial do país, como alertam Delgado e Leite (2022), que denunciam o forte retrocesso na regulação fundiária e a flexibilização dos instrumentos de controle previstos na Constituição, especialmente no que diz respeito à função social da propriedade rural.

O MST surgiu como um movimento dos “de baixo”, dos pobres e excluídos do campo, e busca imprimir um sentido social à sua luta. Seu objetivo é ampliar o diálogo sobre a reforma agrária e estimular uma consciência crítica na sociedade em torno de seu projeto político, transformando a reforma agrária em uma luta de

todos e todas (MST, 2021, p. 12). No entanto, transformar essa bandeira em uma realidade organizativa para a grande maioria da população brasileira continua sendo seu maior desafio. Em um contexto de movimento crescente de especulação sobre a terra e destruição da natureza, a luta do MST toma um sentido muito maior do que conquistar a terra, ainda que esta seja fundamental para a continuidade de sua existência. Esta preocupação deve mobilizar todos aqueles e aquelas preocupadas com as iniquidades sociais e comprometidas/os com a defesa da vida humana e planetária à abolição e rompimento com a lógica reprodutiva do capital.

Referências

ALIANZA PARA EL PROGRESO. *Documentos Básicos*. Punta Del Este [s.n.], 1961. p. 9-33. Disponível em: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1961-DPA-APE-APP.html>. Acesso em: 13 out. 2024.

ARROYO, Priscilla. Flávio Bolsonaro propõe emenda contra a função social da terra. *De olho nos ruralistas*, 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/06/06/flavio-bolsonaro-propoe-emenda-contr-a-funcao-social-da-terra/>. Acesso em: 13 out. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-14.

CALDART, Roseli Salete et al. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 1990*. Goiânia: CPT Nacional, 1991. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=260&catid=41&m=0>. Acesso em: 08 set. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 1994*. Goiânia: CPT Nacional, 1995. Disponível em:

<https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=256&c atid=41&m=0>. Acesso em: 08 set. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2002*. Goiânia: CPT Nacional, 2003. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=248&c atid=41&m=0>. Acesso em: 08 set. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe é morta por fazendeiros às vistas da PM da Bahia em reintegração ilegal. *Cimi*, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/01/lideranca-pataxo-ha-ha-hae-e-morta-por-fazendeiros-as-vistas-da-pm-da-bahia-em-reintegracao-ilegal/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sergio Pereira. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. *Revista Rosa*. v.6, 2022. Disponível em: <https://revistarosa.com/6/brasil200/agro-e-tudo>. Acesso em: 05 nov. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IOKOI, Zilda Maria Grícoli. *Igreja e camponeses*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MELITO, LEANDRO. Há 50 anos, Jango defendia a Reforma Agrária na Central do Brasil. *MST*, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/03/13/ha-50-anos-jango-defendia-a-reforma-agraria-na-central-do-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MONCAU, Gabriela. MST completa 40 anos com 'cicatrizes' da luta pela terra e disputa pelo modelo de agricultura no país. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/mst-completa-40-anos-e-se-torna-o-movimento-popular-campones-mais-longevo-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 13 out. 2024.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “O MST como força política”. **Caderno de Formação**, n. 54. São Paulo: Setor de Formação do MST, 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “Balanço organizativo do MST: 40 anos em construção”. **Caderno de formação**, n. 64. São Paulo: GEA/Coordenação Nacional do MST, 2023.

RICUPERO, Rubens. Fuga para frente. *Folha de S. Paulo*, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0907200003.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

STEDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Atual, 2011.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STROPASOLAS, Pedro. Futuro interrompido: como o golpe de 1964 freou o avanço da reforma agrária no Brasil e permitiu a expansão do latifúndio. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/19/futuro-interrompido-como-o-golpe-de-1964-freou-o-avanco-da-reforma-agraria-no-brasil-e-permitiu-a-expansao-do-latifundio>. Acesso em: 21 out. 2024.

TRICONTINENTAL. A organização política do MST. **Dossiê**, n. 75. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-75-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-brasil/>, acesso em: 14 de set. 2024.

Submetido em 25/11/2024

Aceito em 04/02/2025

**A ATUAL CONTRARREFORMA
DO ENSINO MÉDIO:
REARRANJO CURRICULAR E
INTENCIONALIDADE
FORMATIVA**

*THE CURRENT COUNTER-
REFORM OF HIGH
EDUCATION: CURRICULAR
REARRANGEMENT AND
TRAINING INTENTIONALITY.*

*LA ACTUAL
CONTRAREFORMA DE LA
ESCUELA SECUNDARIA:
REMODELACIÓN
CURRICULAR E
INTENCIONALIDAD
FORMATIVA.*

Rodrigo Coutinho Andrade
Professor Adjunto do Departamento de
Geografia do IM-UFRRJ; Professor do
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
FFP/UERJ
rodrigoandrade@ufrj.br

Resumo:

Observa-se no coetâneo cenário a reformulação das políticas públicas para a educação em sua totalidade com dada centralidade para a formação básica da juventude brasileira, vide a crise real-ideal do Ensino Médio e as saídas impetradas para tal. Neste contexto, opera-se de modo recomposto o fenômeno contrarreformista para a última etapa da Educação Básica almejando a concreção do “homem de novo tipo” em tempos de materialização das novas morfologias do trabalho. Neste sentido objetivamos analisar, de modo panorâmico, os impactos da atual contrarreforma do Ensino Médio sobre parte da totalidade concernente. Trata-se de uma pesquisa básica, de caráter qualitativo e cunho explicativo, que se ancora no exame bibliográfico-documental. Como resultado podemos indicar que a atual concreção do Ensino Médio tende a recompor intencionalidades formativas em outro patamar, e formar jovens por meio do impulso pragmático e da liofilização epistemológica.

Palavras-chave: Contrarreforma do Ensino Médio; Intencionalidade Formativa; Pedagogia Política do Capital.

Abstract:

In the contemporary scenario, the reformulation of public policies for education in its entirety can be observed, with a central focus on the basic training of Brazilian youth, see the real-ideal crisis of High School and the solutions proposed for this. In this context, the counter-reformist phenomenon operates in a recomposed way for the last stage of Basic Education, aiming to create a “new type of man” in times of materialization of new morphologies of work. In this sense, we aim to analyze, in a panoramic way, the impacts of the current counter-reform of Secondary Education on part of the totality concerned. This is basic research, of a qualitative and explanatory nature, which is anchored in a bibliographic-documentary examination. As a result, we can indicate that the current implementation of High School tends to recompose formative intentions at another level, and train young people through pragmatic impulse and epistemological freeze-drying.

Keywords: Secondary Education Counter-reform; Formative Intentionality; Political Pedagogy of Capital.

Resumen:

En el escenario contemporáneo, se observa la reformulación de las políticas públicas para la educación en su conjunto, con un enfoque central en la formación básica de la juventud brasileña, véase la crisis real-ideal de la Escuela Secundaria y las soluciones propuestas para ello. En este contexto, el fenómeno contrarreformista opera de manera recompuesta para la última etapa de la Educación Básica, apuntando a crear un “nuevo tipo de hombre” en tiempos de materialización de nuevas morfologías del trabajo. En este sentido, pretendemos analizar, de forma panorámica, los impactos de la actual contrarreforma de la Educación Secundaria en parte de la totalidad involucrada. Se trata de una investigación básica, de carácter cualitativo y explicativo, que se ancla en un examen bibliográfico-documental. Como resultado, podemos indicar que la implementación actual de la Escuela Secundaria tiende a recomponer intenciones formativas en otro nivel, y formar jóvenes a través del impulso pragmático y la liofilización epistemológica.

Palabras-clave: Contrarreforma de la Educación Secundaria; Intencionalidad Formativa; Pedagogía política del capital.

Introdução

O presente ensaio tem como origem os estudos e pesquisas sobre os impactos e vicissitudes da coetânea contrarreforma do Ensino Médio (Brasil, 2019), atentando neste momento para dois movimentos específicos e indissociáveis. O primeiro trata da proposição para a ampliação-mutação – inclusão de eletivas e subtração do tempo de disciplinas – da carga horária como sinonímia de-da qualidade educacional, considerando tanto a correlação entre o Brasil e os países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quanto particularidades nacionais tomando como métricas analíticas as diferentes escalas, os sistemas de ensino, o atual Plano Nacional de Educação (PNE), a reformulação dos componentes curriculares, e a inclusão de disciplinas acordadas ao receituário da escola neoliberal (Laval, 2017) em tempos de intensificação da precariedade do trabalho e, por conseguinte, da ampliação da subsunção real da classe trabalhadora em sua relação com o capital.

O segundo, não dissociado do primeiro, remete-se às intencionalidades formativas envoltas, e imersas, na reformulação da Pedagogia Política do Capital em dias de inserção dos componentes curriculares eletivos e da própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), logrando para o Ensino Médio os ditames da aprendizagem flexível. Em outros termos, pelega-se para a concreção da formação humana de novo tipo, mesmo que de modo prescritivo, a disseminação discursivo-pedagógica dos léxicos corporativos contemporâneos forjados pelo atual estágio de reprodução das relações sociais de produção, alcançando a escola por meio das paráfrases do mundo vulnerável, incerto, complexo e ambíguo – Mundo VICA

Objetivamos analisar as intencionalidades predispostas na “nova” composição curricular para a política do conhecimento, associando o corpo e o espírito da atual contrarreforma; a transformação da arquitetura curricular e o seu conteúdo implícito.

Metodologicamente nos assentamos em uma pesquisa básica, de cunho explicativo, que tomou como instrumento técnico a análise bibliográfica-documental e de dados estatísticos de diferentes instituições como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por exemplo. Partimos da premissa que o atual cenário das políticas públicas para a educação brasileira logra para o Ensino Médio devida centralidade mediante a propulsão deste segmento demográfico para possível desestabilização da ordem societária, vide as ocasiões da década passada e as angústias para sua reprodução social e material, colocando-os em ideais assentos para maleabilidade, adaptabilidade e flexibilidade requerida pelo mundo do labor – principalmente informal-*empreendedor*.

Destarte, o texto está estruturado em dois momentos específicos e inexoráveis, ficando para o primeiro a análise das transformações da carga horária para o Ensino Médio propositada pela contrarreforma, assim como sua correlação ao atual PNE e as particularidades entre diferentes escalas e sistemas de ensino, não descartando os objetivos e metas para a ampliação da Escola de Tempo Integral (ETI). O segundo momento trata do exame das mutações curriculares de acordo com as intencionalidades formativas verticais-corporativas em curso, no qual destacamos sua associação ao arcabouço da nova pedagogia política do capital.

A proposição para ampliação da carga horária anual e o atual cenário no Ensino Médio

O exame da ampliação da carga horária do-para-o Ensino Médio requer algumas ressalvas. A primeira se situa, sob nossa ótica, na não combinação linear entre o tempo dos-as estudantes na escola com a melhoria da qualidade escolar mesmo nas métricas hegemônicas¹. O que nos leva a óbvia conclusão que a extensão das horas por dia na escola não significa, sob qualquer hipótese, a ascensão do rendimento aferido mesmo que contraditório (Sampaio; Oliveira, 2015). A segunda se assenta na impossibilidade de mensurarmos comparativamente as escolas em relação ao tema ante os percalços quantitativos, mesmo que os dados apontem para graves desequilíbrios tanto em uma singular rede de ensino na escala mais reduzida – municipal –, quanto entre diferentes estados.

Por fim, ressaltamos que o mecanismo métrico qualitativo, impetrado no país desde 2007 por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007), tem como principal fator de variação positiva ao longo dos últimos anos o indicador de fluxo escolar no bojo das medidas gerenciais nos distintos sistemas de ensino que, sob nossa análise, aponta para contradições entre o tempo na escola e a ascensão quantitativa nas avaliações externas; logo, o mesmo não se trata de um imperativo.

A legislação contemporânea que rege sobre a carga horária do Ensino Médio é explícita, e ao mesmo tempo dúbia, sobre o tempo

¹ Dentre as 10 escolas melhores ranqueadas no estado do Rio de Janeiro, três tem menos de seis horas-aula por dia: Colégio Naval, Colégio Militar, e o Colégio Estadual Pedro Baptista de Souza (INEP, 2024).

destinado aos jovens na escola nesta etapa de ensino da Educação Básica. No primeiro momento ela institucionaliza o mínimo de 1.000 (mil) horas divididos em 200 (duzentos) dias letivos efetivos, excluído os exames finais – se for o caso. Em outro ponto, mais especificamente no primeiro inciso do primeiro parágrafo do Artigo nº 24 (Brasil, 2024, p. 1), se estabelece a progressão para 1.400 (mil e quatrocentas) horas de acordo com as metas do PNE – creio que seja o que está em vigor e passa por trâmite no poder legislativo federal para ampliação do prazo até 31 de dezembro de 2025, de acordo com o Projeto de Lei nº 5665/23. Em um cálculo óbvio, urge como obrigatoriedade para o ano de 2025 dias letivos com cinco horas-aula, indissociável da ampliação ante o estabelecido e acordado no Plano, mesmo que de forma idealística – pressuposição cônica dos dados atuais.

A primeira consideração se remete à expansão tímida das horas-aula dos estudantes matriculados no Ensino Médio no Brasil dentre 2014 e 2019, observando a ampliação – 0,1 hora por ano – após o último ano acima discriminado sem isonomia entre os diferentes anos da última etapa de ensino da Educação Básica – com retração ao longo do processo formativo. Quando comparado aos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2024) o Brasil apresenta um resultado “satisfatório”, ficando aquém em aproximadamente 100 horas anuais da média da Organização – ressalvo ao leitor que isto não se reflete nos dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), vide a colocação do Brasil diante de países com menor carga horária diária como Grécia, Suécia, Eslováquia, República Tcheca, Coreia do Sul, Finlândia, etc. (OCDE, 2024, p. 354; OCDE, 2024, p. 58-112).

Tabela 1 – Média diária de horas-aula do Ensino Médio no Brasil - 2014-2023

	Total	1 ^a Série Médio	2 ^a Série Médio	3 ^a Série Médio	4 ^a Série Médio	Médio Não- Seriado
2014	4,9	5	4,9	4,8	4,6	5,1
2015	4,9	5	4,9	4,8	4,5	5
2016	4,9	5,0	4,9	4,8	4,4	4,6
2017	5,0	5,1	5,0	4,9	4,4	4,5
2018	5,1	5,2	5,1	5,0	4,6	4,6
2019	5,2	5,2	5,2	5,1	4,8	4,5
2020	5,3	5,4	5,3	5,2	4,7	4,6
2021	5,4	5,5	5,4	5,2	4,9	4,7
2022	5,6	5,9	5,5	5,4	5,1	4,4
2023	5,7	5,9	5,7	5,5	5,0	4,5

Fonte: INEP (2024)

Apesar de apresentar boa tendência em relação à questão em voga – média de horas-aula –, existem disparidades consideráveis quando observamos algumas variáveis. A primeira se refere aos sistemas de ensino com elevada concentração das matrículas, com ressalvas acerca da heterogeneidade e complexidade evidente em cada escopo sistêmico – seja público ou privado.

Atualmente, de acordo com os dados do INEP (INEP, 2024), as redes estaduais concentram 85,02% dos/das discentes matriculados no primeiro ano do Ensino Médio, sendo tal *quantum* aproximado nos demais anos desta etapa da Educação Básica, enquanto no melhor sistema de ensino público – rede federal –, tomando como referência a estrutura, as condições materiais para o trabalho docente expostos pelo INEP, e a média de horas-aula (INEP, 2024; Andrade, 2023) e concebendo o cômputo de forma generalizada, alcança 2,6% dos/das estudantes que frequentam a etapa em discussão, ficando o pior cômputo para as redes municipais – estas têm como percentual 0,51 das matrículas no Ensino Médio.

Tabela 2 - Média diária da hora-aula no Ensino Médio no Brasil de acordo com os sistemas de ensino - 2014-2023.

	Rede Federal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Privada
2011	6,1	4,5	4,4	5,3
2012	6,2	4,6	4,5	5,3
2013	6,3	4,7	4,6	5,4
2014	6,4	4,8	4,6	5,4
2015	6,6	4,8	4,7	5,4
2016	6,7	4,8	4,7	5,4
2017	6,9	4,9	4,7	5,5
2018	7,0	5,0	4,8	5,5
2019	7,0	5,1	4,8	5,5
2020	7,1	5,2	4,8	5,6
2021	7,0	5,3	4,9	5,6
2022	7,4	5,5	4,9	5,7
2023	7,4	5,7	5,0	5,8

Fonte: INEP (2024).

Destarte, tomando as dimensões escalares, as contradições saltam à necessária análise mesmo que de modo panorâmico. A melhor rede de ensino em relação à carga horária de estudos no Ensino Médio se localiza na região Norte na esfera municipal, que contempla aproximadamente catorze mil estudantes, enquanto a pior está na região Nordeste na mesma esfera administrativa com aproximadamente sessenta mil matriculados (INEP, 2024)².

² Hoje no total, de acordo com os dados do INEP (2024), são 7.868.695 estudantes matriculados no Ensino Médio no Brasil. Portanto, não representa um percentual minimamente significativo.

A ATUAL CONTRAREFORMA DO ENSINO MÉDIO: REARRANJO
CURRICULAR E INTENCIONALIDADE FORMATIVA

Os dados confirmam que o alcance das mil horas anuais é algo relativamente já aferido após 2023 e, portanto, não provoca fatos destoantes ante à prescrição institucional, com exceção para o terceiro ano na Região Sul – a pior região neste quesito. Outro fator relevante é que em quase todos os sistemas de ensino as horas por dia de atividades escolares reduzem, ou estagnam, quanto maior for o ano do Ensino Médio, evidenciando uma premissa decrescente ao avançar dos anos na última etapa da Educação Básica.

Tabela 3 - Média diária da hora-aula no Ensino Médio no Brasil de acordo com as regiões administrativas e seus respectivos sistemas de ensino - 2023

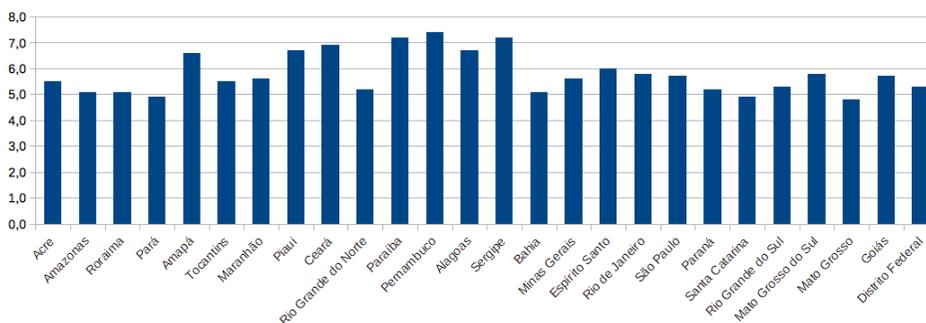
		Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Norte	Total	5,2	5,2	5,2	5,0
Norte	Federal	7,9	7,9	8,0	7,9
Norte	Estadual	5,0	5,1	5,0	4,8
Norte	Municipal	10,1	10,1	10,0	10,1
Norte	Privada	5,8	5,8	5,7	5,8
Nordeste	Total	6,3	6,5	6,2	6,1
Nordeste	Federal	6,8	7,1	7,0	6,8
Nordeste	Estadual	6,3	6,5	6,3	6,1
Nordeste	Municipal	3,8	3,7	3,8	4,0
Nordeste	Privada	5,8	5,9	5,8	5,8
Sudeste	Total	5,7	6,0	5,7	5,4
Sudeste	Federal	8,5	8,5	8,5	8,5
Sudeste	Estadual	5,6	6,0	5,6	5,2
Sudeste	Municipal	5,2	5,3	5,3	5,0
Sudeste	Privada	5,9	5,9	6,0	5,9
Sul	Total	5,2	5,3	5,3	4,9

Sul	Federal	6,7	6,8	6,9	6,9
Sul	Estadual	5,0	5,2	5,2	4,7
Sul	Municipal	5,1	5,1	5,3	4,9
Sul	Privada	5,4	5,5	5,5	5,4
Centro-Oeste	Total	5,4	5,5	5,4	5,4
Centro-Oeste	Federal	7,4	7,6	7,6	7,4
Centro-Oeste	Estadual	5,3	5,4	5,3	5,2
Centro-Oeste	Municipal	5,4	5,5	5,4	5,2
Centro-Oeste	Privada	5,7	5,8	5,7	5,8

Fonte: INEP (2024).

Em relação aos estados brasileiros, considerando de modo geral a ampliação da carga horária para 1.400 horas anuais distribuídas em 200 dias letivos, podemos afirmar – de modo panorâmico sem adentrar as especificidades – que apenas Paraíba, Pernambuco e Sergipe já alcançaram a meta estabelecida ante os parâmetros considerados para a integralização cronológica do Ensino Médio, enquanto Mato Grosso está aquém do mínimo previsto para o próximo ano no que tange o PNE vide o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Hora-aula diária do Ensino Médio no Brasil de acordo com os estados - 2023



Fonte: INEP (2024 – adaptado pelo autor).

Sobre o PNE em vigor, e de acordo com o Monitoramento das Metas realizado pelo INEP (2024, p. 15), não há uma definição entre as etapas da Educação Básica, assim como a observância dos dados do sistema privado de ensino acerca desta temática – ETI. Segundo o exame dos indicadores 6A e 6B³, ocorreu a ascensão do percentual dos-das discentes de forma tímida ante o projetado. Acerca do primeiro – 6A – a meta, após uma década, alcançou 40,5% de concreção ao ascender de 17,6% para 20,6% entre 2014 e 2023 do “percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI que estão em jornada de tempo integral” (INEP, 2024, p. 15), não atingindo o almejado – 25%. Sobre o Indicador 6B, que trata do “percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral” (INEP, 2024, p. 15) o resultado foi pior, alcançando apenas 7,1% da meta preestabelecida de 50% – em 2023, 30,5% das escolas atendiam tal requisito, enquanto em 2014 eram 29%, o que comprova a pífia evolução.

Subentende-se na legislação que existe uma correlação lógica entre a materialização da ETI com a ampliação da qualidade educacional – não só no Ensino Médio. No entanto, os dados – mesmo que gerais e panorâmicos – não evidenciam tal fato tanto quando comparado os estados, quanto as escolas neste intento, mesmo considerando o IDEB como referência para tal.

Tomando o exemplo dos estados com a carga horária anual acima de 1.400 horas no Ensino Médio de acordo com o Gráfico 1, sendo este o caso de Pernambuco, Paraíba e Sergipe, não há qualquer

³Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral. Indicador 6B: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral (INEP, 2024, p. 15).

relação com a ascensão dos indicadores – vide o posicionamento destes e o sentido comparativo⁴. O mesmo critério não tem idêntica incidência na escala internacional (OCDE, 2024). Portanto, por mais contraditório que sejam os indicadores da qualidade educacional sob a tutela hegemônica e suas intencionalidades para o afincamento *quantofrênico* (Gaulejac, 2007), a legitimação por esse fator não se sustenta quando amparada apenas pelo tempo dos-das estudantes na escola, cabendo exceções locais e casuais. Logo, a ampliação da carga horária ressoa, mesmo que diante de dados panorâmicos e limitados, como cortina de fumaça para imperativos qualitativos e para o *modus operandi* do uso do tempo– o que se observa como falso e contém um flanco privatista – vide as inserções das Fundações em atividades no contraturno, como a associação entre a Fundação Roberto Marinho e a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro por meio do Projeto Autonomia.

Os itinerários formativos e a formação humana ante a Reforma do Ensino Médio

Entendemos que as transformações curriculares em curso impactarão tanto o tempo para a relação ensino-aprendizagem considerando o mínimo e, obviamente, o cunho científico-epistemológico das disciplinas diante da totalidade proposta enquanto processo formativo por meio da liofilização das competências e habilidades previstas na BNCC – há previsão de sua

⁴ De acordo com os dados do INEP (2024), o estado de Pernambuco ocupou a sexta posição no IDEB, apresentando uma das maiores oscilações positivas – 1,5 pontos. Porém, os estados da Paraíba e Sergipe retraíram o indicador em 0,1 ponto entre 2021 e 2023.

contemplanção na integralidade mesmo em tempo reduzido –, quanto na formação dos(as) estudantes em contrassenso proposital de acordo com a concepção básica preteritamente defendida – combinada às novas vicissitudes sob a ótica do capital⁵.

Em outros termos, e mesmo cômicos da ampliação da carga horária nos diferentes sistemas de ensino nos últimos anos para o Ensino Médio – aquém do estipulado pelo atual PNE – em sincronia com a carência de docentes adequadamente formados (Andrade; Correia, 2021), tomamos como hipótese que haverá uma readequação da oferta por meio do enxugamento provocado pelos itinerários formativos combinada à redefinição – de modo mais aberto e direto – da teleologia cognitiva, atitudinal, (socio)emocional e comportamental nos termos, mais “acertados”, da Pedagogia Política do Capital.

No bojo da nova pedagogia política do capital, constam conteúdos que buscam resgatar o consenso em torno da legitimidade da livre concorrência, revitalizando-a, na tentativa de estabelecer na sociedade civil um ambiente propício à livre competição entre os indivíduos. Esta pedagogia política se desenvolve por intermédio de um apelo à individualidade, ao imediato, aos interesses locais. Constrói-se uma supervalorização à organização corporativa,

⁵ Esta “procura impor limites à classe trabalhadora através da socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico. Para isso, impõe objetivos diferenciados para a formação profissional, seja no âmbito da escola básica ou das instituições de ensino profissional. Para uma ampla parcela da força de trabalho prevê a conformação técnica e ético-política, capacitando-a para adaptar ou operar produtivamente as tecnologias produzidas; para outra parcela mínima da força de trabalho prevalecem os objetivos voltados para o domínio dos fundamentos e dos conteúdos do trabalho em determinado padrão científico e tecnológico de produção [...] No entanto, para ambas parcelas da força de trabalho, a formação profissional tem como objetivo a constituição de um novo tipo de cidadão, voltado para o mercado, quer como sujeito empreendedor, quer simplesmente como sujeito de consumo (SOUZA, 2002, p. 56-57).

muitas vezes em forma de “falsas cooperativas” ou de outros tipos de organizações. Às vezes até na forma de organizações não-governamentais, como meio de valorização do comportamento econômico-corporativo em detrimento da organização da sociedade em torno de interesses políticos de caráter coletivo (Souza; Macedo; Figueiredo, 2023, p. 4-5).

Faz parte desta pedagogia, também, a disseminação de formas pseudocientíficas de apreensão da realidade social que valorizam o particular, o local, o efêmero, em detrimento de uma compreensão mais objetiva dos elementos que articulam e dão sentido ao Bloco Histórico que comporta as diversas particularidades da vida social. A naturalização da ideologia da “mão invisível do mercado” como reguladora eficiente do cotidiano social também faz parte do conteúdo desta pedagogia política. De modo geral, esta constitui o mecanismo pelo qual a burguesia busca formar as competências necessárias à conformação ética e moral do trabalhador em uma dinâmica renovada de construção do consenso em torno da concepção de mundo burguesa, consolidando, assim, no meio social, por meio da naturalização da lógica de mercado, a subsunção real do trabalho ao capital (Souza, 2010, p. 143-144).

Se no primeiro momento, tendo em vista o Artigo nº 35-C (Brasil, 2024a, p. 3), haverá a retração da formação geral básica em, no mínimo, 2.400 horas⁶, que “ocorrerá mediante articulação da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada”, ficando para a última reservada 600 horas, no mínimo – desculpe a tautologia –, somado ao ecletismo-utilitarista-pragmático (Souza, 2022) presente na BNCC de Geografia muito próximo ao defendido pela teoria anglo-saxônica (Young, 2014, p. 194) – e no berço da tradição seletiva

⁶ Mesmo com o “otimismo” ante o pretérito instrumento institucional contrarreformista (Brasil 2017), que previa este em 1.800 horas, haverá – assim como já ocorre – a redução significativa da presença de ciências no cotidiano do Ensino Médio por razões óbvias.

(Souza Neto, 1999) político-epistemológica –, no segundo instante se opera os mesmos traços da aprendizagem flexível (Kuenzer, 2017) pela negação da integralidade sobre a arquitetura da Sociedade do Conhecimento (Drucker, 1994). Cabe a nossa leitura destes dois movimentos que não se dissociam – o tempo escolar inexorável da flexibilização enxuta-interessada do conhecimento.

Acerca do primeiro, e tomando a composição curricular elaborada pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ, 2022) para o itinerário de Ciências Humanas como exemplo, mesmo que para o ano de 2022 no qual correspondia à vigência da contrarreforma precedente, observa-se tendências para o futuro-agora mediante à reorganização das disciplinas que atendiam a Formação Geral Básica (FGB) de modo compósito ao então deliberado – em relação à carga horária, mesmo que seja o mínimo discriminado. Nos dois primeiros anos a subtração ocorreu em Matemática e Língua Portuguesa – de quatro para três tempos letivos semanais, com início no segundo ano e término no terceiro –, houve a “desaparição” da Filosofia, do Inglês e da Educação Física após o primeiro ano – sendo os dois últimos retomados no terceiro ano – e a retração da Geografia e da História. A Sociologia presenciava apenas o terceiro ano do Ensino Médio. Os Componentes Curriculares da Área do Conhecimento “Ciências da Natureza e suas Tecnologias” só foram ofertados até o segundo ano, com dois tempos semanais para cada – Biologia, Física e Química.

O Itinerário da Área de Conhecimento “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” fora composto com um tempo semanal – em todos os anos do Ensino Médio – para Ensino Religioso/Reforço Escolar e Língua Espanhola/Estudos Orientados –, dois tempos semanais – em todos os ano do Ensino Médio – para Eletivas de acordo com o

catálogo da SEEDUC-RJ, assim como para Projeto de Vida, e dois tempos no segundo ano e quatro tempos no terceiro ano para cada um os componentes de áreas – História, Geografia e Filosofia/Sociologia.

Por razões óbvias a ciência geográfica esteve presente com relativa abundância – seis tempos a mais que o considerado normal (seis tempos de aula no total considerando os três anos) – nesta Área do Conhecimento; mas, em contrapartida, observa-se a sua retração em dois tempos no terceiro ano nos seguintes eixos itinerários: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, e em todos os itinerários técnicos.

O que, por razões óbvias – desculpe a tautologia –, retrai a demanda por docentes e institui uma nova política do conhecimento ante a inclusão *excludente* de componentes curriculares indissociável da retração de outras, alcançando a Geografia em uma perda de 33,3% da Carga Horária no total (SEPE, 2024). Em outros termos, se não há contratação de docentes, reduz a demanda adequadamente formada instaurando o magistério de conhecimentos tácitos. Não existe, até o presente momento e ante minha ciência, Curso Superior de Licenciatura para Atualidades, RPG, Empreendedorismo, “O que rola por aí”, ou “Brigadeiro Caseiro” (Globo, 2023). Se o “bico” já pode ser comprovado pela polivalência – inadequação da função docente –, ele se reforça.

Considerando as transformações em curso tomando na mesma rede de ensino – a rede estadual do Rio de Janeiro –, e já evidenciadas as tendências na implementação tanto do-no Novo Ensino Médio, quanto da-na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), ressaltamos que esta tem 1.230 escolas, sendo que 432 – 32,15% –

unidades escolares funcionam em parcerias de diferentes peculiaridades – institutos empresariais, embaixadas, cívico-militares⁷, etc.

Dentro o universo de parcerias, 148 estão coligadas ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – 34,26% –, e 238 à “coligação” Universidade Federal Fluminense (UFF) com a SEBRAE – 55,09% no mesmo parâmetro. Se sopesarmos o universo total de escolas estaduais do Rio de Janeiro que funcionam com a presença da SEBRAE, mesmo que em parceria com a UFF, alcançamos o *quantum* percentual de 31,38%; não por acaso que o Itinerário Empreendedorismo⁸ foi ofertado em 159 unidades escolares de Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) de acordo com a pesquisa de Mello e Rodrigues (2022, p. 13). Sobre o caráter das parcerias:

Destaca-se que estas articulações poderão ser realizadas em múltiplas dimensões, seja para a oferta de parte do currículo, referente a um ou mais IFs, ou para a utilização de infraestrutura da instituição parceira para desenvolvimento de ações específicas ou projetos, entre outras.

Considerando a primeira articulação, a Secretaria já desenvolve parceria com a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em que a responsabilidade pela oferta da Formação Técnica e Profissional é do parceiro. Além desses, há parceria estabelecida com: Oi Futuro, Net Claro,

⁷De acordo com o documento (SEEDUC-RJ, 2022, p. 54), são 11 no total.

⁸Esta tem como finalidade estabelecer “um percurso formativo integrador, em que o estudante é levado a agir de forma empreendedora para intervir nas situações da escola, da comunidade e da sociedade; “colocar a mão na massa” colaborativamente a favor do bem comum; provocar impacto positivo na vida de muitas pessoas – inclusive, na própria vida –, aprendendo atitudes estratégicas e desenvolvendo competências cognitivas e socioemocionais; conectar-se a uma rede de contatos e de diálogo com profissionais que atuam no mundo do trabalho” (SEEDUC, 2024, s.p).

Pão de Açúcar, Senai e Senac cuja estrutura está na própria unidade e o parceiro disponibiliza os profissionais para o desenvolvimento do trabalho técnico.

Ressalta-se que as parcerias podem ser estabelecidas com instituições pertencentes a diferentes esferas administrativas públicas e, também, com instituições do Sistema S – Sesc ou Senai, ou ainda privadas, mediante convênios (SEEDUC, 2022, p. 53).

Toma-se nesta rede de ensino um dos efeitos mais óbvios da *charterização*. Combina-se a retração de disciplinas à inclusão de novas com finalidades específicas de acordo com as peculiaridades formativas no bojo do novo léxico para a formação básica em sincronia com as características corporativas – empreendedoras no caso explicitado. *Quem “paga” a festa escolhe a música. O free choice* como propaganda para o direcionamento da escolha operada pelo “parceiro”.

Em nosso segundo momento, não dissociado do primeiro pois representa o espírito permeado pela Pedagogia das Competências – Pedagogia Política do Capital nos moldes postos no Brasil –, acreditamos que não é espantoso a tendência predominante da oferta dos itinerários integrados – Empreendedorismo e os demais para impulso à “empregabilidade”. Assim como a própria recomposição endógena do currículo – BNCC e sua arquitetura semiótica, política, científica e ideológica para a formação humana “de novo tipo” (Andrade; Costa, 2019; Andrade, 2023) – diante das intencionalidades predispostas, e das competências e habilidades – socioemocionais também –, o novo vernáculo da relação ensino-aprendizagem tem como principal ancoradouro o Projeto de Vida – como rege o segundo inciso do Artigo nº 35-B da atual Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional em acordo com a contrarreforma do Ensino Médio em curso (Brasil, 2024).

§ 2º Serão asseguradas aos estudantes oportunidades de construção de projetos de vida, em perspectiva orientada pelo desenvolvimento integral, nas dimensões física, cognitiva e socioemocional, pela integração comunitária no território, pela participação cidadã e pela preparação para o mundo do trabalho, de forma ambiental e socialmente responsável (Brasil, 2024, p. 1).

Iniciativas estas que se acamam, sem qualquer dúvida, na formação do cidadão de novo tipo (Neves, 2005) assentados no Projeto de Vida, e aclamada especificamente pela SEEDUC-RJ (2022, p. 39).

O Projeto de Vida é a centralidade da proposta do Novo Ensino Médio. É a possibilidade de romper com a missão de formar jovens para a vida e o mundo do trabalho, com a oferta de uma proposta de educação focada na potência de cada indivíduo, que possui autonomia para perceber e desenvolver seus próprios atributos. É a conexão sobre “o que se é” e sobre “quem se quer ser” (SEEDUC-RJ, 2022, p. 39).

Breve parêntese. Toda a reformulação ocorre em um cenário, recenseado pela própria SEEDUC-RJ, de grave precariedade. Em 2023 somente 1,4% das escolas desta rede estadual tinham em suas dependências Laboratório de Ciências, 57% pátio coberto ou descoberto, 40,4% Laboratório de Informática⁹, 41,2% biblioteca,

⁹ Mesmo sob tal cenário, houve previsão de criação de salas *Maker* sob o seguinte princípio – o que acentua a lógica do saber fazer paralelo ao *self* mad: “os desafios atuais do Século XXI exigem que as unidades escolares assumam novos e múltiplos papéis, de maneira a oferecer variados recursos para que os estudantes possam desenvolver a criatividade, o letramento digital, o Do It Yourself - DIT (Faça você mesmo), o uso de softwares avançados, à codificação, prototipagem e edição de vídeos, dentre outras possibilidades educativas, de maneira a incentivar o uso das metodologias ativas e das TICs nas práticas pedagógicas” (SEEDUC, 2022, p. 58).

15,8% não possuíam quadra de esportes, e 3% sem refeitório e cozinha (SEEDUC-RJ, 2024, p. 26-27), o que, primordialmente, limita a própria oferta de componentes curriculares diante dos percalços estruturais.

Retomando, o Projeto de vida é um dos elementos – principais até – que sustentam a flexibilização curricular, sendo esta – a flexibilização – uma tendência internacional que abarca a organização escolar dos países da OCDE com a média de 10% dos currículos nacionais (OCDE, 2023, p. 360)¹⁰, tendo como ente principal a aprendizagem flexível – como bem defendeu e defende o Todos pela Educação nota técnica (Todos pela Educação, 2024, p. 3)¹¹.

A principal argumentação para

[...] a aprendizagem flexível é justificada pelas mesmas razões que justificam a flexibilização curricular: as críticas ao modelo único para alunos com diferentes trajetórias e interesses, ao conteudismo, à disciplinarização, a centralidade no professor e ao pouco ou nenhum protagonismo do aluno (Kuenzer, 2016, p 15).

Seria, não muito destoante do que parte dos(as) defensores(as) do “conhecimento poderoso” em nosso campo científico, mesmo que um dos pilares autorais desta categoria seja um ferrenho defensor da disciplina ciente dos avanços metódico-metodológicos dentro dos campos científicos (Young, 2011) – pasmem, ou não –, uma ótica que permeia a valorização do aluno como crítico

¹⁰ Acresçemos o financiamento internacional para a implementação (Fornari; Deitos, 2021).

¹¹ Como ponto positivo que deveria ser preservado, em relação à contrarreforma pretérita, defendeu-se que a “organização curricular flexível, formada por uma parte comum a todos (formação geral básica, orientada pela BNCC) e por trilhas formativas a partir da escolha dos estudantes (itinerários formativos)” (Todos pela Educação, 2024, p. 3).

por meio da construção colaborativo-solidária do conhecimento, indissociável de outra defesa em voga que trata das especificidades regionais e do lugar¹² em relação ao tratamento das competências e habilidades que, não por muita surpresa, é a mesma ótica da Fundação Unibanco.

Nessa perspectiva, a Fundação Unibanco, a partir das críticas aos modelos rígidos, aponta a construção da Base Nacional Comum, estimulada pelo MEC, como oportunidade para a flexibilização curricular do Ensino Médio, uma vez que o documento preliminar propõe 60% de conteúdos comuns. Os demais 40% serão definidos por cada sistema de ensino, abordando conteúdos que atendam às especificidades regionais.

A partir da proposta, aponta a Fundação Unibanco a necessidade de abrir possibilidades de escolha pelo aluno, o que realmente caracterizaria a flexibilidade. Essas escolhas contemplariam conhecimentos vinculados à trajetória pretendida pelo jovem: ensino técnico ou área de conhecimento que pretende seguir no ensino superior. Assim, a flexibilidade, tanto do currículo quanto da aprendizagem, respeitaria a dimensão vivencial de cada aluno no processo de construção do conhecimento, a integração à prática profissional numa perspectiva reflexiva e a construção colaborativa e solidária do conhecimento (Kuenzer, 2016, p. 14).

Em um truque do condão, não importando as demais questões estruturais, os(as) estudantes, não importando as variáveis geográfico-sociais-histórico-econômicas-culturais, passariam de espectador – superando, segundo a ótica que e de quem defende esse princípio, a enfadonha *Geografia dos Professores* – para sujeitos de “sua própria aprendizagem”, autônomos, comprometidos,

¹²Refiro-me aberta e criticamente aos que provocaram pela escolha do vivido uma negação desenfreada do crítico no campo do materialismo histórico-dialético desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (Rocha, 2010).

disciplinados, e com seu ritmo de estudo – muita convergência com a Educação à Distância, não!? – mesmo diante de docentes com salários aquém da metade da média da OCDE, com turmas de – em média – 15,6 estudantes a mais que os países pertencentes à mesma organização (INEP, 2024; OCDE, 2013), em situação de elevado esforço, e em escolas com espaços formativos negados como as da rede estadual do Rio de Janeiro discriminadas anteriormente (Andrade; Correia, 2021).

Em tese, ao gerenciar seus tempos e espaços, aprenderia a aprender, sozinho ou em colaboração, o que conduziria a um melhor aproveitamento; e, nas práticas colaborativas, deixaria de ser isolado em suas tarefas e leituras, de modo também a superar posturas individualistas. Na aprendizagem flexível, o conceito de comunidade de aprendizagem implica o deslocamento do professor e do conteúdo para o grupo, que participa, se envolve, pesquisa, interage, cria, com a mediação de algum orientador. O professor passa a ser organizador de conteúdos e produtor de propostas de curso, de abordagens inovadoras de aprendizagem, em parceria com especialistas em tecnologia; a relação presencial passa ser substituída pela tutoria, que acompanha a aprendizagem dos alunos (Kuenzer, 2016, p. 16).

Mesmo em um país fincado histórico-estruturalmente às vísceras do desenvolvimento desigual e combinado, tomamos de empréstimo uma concepção pedagógica que tem como berço o refino tecnológico da Sociedade do Conhecimento para a formação do cognitariado (Frigotto, 2010); mesmo que a População Economicamente Ativa (PEA) esteja em situação de informalidade em aproximadamente 39% no primeiro trimestre de 2024 (IBGE, 2024).

Além de secundarizar a relação ensino-aprendizagem por meio da supressão da ação do-a primeiro-a, abarcando em voos rasos

na concepção Pós-Moderna (Harvey, 1993), investem nos mesmos princípios do discurso pedagógico do regime de acumulação flexível (Harvey, 1993) para a formação de profissionais-cidadãos flexíveis, maleáveis e adaptáveis às mudanças tecnológicas da produção mesmo sem o usufruto-contato destas; mas como indivíduos reprodutores do idêntico receituário ideal-ideológico no escopo periférico pela reprodução das relações sociais de produção – na margem – em um mundo VICA.

Em outros termos, a pedagogia flexível se sustenta ideológico-pragmaticamente no/ao “novo” mercantil em seu sentido técnico-tecnológico-paradigmático, sincrônico ao presente-efêmero-pragmático, para a supressão da rigidez do trabalho de longa duração – estável, que por razões óbvias, sob a ótica do capital, invoca o desestímulo à educação-formação profissional especializada mas mantém, dialeticamente como o trabalho na sociedade de classes, a divisão técnica em trabalho simples e complexo mesmo no processo de simplificação da complexidade no labor. Abandona-se a mediação para as virtudes do imediato como saída. Como em outros momentos e estágios do regime de produção o que ocorre, sob nossa ótica, é a transmutação – descarada – dos imperativos estruturais para a superestrutura¹³ fincada nos objetivos da primeira.

O que o discurso da pedagogia da acumulação flexível não revela é que, ao destruírem-se os vínculos entre capacitação e trabalho pela utilização das novas tecnologias, que banaliza as competências, tornando-as bastante parecidas e com uma base comum de conhecimentos de automação industrial, a par da estratégia toyotista de definir a produção pela demanda, o mercado de

¹³Não entendo isso de modo determinado – determinismo – de acordo com os ensinamentos de Marx (2011)

trabalho passa a reger-se pela lógica dos arranjos flexíveis de competências diferenciadas (Kuenzer, 2016, p. 17).

Trata-se de um movimento claro de “manuseio” da política do conhecimento – e conhecimento da política – no mesmo intento da tradição seletiva para a formação de subjetividades flexíveis. Subjetividades essas que, imbricadas nos ditames da Educação ao Longo da Vida, imputam sem qualquer receio os sentidos do recrudescimento da Teoria do Capital Humano¹⁴ por meio das teses do empreendedorismo-empregabilidade e da cidadania de novo tipo – o imediato atomizado da responsabilização sobre os imperativos tenebrosos da vida subalterna-periférica.

Porém, este movimento não ocorre isolado, mas pertence a um processo duplo de privatização endógena-exógena¹⁵ das escolas inexorável da própria gestão do conhecimento para a formação humana, que considera o conhecimento – desculpe a tautologia –, na escola neoliberal (Laval, 2017), como terceiro fator¹⁶ de crescimento

¹⁴ “Nesta visão, na medida em que o crescimento atingido determinaria níveis mínimos de desemprego, a produtividade aumentaria e haveria uma crescente transferência dos níveis de baixa renda do setor tradicional para os setores modernos, produzindo salários mais elevados. Assim, o desenvolvimento social se consolidaria, naturalmente, em decorrência da prosperidade econômica alcançada” (Souza, 2006, p. 160).

¹⁵ “Por privatização endógena entendem as formas que implicam na importação de ideias, métodos e ferramentas da empresa privada. Já a privatização exógena refere-se a formas que envolvem a abertura dos serviços públicos à participação do setor privado, através de modalidades baseadas em benefício econômico” (Oliveira, 2018, p. 45). Seria, em outros termos, a privatização da e na educação em sua totalidade.

¹⁶ “Os fatores de *input* da função crescimento – capital e trabalho – não bastarem para explicar o *output* registrado – taxa de crescimento – nas décadas de 1950 e 1960. Durante certo tempo prevaleceu a compreensão de que esse resíduo da taxa de crescimento era um “terceiro fator” que, para alguns, era a técnica, e para outros, era simplesmente uma incógnita” (Souza, 2005, p. 160), que mais tarde, por meio das teses de Becker e Shultz – principais teóricos da Teoria do Capital Humano –, desvendou-se a educação-qualificação como elemento variável – terceiro – do crescimento.

econômico (Souza, 2005, p. 160) para além do trabalho e do capital¹⁷. Trata-se da privatização do corpo – materialidade – e espírito – imaterialidade – para a sustentação “consentida” – como ideário – da sociedade de classes, da competitividade e da *hyper*-individualização – a responsabilização *atomicista* da miséria pela ineficiência do esforço-resiliência, segundo o receituário.

Portanto, a combinação escolha-renúncia para a nova composição corpo-espírito do Ensino Médio se estrutura por meio da subtração disciplinar clássica calcada na crítica ao enciclopedismo-mnemônico – movimento antigo, que por sinal fora o “calcanhar de Aquiles” para a legitimação de parte do conteúdo contrarreformista na década de 1990 –, que não inclui o atual cenário de intensificação da precariedade, inexorável do acréscimo de tempos-espaços para o incremento do trabalhador sem qualificação – a recomposição da dualidade escolar – imputado para aprender a aprender.

Daí o caráter “flexível” da força de trabalho; importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez (Kuenzer, 2016, p. 17).

Almeja-se neste propósito a manutenção ascendente “refinada”, em tempos de composição orgânica do capital, da

¹⁷ Com bem explica Souza (2005, p. 159-163), os teóricos do capital humano tinham como principal tese a qualificação da força de trabalho tanto para a geração de mais-valor, quanto para a legitimar as diferenciações entre produtividade e renda, abrangendo o contexto macroeconômico – como ente para superação do atraso econômico no sistema capitalista e, por conseguinte, incremento de produtividade e investimento externo direto (Chesnais, 1995) – quanto o microeconômico por legitimar as diferenças individuais e a desigualdade entre as classes sociais.

“descartabilidade” do trabalho, da perpetuação das formas precárias de contratação, da consolidação de uma massa de trabalhadores com “tácitos” conhecimentos refinados pela atual proposição curricular – o pragmatismo preso ao local – “em atividades laborais de natureza simples e desqualificada, e são precariamente qualificados por processos rápidos de treinamento, com apoio nas novas tecnologias e com os princípios da aprendizagem flexível” (Kuenzer, 2016, p. 18). A qualificação se faz, por razões ululantes, da corporação para o sujeito, tomando-o como maleável e flexível subjetiva-objetivamente, assim como polivalente e resiliente. A escola toma emprestada, por essa via, um novo sentido paralelo à demanda do capital.

A aprendizagem flexível, como metodologia, é uma das formas de atender à finalidade de formação desses profissionais, cuja força de trabalho poderá ser consumida de forma mais ou menos predatória, ao longo das cadeias produtivas, segundo as necessidades da produção puxada pela demanda (Kuenzer, 2016, p. 19).

O Ensino Médio nesse contexto passa por uma profunda imersão superficial por meio do recuo da teoria (Kuenzer, 2016), da aniquilação da práxis, e da tomada da prática como partida e chegada e, por conseguinte, da imediação – não destoante do que observamos na presente concepção epistêmico-curricular em nosso campo.

A negação da práxis enquanto possibilidade de transformação anula os projetos, as possibilidades, e a historicidade: o que vale é o presente. A experiência histórica é substituída pela experiência do momento; as organizações históricas e suas experiências acumuladas são substituídas pelo ativismo, onde a sensação do ineditismo nas ações voluntaristas torna-se a referência maior das escolhas das posturas e das posições políticas (Kuenzer, 2016, p. 24).

Neste sentido, renega-se o processo por resultados ao se incorporar os elementos pedagógico-curriculares da Pedagogia das Competências transmutada em Pedagogia Flexível, no qual as contradições estão presas na escala da vida sem a sua devida interlocução teórico-metodológica à totalidade sob o princípio da contradição – conexão não é contradição! Analogia muito menos!¹⁸ Um problema de método, que em si é uma escolha. As mediações se prendem ao cotidiano, às situações-problema, à epistemologia da prática em metáfora aos desafios corporativos para a geração de mais-valor sinonímicos ao trabalho maleável-adaptável em células como a sobrevalorização solidário-comunitária nos mesmos moldes da Responsabilidade Social Empresarial – vide a ascensão do solidarismo no lugar-cotidiano e nas salas de Recursos Humanos para contratação pessoal. Isto se categoriza como relações sociais de produção, no qual a predeterminação existencial se limita a uma escala-escopo filosófico-político que nega, como foi feito com o marxismo e a mal compreendida Geografia Tradicional nos PCN, outras concepções de mundo e práxis-no-mundo – a escolha precede, intencionalmente, a renúncia de modo intencional como imperativo hegemônico no campo científico de braços dados com o léxico do capital.

Se outrora o debate “girava” em torno da totalidade em cacos derivada da fragmentação científica, do cálculo natureza-humano-economia, e do sentido político-patriótico-ufano em nossa ciência (Moreira, 2014), hoje a *Geografia dos Professores* – a *geografia que se quer que se ensine* – desfila na hegemonia do vivido-cotidiano imbricado no solo-lugar pelas filias-identidade logrando ao

¹⁸ Cf. Brasil (2019, p. 360).

ostracismo o processo nos princípios do raciocínio geográfico (Brasil, 2019, p. 359-360)¹⁹ com fortes enlaces pragmáticos (Souza, 2022) – também de berço anglo-saxão –, as contradições, a totalidade-mundo de modo categórico-metódico, e principalmente a mediação, como se observa, por exemplo, na definição de sociedade e *viver em sociedade*.

Aprender a viver em sociedade significa, então, submeter-se a processos de socialização, ou seja, processos de incorporação e internalização de valores, papéis e identidades. Portanto, a sociedade como teia de relações é fundamental para apreender o modo como as ações dos indivíduos configuram o mundo em que vivem, ao mesmo tempo em que constroem uma identidade coletiva que lhes permite se pensar como Nós diante do Outro (ou Outros de referência) (Brasil, 2019, p. 554).

Considerações finais

O óbvio da atual contrarreforma do Ensino Médio, sob a perspectiva aqui adotada, é o seu refino léxico por meio do manuseio de consensos superficiais – no senso comum – acerca da escola e sua qualidade.

Se o espírito da sociedade civil, em significativas frações, deleita-se sobre o imperativo neoliberal por meio da aniquilação ideológica do público-estatal enquanto forma-engenharia-conteúdo, e o mercado como epicentro da eficiência, transmuta-se para os sistemas de ensino os mesmos devaneios para a formação básica e interessada, enxuta e com afinco sobre o pragmatismo tanto na

¹⁹ O processo, como muito bem observou a Professora Doutora Rogata Soares Del Gaudio em sua fala no VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, simplesmente desapareceu.

relação ensino-aprendizagem, quanto sobre a intencionalidade formativa.

Neste sentido se desloca, mais uma vez, a discussão acerca da intensificação da precariedade humana e estrutural para salvaguardas casuísticas – que não deram certo no passado, e sem qualquer perspectiva de acerto tomando a crise sociometabólica contemporânea.

A primeira obviedade falseada se ancora na correlação entre a ampliação da carga horária e sua correspondência nos indicadores de desempenho, fato aqui comprovado como equivocado tomando como base argumentativa os dados estatísticos. As ETI nos dias atuais não demonstram, em sua totalidade, e tampouco em larga escala, evidências para a correlação à qualidade mesmo sob os indicadores hegemônicos.

A segunda requisição em curso é o reordenamento curricular sob o princípio laureado do *free choice*, que levará – como já comprovado – para escolhas possíveis ou renúncias óbvias de acordo com a capacidade do sistema de ensino, implicando – por razões óbvias – na perpetuação da dualidade escolar nos limitantes da escolha. Isto se combina com o espírito do próprio currículo por meio do seu elemento político-formativo – a Pedagogia Flexível –, a chancela das eletivas ligadas à oferta encampada principalmente pela lógica empreendedorismo-empregabilidade e Projeto de Vida, a liofilização – cronológica – das competências, e a retração do conhecimento também pela circuncisão das disciplinas escolares imbuídas em intencionalidades da Pedagogia Política do Capital.

Por fim, a combinação das obviedades coloca a identidade do Ensino Médio sob elevado risco por meio da ampliação da polivalência, do pragmatismo, da correspondência aos resultados, da

incorporação dos discursos e práticas empreendedoras – projeto de vida – como observado. De todo modo, conclui-se que a ampliação da carga horária não deve ser considerada um fato expressivo para a qualidade educacional se não debatermos o que se faz com isso, inexorável do que significa qualidade em si; principalmente diante do irrisório resultante do PNE – somente uma meta fora alcançada até o presente momento, a que trata da qualificação dos-as docentes que atuam no Ensino Superior.

A contrarreforma do Ensino Médio em curso carrega, dentre tantos, um elemento crucial para sua compreensão. A materialização da escola nos moldes corporativos: enxuta, em processo de liofilização, e imersa dialeticamente nos mesmos princípios mercantil-neoliberais não só em sua materialidade, mas perpetrando o endógeno, a subjetividade, o existir. Em um cenário de continuidade-acentuação da precariedade, vide os dados apresentados pela própria SEEDUC-RJ, pontua-se de modo ardil a escola interessada na formação do trabalhador de novo tipo por meio da pedagogia flexível, da “nova” pedagogia política do capital, que escolhe a renúncia do conhecimento como ente crítico-omnilateral para um *enfadonho* deleite utilitário – e a Geografia nesse bolo de modo explícito. Tempos difíceis.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Coutinho; COSTA, Luiz Felype Xavier. A categoria cidadania na BNCC de Geografia: as finalidades formativas no processo de recomposição burguesa. *Revista Tamoios*, v. 15, n. 2, 2019.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho; CORREIA, Luana Ferreira. Considerações sobre o trabalho docente no Brasil: uma breve radiografia e apontamentos presente-futuros. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, n. 105, p. 67-92, 2021.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Ensaio sobre a atualidade da perspectiva interessada de formação humana no Brasil. *RTPS- Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 8, n. 13, 2023.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo precariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. *Decreto n° 6.094, de 24 de abril de 2007*. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

BRASIL. *Lei n° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/113415.html>. Acesso em: 24 de maio de 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

BRASIL. *Lei n° 14.495, de 31 de julho de 2024*. Brasil: Brasília: Câmara dos Deputados, 2024a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>>. Acesso em: 11 de agosto de 2024.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1995.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1994.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnismo no Brasil. In: ANPED. *Políticas Públicas, Movimentos Sociais: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões*. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político-práticas. *Cadernos de Educação*, n. 37, 2010.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

GLOBO. Após reforma do ensino médio, alunos têm aulas de 'O que rola por aí', 'RPG' e 'Brigadeiro caseiro'. O Globo, 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 24 de maio de 2024.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica, 2000-2023*. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2024.

INEP. *Relatório do 5º Ciclo do Monitoramento de Metas do Plano Nacional de Educação, 2024*. INEP: Brasília, 2024. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

INEP. *IDEB*. INEP: Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisasestatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

INEP. *Censo do Ensino Superior, 2011-2023*. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 26 de maio 2024.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *Capitalismo, trabalho e educação*, v. 3, 2002.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região*, v. 20, n. 2, p. 13-36, 2016.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2017.

Marx, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, Míriam Morelli Lima de; RODRIGUES, Viviane de Souza. Ensino Médio no Brasil: reordenamento federal e estadual. *RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 7, n. 12, 2022.

MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina*. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

OCDE. *Programme for International Student Assessment (PISA)*. Paris: OCDE, 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/en/about/programmes/pisa.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2024.

OCDE. *Education at a Glance 2023*. Paris: OCDE, 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2023_e13bef63en.html>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

Rio de Janeiro. *Novo Ensino Médio – plano de implementação*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-mediodescontinuado/pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

Rio de Janeiro. *Plano de Ação – Itinerários Formativos Novo Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Educação, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-mediodescontinuado/PAIFRJ.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

Rio de Janeiro. *Decreto n° 44.281, de 01 de julho de 2013*. Governo do Estado do Rio de Janeiro, RJ: 2013. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-44281-2013-rio-de-janeiro-da-nova-redacao-ao-decreto-n-42793-de-06-de-janeiro-de-2011-que-e-stabelece-programas-para-o-aprimoramento-e-valorizacao-dos-ervid-orespublicos-da-secretaria-de-estado-de-educacao-do-rio-de-janeiro-seeducdetermina-outrasprovidencias>>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; DE OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 31, n. 3, p. 511-530, 2015.

SEPE. *Proposta de Matriz Curricular para o Ensino Médio Regular: Corrigir Distorções e Atualizar para a Nova Lei do Ensino Médio (2024)*. Rio de Janeiro: SEPE, 2024. Disponível em: <

https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2024/10/PROPOSTA_MATRIZ_CURRICULAR_SEPERJ2024.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A Ágora e o Agora. *Terra Livre*, n. 14, p. 08-20, 1999.

SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, educação e sindicalismo: anos 90*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

SOUZA, José dos Santos. O recrudescimento da teoria do capital humano. *Cadernos Cemarx*, v. 3, n. 1, 2005.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, Educação e luta de classes na sociabilidade do capital. In: SOUZA, José dos Santos; ARAÚJO, Renan. *Trabalho, educação e sociabilidade*. Maringá: Práxis, 2010.

SOUZA, José dos Santos. Gerencialismo. SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (Org.). *Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior: glossário*. Rio de Janeiro: Publit, p. 54-58, 2017.

SOUZA, José dos Santos. A educação superior enxuta e flexível como nicho promissor do Mercado educacional. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 42, p. 01-27, 2022.

SOUZA, Jose Gilberto de. O Pensamento Espacial e a Geografia Pragmática: réquiem para o passado. *Revista da ANPEGE*, 2022.

WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

YOUNG, Michael. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 609-623, 2011.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de pesquisa*, v. 44, p. 190-202, 2014.

Submetido em 10/12/2024 – Aceito em 12/03/2025

**CULTURA E
CONHECIMENTO POPULAR
NO ENFRENTAMENTO DAS
DISCREPÂNCIAS
TERRITORIAIS NO BRASIL:
UMA REFLEXÃO**

*CULTURE AND POPULAR
KNOWLEDGE IN COPING WITH
TERRITORIAL DISCREPANCIES IN
BRAZIL: A REFLECTION*

*CULTURA Y SABERES
POPULARES PARA ENFRENTAR
LAS DISCREPANCIAS
TERRITORIALES EN BRASIL: UNA
REFLEXIÓN*

Gevson Silva Andrade
Professor Adjunto da Universidade de
Pernambuco (UPE)
gevson.andrade@upe.br

Resumo: O artigo aborda a importância da cultura e do conhecimento popular na superação das desigualdades territoriais no Brasil. Baseado em reflexões apresentadas no XII Congresso Brasileiro de Geógrafos, o estudo explora como a cultura molda a organização do espaço e a identidade regional, especialmente em contextos de desigualdade socioespacial. A fenomenologia e a dialética são destacadas como métodos fundamentais para entender a complexidade cultural e os processos de produção e reprodução do capital. Além disso, o texto discute como as políticas públicas podem ser mais eficazes ao integrar o saber popular na formulação de estratégias regionais, especialmente nas áreas rurais. Iniciativas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visam reduzir desigualdades sociais e econômicas, fomentando a agricultura familiar e valorizando os conhecimentos locais. O artigo também ressalta a importância do desenvolvimento territorial sustentável, destacando a cultura como um elemento central na definição dos territórios e na construção de uma identidade produtiva regional. A reflexão conclui com a necessidade de políticas públicas inclusivas e de um olhar decolonial para reduzir as desigualdades históricas no país.

Palavras-chave: Cultura, Desenvolvimento territorial, Políticas públicas, Identidade regional.

Terra Livre	São Paulo	Ano 39, v.2, n.63, jul-dez 2024	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------

Abstract:

The article addresses the importance of culture and popular knowledge in overcoming territorial inequalities in Brazil. Based on reflections presented at the XII Brazilian Congress of Geographers, the study explores how culture shapes the organization of space and regional identity, especially in contexts of socio-spatial inequality. Phenomenology and dialectics are highlighted as fundamental methods to understand cultural complexity and the processes of production and reproduction of capital. In addition, the text discusses how public policies can be more effective by integrating popular knowledge in the formulation of regional strategies, especially in rural areas. Initiatives, such as Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aim to reduce social and economic inequalities, fostering family farming and valuing local knowledge. The article also highlights the importance of sustainable territorial development, it emphasizes culture as a central element in the definition of territories and in the construction of a regional productive identity. The reflection concludes with the need for inclusive public policies and a decolonial perspective to reduce historical inequalities in the country.

Keywords: Culture, Territorial development, Public policies, Regional identity.

Resumen:

El artículo analiza la importancia de la cultura y el conocimiento popular en la superación de las desigualdades territoriales en Brasil. Basándose en las reflexiones presentadas durante el XII Congreso Brasileño de Geógrafos, el estudio examina cómo la cultura influye en la organización del espacio y la construcción de la identidad regional, particularmente en contextos marcados por desigualdades socioespaciales. Se destacan la fenomenología y la dialéctica como enfoques metodológicos fundamentales para comprender la complejidad cultural, así como los procesos de producción y reproducción del capital. Asimismo, el texto discute cómo las políticas públicas pueden ser más efectivas al integrar el conocimiento popular en la formulación de estrategias regionales, especialmente en zonas rurales. Iniciativas como el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF) buscan reducir las desigualdades sociales y económicas mediante el fomento de la agricultura familiar y la valorización del conocimiento local. Además, el artículo subraya la importancia del desarrollo territorial sostenible, resaltando la cultura como un elemento central en la definición de los territorios y en la construcción de una identidad productiva regional. Finalmente, la reflexión concluye enfatizando la necesidad de políticas públicas inclusivas y de una perspectiva decolonial que permita abordar las desigualdades históricas en el país.

Palabras-clave: Cultura, Desarrollo territorial, Políticas públicas, Identidad regional.

Introdução

O presente artigo, é resultado da palestra realizada no VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas que ocorreu na Universidade de São Paulo no mês de junho do ano de 2024. O evento foi promovido pela Associação de Geógrafos e Geógrafas do Brasil (AGB) e o tema central foi **“Geografando para construir o Brasil”**. O título central do congresso teve por finalidade pensar o país a partir de um

contexto de um mundo marcado por desigualdades e incertezas. O Brasil do ano de 2023, recebeu do passado uma agenda de desmontes, violência, destruição e negacionismos, erodindo o Estado brasileiro, atingido em suas políticas públicas essenciais, em um modelo de “terra arrasada”, de crise econômica, social, cultural, política e ambiental sem precedentes. A disparidade econômica, a distribuição desigual de recursos e oportunidades, bem como a discriminação sistemática, foram desafiadas por trabalhadores e trabalhadoras por meio de suas organizações, protestos, manifestações, mobilizações e iniciativas sociais levadas a cabo nesse cenário de enfrentamentos aos setores dominantes e conservadores. (AGB, 2024 p. s/n)

Desta maneira, o congresso propiciou uma discussão crítica da realidade brasileira frente a um mundo globalizado, que pode ser entendido na perspectiva de Milton Santos a partir de como ela é tratado em seu livro “Por uma outra globalização” (2000) que traz uma reflexão profunda acerca do processo do modo capitalista de produção, que tem a acumulação como mote central.

A palestra foi proferida na mesa redonda “Geografia, Cultura e Política no Enfrentamento das Desigualdades Socioespaciais Brasileiras”, que tinha como ementa norteadora a seguinte reflexão:

O processo alusivo à constituição das desigualdades socioespaciais brasileiras caracterizou-se por processos delimitados pela exploração e desigualdade característicos do modo capitalista, os quais foram aprofundados pelo atual contexto globalizante, constituídos por uma mais-valia ampliada pelo modo de produção flexível. A Geografia, uma ciência caracterizada pela criticidade quanto aos contextos do presente, possui, juntamente com a cultura e a compreensão crítica do fazer política, como relevantes instrumentos de compreensão e enfrentamento das desigualdades socioespaciais brasileiras. (AGB, 2024, s/p)

Frente ao exposto apresentado na minuta da mesa, em primeiro lugar, foi refletido sobre um método norteador para pensar a temática da palestra. Desta maneira, a escolha foi uma triangulação de métodos, que de acordo com Uwe Flick (2027) na obra *Qualitativ Forchung* “a triangulação é uma combinação de métodos, pesquisadores, circunstâncias locais e temporais e perspectivas teóricas diferentes para tratar de um fenômeno, sendo assim, se caracteriza por uma combinação de perspectivas de investigação apropriadas e de métodos que sejam idôneos para levar em consideração o maior número de aspectos possíveis de um problema¹”. (KELLE e ERZBERGER, 2007, p.308)

Ainda refletindo sobre a triangulação metodológica, cabe afirmar que o conceito de triangulação engloba os diversos oportunidades que exigem a integração de recursos qualitativos e

¹ Tradução livre da obra original: Der Triangulationsbegriff erfasst die vielfältigen Möglichkeiten, die eine Integration qualitativer und quantitativer Methoden eröffnen, und die verschiedenen Funktionen von Methodenintegration im Forschungsprozess wesentlich besser.

quantitativos métodos e as várias funções de A integração do método no processo de pesquisa é muito melhor.

Desta maneira, cabe apontar os métodos a serem associados a cada componente dessa reflexão. Assim, para estudarmos/pensarmos a relação evocada no título da mesa, precisamos pontuar que na Geografia a relação com a Cultura é necessariamente estudada pela fenomenologia, enquanto as desigualdades socioespaciais têm uma ligação direta com a dialética.

As reflexões apresentadas nesse artigo, decorrentes da participação na mesa já citada anteriormente, foi trazer uma reflexão da influência da cultura como elemento essencial para o entendimento de características impressas no território, e de como os conhecimentos dos atores locais em comunhão com as políticas públicas podem moldar os processos de (re)organização espacial.

Refletindo sobre cultura a luz da fenomenologia

Para essa reflexão, tomaremos de empréstimo inicialmente a contribuição de Cosgrove e Jackson (1987 apud MITCHELL, 1999, p.33), quando afirmam que a cultura deve ser entendida como o meio através do qual as pessoas transformam os fenômenos rotineiros do mundo material de símbolos significativos, aos quais dão significados e atribuem valor. Ao destacar a simbologia dos fenômenos, os autores trazem à baila a questão dos símbolos estarem presentes no cotidiano na materialidade do mundo.

Tais significados produzidos pelas pessoas, por consequência, evidenciam o significado da materialidade do mundo real, atribuem valores a esses fenômenos, cabendo aqui refletir, ainda de acordo com os autores, citados que “a cultura pode ser

especificada como algo que tanto diferencia o mundo quanto fornece um conceito para compreender essa diferenciação”. (MITCHELL, 1999, p.34)

Ainda sobre o conceito de cultura a ser considerada, é que esta deve ser encarada como um o conjunto de significados. Indica um argumento complexo sobre as relações entre o desenvolvimento humano geral e um modo de vida particular e entre as atividades e práticas da arte e inteligência na vida cotidiana.

Dialética método fundamental ao enfrentamento às desigualdades socioespaciais

Partindo dessa premissa da cultura enquanto conjunto das relações humanas, e em particular com as práticas de reprodução social em uníssono com a inteligência, devemos pensar que a cultura é um reflexo e uma condicionante social que acaba gerindo o papel dos indivíduos dentro do complexo reprodutivo e metabólico do capital.

Sabendo que as desigualdades socioespaciais são resultado direto dos processos socio metabólicos do capital, e que esses processos devem ser compreendidos considerando as contradições inerentes à reprodução do capital, pode-se afirmar que “a ideia de cultura surge da necessidade de regularizar ou normatizar contradições entre sistemas de produção e consumo” (NUNES,2023, s/p)

Dessa maneira é o arranjo cultural de cada comunidade que irá normatizar as relações de produção e consumo, e essa produção tende a atender as necessidades naturais e àquelas criadas pela

fetichização², nas quais sujeitos e objetos agem um sobre o outro de maneira constante.

Assim, cabe considerar que a cultura é parte essencial de sistemas de reprodução social, em escalas locais e globais, a Cultura é representada como parte de um todo, ou como um resíduo puro num sistema globalizante integrado de reprodução social.

Em outras palavras, a cultura deve ser considerada um elemento totalizante e totalizador, pois, como está em constante metabolização orgânica e hegemônica, resultado do acúmulo do tempo e de camadas que vão se sobrepondo, se sedimentando e se revelando em totalidade, definindo tempos e processos de consolidação da materialidade dos territórios.

Assim, cabe corroborar com David Harvey (1992), quando o sugere que o que está sendo chamado de cultura está completamente envolvido na reprodução da vida cotidiana. É inseparável das relações de produção e consumo

Então essa relação simbiótica que envolve sujeito e território, cultura e reprodução socio metabólica do capital nos permite construir e compreender a função da cultura como elemento essencial na definição de recortes espaciais de análise.

Cultura elemento essencial na compreensão das identidades regionais e definição dos Territórios

A Geografia Humanista Cultural, tem todo seu processo metodológico baseado na fenomenologia. Assim, os espaços delimitados pela cultura, irão refletir uma diferenciação de áreas, ou

² Entende-se aqui a fetichização a partir da categoria de análise de Marx, na qual objeto e sujeito invertem seus papéis frente as necessidades de consumo, principalmente aquela que são incentivadas pela mídia.

regionalizações ligadas ao pertencimento, também chamada de identidade regional.

Dentre estas identidades no nosso país, podemos destacar diversos complexos culturais entrelaçados com a definição de espaços produtivos como pode ser aprofundado com a leitura do livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* de Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001).

Dentre as regionalizações culturais produzidas em que caberia um olhar especial, destaco as relações estabelecidas entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações que Santos e Silveira chamaram atenção, por entenderem que revela a pluralidade dos estágios de cultura da reprodução do capital a partir nos níveis técnicos de desenvolvimento dos recortes espaciais identificados.

Um outro viés da cultura como elemento de análise da realidade brasileira com ligar à (re)produção do capital, é revelado pela Geografia Eleitoral, pois o resultado das eleições presidenciais e em especial, desse século em curso, mostra elementos que permitem estabelecer um diálogo entre as características econômicas dos recortes espaciais com a necessidade de uma maior ou menor ação do Estado enquanto balizador do desenvolvimento.

Assim temos a Região Concentrada (Santos e Silveira, 2001) e as fronteiras agrícolas brasileira com direcionamento pautado no pensamento neoliberal, escolhendo os candidatos do espectro de centro e de direita, explicado pelo tripé Deus, Pátria e Família, que também foi utilizado como discurso fundante do Golpe Cívico Militar de 1964 e requeitado nos governos Temer e Bolsonaro. Estas bandeiras revelam espaços onde a concentração capital é entendida no sentido da manutenção do status quo das elites, que pregam inclusive a redução do Estado e um ultra conservadorismo nas

questões ligadas a costumes, principalmente aqueles pautados nos dogmas religiosos conservadores, a exemplo da lógica da composição do perfil das famílias entre outros.

Por outro lado, temos as regiões Norte e Nordeste, pautando seus votos numa perspectiva do espectro político de centro-esquerda como resposta as necessidades reais desses territórios por uma política na qual o Estado tenha um papel mais forte na promoção de direitos sociais fundamentais. Entre elas, as políticas de transferência de rendas, mas também de agendas desenvolvimentistas importantes como a política de proteção, conservação e regeneração ambiental e da redistribuição da planta produtiva do país.

A pauta ambiental, é um elemento essencial para a definição do papel do Brasil na agenda econômica ambiental do planeta, pois com a emergência da crise climática não mais anunciada, mas já em curso, a exemplo o desastre ambiental do Rio Grande Sul, que foi provocado principalmente pela alteração de normativas de proteção ambiental por parte do Estado gerido e gerindo em nome do capital. Outro destaque foi o evento mais recente, as grandes quantidades de queimadas vivenciadas no segundo semestre de 2024, que, em sua maioria, foi criminosa e articulada pelo agronegócio. O problema foi potencializado devido ao período seco, que foi amplamente noticiada nos veículos de comunicação. Espera-se uma ação mais enérgica por parte do Estado brasileiro

No Nordeste, se faz necessário, que a cultura se movimente no sentido do desmonte do pensamento da seca enquanto problema a ser enfrentado. Questão que no século passado pautou e, por vezes, ainda pauta as estratégias de políticas públicas na região. Atualmente deve-se apontar para ampliação de estratégias de

convivência com o Semiárido, que tem grande potencial de produção de energias renováveis e menos poluentes, principalmente a solar fotovoltaica e/ou térmica, que impacta o meio ambiente/território menos que a eólica. Essa última vem causando impactos de ordem psíquica, além da ambiental. Os modelos de implementação dos biocombustíveis devem ser permeados pela escuta dos conhecimentos tradicionais acumulados pela população territorializada nos sertões.

Segundo o clássico livro de Haffestin (1993) “Por uma geografia do poder” o território a princípio é definido pelas relações de apropriação do espaço pelo poder, no entanto, Hanna Arendt (1985) chama a atenção que o poder deve ser construído sem imposição violenta, e que esse deve vir enquanto representação do povo, e que é do povo que emana esse poder.

Desta maneira, cabe aqui iluminar o palco no qual o saber popular, entendido enquanto cultura é um elemento balizador de espaços de poder, a partir de suas necessidades/naturais e criadas, que acabam por ter um papel fundamental na organização produtiva e reprodutiva dos povos territorializados ou em territorialização. Essa afirmação nos leva a pensar que a política de desenvolvimento territorial, deve ser uma estratégia para mudar o modelo de desenvolvimento, a partir dos planejamentos regionais (como a SUDENE, SUDAM, etc), implementado no Brasil desde o fim da década de 1950.

Os planos de desenvolvimento pensados a partir dos planos regionais tiveram como resultado concreto um aumento das desigualdades intrarregionais conforme Francisco de Oliveira (1993). Acredita-se que com uma implementação efetiva dos planos de desenvolvimento pensados a partir das práticas de planos

territoriais haverá, de fato, um enfrentamento real as desigualdades socioespaciais construídas a partir de elementos do conhecimento das populações inseridas nos territórios, principalmente pelo fato dessas populações serem as engrenagens das territorialidades que resultam a construção concreta das territorializações.

Santos e Silveira (2001) afirmou que o Brasil, foi durante muito tempo e que considerado, e ainda perdura essa realidade, um arquipélago formado por subespaços que evoluíram economicamente de forma endógena, por si e para si, não havendo uma unidade de sustentação para a economia nacional, o que gerou grande discrepância entre os entes federativos e as regiões político administrativas, bem como nas regiões produtivas. Visando produzir uma maior integração nacional para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais no Brasil, destaca-se o primeiro movimento nesse sentido que foi a criação das Superintendências de Desenvolvimento ainda dentro do plano desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek dos 50 anos em 5. Que propunha a reorganização da planta produtiva do país com o fortalecimento da indústria metalúrgica e automotiva.

No entanto, mesmo atingindo em parte seus objetivos, essas superintendências não foram capazes de equalizar as diferenças socioeconômicas intrarregionais, como mencionado anteriormente. Isso se deu, principalmente, pelo fato dessas ações serem voltadas para os já detentores do capital (setores industriais, empresariado e políticos), ou seja, na perspectiva da mão invisível da economia de Adam Smith (1977)³. No entanto, entendemos que o Estado sempre

³ “A mão invisível do mercado” foi uma analogia empregada por Adam Smith para explicar como, numa economia concorrencial, a busca pelo interesse individual pode resultar em melhoria do bem comum.

foi apropriado pelos detentores do capital, assim, esse estado foi utilizado para facilitar a vida dos indivíduos e familiares que detém o controle da máquina estatal. deixando de lado a maior parte da população, destacadamente a classe de trabalhadores proletariados. Essa afirmação, está cristalizada na sempre lembrada fala do então Ministro da Economia (1967-1974) Delfin Neto: "É preciso deixar o bolo crescer para depois dividi-lo". Mesmo crescendo o bolo no período que ficou conhecido como Milagre Brasileiro, a distribuição das fatias não aconteceu, assim de forma que todos os cidadãos brasileiros tivessem acesso ao seu pedaço.

Na esteira de tentar mudar essa redistribuição econômica, que privilegiava os grandes capitalistas presentes na política de desenvolvimento regional, no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio LULA da Silva, apresentou-se e iniciou-se um processo de colocar em prática um modelo de desenvolvimento territorial.

Esse modelo se torna antagonista do desenvolvimento regional ao colocar os trabalhadores como atores centrais na construção de políticas que visavam reduzir as desigualdades socioeconômicas nos diversos espaços brasileiros. Desta maneira, cabe corroborar com o pensamento de Favaretto (2009) acerca do desenvolvimento territorial, quando o mesmo afirma que

a lógica do território incorpora o espaço consumível, mas também o espaço imobilizado em componentes não monetarizáveis. Por decorrência, o enfoque territorial implica em lidar com aspectos não diretamente mercantis a influenciar as regras para a apropriação ou regulação do uso social destes espaços. Além disso, no território os agentes são múltiplos e, sobretudo, difusos, enquanto no enfoque setorial eles são facilmente identificáveis e seus interesses menos dispersos. (FAVARETO, 2009, p.13)

Desta maneira, os planos e programas de desenvolvimento territorial do Governo Federal foram estruturados em um modelo de Governança Territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento de decisões entre poder público e sociedade civil. Esse modelo visa proporcionar o empoderamento dos atores envolvidos, fortalecendo as políticas voltadas para inclusão produtiva. O modelo de desenvolvimento territorial implementados e postos em prática nos governos Lula e Dilma, forma interrompidos por 6 anos e somente no ano de 2023, com a reeleição de Lula estão em vias de reconstrução.

No entanto, essa reconstrução está refém de um congresso nacional altamente conservador e ancorado na centralidade da bancada BBB (Bíblia, Boi e Bala), que por conta dos seus posicionamentos com clara escolha em manter privilégios já estabelecidos se configuram obstaculizando as mudanças necessárias.

A bancada da BÍBLIA, altamente conservadora nos costumes, acabam inviabilizando um diálogo com a transformação da sociedade por discordarem do pensamento progressista e emancipatório das esquerdas. Tradicionalmente a esquerda postula a necessidade de colocar as lutas de classes e necessidades das maiorias sub-representadas, como direito e dever do Estado, mas a bancada da bíblia tem se mostrado mais forte, pois esses parlamentares preferem se (retro)alimentarem de um discurso de um Deus punitivo do velho testamento apoiando-se na Teologia da Prosperidade para manterem “seus rebanhos” sob a falsa ilusão que o Estado não deve interferir na redistribuição de renda. Essa retórica torna essas “ovelhas” reféns de um discurso da meritocracia pseudo

cristã, e assim, faz com que essa parcela da sociedade permaneça uma massa de manobra, atendendo a um “voto de cabestro”.

Já a bancada da BOI, representa os interesses da elite detentora do comando do agronegócio, que concentra terra, produz através do modelo de monocultura e exclusão. Dentro desta lógica de produção capitalista busca-se passar a boiada rumo ao desmonte de todas as políticas pautadas para um desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e social.

No tocante da bancada da BALA, essa se configura principalmente por defender o poder paralelo das milícias e das organizações criminosas, que entenderam que é necessário ocupar os espaços de comando do Estado para facilitar a transformação do capital ilegal em legal. A lógica desta bancada acontece por meio da contratação de empresas que são verdadeiras máquinas de lavar o dinheiro do crime organizado, a recente notícia de apropriação por organizações criminosas como noticiado na mídia do transporte na metrópole paulistana, essa notícia é apenas a extremidade da ponta do iceberg.

Como resultado, da ação dessa tríade bancada (BBB), mas que tem uma lógica de atuação uníssona, o atual governo está engessado na tentativa de implementação efetiva de uma política de desenvolvimento territorial, reproduzindo o que foi colocado no governo anterior, na qual essa política está sustentada apenas na garantia safra. Nesta estrutura o agronegócio fica com a maior parte dos recursos públicos e a distribuição de crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), que ao invés de emancipar os agricultores familiares, os tornam reféns do capital financeiro e do agronegócio. Entende-se que é chegada a hora do governo Lula buscar novas estratégias para implementar as

pautas que beneficiem a maioria da população brasileira que o elegeu com esperança de uma política econômica e social mais inclusiva, mas para isso é necessário chamar o apoio da população que o elegeu.

Desta maneira, os planos e programas de desenvolvimento territorial do Governo Federal foram estruturados em um modelo de Governança Territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento de decisões entre poder público e sociedade civil. Esse modelo visa ao empoderamento dos atores envolvidos, fortalecendo as políticas voltadas para inclusão produtiva. Em outras palavras, esse modelo de desenvolvimento territorial dos governos Lula e Dilma, que foram interrompidos por 6(seis) anos, estão agora em reconstrução.

No primeiro momento dos projetos de desenvolvimento territorial, foi denominado de Territórios de Rural e Territórios da Cidadania. O Governo Federal o implementou (aqui considerando que essa política é uma desconstrução das políticas anteriores de desenvolvimento regional) a partir de 2003, nos quais foram estruturados num modelo de Governança baseado na gestão participativa de inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares e suas organizações (BRASIL, 2015). Esse modelo visa o empoderamento dos atores envolvidos, fazendo com que eles participem da estruturação dos planos voltados para inclusão produtiva e a consolidação da agricultura familiar. Para tanto, no mesmo ano foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁴.

⁴ O Ministério do Desenvolvimento Agrário criado no ano 2003 foi extinguido pelo Decreto [Nº 8.865, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016](#). Com ele foram extintas também suas secretarias, que tiveram suas estrutura transferida para a Casa Civil da Presidência da República. (BRASIL. 2016).

A criação da SDT instituiu a abordagem territorial como eixo central e foco de atuação na gestão compartilhada entre sociedade civil e Estado. O enfoque no território se dá como estratégia integradora de espaços, atores sociais e mercados, tendo na igualdade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social as bases fundamentais para conquista do empoderamento dos atores rurais (MARTINS, 2008).

Neste contexto, o conceito de território para o Estado diz:

Os territórios são mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possui um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidades diversas, que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicações, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico (BRASIL, 2003, p. 03).

Nessa concepção de território é lançada, em 2003, a proposta de gestão social dos Territórios Rurais, que tem por finalidade propiciar uma nova forma de desenvolvimento socioeconômico e promover relações horizontais e colaborativas entre Estado, sociedade civil organizada e produtiva. Esta última é identificada/representada especialmente pelos trabalhadores rurais.

Em 2003, no início do Governo Lula, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que instituiu um novo formato de política ao optar pela construção de uma nova institucionalidade – o território -, fundado na representação dos interesses sociais e econômicos da agricultura familiar e que previa a coordenação e a articulação de um grupo de municípios em torno de uma estratégia comum (TORRENS, 2007, s/n).

No Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) há a intenção de gerar o empoderamento e abrir a possibilidade de inclusão socioproductiva dos agricultores familiares de modo a tentar reduzir as desigualdades das mais variadas ordens (social, econômica, produtiva, fundiária e de gênero) e a pobreza extrema do espaço rural brasileiro. O Governo Federal justificou a implementação desse programa a partir de dados que demonstram a importância do setor rural para o desenvolvimento do país. Segundo informações contidas no PRONAT, cerca de 1/3 da população, 80% dos municípios e 90% da superfície nacional, estão situados em municípios que dependem, em grande escala, das atividades rurais para gerarem emprego, fornecerem alimentos, crescerem economicamente e se desenvolverem (FREITAS, 2011).

Para alcançar as metas propostas e operacionalizar o PRONAT, foi necessário a implantação de táticas para o fortalecimento da produção da agricultura familiar, através de programas de aquisição da produção como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outra estratégia utilizada foi a implantação de financiamento direto aos pequenos produtores, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF), este último, com o objetivo de facilitar o processo produtivo, estimulando o associativismo a nível de produtores, bem como o consórcio entre municípios, que visam o fortalecimento das ações estratégicas das unidades federadas, na busca de uma identidade produtiva, levando, inclusive a criação de alguns Arranjos Produtivos Locais (APL's).

Dessa maneira o território não é uma mera localização, mas o espaço estabelecido por agentes sociais através de relações de poder. Como agentes sociais podemos identificar não só os indivíduos, mas também as organizações, como: Família, Estado, Empresas, Igrejas, entre outros grupos sociais. Essas organizações, via de regra:

[...] canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais. [...] pois exprime de uma só vez o jogo das organizações no espaço e no tempo. Elas “canalizam” quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato, social; “bloqueiam” significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; “controla”, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto. (RAFFESTIN, 1993. p. 39).

Assim, as relações de poder dessas organizações acabam por refletir inúmeros níveis hierárquicos e diferentes estratégias na (re)produção do território.

No entendimento do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o conceito de território é expresso por:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT/MDA, 2004, s/n)

Esse conceito abordado pelo estado considera a delimitação física e a coesão social e cultural como elementos definidores do território. No entanto, para a Geografia, a referência acima se aproxima mais do conceito de região, uma vez que não coloca a relação de poder na produção do território.

Mas como entra a cultura na definição desses territórios? Essa apresenta-se justamente pelo fato de ser a cultura como citado no início dessa reflexão como sendo resultado da sedimentação de conhecimento adquiridos aos longos das vivências cotidianas ou territorialidades. Logo, ao possibilitar a inserção dos trabalhadores no centro da tomada de decisões de como deve ser realizado os investimentos do Estado na reconfiguração dos investimentos e políticas públicas, esses sujeitos oferecem suas experiências acumuladas ao longo do tempo e repassada por gerações, o que carrega práticas que revelam a importância da ancestralidade.

Considerações finais

Para não finalizar, convoco a comunidade geográfica e demais ciências da sociedade a realizar uma reflexão sobre a política de desenvolvimento territorial, que coloca no centro do discurso os trabalhadores para a definição das ações do Estado na (re)construção de novas políticas públicas de enfrentamento as desigualdades socioeconômicas. Isso deve ocorrer através do fomento e da ampliação de setores produtivos com uso de saberes tradicionais, entendendo que esses são reflexo da construção ontológica de culturas distribuídas nas diferentes regiões, nos diferentes espaços e nos diferentes territórios brasileiros. Ainda hoje é possível perceber que o país tem configuração de arquipélago, pois é marcado por desigualdades sociais e econômicas que necessitam de um enfrentamento robusto e

com participação popular com pensamento decolonial, para assim recriamos um país mais igualitário.

Referências

AGB, Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ementa do VIII CBG: “AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil”. São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. Disponível em: [VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG - Notícias - Circulares do VIII CBG](#).

BRASIL. **Decreto n. 8.865, de 29 de setembro de 2016**. Dispõe Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

BRASIL, MDA/SDT. **Manual do Operacional do Proinf 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>

BRASIL, MDA/SDT. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário-Brasília. Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. 36 p.

BRASIL, MDA/SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Série Documentos SDT: número 01. Março de 2005. Disponível em: [http://ieham.org/html/docs/Referencias para desenvolvimento rural sustentavel](http://ieham.org/html/docs/Referencias_para_desenvolvimento_rural_sustentavel)

FAVARETO, Arilson. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, Santiago, Chile, 2009. 92p. Disponível em: [content](#)

FLICK, U.: **Desig und Prozess qualitativer Forschung**. In: FLICK, U. KARDORFF, E. von und STEINKE, I. (Hg.): Qualitative Forschung. Ein Handbuch. Reinbek bei Hamburg: Rororo, 2007. S. 252-265.

FLICK, U.: **Triangulation in der qualitativen Forschung**. In: FLICK, U., KARDORFF, E. von und STEINKE, I. (Hg.): Qualitative

Forschung. Ein Handbuch. Reinbek bei Hamburg: Rororo, 2007. S. 309 – 318.

FREITAS, Alan Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. **Desenvolvimento territorial e inovações institucionais no território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais**: Alan Ferreira de Freitas. Viçosa, MG, 2011.

HAESBAERT, R. **ORDENAMENTO TERRITORIAL**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 117–124, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/3572>

HAESBAERT, R., **Região, Diversidade Territorial e Globalização**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 15-39, 2 set. 2009.

HARVEY, David. **Posmoden morality**. Antipode, v24, p300-326, 1992

KELLE, U. und ERZBERGER, C.: **Qualitative und quantitative Methoden: kein Gegensatz**. In: FLICK, U., KARDORFF, E. von und STEINKE, I. (Hg.): Qualitative Forschung. Ein Handbuch. Reinbek bei Hamburg: Rororo, 2007. S. 299-309.

MITCHELL, Dom, **Não existe aquilo que chamamos de Cultura: para uma reconceitualização da ideia de cultura em Geografia**. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, UERJ nº. 08 , 1999 p. 31-51

NUNES, Leonardo Berté,. **Fenomenologia e a(s) geografia(s) da Educação à Distância: experiências de estudantes em formação EaD** /Leonardo Berté Nunes:2023, 170p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, 137p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2001, 471p.

SAQUET, Marco Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In SPÓSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marco A. (Org). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

TORRENS, J. C. S. **Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná**. Deser: Curitiba, 2007. (Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO).

Submetido em 22/11/2024
Aceito em 15/03/2025

CARLOS WALTER, O GEÓGRAFO DO AFETO

*CARLOS WALTER, GEOGRAPHER OF
AFFECTION*

*CARLOS WALTER, EL GEÓGRAFO DEL
AFECTO*

Pedro Henrique Rocha
Autores, não coloquem nenhum tipo de
identificação neste arquivo.

Resumo:

Incentivado pela Mesa Redonda Carlos Walter Porto-Gonçalves: um intelectual militante da Geografia, ocorrida no VIII CBG, o presente trabalho é um desdobramento das reflexões sobre a importância e a forma única de fazer Geografia de Carlos Walter. Revisitando alguns momentos de sua vida e algumas das relações que o conformaram como o *geógrafo-militante*, entendemos que o afeto é o adjetivo que melhor pode definir o geógrafo Carlos Walter. Nesse sentido, entendemos que a vida e a obra de Carlos são bons exemplos para indicar as influências e referências que o conformaram em um autor tão preocupado com a vida das pessoas e tão atento ao que elas tinham para ensinar. Por conta disso, destacamos a importância de Carlos como um geógrafo que pelo afeto ensinou uma forma única de fazer e pensar Geografia.

Palavras-chave: Carlos Walter,
Geografia, Afeto.

Terra Livre	São Paulo	Ano 39, v.2, n.63, jul-dez 2024	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------

Abstract:

Encouraged by the Conference Carlos Walter Porto-Gonçalves: a militant intellectual in Geography, at the VII CBG, this work is an unfolding of reflections on the importance and unique way of doing Geography by Carlos Walter. Revisiting some moments in his life and some of relationships that shaped him as a militant geographer, we believe in affection that affection is an adjective that best defines the geographer, Carlos Walter. In this sense, we believe that Carlos' life and work are good examples of the influences and references that shaped him into an author so concerned with people's lives and so attentive to what they had to teach. Because of this, we emphasize the importance of Carlos as a geographer who, through affection, taught a unique way of doing and thinking about Geography.

Keywords: Carlos Walter, Geography, Affection.

Resumen:

Estimulado por la Mesa Redonda Carlos Walter Porto-Gonçalves: un intelectual militante en Geografía, que tuvo lugar en el VIII CBG, este trabajo es un despliegue de reflexiones sobre la importancia y la singular forma de hacer Geografía de Carlos Walter. Revisando algunos momentos de su vida y algunas de las relaciones que lo configuraron como geógrafo-militante, creemos que el afecto es el adjetivo que mejor define al geógrafo Carlos Walter. En este sentido, creemos que la vida e la obra de Carlos son buenos ejemplos de las influencias y referencias que lo configuraron como un autor tan preocupado por la vida de las personas y tan atento a lo que tenían que enseñar. Por eso, destacamos la importancia de Carlos como un geógrafo que, a través del afecto, enseñó una forma única de hacer y pensar la Geografía.

Palabras-clave: Carlos Walter, Geografía, Afecto.

O dia 6 de setembro de 2023 se tornou um daqueles dias que olhamos a data e sabemos que alguma coisa mudou. Até hoje lembro do momento em que me deparei com a notícia do falecimento do Carlos, era madrugada de 6 para 7 de setembro e depois de ficar um tempo sem mexer no celular, tomo um susto com a quantidade de mensagens existentes no grupo de WhatsApp “Amigos de Carlos Walter”, criado para difundir as notícias sobre ele e para reverberar os afetos plantados e colhidos ao longo de sua vida. Ao entrar no grupo a primeira reação foi esperar o pior, ao mesmo tempo em que tentava negar o pior. À medida que via as manifestações dos amigos no grupo o chão foi se abrindo e, na mesma medida, ia aumentando a intensidade da busca pela mensagem que confirmasse o que já estava óbvio, até que... achei:

“É com muita dor e tristeza que comunico que
o nosso amigo, mestre, luz passou [...]”

A partir dali o chão se desfez por completo e a vida, efetivamente, mudou.

Ao longo do tempo pude perceber que as mesmas coisas que senti (e ainda sinto) ao lembrar desse momento foram sentidas pelos demais integrantes do grupo e, em algum grau, pela Geografia brasileira. Não tardou a aparecerem inúmeras manifestações da Geografia, dos movimentos sociais, da Ciência, de personalidades públicas sobre o Carlos e o que ele representava para si mesmo e para o coletivo. Entre as manifestações, em meio ao luto, lembro das emitidas por Rogério Haesbaert.

A Geografia brasileira e latino-americana perdeu um de seus maiores representantes, aquele que pode ser considerado seu maior geógrafo da ação – ou geógrafo ativista, que tinha na luta por terra/território, junto aos movimentos sociais e

aos grupos subalternizados, a sua grande paixão
(Haesbaert, 2024, p. 1).

As de Ana Motta

[...] Era um poeta da geografia
Poetas não morrem, se transformam [...]¹

As da CPT

Nesta convivência de anos, Carlos Walter se revelava um ser humano grandioso, na atenção, na escuta e no carinho a todos e todas, em especial aos camponeses e camponesas. De verdade, queria e se entregava a construir novas relações humanas, sociais, políticas, ecológicas. Ansiava por um Brasil, uma América Latina e um mundo em harmonia, mas que fossem frutos da justiça, da igualdade e do respeito, conquistado pelos “de baixo” [...] (CPT, 2023).

As de Virgínia Fontes

Quero lembrar dele vivo, reencontrando o amigo que eu sabia que podia solicitar em qualquer momento. Trabalhamos juntos em muitas ocasiões e ele me ensinou a importância de refrear a aceleração de minhas indignações para garantir o tempo dos mais lentos, tão ou mais indignados. Embora ele próprio fosse um acelerado, esse aprendizado foi crucial [...]²

E as de Manuel Rozental

Se alguém foi capaz de ser, sendo território, este alguém é Carlos Walter, porque ele entendeu que a geografia é fazer-se com a mãe Terra e merecer ser seu filho.³

¹ Em uma mensagem pessoal enviada a família e amigos.

² Em uma mensagem pessoal enviada a família e amigos.

³ Em uma mensagem pessoal enviada a família e amigos.

Essas palavras, entre as inúmeras proferidas desde o dia 6 de setembro, nos dão a possibilidade de começar a compreender quem é Carlos Walter, qual a importância das relações para a sua produção científica, qual a importância dos afetos para a sua interpretação crítica de mundo, pelo que ele lutava e qual a sua importância para a vida das pessoas, para a Geografia, para os movimentos sociais, para a Ciência. Mas, melhor do que falar (ou melhor, falarmos) sobre Carlos, é ouvir (ou ler) a sua voz. Nesse sentido, tento nas próximas páginas deixar ecoar a sua voz para nos indicar as origens de sua formação, suas preocupações, suas influências e seus afetos.

As origens

Entre a vasta obra produzida por Carlos, uma é entendida por nós como a que melhor possibilita compreendermos as origens de seu pensamento: seu memorial apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2017 para a obtenção do título de professor titular. Intitulada como *Uma Geobiografia Teórico Política: em busca de uma teoria social crítica a partir da Geografia*, vemos o próprio Carlos narrar a sua trajetória.

Logo na Introdução, ao explicar o nome dado ao seu memorial, vemos uma de suas marcas: o brincar com as palavras e a produção da Geo-grafia

A circunstância desse concurso proporciona a oportunidade de fazer um Memorial que abarque a trajetória intelectual, enfim, uma biografia. Gostaria de sugerir uma geobiografia. [...] Afinal, a biografia, como o nome indica – bio+grafia – é a trajetória de nosso corpo e, como sabemos, do espaço não dá para tirar o corpo fora. O corpo não está no espaço, o corpo na sua materialidade é o conjunto de nossas relações sociais-materiais com

outros corpos através do que constitui o espaço que nos constitui (Porto-Gonçalves, 2017, p. 1).

Filho de família operária e morador do Engenho Novo (RJ) na infância, trouxe em seu corpo as vicissitudes das condições de classe e as consequências do contexto do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950/1960 que expunham a “ideia de inserção social através dos direitos, como a educação”. Mas também as marcas das relações sociais e o espírito comunitário no fazer comum, como

[...] organizando as festas juninas – fazer bandeirinhas, preparar a fogueira, os balões, ajudar nas compras e preparo das comidas – os blocos carnavalescos auto-organizados, os times e torneios de futebol, os jogos de botões, de bolas de gude, soltar pipa e balões assim como a convivência de ajuda mútua de tomar emprestado ou emprestar o sal, o açúcar, enfim, o necessário para viver de acordo com as circunstâncias, além de cuidar dos filhos dos vizinhos ou ficar na casa dos vizinhos, as mudanças frequentes de vizinhos, não raro provocadas por despejos judiciais, cenas que acompanhava com tristeza e que me marcaram (Porto-Gonçalves, 2017, p. 3)

Essas características de formação pessoal foram, ao longo dos anos, se somando aos Encontros com pessoas e grupos/classes sociais e as geografias com seus lugares, espaços, regiões, territórios e paisagens para conformar as suas características intelectuais. Entre esses encontros destacamos o com a professora Luitgarde Cavalcanti, que em suas aulas de Antropologia na UFRJ, aprendeu que “a riqueza maior da humanidade é a sua diversidade” e, por isso, a “necessidade da crítica ao etnocentrismo e ao racismo” (aqui pode-se acrescentar outras formas de discriminação e opressão); e com seu mestre Orlando Valverde que, em seu estágio realizado no IBGE, foi introduzido ao pensamento marxista, teve estimulada a sua aguda intuição, o respeito pelos saberes subalternizados e a sua paixão pela

Amazônia, pelo Brasil e pela questão agrária. Paixão... um sentimento tão potente e tão presente em seu ser que o leva a nomear seu primeiro livro como *Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia* (1984).

Ao longo da sua *geobiografia* vemos que outros eventos também são fundamentais para a sua formação. Como o ocorrido em Ponta Grossa dos Fidalgos em 1976, quando estudantes de Campos dos Goytacazes (RJ), em meio a um contexto de afirmação das oligarquias latifundiárias de cana-de-açúcar a partir do programa Proálcool, envolveram-no em uma experiência com os pescadores da Lagoa Feia⁴. Como ele narra:

Como sempre ocorrera com esses projetos de acumulação e conquista territorial não foram poucos os conflitos e não foram poucas as tensões de territorialidades como, mais tarde, eu haveria de nomear essas conflitividades. Meus alunos da disciplina de Geografia Humana no curso de História da Faculdade de Filosofia de Campos, onde eu trabalhava naqueles idos de 1976, vieram me buscar para que eu fizesse um relatório que ajudasse a defesa dos camponeses – agricultores e pescadores – do distrito de Ponta Grossa dos Fidalgos, cujos principais líderes estavam, naquele momento, presos por lutarem contra uma obra que aprofundava o canal de Barra do Furado que comunicava a Lagoa Feia com o mar. O aprofundamento desse canal fazia com que a água da Lagoa Feia vazasse e, assim, diminuía a área da lagoa e ampliava a área disponível para o cultivo de cana-de-açúcar que se expandia estimulada pelo Proálcool. Os agricultores-pescadores que antes tinham acesso à lagoa nas imediações de suas casas passavam a ter que percorrer distâncias cada vez maiores para acessas seus barcos e poder pescar.

Meus estudos para tal relatório acerca daquela lagoa revelaram, através de fotografias aéreas que,

⁴ Esse evento, em especial, também aparece no capítulo *Espaço e luta: o amargo mel de Campos* do seu livro *Paixão da Terra*.

em apenas 8 anos, entre 1968 e 1976, a área da Lagoa Feia diminuía de 350 km² para 172 km², ou seja, a lagoa perdera mais de 50% de sua área. [...] Ali me vi implicado, pela primeira vez, diretamente num conflito na condição de profissional de Geografia (Porto-Gonçalves, 2017, p. 18-19).

O segundo evento começa a ser narrado quando, entre os anos de 1980 e 1990, convive e aprende com “os grupos sociais em situação de subalternização em luta para superar essa condição” a ler a Amazônia, tanto na perspectiva dos de dentro, quanto na perspectiva dos de fora.

O domínio desse discurso acabou resultando na sua tese de doutorado e em seu livro *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)* (1998 e 2003). Vale registrar que seu ingresso no doutorado só ocorreu porque via na educação uma forma de alcançar melhores condições financeiras para oferecer à sua família melhores condições de vida, não por status social ou acadêmico. Até por isso produziu sua tese sobre a sua vivência com os seringueiros, pois como alertado por Lia Osório Machado (sua orientadora no Doutorado), já possuía o domínio do discurso sobre a Amazônia em dupla perspectiva.

Assim, entre tantas riquezas, esse Encontro marca

a ruptura do paradigma que separa natureza e sociedade haja vista que a RESEX implica o reconhecimento do notório saber das populações acerca das condições materiais de produção-reprodução da vida. Através das RESEXs se politiza a natureza e a cultura através das relações sociais e de poder na apropriação e controle do espaço, enfim, tensão de territorialidades conforme registra o título da tese. Com isso se ratificava o que havia aprendido com os camponeses-agricultores-pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, em Campos dos Goytacazes, em 1976, em

situação de conflito. Mas aqui uma nova luz se abriu para que eu começasse a superar a ambiguidade entre o ativista e o geógrafo (Porto-Gonçalves, 2017, p. 26).

Ou então a partir da 1ª Marcha por la Vida, la Dignidad y el Territorio, ocorrida em 1992, e que desde então passou a acompanhá-lo em suas falas e trabalhos, levando-o a um aprofundamento de sua *Geo-grafia*, pois

Para um geógrafo preocupado com uma geografia com centralidade nos processos sociometabólicos e com protagonismo dos grupos/classes sociais em situação de subalternização em busca de um espaço (um mundo) relativamente mais justo e relativamente mais democrático, para me apropriar de expressão consagrada por I. Wallerstein, o contexto não poderia ser mais alvissareiro. E a tese reivindicada por Milton Santos de que o espaço é acumulação desigual de tempos que nos traz a mesma inspiração de Marc Bloch da “contemporaneidade do não coetâneo” se fazia presente com os campesíndios/indigenatos com esses outros tempos falando através desses lugares marginais (Porto-Gonçalves, 2017, p. 29).

O profissional formado de relações: preocupação e cuidado com as pessoas sendo refletido por diferentes temáticas

Ao longo de sua obra conseguimos observar como as relações supracitadas se fazem presente e se misturam com as suas influências acadêmicas para a construção de uma abordagem única. Por conta disso, entendemos que antes do geógrafo-militante, ou do geógrafo da ação, vemos nos trabalhos de Carlos um geógrafo do afeto, pois a todo o momento seus textos, suas falas, suas interações mostram a sua preocupação com as pessoas e a sua incansável tentativa de construir “novas relações humanas, sociais, políticas, ecológicas” (CPT, 2023).

É nessa mistura que vemos Carlos partir *Da Geografia às Geografias* para apontar um *mundo em busca de novas territorialidades* (2002), apontar *A territorialidade seringueira* para construir uma relação entre a *Geografia e movimento social* (1999). Indicar a *Amazônia enquanto uma acumulação desigual de tempos* para ser uma das suas formas de *contribuição para a ecologia política da região* (2015). Ou então utilizar do Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes, Araguaia e Tocantins para dizer que “*Navegar é preciso; viver não é preciso*” (2000), destacando ainda mais os conflitos entre mundos que por anos foi sendo estudado por ele e tem suas marcas na *Geografia da violência do campo brasileiro* (2006a). Enfim, todos esses trabalhos refletem bem a sua aguda intuição e seu envolvimento ativista (Haesbaert, 2024), mas para além disso, deixam claro que a sua preocupação e o seu cuidado para com as pessoas era o horizonte que o levava a refletir sobre a realidade e lhe possibilitava buscar alternativas para a superação das condições de vulnerabilidade que estavam sendo impostas.

Assim, Carlos se multiplicava, transformava a sua *geo-grafia* em *geo-grafias*. Inquieto como ninguém, transitava por temáticas e autores distintos para criar suas próprias interpretações. Muitas vezes me perguntava “de onde ele tirou essa conexão?”, pois eram tão improváveis e tão certeiras as relações que fazia que me via desconcertado e buscava conversar com amigos próximos para saber se eles estavam sentindo a mesma coisa. Mais uma vez, o passar do tempo me mostrou que muitos dos que conviviam com ele se faziam a mesma pergunta, independente do “status acadêmico”. Era o encantamento produzido por Carlos...

Foi esse encantamento que o fez ser associado à Geografia dos Movimentos Sociais, à Geografia da América Latina, à Geografia

Agrária, à Ecologia (Política), ao pensamento descolonial, à Geografia da Saúde, à Geografia Política, às Geografias de Gênero, às Geografias da questão racial, à Geografia Física, à Geografia Humana, à Antropologia, à Sociologia, às Ciências Sociais, à Economia, à Geografia da Amazônia, à Geografia do Cerrado, à Geografia brasileira!

A Geografia, de fato, se transformou com Carlos. Pela sua busca por uma “teoria social crítica” nos mostrou que a nossa ciência estava em crise e por isso *Viva a Geografia!* (1978), levantou o questionamento se a *organização do espaço era um objeto de estudo ou objeto de desejo?* (2020; inédito), avançou na questão sobre o espaço e o poder pelas *utopias* e pelo *topoi* (2021a) e chegou a uma *Geograficidade do social* como mais uma forma de contribuir *para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina* (2006b).

Assim, nos ensina que para

[...] além dos limites entre as ciências, cada uma com seus territórios rígidos de conhecimento, devemos estar atentos para outros conhecimentos até aqui considerados numa hierarquia inferiorizante (como o caso das ciências humanas diante das ciências naturais; da filosofia e da arte diante da ciência) e, indo um pouco além, devemos atentar, também, para outros conhecimentos produzidos por outros protagonistas com outras matrizes de racionalidade (Porto-Gonçalves, 2002, p. 246).

Pois “nossa experiência antropofágica de produzir conhecimentos foi capaz de reunir o que na Europa ficou separado” (Porto-Gonçalves, 2021b) e nos ensina que a luta pela Vida, pela Dignidade e pelo Território indicam que “a Vida não pode ser pensada fora da natureza”, que “a Dignidade é um reclamo ao respeito à sua condição de outro como ser digno” e o “Território como

categoria que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições materiais da vida” (Porto-Gonçalves, 2021b).

Das referências à continuidade: o afeto multiplicado e multiplicando

Apontar as referências de Carlos, em meio a vasta influência literária que ele possuía, é reconhecer que haverá limitações. Por conta disso, buscarei aqui me apoiar em três autores que, ao longo de nossa relação, permearam os diálogos e os ensinamentos passados por ele e, em algum grau, acredito que refletem esse lugar de cuidado nutrido por Carlos ao longo de sua vida: Josué de Castro, Piotr Kropotkin e Orlando Fals Borda.

Desde que ingressei no LEMTO⁵, em 2017, enxergo Josué de Castro como a figura que mais me uniu ao Carlos. Como era habitual, Carlos provocava os integrantes do laboratório com temáticas que gostaria de se debruçar mais, e as produções de Josué, aos poucos, foram se tornando mais frequentes em nossas conversas. Compartilhávamos uma admiração pelo autor, ele abordando que tinha Josué como uma das suas referências e achando que o autor não era bem trabalhado na Geografia e eu, num anseio da juventude, querendo descobrir mais de um autor que foi determinante para a escolha da Geografia como curso de graduação.

Nas inúmeras conversas que tivemos sobre Josué fui vendo como Carlos se encantava pelo fato de um médico ter vindo buscar na Geografia as chaves para a compreensão do sofrimento das pessoas, expressado e materializado pela fome. Era como se fosse uma confirmação do papel social que a Geografia tem e um estímulo

⁵ Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

para continuar avançando. Assim, aos poucos, fui convencido de que a melhor maneira de compreender a sua obra era por meio da sua vida.

Direta, ou indiretamente, essas conversas pesaram no momento em que passei a me virar para a Geografia da Saúde como o meu campo de entrada para entender e produzir Geografia, ao mesmo tempo em que reforçava as nossas discussões em torno do metabolismo basal, que tanto o chamavam a atenção e que acabamos traduzindo como

Entre suas diversas contribuições destacamos aqui o seu conceito de metabolismo basal que, talvez, seja uma das principais formas de enxergarmos o diálogo entre suas duas formações (médica e geográfica). Para ele, esse metabolismo indicava as condições de equilíbrio dinâmico dos corpos derivado das condições sociais e ambientais. Em outras palavras, esse metabolismo basal deve ser entendido como o balanço de energia dissipada e a reposição (ou não) pela ingestão de alimentos (com seus diferentes níveis nutritivos: calorias, proteínas, carboidratos, lipídios, minerais e vitaminas), ou seja, um balanço energético-calórico sobre o que o corpo adquire e utiliza ao longo do dia, da semana, do mês, do ano, da vida. Embora pareça um conceito biológico e pragmático ele não deve ser restringido a tal, pois Josué já apontava que as condições de moradia e/ou de trabalho estão diretamente relacionadas com a possibilidade da pessoa ingerir (ou não) alimentos e, assim, conseguir repor a carga metabólica para o seu corpo poder continuar desempenhando as suas funções vitais (sejam elas biológicas ou sociais) (Rocha, 2021, p. 41).

Hoje percebo algumas similaridades entre Josué e Carlos. Josué, por ser médico de origem, produzia uma Geografia que ao final poderia ser utilizada como uma “receita médica” para curar o mal que afligia determinada população/determinado território. Carlos, por sua vez, também buscava alguma saída para pôr fim às aflições

que atingiam determinadas populações/determinados territórios. Ambos cuidavam das pessoas e mostraram a Geografia como uma ciência do cuidado.

Piotr Kropotkin, por sua vez, passa a se fazer presente em nossas conversas através da sua *ajuda mútua* (ou *apoio mútuo*, dependendo da tradução) (2009). Lembro bem de Carlos falando que Kropotkin era um admirador de Darwin e que afirmava que as pessoas não tinham lido Darwin da maneira correta, que o que autor queria apontar como fator da evolução das espécies não era a competição e sim a cooperação, a ajuda mútua.

Por conta disso, *Ajuda mútua* (ou *Apoio mútuo*) (2009) era um livro que ele sempre me indicava a ler, pois falava que ali Kropotkin buscava apresentar o discurso neo-maltusiano (e darwinista social) como mais uma espécie de justificativa para as ações de opressão, subalternização, exploração e dominação dos povos. Afinal, a competição era algo natural e se a seleção natural indicava a existência de uma “lei do mais forte”, a competição capitalista seria só mais uma vertente de uma “lei da natureza”. Contudo, tal qual Kropotkin, o que mais interessava Carlos era a ajuda mútua, pois é ela que “assegura e conserva a existência”.

Enquanto o russo descrevia formas de ajuda mútua observadas no mundo animal e formas de cooperação social ao longo da história do homem para assegurar sua tese, Carlos ia se encontrando com os escritos quando trazia as teses para a nossa realidade, para as formas de interação e cooperação realizadas pelos movimentos sociais como o melhor caminho para a sobrevivência. Ou quando destacava em nossas cabeças experiências comuns do nosso dia a dia, como o ato de “tomar emprestado o sal, o açúcar” – como descrito por

ele em páginas anteriores. O cuidado e o afeto sob as vestes da coletividade...

Assim, Carlos indicava o seu senso de coletividade como horizonte científico, social e humano para enfrentar as mazelas diárias de nosso mundo.

Por fim, Orlando Fals Borda e o seu conceito/ideia de *sentipensar* (ou da pesquisa *sentipensante*). Dos autores aqui mencionados, Fals Borda talvez seja o que mais tenha sido citado por Carlos ao longo de sua obra. De igual modo era, dos três, o que mais aparecia nas reuniões gerais do LEMTO como uma indicação para as nossas pesquisas. Lembro que quando mencionava Fals Borda, Carlos realizava um involuntário ritual. Primeiro destacava “um sociólogo colombiano” que em sua obra ensinava uma maneira diferente de ser em meio a pesquisa/a conjuntura/a vida. Logo na sequência dizia para ficarmos atentos ao que esse sociólogo chamou de *sentipensar*, uma forma de “pensar com o coração e sentir com a cabeça”. Por fim, mencionava seu nome “Orlando Fals Borda. F-A-L-S B-O-R-D-A”. O ritual finalizado com o ato de soletrar o sobrenome do autor era, com certeza, sua forma de transmitir a sua atenção e o seu cuidado para que não perdêssemos um detalhe sequer do conceito/ideia tão fundamental para ele e de onde encontraríamos.

Consultando Fals Borda, percebo que o conceito nasce do contato do colombiano com a cultura ribeirinha, mais precisamente dos povos do rio Grande de La Magdalena, e se associa à figura do “Homem-Hicotea” (Moncayo, 2015). Por essa figura, entende-se que o ser *sentipensante*, corresponde àquele que combina a razão e o amor, o corpo e o coração para se livrar de todas as (más) formações que limitam e impedem a harmonia e a verdade. Mas, para além disso, significa também ser resistente diante dos reveses da vida,

saber superar as dificuldades, pois respeita os tempos, espera. O exemplo da *hicotea*⁶ é fundamental, afinal, no verão é o tempo de dormir e nos tempos úmidos o momento de voltar a vida com igual ou mais energia dos tempos chuvosos de antes (Moncayo, 2015).

Por meio desses autores, entendo que Carlos reforçou uma característica que era natural dele: o afeto. Mas para além disso, o ajudou a *sentipensar* uma Geografia pautada na *ajuda mútua* e que servisse como uma saída (ou horizonte) para a superação das condições de vulnerabilidade. Essa Geografia, por sinal, passou a ser o horizonte de sentido que ele construiu no LEMTO e se refletiu para que a figura do orientador passasse a ser a figura do amigo, do familiar.

Carlos nos mostrou que os aspectos da formação social são tão importantes para a produção científica quanto para a nossa vida em sociedade, afinal a Academia também é parte da vida em sociedade. Assim, a generosidade, o respeito, a atenção, o afeto e o cuidado se tornaram elementos cruciais para a construção de um ambiente único como o LEMTO. As palavras de Pedro Quental a seguir nos mostram um pouco do sentimento que nós, lemtos, tínhamos ao conviver com o nosso território.

Era incrível, porque Carlos sempre nos tratou como reais interlocutores. Estabelecia conosco um diálogo sempre de igual para igual, com profunda atenção e escuta às informações que trazíamos dos levantamentos realizados. Compartilhava conosco todo o seu conhecimento: suas aprendizagens e vivências junto aos movimentos sociais da Amazônia, do Cerrado, da América Latina, as leituras fundamentais em sua formação, assim como as leituras mais recentes. [...] Carlos sempre

⁶ Em tradução livre poderíamos chamar de tartaruga, mas de acordo com Elizabeth Ramos (s/d) *hicotea* significa uma espécie de tartaruga que é encontrada na Colômbia e representa um elemento de tradição e identidade social para os povos do Baixo Magdalena.

ressaltava o quanto aprendia conosco, jovens estudantes de iniciação científica com seus vinte e poucos anos de idade. Sempre nos dizia sobre a importância dessas reuniões e interlocuções para suas formulações e reflexões. Coordenava o trabalho do laboratório sempre com grande entusiasmo. Generosidade, rigor, afeto, paixão e compromisso ético-político foram marcas do seu trabalho sempre em coletivo. E isso ele também nos ensinava a cada encontro.⁷

Há uma distância temporal entre o período vivido por Pedro Quental e o período vivido por mim no laboratório. Pedro fez parte da primeira turma de graduação formada pelo LEMTO, eu fiz parte de uma das últimas (talvez a última). Mesmo assim, as experiências descritas por ele foram as mesmas vividas por mim. Por isso, ao nos formarmos na graduação nos des-territorializamos para nos re-territorializarmos (Haesbaert, 2016) em outra parte da América Latina para tentar continuar sendo o que aprendemos com Carlos.

Considerações Finais

As relações com Carlos me fizeram perceber que uma Geografia outra é, na verdade, uma Geografia do afeto, da coletividade, da relação. E que essa Geografia é o reflexo de quem somos.

É possível produzir ciência sem estar preso às métricas acadêmicas e ao predatismo departamental. Apenas sentindo e estando atento à realidade. É por meio do sentimento, do nosso corpo, que a Geografia deixa de ser ciência e passa a ser verbo, *geografar*. Assim, assume a perspectiva de representar as nossas ações (as nossas marcas – *grafia* – que deixamos na Terra – *Geo*).

⁷ Em uma mensagem pessoal enviada a família e amigos.

Se desejamos construir uma *Geo-grafia* do afeto devemos, então, *sentipensar*, ouvir, respeitar, se relacionar, cuidar. Isso sem esquecer que somos natureza ao mesmo tempo em que somos parte dela. É necessário valorizar o outro, afinal todos somos produtores de conhecimento! É necessário amar, pois esse é o principal horizonte de sentido da vida.

O dia 6 de setembro de 2023 marca uma mudança para a Geografia brasileira. É o dia em que Carlos realizou mais uma de sua *Geo-grafia* e se ancestralizou (Bruno Malheiro), passando a viver em cada um de nós que pôde conviver com ele, que admira a sua obra, que se inspira em sua trajetória, que vive para fazer a diferença. Como ancestral, continua nos ensinando que devemos merecer ser filhos da Terra, que devemos ter Paixão pela Terra, pela Vida! Devemos refrear a aceleração de nossas indignações para garantir o tempo dos mais lentos. Mas, sobretudo, que devemos nutrir uma Geografia do olho no olho, do abraço, do carinho, da partilha, da comunhão, do cuidado e do afeto.

Referências

CPT. Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, 2023. Nota de pesar – Carlos Walter Porto-Gonçalves, presente! Hoje e sempre! Disponível em <https://cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/6140-nota-de-pesar-carlos-walter-porto-goncalves-presente-hoje-e-sempre>.

Acessado em 01 jul. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Carlos Walter Porto-Gonçalves, geografia como verbo: paixão da terra que, pelos “de baixo”, se faz território. *Journal of Latin American Geography*, v. 23, n. 1, 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua**: um fator de evolução. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009

MONCAYO, Victor Manuel. Presentación. Fals Borda: Hombre hicotea y sentipensante. In. MONCAYO, Victor Manuel (org.). **Orlando Fals Borda: una sociología sentipensante para América Latina**. México, D. F: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 63-90, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia da Violência do campo brasileiro: O que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, p. 139-169, 2006a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia está em crise. Viva a Geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, p. 5-30, 1978. Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1050>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, n. 3, p. 5-26, 2006b.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In.: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade seringueira. Geografia e movimento social. **GEOgraphia**, n. 2, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In.: CECENÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina). In.: LÓPEZ, Pabel; BETANCOURT, Milson (orgs.). **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa: re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à**

territorialidade seringueira (a reserva extrativista). Brasília: Edições IBAMA, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista). Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro. UFRJ, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Organização do espaço: objeto de estudo, objeto de desejo. In.: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. **Geografia**. reflexões, leituras, estudos. São Paulo: Max Limonad, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Organização do espaço geográfico: objeto de estudo ou objeto de desejo? A Geografia se libertando do Estado que nos pariu. (inédito)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outros horizontes para a Geografia: Pela vida, pela dignidade e pelo território. In. CATTANEO, Dilermando; CÂMARA, Marcelo; SILVEIRA, Renata (orgs.). **Geografias das r-existências**. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021b.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Paixão da terra**: ensaios críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: SOCII, 1984.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Uma Geobiografia Teórico-Política: em busca de uma teoria social crítica a partir da Geografia. Memorial (Professor Titular em Geografia). Niterói. UFF, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Navegar é preciso; viver não é preciso”: estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes, Araguaia e Tocantins. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 167-213, 2000.

RAMOS, Elizabeth. Departamento de Antropología – Universidad de los Andes. La tortuga hicotéa: entre la tradición y la extinción. Disponível em <https://cienciassociales.uniandes.edu.co/antropologia/articulos/la-tortuga-hicotéa-entre-la-tradicion-y-la-extincion/>. Acessado em 04 jul. 2024.

ROCHA, Pedro Henrique. A saúde como elemento geográfico. Mas de qual Geografia? 2021. Monografia (Graduação em Geografia). Niterói. UFF, 2021.

Submetido em 04/10/2024

Aceito em 21/01/2025

**DO TRABALHO DIGITAL AO ENSINO
PLATAFORMIZADO: REFLEXÕES
SOBRE OS IMPACTOS DO
NEOLIBERALISMO DIGITAL**

*FROM DIGITAL LABOR TO
PLATFORMIZED EDUCATION:
REFLECTIONS ON THE IMPACTS OF
DIGITAL NEOLIBERALISM*

*DU TRAVAIL NUMERIQUE A
L'ENSEIGNEMENT PLATEFORME :
REFLEXIONS SUR LES IMPACTS DU
NEOLIBERALISME NUMERIQUE*

Carolina Batista Israel
Professora do Departamento de Geografia da
Universidade Federal do Paraná
carol_israel@riseup.net

Resumo:

O presente artigo versa sobre as relações entre a digitalização da educação e as transformações no mercado de trabalho, situadas no contexto do atual neoliberalismo digital. Possui como objetivo investigar o avanço do digital sobre o ensino e sobre o trabalho, no âmbito das reconfigurações produtivas associadas à Quarta Revolução Industrial. Para isso, adota-se uma metodologia que inclui a análise documental de organismos internacionais, além de um estudo de caso no Paraná, como processo de territorialização do fenômeno. Concluímos, a partir dos achados, que a digitalização do ensino se revela como forma de controle social estatal e insumo para a economia de dados, ao mesmo tempo em que constitui a nova classe trabalhadora infoproletariada.

Palavras-chave: Trabalho digital, Ensino plataformizado, Neoliberalismo digital.

Abstract:

This article addresses the relationship between the digitalization of education and the transformations in the labor market, situated within the context of the current digital neoliberalism. Its objective is to investigate the impact of digitalization on education and work, within the scope of the productive reconfigurations associated with the Fourth Industrial Revolution. To achieve this, a methodology is adopted that includes the documentary analysis of international organizations, as well as a case study in Paraná, as a process of territorialization of the observed phenomenon. Based on the findings, we conclude that the digitalization of education emerges as a form of state social control and an input for the data economy, while simultaneously constituting the new infoproletariat working class.

Keywords: Digital Labor, Platformized Education, Digital Neoliberalism.

Résumé:

Cet article traite des relations entre la numérisation de l'éducation et les transformations du marché du travail, dans le contexte du néolibéralisme numérique actuel. Son objectif est d'étudier l'impact de la numérisation sur l'enseignement et le travail, dans le cadre des reconfigurations productives associées à la Quatrième Révolution Industrielle. Pour ce faire, une méthodologie est adoptée, incluant l'analyse documentaire d'organismes internationaux, ainsi qu'une étude de cas dans l'État du Paraná, en tant que processus de territorialisation du phénomène observé. À partir des résultats, nous concluons que la numérisation de l'enseignement apparaît comme une forme de contrôle social étatique et un intrant pour l'économie des données, tout en constituant simultanément la nouvelle classe ouvrière infoproletariée.

Mots-clés: Travail numérique, Enseignement plateforme, Néolibéralisme numérique.

Introdução

O presente artigo versa sobre a constituição do neoliberalismo digital como racionalidade avançada do capitalismo, partindo de investigações sobre as conexões entre as transformações no mundo do trabalho e a digitalização do ensino, enquanto manifestações das transformações produtivas.

Nossas análises abordam quatro aspectos complementares para compreender tal fenômeno. Num primeiro momento, nos debruçamos sobre a literatura consolidada e sobre documentos que indicam uma mudança de paradigma no mundo do trabalho, onde o digital desempenha papel preponderante no avanço da economia sob demanda, reverberando em novas modalidades de trabalho informal.

Abordamos, em seguida, a digitalização do ensino no âmbito das transformações produtivas e do mercado de trabalho, a partir da análise documentos de referência do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Como condição para sua realização, analisamos a concretização desse movimento no território, a partir do caso paranaense, destacando o papel dos organismos internacionais no financiamento da digitalização do ensino. Destaca-se, nesse aspecto, o protagonismo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, exercendo ingerência na reconfiguração da educação paranaense.

Argumentamos, nesse contexto, que as transformações produtivas requerem a gamificação das relações sociais, sobretudo as de ensino-aprendizagem, expressas nas diversas investidas para a produção de subjetividades neoliberais da era digital.

Essas análises nos permitem compreender as atuais transformações da sala de aula, resultantes da digitalização do ensino,

como manifestação da reestruturação das relações sociais e cognitivas. Concluimos, a partir desses achados, que a digitalização do ensino se revela como nova forma de controle social, por parte do Estado, e insumo da economia de dados, simultaneamente constituindo a nova classe trabalhadora infoproletária.

Procedimentos metodológicos

Compreendemos por metodologia todo o percurso, e seus desvios, realizado no processo da investigação. Os procedimentos adotados nesse caminho são a expressão concreta da postura epistemológica de quem pesquisa e de seu posicionamento como sujeito do conhecimento: neutro, ativo, participativo, contemplativo etc. (Shaw et al., 2010).

Isso posto, destacamos que os procedimentos aqui indicados têm um duplo compromisso, o acadêmico e o social, compreendendo este como o principal atributo dos caminhos de uma pesquisa que se pretenda ação (Fals Borda, 2014 [2002]). As discussões ora apresentadas derivam de uma pesquisa motivada por denúncias de professoras/es da rede pública paranaense acerca das arbitrariedades e impactos causados pela digitalização compulsória da sala de aula, em um movimento de reconstituição das redes sociotécnicas multi-escalares que constituem esse processo.

Para a investigação de um fenômeno complexo e com conexões em múltiplas escalas, adotamos uma metodologia plural, composta por análise documental (de organismos internacionais e do governo do estado do Paraná), entrevistas (com professores, com o sindicato dos professores e com a Diretoria de Tecnologia e Inovação

Educacional da Secretaria de Educação)¹, além da análise dos dados coletados pelas plataformas educacionais.

A síntese das reflexões apresentadas configura-se como uma pesquisa-denúncia, com a expectativa de que os insumos compartilhados contribuam para ações de resistência, a fim de adiarmos o fim da sala de aula.

Reestruturação produtiva e transformações no mundo trabalho

As reflexões ora apresentadas se dirigem para a análise das relações entre a digitalização da educação e as transformações no mercado de trabalho, situadas no contexto do atual neoliberalismo digital.

Parte-se do pressuposto de que tais movimentos só podem ser compreendidos considerando-se a condição ontológica da tecnologia como conteúdo do espaço geográfico (Santos, 2006 [1996]).

Nesse sentido, compreendemos que as tecnogeografias digitais são não apenas o substrato, mas um componente ativo do atual arranjo sociotécnico que sustenta a economia de dados e, consequentemente, as transformações no mundo do trabalho e a digitalização do ensino (A autora, 2024). Tal pressuposto se traduz na importância da dimensão territorial para a conformação dos arranjos sociotécnicos, a partir das virtudes, diferenças e desigualdades socioterritoriais. O capital, seja industrial ou digital, só se realiza a partir de sua concretização no local.

¹As entrevistas realizadas não serão apresentadas diretamente no texto, mas suas informações serão incorporadas às discussões e análises ao longo do artigo, contribuindo para a construção das argumentações e conclusões.

A digitalização do espaço social consiste num processo de totalização do arranjo sociotécnico que Milton Santos (2006 [1996]) denominou meio técnico-científico-informacional. Um momento no qual a ciência e a informação tornam-se a própria substância do espaço geográfico.

Se o meio técnico-científico-informacional do final do século XX se limitava à geração de valor por meio da circulação virtual do capital financeiro, as duas primeiras décadas do século XXI, sobretudo pós-crise de 2008, representam o avanço do digital sobre todas as esferas da vida, a qual denominamos digitalização do espaço, constituindo uma etapa do capitalismo reiteradamente batizada por suas atuais características técnicas: capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016), colonialismo de dados (Couldry; Mejias, 2019), capitalismo algorítmico (Mbembe, 2020), capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021).

Como apontou Lipietz (1991), a economia capitalista produz uma dinâmica produtiva num determinado momento, consciente da necessidade de destruí-la e reestruturá-la em situações de crise. A incessante reestruturação do sistema produtivo gera um impacto substancial sobre o que Ricardo Antunes (2020a) denomina morfologia do trabalho, que hoje se manifesta no trabalho uberizado e no trabalho digital.

Iuri Toledo (2020) aponta para o que seria a atual transformação do sistema produtivo baseando-se em três indicativos: i. os planos de austeridade impostos no norte global para alterar as condições de produção e reprodução do capital que reverberaram no sul global; ii. A reemergência migratória precarizada, incorporada na maximização da exploração do trabalho e como mecanismo de

pressão social interna; iii. O advento da indústria 4.0 e do trabalho uberizado como impulsionador da informalidade.

O plano de austeridade adotado no norte global se traduziu no retrocesso das condições de trabalho, tanto em sua remuneração, com a queda de salários, quanto no aparato legal que salvaguardava direitos e estabilidade, passando a permitir formas reguladas de informalidade, como o trabalho intermitente, aprovado também no Brasil em 2017. Dentro desta nova regularização do trabalho informal, Ricardo Antunes (2020a) cita o caso dos contratos denominados zero hora, originários no Reino Unido, consistindo na contratação de serviços das mais diversas atividades, nos quais os denominados prestadores de serviço ficam à disposição de uma chamada da empresa contratante, e recebem estritamente pelo que fizeram, sem contabilizar o tempo que ficaram à disposição.

Quanto ao trabalho imigrante, de acordo com Toledo (2020), este se instalou de modo renovado com uma dupla finalidade: rebaixar o valor da força de trabalho no mercado interno e aumentar as taxas de lucro.

Já a indústria 4.0 e o trabalho uberizado se colocam como um mecanismo simultâneo de exploração informal do trabalho e de aumento do controle sobre as atividades e o tempo dedicado (ibid.).

Como Ricardo Antunes (2020a) argumenta, a reforma trabalhista aprovada no Brasil, em 2017, se apresenta como uma regularização de formas precarizadas de trabalho que seriam consideradas informais, como o trabalho intermitente e a terceirização de atividades fins de uma empresa, sob a rubrica de autonomia do trabalhador e do empreendedorismo.

O trabalho intermitente, embora pressuponha a carteira assinada, permite ao empregador convocar seus empregados pelo

período que lhe convier, remunerando-os apenas pelos dias trabalhados. Ao trabalhador cabe procurar outras atividades nesses intervalos e, teoricamente, pode rejeitar um chamado. Já a legalização da terceirização das atividades fins de uma empresa abre espaço para o avanço da Pejotização (derivado de Pessoa Jurídica), mascarando trabalho assalariado como trabalho autônomo, evitando os direitos trabalhistas.

A essas novas formas de trabalho precarizado, retiradas do rol da informalidade pela política de Estado, somaram-se novas formas de trabalho informal mediadas por plataformas, conhecidas como trabalho uberizado. A entrada da Uber no Brasil, em 2014 (Uber, 2024), é sintomática do processo de degradação política e trabalhista do país, contribuindo para novas manifestações da informalidade, no período que vem sendo chamado Quarta Revolução Industrial.

Novas tecnologias, novas morfologias de trabalho informal

Em 2016, 8 após a crise de especulação imobiliária de 2008, o tema do Fórum Econômico Mundial se dirigiu para o que se denominou Quarta Revolução Industrial (World Economic Forum, 2016). Em um livro homônimo publicado no mesmo ano, o presidente do encontro, Klaus Schwab (2016), caracterizou a Quarta Revolução Industrial pelo desenvolvimento de uma Internet ubíqua e móvel, com a presença de sensores espalhados pela cidade, inteligência artificial e aprendizado de máquina.

Se a produção por encomenda (*just-in-time*) caracterizou a Terceira Revolução Industrial, na Quarta sua totalização reside na mediação digital da economia sob demanda, exemplificada, por Schwab, pela empresa Uber. O autor salienta que a inteligência da

economia de plataforma reside no uso do que denomina ativos subutilizados, como o carro do motorista de aplicativo, que se torna um prestador de serviços ao utilizá-lo para transporte de passageiros.

Dado o sucesso da intermediação de serviços pelas plataformas digitais, interroga o que é melhor possuir: a plataforma ou o ativo? Desse modo,

o Uber, a maior empresa de táxis do mundo, não possui sequer um veículo. O Facebook, o proprietário de mídia mais popular do mundo, não cria nenhum conteúdo. Alibaba, o varejista mais valioso, não possui estoques. E o Airbnb, o maior provedor de hospedagem do mundo, não possui sequer um imóvel (Schwab, 2016, p. 32).

Entretanto, Klaus Swarb adverte que é sobretudo no trabalho intelectual e criativo onde se dará as melhores remunerações da economia sob demanda, inserido numa lógica em rede e convertido em serviços, por meio do que chama nuvem humana: profissionais cadastrados em plataformas on-line, trabalhando em rede em diversas partes do mundo, em projetos específicos e temporários. Aqui são destacadas, pelo autor, a liberdade, a autonomia e o empreendedorismo, desencadeados por esse agenciamento laboral.

Nesta modalidade de trabalho digital, a LinkedIn se tornou uma das plataformas mais representativas para a composição do que Klaus Swarb denominou nuvem humana. Convergindo com a demanda do mercado de trabalho plataformizado, no Paraná a Secretaria de Educação (SEED) criou políticas para pressionar os estudantes do ensino médio técnico e profissional a se cadastrarem no LinkedIn. De acordo com o Sindicato dos Professores (APP Sindicato) e com matéria jornalística (Spagnuolo, 2024), ainda que estu-

dantes se recusassem a registrar-se na plataforma, a SEED teria estipulado metas e prazos para que as escolas alcançassem certa porcentagem de estudantes cadastrados.

O discurso de Swarb (2016) e as políticas educacionais neoliberais que derivam dele se inscrevem na reemergência da teoria do Capital Humano de Theodore Schultz (1971). Para Paltrinieri (2017), o ponto-chave da teoria de Schultz está no deslocamento da exploração de recursos naturais, finitos, para a produção de valor por meio do acionamento do capital humano como conjunto de habilidades e atividades cognitivas infinitas.

A esta modalidade de trabalho em sua versão plataformizada, Graham e Anwar (2020) denominam “trabalho digital sem aderência geográfica”, pois, embora seja realizado no local onde o trabalhador se encontra (usualmente sua casa), pode também ser realizado em qualquer outra parte do mundo e igualmente entregue a qualquer lugar conectado, criando modalidades de divisão espacial e global do trabalho imaterial.

Entretanto, é sobre o trabalho situado, utilizando recursos materiais e fluxos socioespaciais, onde reside a maior parte da economia informal digital. Segundo o estudo “O trabalho controlado por plataformas no Brasil”, publicado em 2022 por um grupo de pesquisa multidisciplinar da UFPR, 93% do trabalho informal mediado por plataformas e realizados no Brasil é baseada em sua aderência geográfica, como os aplicativos de transporte, dentre os quais se destaca a Uber (Machado, 2022).

Segundo a pesquisa, em 2022, 1,6% do trabalho brasileiro passava por plataformas digitais, que se traduz em quase 1,5 milhões de trabalhadores. Considerando que o trabalho mediado por plataformas adentra o país por volta de 2014, com a chegada da

Uber, esse quantitativo representa um processo de rápida expansão destas atividades nos últimos anos.

O estudo aponta, ainda, que as menores remunerações se encontram em trabalhos digitais com aderência geográfica e são desempenhados majoritariamente pela população negra. Já os trabalhos sem aderência geográficas, realizados exclusivamente pela Internet e mais bem remunerados, são realizados por brancos (Machado, 2022).

Entre as características laborais do trabalho informal por plataforma, Graham e Anwar (2020) e Ricardo Antunes (2020b) destacam a abissal assimetria de poder entre empresa e trabalhador, característico do aporte maquínico digital, com capacidade de rastreamento em tempo real e coleta informacional.

Enquanto a empresa detém informação total do desempenho do trabalhador (circulação, rendimento, interação com o cliente e métricas de desempenho), este opera com informações e controle mínimo de suas atividades, em jornadas extensas e pretensamente autorreguladas, já que, quando rejeita algumas chamadas, a plataforma costuma desligar o trabalhador.

Esta informalidade laboral se apoia no discurso do autoempresendedorismo, uma vez que as empresas alegam ser contratadas para a intermediação pelos próprios “prestadores de serviço”. Desse modo, dissolve seu lugar na exploração do trabalho e transforma o trabalhador num empreendedor de si mesmo, responsável por seu sucesso ou fracasso.

No conjunto das atividades informais, observa-se uma multiplicação de plataformas que aspiram para seu interior atividades por conta própria e prestações de serviços que já possuíam baixa remuneração, como serviços de mecânica, aulas particulares, servi-

ços de estética e limpeza, passando por um aumento da precarização com a absorção de parte de seus ganhos pelas plataformas.

Para Ricardo Antunes (2020a), este conjunto de elementos vem permitindo ao sistema capitalista imprimir uma nova morfologia ao trabalho, caracterizado por uma precarização por meio de formas reguladas e não reguladas de informalidade, intermitência na ocupação, aumento das jornadas de trabalho e diminuição da remuneração.

Sobretudo as novas modalidades de trabalho informal plataformizado, tanto os qualificados quanto os não qualificados, operam como uma espécie de cavalo-de-troia para a instalação, normatização e difusão da informalidade revestida de prestação de serviço e autoempresendedorismo para todas as demais atividades laborais.

Para restituir a realidade da exploração do trabalho pelo capital, confiscada pela ideologia do empreendedorismo plataformizado, Ricardo Antunes (2020a) propõe o termo infoproletariado para designar o

novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares as mais distintas modalidades de trabalho (Antunes, 2020a, p.39).

Se na ponta do trabalho informal plataformizado há atualmente 1,6% da população, cabe nos perguntarmos qual a amplitude desse circuito de trabalho e seus impactos, considerando a ponta da população consumidora desses serviços, passando pela subjetivação de novas relações de trabalho e consumo de serviços, seus impactos na economia com a evasão de recursos nacionais para outros países, entre outros.

Nessa mesma direção, Ricardo Antunes (2020b) observa que a presença das Tecnologias da Informação na mediação da produção material e imaterial de valor é um elemento novo e central para a compreensão do capitalismo contemporâneo, ao qual denominamos neoliberalismo digital.

Digitalização do ensino: a constituição da nova classe trabalhadora empreendedora de si

No relatório “A natureza mutável do trabalho”, o Banco Mundial (2019) observa o caráter volátil do atual mercado laboral, assinalando que este deve se tornar o novo normal. Para além do caráter intermitente, que define como a nova regra do trabalho, adiciona-se a sua vinculação cada vez maior às plataformas digitais.

Nesta nova realidade laboral, dado o avanço da automação industrial e a dispensabilidade da força de trabalho bruta, o mercado de trabalho passa a priorizar o que denomina faculdades cognitivas superiores, que requerem maiores níveis de escolarização, capacidade de trabalhar em equipe e adaptabilidade, constituindo o que se denomina Capital Humano.

Três tipos de habilidades são cada vez mais importantes nos mercados de trabalho: habilidades cognitivas avançadas, como solucionar problemas complexos; habilidades socioemocionais, como trabalhar em equipe; e combinações de habilidades adaptáveis, como ter bom raciocínio e autoeficácia. A formação dessas habilidades requer uma base sólida de capital humano e aprendizagem contínua (Banco Mundial, 2019, p.3).

Para mensurar o que constitui essa virtude, o Banco Mundial criou, em 2018, o Índice de Capital Humano, calculável pelo

nível educacional e de saúde de cada país, por meio da população jovem, realizando o primeiro ranqueamento mundial².

Segundo a instituição, este índice permite avaliar o potencial laboral das novas gerações no mercado de trabalho voltado para tarefas que determinam a produtividade pelo seu rendimento cognitivo e, com isso, a capacidade de desenvolvimento econômico. De acordo com a organização, este fator será determinante para a competitividade dos países no mercado global.

Observando a emergência desses mecanismos de subjetivação laboral, Paltrinieri afirma que o conceito de Capital Humano se apresenta de forma eficaz para contornar o dilema da população como problema, apresentado por Malthus, e o dilema de classe como conflito social, apresentado por Marx. Na sociedade do Capital Humano, o valor do indivíduo é medido por suas habilidades e todos são empreendedores de si, o que dissolveria a figura do trabalhador e, conseqüentemente, a luta de classes.

De acordo com Katuta (2020), desde a segunda metade do século XX, organizações como Unesco, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional abraçaram os pressupostos da teoria do Capital Humano. Designadas pela autora como responsáveis por estabelecer as relações capitalistas no mundo, essas organizações passaram a investir em políticas de financiamento educacional em países periféricos, como forma de agenciamento desses territórios para suas áreas de influência e em seus circuitos econômicos para exploração das forças produtivas na divisão internacional do trabalho.

Na citação do Banco Mundial, alguns parágrafos acima, há elementos que se assemelham ao disposto na Base Nacional Co-

² Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital>.

num Curricular (BNNC), em vigor no Brasil desde 2018. As similaridades envolvem a promoção da ideia de desenvolvimento de certas habilidades como necessárias para o novo mundo do trabalho, como habilidades socioemocionais, de trabalho em equipe, além das características de adaptabilidade.

Dessa lógica, depreende-se que, diante das transformações do capitalismo e, conseqüentemente, do mercado de trabalho, a força de trabalho deve ser o foco do ajuste, o lugar da inevitável adaptação. Ou seja, há uma inversão de sentido, na direção de eximir o mercado de trabalho, as relações produtivas, ou mesmo o capitalismo, da necessidade de adaptação para contemplar as demandas da sociedade como um todo. É, na realidade e sempre, a sociedade que deve adaptar-se, inclusive no seu modo de ser, aos imperativos das relações laborais.

Para Shoshana Zuboff (2021), as relações laborais do sistema industrial tinham como primazia a força de trabalho enquanto energia. Energia para puxar a alavanca, para fazer a produção industrial caminhar. Para a autora, com o advento do Capital Humano se desenha uma fonte adicional de geração de valor baseada no trabalho cognitivo, capturado e absorvido pelo capitalismo a partir de sistemas contínuos de aprendizagem dataficados. São atividades laborais produzidas pelo agenciamento dos sistemas digitais, geradores de instruções, ao mesmo passo em que são absorvidas como valor pelo processo de digitalização das atividades cognitivas humanas em seu interior.

A interpretação de Zuboff (2021) converge com elementos presentes no relatório do Banco Mundial, “Dados para uma vida melhor”, no qual se reforça o papel da informação como fonte de valor primordial dos dias atuais. De acordo com o documento, a im-

portância que os dados desempenham na sociedade contemporânea requer a construção de um novo contrato social que permitirá a exploração desses insumos para a geração de valor (Banco Mundial, 2021).

Algo significativo no documento refere-se ao argumento de que, sendo os dados fundamentais para o crescimento econômico, entende-se que países em desenvolvimento, como o Brasil, não teriam competência para coletar, desenvolver, tratar e transformar esses dados em valor. Nesse sentido, organismos internacionais como o Banco Mundial estariam à disposição justamente para subsidiar, guiar e direcionar a exploração de dados em países do Sul Global, criando formas atualizadas de tutelamento político e econômico entre o Norte e o Sul Global.

No que toca as transformações do mundo do trabalho e suas consequências para o âmbito escolar, a BNCC, impulsionada entre outros pelo Banco Mundial, reforça no novo discurso curricular a necessidade de especialização precoce dos estudantes durante o ensino médio, convergindo para as novas demandas do mercado de trabalho anunciadas pelo mesmo organismo financeiro (Giroto, 2017).

Destaca-se, nesse aspecto, o princípio do empreendedorismo como uma medida de capacidade para se obter sucesso na empregabilidade, que inclui resiliência e se sujeitar a atividades econômicas de risco. Nesse sentido, de acordo com a BNCC, a escola deve:

proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica).

ca, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (Brasil, Ministério da Educação, 2018, s.p.).

Ao lado do empreendedorismo como princípio, nota-se, na BNNE, a centralidade que as tecnologias digitais ganham nos processos educacionais, uma vez que, “certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais” (Ibid., s.p.).

A convergência entre as novas demandas do mercado de trabalho, a tecnologia e a educação, integram o documento “Reimaginando as conexões humanas: tecnologia e inovação em educação no Banco Mundial”, publicado em 2020. De acordo com os autores, o emprego de tecnologias educacionais, designadas EdTechs, permitiria reconectar a escola com um mundo em transformação pela revolução tecnológica, desenvolvendo nos estudantes o que denomina “habilidades do século 21”, que incluem

habilidades socioemocionais e “digitais”, desde competências tecnológicas básicas até habilidades de ordem superior, como aquelas relacionadas à codificação, ao pensamento computacional e à ética (Banco Mundial, 2020, p.10).

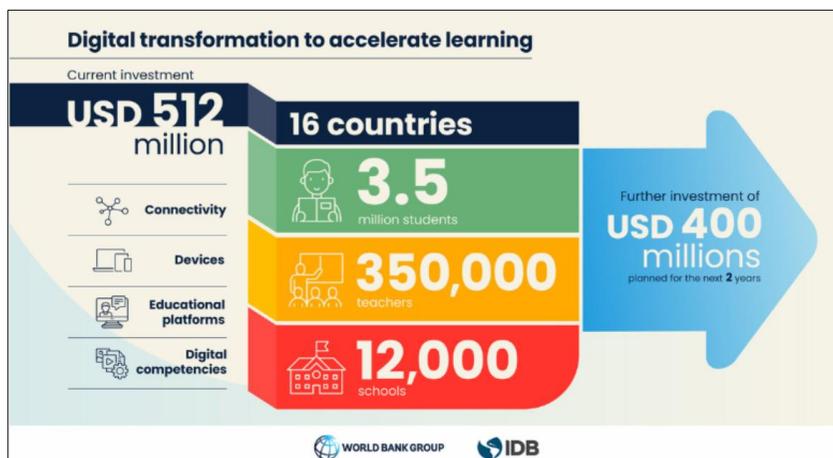
Ainda que o contexto da Covid-19 tenha acentuado a inserção de tecnologias no ensino, como o texto aponta, as condições sanitárias de isolamento apenas aceleraram sua concretização. Desse modo, observa-se que, mesmo após o fim da pandemia, a digitalização do ensino avançou como política educacional, a partir de uma miríade de sistemas e dispositivos que têm reconfigurado as relações de ensino aprendizagem, com o ensino plataformizado, mas também a gestão das escolas, incluindo a gestão dos corpos estudantis em suas dimensões física e mental, como denota o caso paranaense.

A plataformização do ensino territorializada: o caso paranaense

Na América Latina e Caribe, a digitalização do ensino avança por meio de políticas de investimento de organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em agosto de 2023, as duas instituições constituíram parceria para promover o que denominam “desenvolvimento digital na região”, por meio da digitalização da educação, com o intuito de preparar os jovens para a economia do futuro³.

O investimento de quatrocentos milhões de dólares (US\$ 400.000.000) tem como foco a transformação digital das escolas latino-americanas a partir da inserção e desenvolvimento de: i. Conectividade; ii. Dispositivos; iii. Plataformas educacionais; iv. Competências digitais (Figura 1).

Figura 1: Transformação digital para acelerar o aprendizado



Fonte: Banco Mundial⁴.

³Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/programs/educacion-america-latina-caribe/digital-transformation>.

⁴Op. cit.

O BID, sediado em Washington, tem largos investimentos na América Latina, com especial histórico de intervenção sobre a educação da região (Gonçalves et al., 2003; Melgarejo; Shiroma, 2019). Tal ingerência, entretanto, apenas pode se realizar devido à existência de um colonialismo interno (Cusicanqui, 2021), caracterizado pelo acolhimento dessas investidas pelas elites políticas e econômicas locais, que reorganizam o espaço social para inseri-lo nesse novo arranjo de escalas produtivas.

No Paraná, o BID investiu no programa do governo do estado, denominado Educação para o Futuro, que converge com o projeto de transformação da educação de modo alinhado com as demandas do neoliberalismo digital.

Em consonância com a realidade brasileira, no Paraná há uma correspondência entre o poder político e o econômico das elites locais, que pode ser exemplificada pela nomeação do empresário Renato Feder como Secretário da Educação, em 2019.

Ex-diretor e atual acionista da empresa de eletrônicos e informática Multilaser, Renato Feder descreve no livro Educação para o Futuro como os valores e conhecimentos do mundo empresarial foram incorporados ao modelo que passou a estruturar a educação pública do estado (Feder, 2023).

Destaca-se, entre os elementos apontados por Feder, o papel das metas de desempenho e do gerenciamento das escolas em tempo real, apoiado em tecnologias. No percurso que indica como sua preparação para trabalhar como Secretário da Educação, o empresário argumenta que

era preciso conhecer o que as principais companhias de tecnologia do mundo desenvolviam pen-

sando em otimizar práticas didáticas e processos educacionais (Feder, 2023, p. 31).

Entre os documentos que constituem o processo de empréstimo condicionado do BID para o Programa Educação para o Futuro, concebido por Renato Feder e iniciado em 2020, encontram-se relatórios que analisam a situação da educação paranaense destacando-se três pontos principais: i. O currículo; ii. As infraestruturas e serviços digitais; iii. A digitalização da gestão e recursos humanos⁵.

De acordo com tais documentos, o currículo paranaense já não responderia às necessidades do mercado de trabalho, em convergência com o disposto nos documentos do Banco Mundial, no sentido de que as transformações produtivas requerem um conjunto de adaptações da sociedade que se direcionam também para transformações nos processos de ensino-aprendizagem.

Na medida em que esse currículo já não atende às necessidades do mercado de trabalho, surge a necessidade de adaptação, tanto com a expansão do ensino técnico quanto com a implementação de novos dispositivos que visam aprimorar as habilidades digitais dos estudantes, que se tornarão a nova força de trabalho.

Como consequência, um segundo elemento apontado na avaliação do BID diz respeito à insuficiência das infraestruturas e dos serviços digitais existentes nas escolas, que não satisfazem a necessidade de novas abordagens pedagógicas para as relações de ensino-aprendizagem alinhadas com as demandas do mercado de trabalho.

⁵ O documentos do Programa Educação para o Futuro podem ser encontrados em: <https://www.iadb.org/en/project/BR-L1551>.

Tais abordagens pedagógicas inovadoras se traduzem no processo de plataformização do ensino das escolas do Paraná, preparando o alunado para a constituição do que Antunes (2020a) denomina novo infoproletariado.

Por último, um terceiro elemento reestruturador diz respeito aos sistemas de gestão da informação da educação paranaense, avaliados pelos documentos do BID como desatualizados e inadequados para apoiar as necessidades presentes e futuras da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

Juntamente com a plataformização do ensino, a gestão da informação forma o par que constitui a digitalização do ensino no Paraná, por meio da digitalização dos recursos tanto humanos como de infraestrutura por parte do próprio Estado, a partir do uso da ferramenta de Inteligência de Negócios (Business Intelligence) da Microsoft, chamada Power BI.

Alauzen (2019) descreve as transformações na administração pública impulsionadas pela inserção de novas tecnologias e formas de gerenciamento proprietárias como a conformação de um “Estado Plataforma”. Entretanto, para a pesquisadora, a modernização do Estado que ocorre no século XXI não o aproxima das empresas de tecnologia apenas pela adoção de soluções digitais empresariais, mas, sobretudo, pela incorporação de formas de gerenciamento do mundo empresarial transpostas para a coisa pública, juntamente com as tecnologias.

No caso paranaense, a nomenclatura empresarial do dispositivo que hoje gere a frequência e desempenho dos alunos e professores é sintomática do processo de empresariamento da escola pública, numa convergência entre a técnica, o privado e a eficiência como princípios, que nos leva a designá-la como neoliberalismo digi-

tal. Uma realidade sociotécnica com vocabulário próprio: inovação, metas, eficiência, empreendedorismo, desempenho.

Nessa nova gramática, o Power BI é uma inovação eficiente que permite à direção escolar e à Secretaria de Educação monitorar o desempenho dos professores e alunos no uso das plataformas educacionais (Edtechs), a partir de metas estipuladas.

Em seu livro, Renato Feder (2023) indica ser o responsável pela introdução da ferramenta nas secretarias de educação brasileiras – primeiramente em São Paulo e posteriormente no Paraná. Dada a capacidade de monitoramento em tempo real das atividades escolares pelo Power BI, Feder declarou que “sim, eu tenho os dados de cada estudante. Com o BI, o suor do aluno pinga na tela do meu computador” (Feder, 2023, 120).

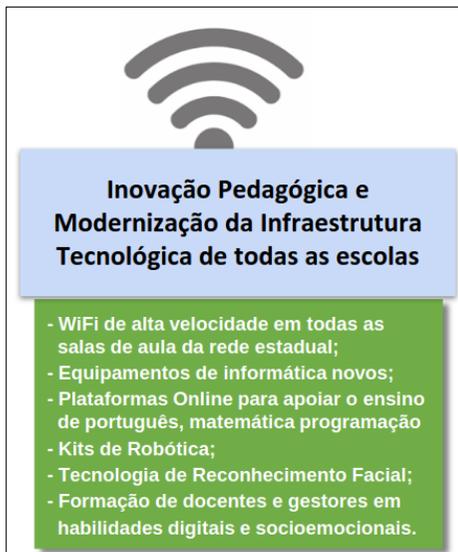
Aprovado como lei pelo decreto nº 11.568 de 2022, o Programa Educação para o Futuro converteu-se num tecnossolucionismo educacional, pautando-se no discurso da superação dos problemas das escolas por meio da tecnologia.

Em apresentação de 2020 (Figura 2), o projeto indica como inovação pedagógica a inserção de uma miríade de dispositivos nas escolas, como Wi-Fi de alta velocidade, equipamentos de informática novos, plataformas online para apoiar o ensino, programação, kits de robótica e tecnologias de Reconhecimento Facial (RF).

O caso do uso do RF nas escolas do Paraná representa uma nova ambição do neoliberalismo digital, com tecnologias de Inteligência Artificial que pretendem interpretar o nível de engajamento e desempenho em sala de aula, a partir da leitura das microexpressões faciais dos estudantes em tempo real, como apontado em relatório (A autora, 2023). Trata-se de uma investida para a digitalização dos corpos e mentes, dentro de uma perspectiva que anuncia o

discurso digital como mais real que a própria realidade. Assim, os dados interpretados pela Inteligência Artificial seriam mais verdadeiros do que o que o enunciado pelos indivíduos sobre si mesmos.

Figura 2: A tecnologia no Programa Educação para o Futuro



Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, 2020.

Ainda com base na Figura 2, salta aos olhos a indicação, lado a lado, da necessidade de formação de docentes e gestores com habilidades digitais e socioemocionais, numa confluência entre competências técnicas e emocionais como ativos do mercado. Essas mesmas habilidades são indicadas na citação retirada do relatório do Banco Mundial (2020), algumas páginas acima, indicando o alinhamento do programa paranaense aos postulados do organismo financeiro.

Como aponta Martín-Barbero (2000), a crença de que a simples introdução de tecnologias resolverá a desconexão do espaço escolar com as transformações da sociedade, sem que antes se realize uma transformação de suas relações comunicativo-pedagógicas verticalizadas, constitui um engodo.

Já a imagem retirada da página "Educação para o Futuro", do Governo do Estado (Figura 3), oferece uma leitura interpretativa por meio do uso de cores, indicando qualitativamente a diferença entre o velho e o novo. O "velho" é representado pela sala de aula tradicional, borrada e apagada, com uma função simbólica que denota obsolescência. Já o "novo" aparece em primeiro plano, com dispositivos digitais simbolizando a escola do futuro.

Figura 3: Imagem selecionada pelo governo para representar o Programa Educação para o Futuro



Fonte: Governo do Paraná, Programa Educação para o Futuro.

A escola do futuro, conforme descrito pela SEED,

visa preparar os estudantes do ensino médio da rede pública estadual do Paraná para a sociedade e o **mundo do trabalho do século XXI**, mediante a reforma curricular do ensino médio, o **uso de tecnologias educacionais** e a qualificação e expansão da educação profissional de nível médio, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social do Estado (Grifo nosso)⁶.

⁶ Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/educacao_futuro.

Nota-se, mais uma vez, que os termos utilizados refletem os conteúdos dispostos nos relatórios do Banco Mundial e do BID, destacando as transformações no mercado de trabalho, a necessidade de adaptação do currículo e o uso de tecnologias educacionais como chave para a mudança, cujo objetivo principal é o desenvolvimento econômico, em detrimento do social.

As tecnologias educacionais anunciadas converteram-se numa extensa lista de plataformas gamificadas que receberam nomes que soam governamentais, como "Desafio Paraná", "EduTech" e "Inglês Paraná", quando, em realidade, são plataformas privadas contratadas pelo governo do Estado.

As plataformas educacionais são dispositivos corporativos que operam a partir do modelo de negócios, impactando o sentido do ensino público e borrando sua fronteira com o privado, ao imprimir a racionalidade e a atuação empresarial para dentro das escolas (Dijck et al., 2018).

Em levantamento sobre os gastos do governo estadual com plataformas educacionais entre 2021 e 2024, identificamos o valor acumulado de cerca de cento e cinquenta e três milhões de reais (Tabela 1), empregados na contratação de Softwares como Serviço (do inglês *Software as a Service - SaaS*). Entre as plataformas de maior custo encontra-se a suíça Education First, que recebe o nome governamental "Inglês Paraná", acumulando mais de trinta milhões de reais em contratos nos últimos quatro anos, a partir da renovação de licenças limitadas.

Tabela 1: Contratos com plataformas educacionais - Paraná (2021-2024)

Contrato N°/ Ano	Nome governamental	Nome proprietário	País sede	Data Inicial	Data Final	Valor Contratado
757/2024	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	13/02/2024	11/06/2024	R\$ 5.065.993,44
598/2024	Edutech	Alura	Brasil	04/02/2024	03/02/2025	R\$ 12.437.500
229/2024	Power BI - Microsoft	Power BI - Microsoft	EUA	24/01/2024	23/03/2024	R\$ 4.118.132,35
Acordo de Cooperação n.º 2023000442	Matemática Paraná	Khan Academy	EUA	29/01/2024	24 meses	Não se aplica
4900/2023	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	27/09/2023	27/01/2024	R\$ 2.597.339,52
1271/2023	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	07/04/2023	05/08/2023	R\$ 999.950,4
439/2023	Edutech	Alura	Brasil	03/02/2023	15/03/24	R\$ 10.414.527,91
380/2023	Inglês Professor	EnglishCentral	EUA	24/01/2023	23/01/25	R\$ 24.795.840
376/2023	Matemática Paraná	Matific	Austrália	24/01/2023	23/01/2025	R\$ 10.368.000
19.467.575-5/ 2022	Desafio Paraná	Quizizz	EUA	08/02/23	24 meses	R\$ 6.228.000
Acordo de Cooperação n.º 202200017	Matemática Paraná	Khan Academy	EUA	13/01/2023	12/2023	Não se aplica
5671/2022	Leia Paraná	Odilo	Espanha	21/11/2022	21/11/2025	R\$ 16.555.563,36
2733/2021	Matemática Paraná	Matific	Austrália	13/07/2021	12/07/2025	R\$ 14.976.000
2196/2021	Inglês Paraná	EF Education First	Suiça	28/06/2021	27/06/2025	R\$ 31.479.168
358/2022 (005/2022 interno)	Edutech	Alura	Brasil	07/02/22	03/02/23	R\$ 8.021.160
1687/2021	Edutech	Alura	Brasil	18/02/21	18/12/21	R\$ 4.155.000
210/2021 (007/2021 interno)	Power BI - Microsoft	Power BI - Microsoft	EUA	28/01/2021	27/01/2023	R\$ 1.143.340
Total						R\$153.355.514,98

Fonte: Autora (org.), com dados do Portal da Transparência do Paraná, 2024.

Outra plataforma que se destaca pelo valor e pelo impacto do uso refere-se à Leia Paraná, plataforma espanhola de nome proprietário Odilo, utilizada como repositório de literatura e e-reader. Com um custo de cerca de dezesseis milhões e meio de reais nos últimos três anos, a plataforma de leitura é de uso obrigatório, de modo que os professores e estudantes ficam impossibilitados de escolher os livros ou lê-los em versão impressa.

O objetivo consiste em controlar o ritmo de leitura dos estudantes pela plataforma digital. À medida que os estudantes avançam com a leitura, perguntas em forma de pop-up aparecem. Os Professores informaram que, caso os estudantes errem uma certa quantidade de respostas, o sistema considera que a leitura não foi efetivada, acarretando diferentes sanções aos estudantes, passando pelos professores, até a direção.

Já a Plataforma Desafio Paraná, em realidade Quizziz, consiste numa plataforma estadunidense gamificada, com perguntas e respostas de conteúdos escolares, na qual os estudantes paranaenses realizam tarefas diárias de diversas matérias, constituindo parte de sua nota escolar⁷.

Exceção entre as plataformas para as quais destinou-se milhões dos cofres públicos, encontra-se o caso da Khan Academy como acordo de cooperação para atividades gamificadas de matemática, sem custos para o governo do estado. Autodefinida como organização educacional sem fins lucrativos, a Khan Academy possui como um dos principais parceiros no Brasil a controversa Fundação Lemann, conhecida por sua atuação na educação brasileira com interesses empresariais, por meio de seu braço filantrópico (Brito e Marins, 2020; Sakata e Rosa, 2020)⁸.

⁷ Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Audio/Alunos-e-professores-da-rede-estadual-ganham-plataforma-para-licao-de-casa>.

⁸ Antes mesmo de sua posse, o governador Ratinho Junior e Renato Feder se reuniram com Paulo Lemann para discutir projetos para a educação do Paraná, em dezembro de 2018 (Redação, O Paraná - Jornal de Fato, 2018). Em 2024, já na segunda gestão de Ratinho, um grupo empresarial, do qual Paulo Lemann é um dos principais acionistas, venceu o processo licitatório para administrar um conjunto de escolas públicas do estado, por meio do projeto de privatização Parceiro da Escola (Lopes, 2024).

De acordo com Dijck, Poell e Waal (2018, p. 120), muitas empresas do setor de tecnologias passaram a investir na plataformação da educação, bem como na promoção do ensino de informática, de matemática e de programação, por meio de seus fundos de caridade ou organizações sem fins lucrativos.

A partir do caso paranaense, foi possível rastrear a densa conexão dessas fundações e organismos financeiros com as investidas do setor privado para a digitalização do ensino (Figura 4). Assim como o BID investiu no Programa Educação para o Futuro, no Paraná, o organismo financeiro apoia o Grupo de Trabalho (GT) Tecnologia do Conselho Nacional de Secretarias de Educação (Consed), liderado pelo atual secretário de educação desse estado, Roni Miranda⁹.

Financiado pelo BID e pela Coalizão Educação Tec. (composta pelo CIEB, Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura e MegaEdu), o Consed tornou-se um mecanismo de multiplicação do colonialismo digital modelado para a educação paranaense, que integra, por sua vez, a engrenagem multiescalar de digitalização do ensino.

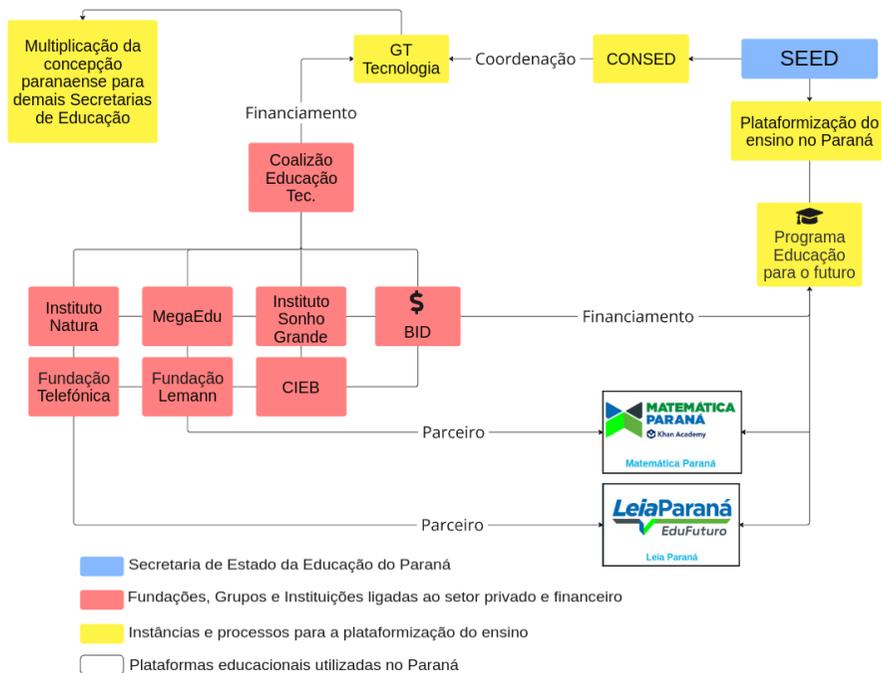
No plano nacional, Saura, Adrião e Arguelho (2024) destacam o papel das organizações que compõem a Coalizão Educação Tec., ao lado de outras organizações empresariais, na agenda de digitalização do ensino do governo federal, por meio da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec).

A presença de entidades privadas na elaboração e execução da agenda pública, indica o interesse do capital financeiro no mercado de tecnologias educacionais como uma nova fronteira de negó-

⁹Roni Miranda sucedeu a Renato Feder, que se tornou secretário de educação do Estado de São Paulo, em 2023.

cios. Para os autores, trata-se de uma tendência mundial de Reformas Educacionais Digitais (RED), “para acelerar os avanços tecnocientíficos do capitalismo contemporâneo nos sistemas educacionais em todo o mundo” (Saura, Adrião e Arguelho, 2024, p. 03)

Figura 4: Inserção paranaense na rede sociotécnica de digitalização do ensino



Fonte: Autora (org.), com dados do Consed e do site das organizações, 2024.

Nota-se na origem geográfica das plataformas educacionais do Paraná (Tabela 1, acima) sua majoritária proveniência de países do Norte Global, configurando os territórios do Sul como mercado consumidor da indústria de tecnologia, num claro agenciamento da educação para as relações de colonialismo digital, que ora se estabelecem na geopolítica mundial.

Para Faustino e Lippold (2023), o colonialismo digital caracteriza-se por uma nova partilha do globo às práticas de extrativismo de dados pelas *Big Techs*, reproduzindo velhas dependências a partir de agenciamentos de poder atualizados pelas tecnologias. As novas formas de exploração envolvem mais do que a extração de informação,

a manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias, com vistas à ampliação de acumulação de capitais (Faustino e Lippold, 2023, p. 24).

Nesse contexto, ao analisar a relação das Edtechs com a geração de valor, é necessário considerar a coleta de dados que ocorre em seu interior, bem como as novas formas de subjetividades gamificadas que são criadas.

A partir da ferramenta Blacklight, da organização The Markup, verificamos que a plataforma Desafio Paraná utiliza rastreadores de anúncios para criar perfis de comportamento dos estudantes e gerar publicidade direcionada. A plataforma também utiliza cookies de terceiros, como o da Alphabet, que pertence à Google, além de um gravador de sessão que registra as interações dos usuários, como o tempo de visualização de uma imagem ou o comportamento do mouse¹⁰.

Esses mecanismos de rastreamento e coleta de dados fazem parte de um processo de plataformização do ensino, que desempenha uma dupla função no contexto do colonialismo digital. Por um lado, essas plataformas servem como insumos para a economia de dados, ao coletar informações dos usuários para fins de marke-

¹⁰A verificação se deu por meio do site <https://themarkup.org/blacklight>, utilizando o domínio <https://quizizz.com/?lng=pt-BR>

ting e publicidade direcionada. Por outro lado, elas constroem uma nova forma de ensino-aprendizagem gamificada, dentro de uma perspectiva neo-behaviorista, preparando os estudantes para responder aos desafios de ambientes digitais e para se tornarem o novo infoproletariado.

os processos de aprendizagem são traduzidos em processos de dados e transformados em sistemas de rastreamento que continuamente relacionam o progresso individual ao desempenho padronizado (Dijck et al., 2018, p. 118).

Para Patrick Jagoda (2020), a gamificação das relações sociais, dentro da qual o ensino plataformizado também pode ser contextualizado, tem como função a criação de novas subjetividades e relações laborais.

A gamificação opera a partir de dispositivos com interfaces que se assemelham ou operam como jogos eletrônicos, gerando engajamento a partir de mecânicas próprias a esse universo, como desafios, recompensas, acumulação de pontos, entre outros, ao mesmo tempo que permitem a exploração econômica dos dados comportamentais extraídos dessas interações.

De acordo com o autor, a gamificação de todas as esferas da vida participa de um projeto neoliberal que teria como função a colonização econômica das subjetividades contemporâneas, das relações sociais às relações de trabalho, passando pela educação (Jagoda, 2020).

No extremo desse processo, a gamificação se tornou também uma forma de autovigilância, na medida em que se criaram dispositivos que permitem o automonitoramento dos corpos, por meio de dispositivos que marcam o batimento cardíaco, a quantidade de passos dados num dia, a performance nas atividades físicas.

Desse modo, os processos de gamificação não são somente uma imposição ou algo que as pessoas interpretem como ruim. Precisam adentrar no cotidiano também como um convite, como algo que os sujeitos desejem dentro dessa relação de desempenho e recompensas, naturalizando as relações de vigilância digital.

Para David Lyon (2018), as atuais estruturas de tecnovigilância apresentam características distintas das pretéritas relações orwellianas, então concentradas no vigilantismo de Estado. O atual vigilantismo, da era que o autor denomina como modernidade digital, configura-se a partir de uma estreita relação entre forças governamentais e empresariais, mas também em processos de engajamento e autovigilância pelos próprios cidadãos, de forma consciente ou não. Este complexo constitui uma verdadeira cultura de vigilância, apoiada na pervasividade digital na quase totalidade das atividades cotidianas (Bauman; Lyon, 2014; Lyon, 2018).

Do ponto de vista da tecnovigilância escolar, é possível interpretar o atual processo de gamificação como uma versão digital do comportamentalismo (behaviorismo) característico da segunda metade do século XX, centrada numa abordagem de ensino-aprendizagem a partir de estímulos e respostas, com mecanismos automatizados para medir a performance dos estudantes. As interfaces de gerenciamento permitem tanto um autocontrole do desempenho por parte dos estudantes, como seu monitoramento por parte dos professores, da direção e da Secretaria de Educação, numa vigilância digital multiescalar, preparando-os para o futuro do trabalho plataformizado.

Como Saviani (2010) aponta, a cada período histórico as relações de ensino-aprendizagem assumem formas e conteúdos que refletem uma dada concepção de organização social, ao mesmo tem-

po que preparam as próximas gerações para a vida em sociedade, incluindo sua formação como força de trabalho.

Consideramos, a partir desses elementos, que a plataformação do ensino só pode ser compreendida no contexto mais amplo de gamificação das subjetividades contemporâneas, características do neoliberalismo digital e das transformações produtivas.

Entretanto, ainda que tais movimentos sejam globais, as relações de hierarquia geográfica são indissociáveis de seu processo de concretização no espaço, evidenciando o agenciamento dos territórios do Sul Global em relações sociotécnicas subordinadas. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental da Geografia na investigação das relações compostas pela tríade Espaço, Tecnologia e Sociedade (ETS), para a compreensão das contradições impostas pela atual fase de desenvolvimento capitalista.

Considerações finais

O espraiamento do digital pelo espaço geográfico gerou um efeito centrípeto que, gradual e ininterruptamente, coloca todas as dimensões sociais sob sua tutela: economia, cultura, circulação, trabalho, educação, numa longa lista que avança junto com o desenvolvimento técnico.

Neste artigo, procuramos destacar a importância de situarmos as transformações do mundo do trabalho e o processo de plataformação do ensino a partir de suas conexões, em múltiplas escalas, com o neoliberalismo digital. A compreensão da relação entre instâncias internacionais, como o BID e o Banco Mundial, e as transformações produtivas que exigem uma adaptabilidade cognitiva e laboral é imprescindível para um enfrentamento das formas inovadoras de precarização do trabalho e do ensino.

Sob a rubrica da inovação e do desenvolvimento, assistimos à instalação de práticas high-tech de extrativismo de dados e de condicionamento cognitivo, apresentadas como avanços sociais. Nesse contexto, a visibilidade da exploração do trabalho é dissolvida pela figura do empreendedorismo plataformizado, e o ensino mecanizado é vangloriado como criação de competências digitais.

Nessa realidade hiper conectada, a universidade e a escola pública desempenham o importante papel de impedir o aumento das desigualdades socioespaciais que a emergência de formas hegemônicas de uso do digital buscam imprimir aos territórios do Sul Global. O trabalho e o ensino plataformizados adentram essas terras como forma de dominação tecnoepistêmica, inserindo-as na divisão territorial do trabalho da Quarta Revolução Industrial.

O neoliberalismo digital não se restringe ao domínio técnico. Ele inclui uma dominação tecnoepistêmica que envolve a primazia do valor monetário imbricado no digital como uma condição inelutável. As tecnologias portam consigo formas de ser e saber que adentram as estruturas cognitivas e sensoriais, agenciando configurações sociotécnicas (Martín-Barbero, 2000; Hui, 2020).

Nesse sentido, a construção de tecnologias a partir do local, que carreguem consigo a cultura do lugar e a justiça digital como valor, é um caminho possível não apenas para o enfrentamento às hegemonias técnicas, mas também para a construção de futuros sociotécnicos alternativos.

Referências

ALAUZEN, Marie. **Plis et replis de l'État plateforme. Enquête sur la modernisation des services publics en France.** Tese de Doutorado, Paris Sciences et Lettres (ComUE), 2019. Disponível em: <<https://theses.fr/2019PSLEM037>>.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2020a.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2020b.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el Desarrollo Mundial 2019: La naturaleza cambiante del trabajo,** cuadernillo del “Panorama general”. Banco Mundial: Washington, DC, 2019. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/767331554985479543/pdf/Main-Report.pdf>.

BANCO MUNDIAL. **Reimaginando as Conexões Humanas: Tecnologia e Inovação em Educação no Banco Mundial.** Banco Mundial: Whashington, DC, 2020. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/897971624347696117/pdf/Reimagining-Human-Connections-Technology-and-Innovation-in-Education-at-the-World-Bank.pdf>>.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2021: Data for Better Lives.** Banco Mundial: Washington, D.C, 2021.

BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRITO, Silvia Helena Andrade de; MARINS, Guilherme Afonso Monteiro de Barros. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1550/155063059027/html/>>

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism.** Stanford: Stanford University Press, 2019.

DIJCK, José Van; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. New York: Oxford University Press, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

FALS BORDA, Orlando. La Investigación Participativa y la Geografía. In: HERRERA FARFÁN, Nicolás Armando; LÓPEZ GUZMÁN, Lorena (Orgs.). **Ciencia, compromiso y cambio social**: antología. 2a. ed. Montevideo: Lanzas y Letras, 2014. (Colección Pensamiento Latinoamericano).

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: por uma Crítica Hacker-fanoniana**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2023.

FEDER, Renato. **Educação para o futuro: O passo a passo para construir uma gestão educacional focada em resultados**. São Paulo: Gente, 2023.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, v. 0, n. 30, p. 419–439, 2017.

GONÇALVES, Maria Dativa de Salles; SANTOS, Jussara Maria Tavares Puglielli; GOUVEIA, Andréa Barbosa; *et al.* A presença do Banco Mundial e do Banco Interamericano no financiamento do ensino fundamental e médio na Rede Estadual de Ensino do Paraná. **Educar em Revista**, p. 71–99, 2003.

GRAHAM, Mark; ANWAR, Amir. Trabalho digital. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

LIPIETZ, Alain. **Audácia** – uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

LOPES, José Marcos. Grupo que tem o bilionário Lemann como acionista fica em primeiro no programa Parceiro da Escola. **Jornal Plural**, Curitiba, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/so-a-educacao-salva/grupo-que-tem-o-bilionario-lemann-como-acionista-fica-em-primeiro-no-programa-parceiro-da-escola/>.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**, n. 18, p. 51–61, 2000.

MELGAREJO, Mariano Moura; SHIROMA, Eneida Oto. O projeto de educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Roteiro**, v. 44, n. 3, 2019.

KATUTA, Ângela Massumi. Reformas educacionais: retrocessos e resistências na atual conjuntura brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 14–44, 2020.

MACHADO, Sidnei. **O trabalho controlado por plataformas digitais**: Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2022.

MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.

PALTRINIERI, Luca. Biopolitics in the Twenty-First Century: The Malthus–Marx Debate and the Human Capital Issue. *In*: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Orgs.). **Foucault and the Modern International**. New York: Palgrave Macmillan US, 2017, p. 239–259.

REDAÇÃO. Antes da posse, Ratinho Junior e Renato Feder se reúnem com Paulo Lemann. **O Paraná - Jornal de Fato**, Curitiba, 15 dez. 2018.

SAKATA, Kelly Leticia Da Silva; ROSA, Gregory Luis Rolim. O paradigma educacional da Fundação Lemann e sua relação com organismos internacionais. **Revista Transmutare**, v. 5, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12165>>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SAURA, Geo; ADRIÃO, Theresa; ARGUELHO, Mateus. Reforma educativa digital: agendas tecnoeducativas, tedes políticas de governança e financeirização Edtech. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e286486, 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho didático e história da educação: enfoque histórico-pedagógico. *In*: BRITO, Silvia Helena Andrade de; CENTENO, Carla Villamaina; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **A Organização do Trabalho Didático na História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Educação para o futuro**: projeto da educação do Paraná, 2020. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-08/educacao_futuro_projeto_educacaofuturo2.pdf.

SHAW, Ian Graham Ronald; DIXON, Deborah P.; JONES, John Paul. Theorizing Our World. In: GOMEZ, Basil; JONES, John Paul (Orgs.). **Research Methods in Geography: A Critical Introduction**. Chichester; Malden: Wiley-Blackwell, 2010.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. Bauru: Edipro, 2016.

SPAGNUOLO, Sérgio. Governo do Paraná pressiona alunos a usarem LinkedIn. **Núcleo Jornalismo**, 2024. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/reportagem/2024-06-12-governo-do-parana-pressiona-alunos-a-usarem-linkedin/>.

SCHULTZ, Theodore W. **Investment in human capital: the role of education and of research**. New York: Free Press, 1971.

TOLEDO, Iuri. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

UBER. Fatos e Dados sobre a Uber. Uber Newsroom, 2024. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>.

WORLD ECONOMIC FORUM. **World Economic Forum Annual Meeting 2016: Mastering the Fourth Industrial Revolution**, 2016. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_AM16_Report.pdf.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Submetido em 24/11/2024

Aceito em 07/02/2025

A AMAZÔNIA NO CENTRO DA GEOPOLÍTICA GLOBAL

*THE AMAZON AT THE CENTER OF
GLOBAL GEOPOLITICS*

*LA AMAZONÍA EN EL CENTRO DE LA
GEOPOLÍTICA GLOBAL*

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Professora da Universidade Federal de
Rondônia
mada.geoplan@gmail.com

Resumo:

O artigo analisa a inserção da Amazônia nas dinâmicas globais, evidenciando de que maneira os projetos geopolíticos influenciam a configuração territorial, socioeconômica e ambiental da região. A geopolítica, que estuda a interação entre geografia, acontecimentos históricos e políticos, é utilizada para interpretar fenômenos globais. A metodologia baseia-se na revisão de literatura sobre a colonização e exploração da região, enfatizando os interesses externos que influenciam sua dinâmica. Os resultados indicam que, desde a colonização, a Amazônia tem sido palco de disputas para exploração de seus recursos naturais e para sua integração à economia global, evidenciado em monumentos nas capitais estaduais. Essas ações desconsideram frequentemente as populações tradicionais, gerando impactos sociais e culturais significativos. No contexto atual, a região tem um papel central nas mudanças climáticas e na transição energética, dado à sua importância na regulação do clima e na geração de energia hídrica, permanecendo no centro das atenções globais.

Palavras-chave: Geopolítica, Amazônia, Monumentos, Recursos Naturais.

Abstract:

The article analyses the integration of the Amazon into global dynamics, highlighting how geopolitical projects influence the region's territorial, socioeconomic, and environmental configuration. Geopolitics, which studies the interaction between geography, historical events, and politics, is used to interpret global phenomena. The methodology is based on a literature review on the colonization and exploitation of the region, emphasizing external interests that influence its dynamics. The results indicate that, since colonization, the Amazon has been the scene of disputes over the exploitation of its natural resources and its integration into the global economy, evidenced by monuments in state capitals. These actions often disregard traditional populations, generating significant social and cultural impacts. In the current context, the region plays a central role in climate change and the energy transition, given its importance in climate regulation and hydropower generation, keeping it at the center of global attention.

Keywords: Geopolitics, Amazon, Monuments, Natural Resources.

Resumen:

El artículo analiza la inserción de la Amazonía en las dinámicas globales, destacando cómo los proyectos geopolíticos influyen en la configuración territorial, socioeconómica y ambiental de la región. La geopolítica, que estudia la interacción entre la geografía, los acontecimientos históricos y políticos, se utiliza para interpretar los fenómenos globales. La metodología está basada en una revisión de literatura sobre la colonización y exploración de la región, enfatizando los intereses externos que influyen en su dinámica. Los resultados indican que, desde la colonización, la Amazonía ha sido escenario de disputas por la exploración de los recursos naturales y su integración a la economía global, evidenciado en monumentos en las capitales de los estados. Estas acciones ignoran frecuentemente a las poblaciones tradicionales, generando importantes impactos sociales y culturales significativos. En el contexto actual, la región tiene un papel central en el cambio climático y la transición energética, dada su importancia en la regulación climática y la generación hidroeléctrica, manteniéndose en el centro de la atención global.

Palabras-clave: Geopolítica, Amazonía, Monumentos, Recursos Naturales.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a inserção da Amazônia nas dinâmicas globais, evidenciando de que maneira os projetos geopolíticos influenciam a configuração territorial, socioeconômica e ambiental da região. A geopolítica, como campo de estudo, investiga as relações entre poder e espaço geográfico, buscando compreender as posições políticas e os efeitos das ações ao nível global. Nesse contexto, a região Amazônica sempre se destacou como um ponto central na geopolítica mundial, devido aos interesses políticos, econômicos e ambientais em torno de seus recursos naturais.

A Amazônia, rica em biodiversidade e detentora da maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, é estratégica no combate às mudanças climáticas, por seu papel na regulação das chuvas na América do Sul. Este cenário desafia o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, e o modo de vida das comunidades tradicionais que habitam a região. Compreender como os projetos geopolíticos globais impactam a Amazônia é essencial para entender o seu papel no contexto geopolítico mundial contemporâneo.

Para esse feito, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa e analítica, a partir de revisão bibliográfica e documental, explorando diferentes períodos e eventos que contribuíram para a construção da dinâmica geopolítica da Amazônia. O estudo também faz uso da análise dos monumentos existentes em espaço público nas capitais dos estados que compõe a Amazônia, com o intuito de ilustrar a materialização das dinâmicas de poder e os projetos geopolíticos, seguindo os seguintes processos operacionais:

a) Revisão bibliográfica e documental: Análise de textos que retratam a história, tratados, projetos de integração territorial e políticas públicas que influenciaram a ocupação e a formação socioespacial da Amazônia ao longo dos séculos;

b) Análise de projetos geopolíticos globais e suas repercussões locais: investigação dos interesses globais, especialmente relacionados aos recursos naturais da Amazônia, e seus impactos diretos nas dinâmicas locais, incluindo questões ambientais, sociais e econômicas;

c) Análise de monumentos em espaços públicos: Avaliação de como as representações de poder e as narrativas geopolíticas foram materializadas em monumentos, refletindo a influência externa na região e como estas moldam a identidade regional.

As interações entre projetos geopolíticos globais e seus impactos na Amazônia, analisadas sob uma abordagem histórica e contemporânea, exploram a importância estratégica da região na geopolítica global. Esse estudo destaca eventos significativos e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Os monumentos públicos nas capitais amazônicas simbolizam a implementação desses projetos e a relação entre poder envolvida. Ou seja, os monumentos evidenciam parte das estratégias de projetos geopolíticos, desencadeados por ações planejadas pela nação ou grupos, para alcançar certos interesses políticos, econômicos, militares e culturais no cenário global.

Os projetos políticos são estratégia adotada por um Estado Nacional para atuar no cenário internacional e são geralmente influenciados pela localização geográfica, recursos naturais, alianças internacionais, ideologias e objetivos de poder, sendo uma parte fundamental da política externa de uma nação. Por fim, a nova dinâmica

global que envolve a Amazônia aborda o desafio gerado pela crise climática e pela transição energética.

Geopolítica da Amazônia: da expansão colonial à fronteira do capital

O conceito de geopolítica, segundo Steuckers, (1997) foi introduzido por Rudolf Kjellén (1864-1922), e visa examinar as interações entre países e territórios sob aspectos econômicos, políticos e culturais. De acordo com Amusquivar e Passos (2018), a geopolítica busca compreender a relação entre a lógica de poder dos Estados, a demarcação dos territórios e as características geográficas disponíveis a esses atores, sendo usada pelos estadistas para assegurar a primazia política, econômica e militar por meio da expansão territorial

Nesse contexto, a exploração dos recursos naturais e a ocupação da Amazônia foram as principais estratégias adotadas ao longo do tempo para atender a interesses externos, desde o período colonial até os dias atuais. O controle territorial da região tornou-se elemento central nas relações internacionais do Brasil, especialmente durante o período colonial, quando Portugal expandiu suas fronteiras na região para além do limite estabelecido pelo tratado de Tordesilhas, para garantir o controle do território.

A geopolítica, segundo Becker (2005), foi essencial para garantir a soberania sobre o território amazônico, especialmente em momentos de crescente demanda pelo uso dos seus recursos naturais, o que impulsionou a exploração desta vasta área. Entretanto, esse processo não ocorreu de forma linear, alternando entre períodos de apogeu e decadência, com a implementação de diversos projetos

geopolíticos ao longo dos séculos. Esses períodos podem ser assim resumidos:

- Séc. XVI e XVII: Colonização e Exploração – exploradores espanhóis e missões religiosas portuguesas.
- Séc. XVIII e XIX: Independência e Exploração – destaque para o Tratado de Madri, o Tratado de Petrópolis e a exploração da borracha.
- Século XX (1940 - 1960): O Programa de Integração Nacional e Desenvolvimento – (PIN).
- 1960-1980: Ocupação e Expansão Econômica do Estado – “Marcha para o Oeste” para “desenvolver” e “integrar” o território amazônico, exemplificado pelo Polamazônia.
- 1990-2010: Articulação das infraestruturas para expansão do capital - Eixos Nacionais de Desenvolvimentos (ENIDS) e a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), conectando a região o mercado global e intensificando o debate sobre a necessidade de conciliar o controle territorial e preservação ambiental (IIRSA, 2002).
- 2020 em diante: A Amazônia como fronteira do capital natural - avanço de infraestruturas minerárias, agrícolas, hidroviárias e hidrelétricas e apelo crescente para a transição energética, exigindo governança que integrem a preservação ambiental e o bem-estar das populações tradicionais.

A Amazônia teve um papel central nas dinâmicas globais e passou por transformações significativas ao longo do tempo. No

século XIX, a migração nordestina, atraída pela extração de borracha, acelerou o povoamento e a urbanização em estados como Acre, Amazonas e Pará (Motta, 2002). No século XX, Belém (PA) e São Luís (MA) eram a terceira e a quarta cidades mais industrializadas do Brasil, enquanto São Paulo (SP) emergiu como polo industrial após a crise da borracha e as políticas da Era Vargas (Cano, 2002; Mourão, 1989).

As cidades amazônicas foram estruturadas a partir da pós-ocupação colonial, com entrepostos comerciais e uma vasta rede de vias fluviais, conectando-se a um complexo sistema agroextrativista que permeava as regiões ribeirinhas, de várzea e terra firme. A configuração geopolítica da segunda metade do século XX foi marcada por iniciativas como Programa de Integração Nacional e Desenvolvimento (PIN), que incluiu a construção de grandes eixos rodoviários, como a Rodovia Belém-Brasília, que facilitou a mobilidade interna e promoveu implicações geopolíticas ao conectar regiões até então isoladas (Golbery, 1967).

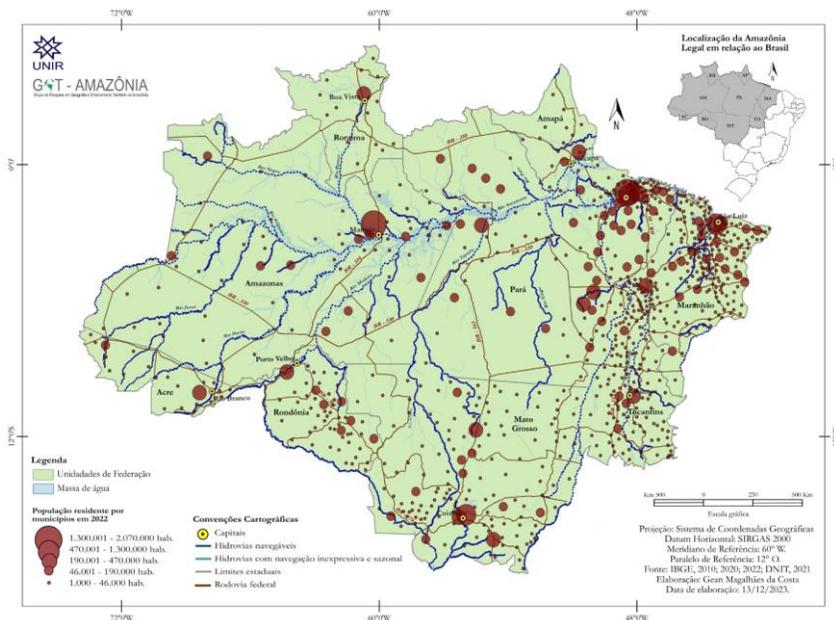
Entre as décadas de 1960 e 1970, o Brasil incentivou a ocupação da Amazônia com a estratégia de integrar o território nacional, controlar as fronteiras e reduzir os conflitos sociais no Centro-Sul. Esse movimento resultou na instalação de cerca de 36%¹ dos imigrantes que vieram para a Amazônia, a se estabelecerem em Rondônia, o que impulsionou a economia do estado. A implementação de estradas, hidrelétricas, projetos de colonização e outras políticas transformou a economia regional, transitando do extrativista para

¹ Maior detalhe, ver Núcleo de Estudos de População (NEPO) - Sistematização das Informações Censitárias sobre Migração – Estado de Rondônia - Dados Demográficos, 1999.

as atividades agropecuária e mineração (Moraes, 1988; Becker, 1990).

Desde a década de 1990, a expansão do capital na Amazônia Legal Brasileira levou à formação de uma nova configuração urbana. Atualmente, a região possui 775 municípios e cerca de 28,4 milhões de habitantes (IBGE, 2021), com uma predominância de municípios de pequeno porte, sendo que 86% deles têm até 50 mil habitantes (Figura 1). A dinâmica interna e as interações externas da região influenciam sua estrutura econômica, social e ambiental (Imazon, 2009). Correia (2006, p. 43; 1987) destaca a "rede urbana", composta por centros interconectados, refletindo a redefinição da Amazônia na divisão do trabalho capitalista contemporâneo.

Figura 1: Amazônia, rios, estradas e cidades



Fonte: Adaptado de infoamazônia, 2024.

A Amazônia continua sendo estratégica para o capital natural, especialmente no contexto das energias renováveis, com a Bacia

Amazônica desempenhando um papel importante no sistema elétrico do Brasil (Castro, 2021). Sua posição na geopolítica global é refletida nos monumentos das capitais estaduais da região, que geralmente homenageiam figuras históricas associadas à elite branca. Esses monumentos evidenciam um contexto elitista, destacando dinâmicas de poder e exclusão histórica que influenciam a identidade da Amazônia.

A Geopolítica da Amazônia Expressa em Monumentos Públicos: uma reflexão sobre memória e poder

Os monumentos são símbolos que refletem dinâmicas de poder, escolhas políticas e narrativas geopolíticas de uma época. Eles celebram o que é considerado “digno” de lembrança, muitas vezes exaltando interesses econômicos e projetos de dominação, enquanto apagam figuras importantes da história, tornando-as invisíveis nas narrativas e representações públicas do passado.

A escolha dos locais para erguer monumentos, especialmente em praças e centros cívicos, visa reforçar uma identidade coletiva e legitimar um sentimento de pertencimento. Esses espaços, por sua vez, tornam-se arenas de disputas sobre quem tem o direito de definir a história, como na Amazônia Legal, onde as narrativas públicas variam conforme as dinâmicas políticas e geopolíticas.

A Representação da Colonização: Casarões e Fortalezas

Monumentos como os casarões em São Luís (MA) e a Fortaleza de São José (AP) são testemunhos da exploração colonial e ocupação territorial (Figura 2 – A). Os casarões coloniais, adornados com azulejos de origem portuguesa, francesa e alemã, são hoje reconhecidos

pela UNESCO como Patrimônio Mundial e representam um legado de dominação e poder. A Fortaleza de São José de Macapá, construída entre 1764 e 1782 por escravos africanos e indígenas (Fig. 2 – B), reflete a estratégia de defesa portuguesa e a subordinação das populações locais no período colonial (Magalhães, 2006).

Figura 2: A - Casarões em São Luiz/MA e B - Fortaleza de São José de Macapá/AP



Fonte: © São Luís 2023 - <https://turismosaoluis.com.br>
 Governo do Estado do Amapá - <https://www.portal.ap.gov.br>

O interesse geopolítico de Portugal era garantir o domínio sobre as terras brasileiras, com base no Tratado de Madri de 1750, que estabeleceu os limites fronteiriços ao norte da colônia e impedir o avanço francês, que já havia conquistado a Guiana (Araújo, 1998; Magalhães, 2006). Já no final do século XIX e início do século XX, a exploração do látex foi um dos principais motores da economia amazônica, período também retratado em monumentos na região.

Exploração e Conquista do Mercado Internacional com o ciclo da Borracha

Em Manaus (AM), o monumento à abertura dos Portos, inaugurado em 1900, celebra a liberação dos portos e rios da Amazônia ao comércio internacional, simbolizando uma virada no ciclo da borracha (Fig. 3 – A). De forma similar, o Complexo do Ver-o-Peso, em

Belém (PA), foi importante ponto de transbordo para o comércio com a Europa (Fig. 3 – B), inserindo a Amazônia na economia global. Manaus e Belém, dependentes dessa atividade, tornaram-se centros comerciais com infraestrutura avançada, refletindo na arquitetura local inspirada no estilo europeu, fruto do impacto das atividades voltadas ao mercado local e internacional (Sarges, 2010).

Figura 3: A - Monumento à Abertura dos Portos em Manaus/AM e B - Complexo do Ver-o-Peso em Belém/ PA



Fonte: Instituto Durango Duarte - <https://idd.org.br> e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - <http://portal.iphan.gov.br>

A exploração do látex impulsionou o desenvolvimento urbano e a migração interna, como atestam as construções que marcaram o ciclo da borracha.

Monumentos do Ciclo da Borracha e o Legado da Infraestrutura

A infraestrutura criada durante o ciclo da borracha, como as três Marias (Caixas D'Água) em Porto Velho (RO), (Figura 4 – A) e Ferrovia Madeira-Mamoré, inauguradas em 1912, que conectava as regiões produtoras de borracha Brasil e Bolívia, assim como o Mercado Velho em Rio Branco (AC) erguido em 1929 (Figura 4 – B), que foi ponto central no comércio, simbolizam a importância da região no

comércio nacional e internacional e a influência do ciclo da borracha no desenvolvimento das cidades amazônicas e na economia do Brasil.

Figura 4: A - As três Marias em Porto Velho/RO e B - Novo Mercado Velho em Rio Branco/AC



Fonte: Tripadvisor.com - <https://www.tripadvisor.com.br>
Departamento de História do Acre - <https://portalamazonia.com>

Com o declínio da borracha, a mineração, especialmente o garimpo de ouro, foi assumindo um papel central na economia da região.

Integração econômica e Expansão do Estado: mineração, conquista e resistência

Os anos de 1960 e 1980 representaram um marco na integração da Amazônia ao restante do Brasil. A construção de grandes obras de infraestrutura, como a BR-364, a Transamazônica e sobretudo a criação de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) pelo Governo Federal, por meio do Decreto n.º 74.607/1974 e o Programa Grande Carajás (PGC), evidenciaram a produção mineral como um projeto de Estado. Esse processo gerou cidades-empresas em diversas localidades, como Serra do Navio e Vila Amazonas (Amapá), Vila Cachoeirinha e Vila Massangana (Rondônia), Porto Trombetas (Pará), Vila de Pitinga (Amazonas) e o

Núcleo Urbano de Carajás e Vila dos Cabanos (Pará), todas ligadas à exploração de minerais como manganês, cassiterita, bauxita e alumínio (Monteiro, 2005; Malheiro, 2021).

O Programa Calha Norte, juntamente com a atividade de garimpo, promoveu em Roraima a "corrida do ouro", atraindo garimpeiros de várias partes do país em busca de ouro e diamantes. A estátua do garimpeiro, erguida em 1969 (Figura 5), simboliza “o povo roraimense” e testemunha a presença do Estado no incentivo à ocupação e exploração mineral da Amazônia durante a ditadura militar (Espiridião, 2011). Atualmente, esse legado se reflete no conflito entre garimpeiros e os indígenas Yanomami, em um cenário de degradação ambiental e social.

Figura 5: A – Estátua do Garimpeiro em Roraima/RR



Fonte: Fabrício Araújo/G1 RR/Arquivo - <https://g1.globo.com>

O discurso hegemônico do garimpeiro como promotor de desenvolvimento é contestado pela degradação ambiental associada à atividade. Embora legislações como as de Crimes ambientais de 1998 busquem mitigar os impactos, a mineração ainda é disseminada como um dos setores para gerar emprego e combater a pobreza no estado.

A Invisibilidade dos Povos Indígenas e Negros nas representações

Em Palmas (TO), a capital mais recente do Brasil, uma escultura simboliza uma família que representa os “primeiros moradores” (Figura 6 – A). Localizada na maior praça da América Latina, a obra omite a presença e a contribuição dos povos indígenas e negros na construção da cidade e da região. Em contrapartida, o Monumento dos Bandeirantes, inaugurado em 1969 em Cuiabá (MT), faz referência ao bandeirante Pascoal Moreira Cabral, considerado o fundador da cidade (Figura 6 – B). Embora o monumento celebre a fusão das culturas branca, indígena e negra durante a exploração do ouro no século XVIII, ele evidencia as relações de poder e dominação, colocando a figura do homem branco no centro, em posição de comando, enquanto o negro e o indígena são representados de forma auxiliar.

Figura 6: A - Súplica dos Pioneiros em Palmas/TO e B – Monumento dos Bandeirantes em Cuiabá/MT



Fonte: Súplica dos Pioneiros - <https://www.tripadvisor.com.br>
Tita Mara Teixeira/G1 MT - <https://g1.globo.com>

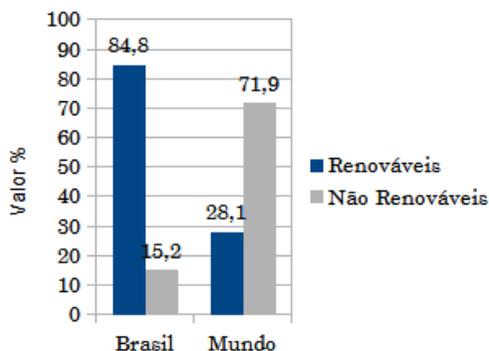
Esses monumentos revelam as relações de poder e dominação que marcaram a história da Amazônia, perpetuando uma narrativa colonial na qual a presença de indígenas e negros é relegada a um papel secundário ou invisível, continuando a marginalização dessas populações nas representações históricas oficiais.

A Geopolítica atual da Amazônia

A Amazônia desperta interesses hegemônicos devido ao seu vasto potencial como reserva de recursos naturais e território estratégico em contextos econômicos e geopolíticos globais. A crescente mercantilização dos recursos naturais, como ar, biodiversidade e água, amplifica sua importância estratégica e acirra as disputas internacionais pelo acesso e controle a esses recursos. Esse interesse se reflete nas vantagens econômicas associadas à extração de madeira, produção de carne e grãos, mineração e construção de hidrelétricas (Cavalcante, 2012; Amin, 2015).

A geopolítica atual que envolve a região amazônica é influenciada por sua biodiversidade e recursos hídricos, em meio aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela transição energética. Uma vez que o Brasil se destaca no cenário global por sua matriz energética predominantemente renovável (Figura 7), com mais de 80% da eletricidade proveniente de hidrelétricas, solares, eólicas e outras fontes renováveis (Schutze, Bines & Assunção, 2022).

Figura 7: Comparativo entre fontes renováveis e não renováveis na geração de energia elétrica no Brasil e no mundo



Fonte: Elaborado a partir da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Disponível em <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-eletrica>.

Segundo o Instituto de Energia e Meio Ambiente (2020), os estados da Amazônia Legal abrigam quatro das cinco maiores usinas hidrelétricas no Brasil (Belo Monte, Tucuruí, Jirau e Santo Antônio) que, juntas são responsáveis por mais de 27% da geração de energia elétrica nacional, enquanto a região consome apenas 11% do total do país. Esses dados evidenciam que a Amazônia contribui significativamente para o suprimento energético nacional, exportando energia para outras regiões do Brasil. No entanto, paradoxalmente, mais de 14% da população local ainda não tem acesso à energia gerada, inserida no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Cerca de 3 milhões de habitantes da região Amazônica ainda não estão conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e dependem de Sistemas Isolados (SIS), com a demanda energética suprida principalmente por termelétricas movidas a combustível fóssil (óleo diesel). Estima-se que quase 1 milhão de pessoas na região vivam sem acesso contínuo à energia elétrica, ou com fornecimento limitado a algumas horas diárias, por meio de geradores a diesel ou a gasolina (IEMA, 2020).

Essa disparidade no acesso à energia reflete as desigualdades estruturais da região, onde os investimentos em infraestrutura energética hídrica priorizam interesses corporativos e metropolitanos, negligenciando a inclusão de áreas periféricas, como a Amazônia, no Sistema Interligado Nacional (Zambonin, 2024). Esse processo intensifica a exploração dos recursos naturais e das populações locais, resultando na desterritorialização das comunidades afetadas por grandes projetos hidrelétricos (Cavalcante, 2024; 2012). Assim, ocorre uma apropriação dos bens públicos e uma expropriação das condições de vida das comunidades

Amazônicas, marginalizadas em benefício de interesses externos (Araújo, 2022).

Embora a transição energética se apresente como uma oportunidade sobre o apelo ao desenvolvimento sustentável, ela também impõe desafios relacionados à equidade social e à integridade ambiental. As tensões sociais geradas pelas atividades de mineração e o aumento dos crimes ambientais podem comprometer os esforços da América do Sul em expandir sua influência geopolítica, prejudicando a imagem internacional da região e sua capacidade de negociação a luz da justiça social e ambiental (Bickel & Mia, 2023).

Segundo Bickel & Mia, (2023), a floresta amazônica desempenha um papel fundamental na absorção de carbono, destacando sua importância nos esforços globais de mitigação climática. Além disso, os minerais presentes na região, como lítio, são essenciais para a transição energética e o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono. Castro (2021) destaca que o potencial hidrelétrico da Amazônia supera o do petróleo do pré-sal, sinalizando uma mudança para fontes de energia renováveis que contribuem para a segurança energética regional e nacional.

Nesse contexto, há um envolvimento significativo de diversos atores, incluindo movimentos ambientalistas, ONGs e iniciativas de cooperações técnica, financeira e científica ao nível global. Esses esforços impulsionam uma agenda de implementação de políticas ambientais, como o sequestro de carbono (Bickel & Mia, 2023). Na Amazônia, legal, 42 empresas atuam em redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), sendo 9 empresas estrangeiras e 33 empresas brasileiras (25 do Sudeste, 2 do Sul e 6 do Norte).

Com o agravamento das mudanças climáticas e a transição energética, a cooperação entre os países da Pan-Amazônia torna-se uma estratégia essencial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região. Mecanismos de integração regional, como o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o Pacto Andino e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), desempenham um papel importante na promoção da cooperação e do desenvolvimento regional. A Amazônia, como ponto de conectividade estratégica, exige avanços científicos e tecnológicos, além da soma de esforços para enfrentar os novos desafios impostos pela crise climática e pela transição energética.

Considerações

A inserção da Amazônia nas dinâmicas geopolíticas globais revela a complexidade histórica da região, que tem sido marcada por disputas constantes em torno da utilização de seus recursos naturais desde o período colonial até a contemporaneidade. A geopolítica amazônica, ao longo do tempo, tem sido dominada por projetos de integração territorial e expansão econômica, para acessar aos recursos naturais, com impactos significativos nas comunidades tradicionais e no ecossistema local. Essas dinâmicas de poder, muitas vezes representadas em monumentos históricos em espaços públicos, perpetuam um legado de exclusão e marginalização das populações tradicionais amazônicas, consolidando narrativas históricas que favorecem as elites dominantes e ocultam os amazônidas e o seu legado na preservação desse importante bioma.

Atualmente, a Amazônia ocupa uma posição central nas discussões globais sobre mudanças climáticas e transição energética, exigindo ações coordenadas ao nível regional e internacional. Nesse

cenário, a cooperação regional e internacional é essencial para enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos, respeitando a diversidade cultural e ecológica da região. Essa cooperação é importante, considerando a negligência histórica dos projetos de poder que moldaram, e continuam a influenciar, a identidade e o futuro da Amazônia.

Referências

ARAÚJO, G. V. L. O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira: desterritorialização, Reterritorialização e atemporalidade dos impactos em Vila do Teotônio/Brasil e Cachoeira Esperanza/Bolívia. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

ARAÚJO, H. **A Fortaleza de São José de Macapá: perfil histórico**. Macapá: Governo do Estado do Amapá, Fundação de Cultura do Estado, Departamento Cultural e Histórico, Divisão Fortaleza de São José de Macapá, 1998.

AMUSQUIVAR, E. L & PASSOS, R. D. F. A gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial. **Revista Brasileira de Estudos e Defesa**. v. 5, n. 1, jan./jun. 2018, p. 19-40. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75055>. Acesso em: 10 nov. 2004

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática. 1990.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**. v.19, n. 53, 2005.

BICKEL, J. P. M. & MIA, I. Geopolitics and Climate Change: The Significance of South America. **Survival**. v. 65 n. 4, 2023. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2023.2239062>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CAVALCANTE, M. M. A.; SANTOS, L. J. C. Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 15, 2012.

CAVALCANTE, M. M. A.; SILVA, G. A. M. Direito Difuso e Coletivo de Comunidades Impactadas por Hidrelétricas na Amazônia: o caso das usinas no Rio Madeira em Rondônia. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**. v. 17, n. 6, P. 1-19, 2024.

CASTRO, C. P. Hydropower and the geopolitics of renewable energies in the Amazon Basin. **Ambiente & Sociedade**. v. 24, 2021.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação regional do Brasil**. Campinas: EDUNICAMP, 2002.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1967.

Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ESPIRIDIANO, F. **Histórias de garimpo**: extração mineral em terras roraimenses. Fortaleza: Tipogresso, 2011. 163p

IEMA. Instituto de Energia e Meio Ambiente. Exclusão elétrica na Amazônia Legal: quem ainda está sem acesso à energia elétrica? Brasília, DF: **IEMA**, 2020. Disponível em: <http://energiiaeambiente.org.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

IIRSA. Iniciativa para implantação da infraestrutura regional da América do Sul. Brasília, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.

MAGALHÃES, M. P. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. **Boletim Museu Emílio Goeldi**: Ciências Humanas, v. 1, n. 3, p. 33-59, Pará, 2006. Disponível em https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/F9h8PJp8y66kbjXp37dvsm/?format=pdf&lang=pt_. Acesso em: 10 nov. 2024.

MALHEIRO, B. C., Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 24, n. 59, p. 13-35, Dossiê, 2021.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**. v.19, n.53, 2005.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1988.

MOURÃO, L. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

SCHUTZE, A.; BINES, L.; ASSUNÇÃO, J. Rios de diesel na Amazônia Legal: por que a região com as maiores hidrelétricas do país depende de combustível caro e poluente? **Climate Policy Initiative**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org>. Acesso em: 2 nov. 2024

STEUCKERS, R. Rudolf Kjellen (1864 – 1922). **Vouloir**. n. 9, Printemps, 1997. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/464560946/Rudolf-Kjellen-Robert-Setuker1864-1922-08>. Acesso em: 2 nov. 2024.

ZAMBONIN. R. V. Desvendando a Lógica e as Estratégias do Macrossistema Brasileiro de Geração-Transmissão-Distribuição: o caso de Roraima e seus desafios energéticos. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - PPGG/UNIR. Porto Velho - RO, 2024.

Submetido em 15/11/2024

Aceito em 21/02/2025

**A GEOGRAFIA QUE SE LEVANTA
CONTRA A
DESPROFISSIONALIZAÇÃO E O
DESMONTE EPISTEMOLÓGICO –
NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO DA AGB
E ANPEGE**

*GEOGRAPHY THAT STANDS UP AGAINST
DEPROFESSIONALIZATION AND
EPISTEMOLOGICAL DISMANTLING –
NOTES ON THE ACTIONS OF AGB AND
ANPEGE*

*GEOGRAFÍA QUE SE ENFRENTA A LA
DESPROFESIONALIZACIÓN Y AL
DESMANTELAMIENTO EPISTEMOLÓGICO
– NOTAS SOBRE EL ACCIONAR DE AGB Y
ANPEGE*

Ana Carolina de Oliveira Marques
Professora do Departamento de Geociências –
CCEN – UFPB
anacarolina@ccen.ufpb.br

Resumo:

Este texto é desdobramento da exposição oral na mesa “A Formação em Geografia ante a desprofissionalização e o desmonte epistemológico. O que fazer?” do VIII Congresso Brasileiro de Geografia (julho de 2024, USP - São Paulo). Apresenta uma síntese do contexto educacional contemporâneo e registra resistências da comunidade geográfica frente às reformas curriculares neoliberais, com enfoque na atuação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Palavras-chave: ANPEGE, AGB, reformas curriculares neoliberais, DCNs

Abstract:

This is an extended text of oral presentation at the lecture "Training in Geography in the face of deprofessionalization and epistemological dismantling. What to do?" at the VIII Brazilian Congress of Geography (2024 July, USP - São Paulo). It presents a synthesis of the contemporary educational context and registers the resistance of the geographic community in the face of neoliberal curricular reforms, with emphasis on the actions of the National Association of Graduate Studies and Research in Geography (ANPEGE) and the Association of Brazilian Geographers (AGB).

Keywords: ANPEGE, AGB, neoliberal curricular reforms, DCNs.

Resumen:

Este texto es una extensión de la presentación oral en la mesa "La formación en Geografía frente a la desprofesionalización y el desmantelamiento epistemológico. ¿Qué hacer?" del VIII Congreso Brasileño de Geografía (julio de 2024, USP - São Paulo). Presenta una síntesis del contexto educativo contemporáneo y registra las resistencias de la comunidad geográfica frente a las reformas curriculares neoliberales, centrándose en las actividades de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Geografía (ANPEGE) y de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB).

Palabras-clave: ANPEGE, AGB, reformas curriculares neoliberales, DCN.

Introdução

São enormes os desafios de transformar uma exposição oral em texto, afinal são pertencem a dois campos que gozam de relativa autonomia. Os desafios são ainda maiores quando se trata de uma fala no interior do Congresso Brasileiro de Geografia (CBG): evento político-propositivo organizado pela quase centenária Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Recordemos o título da mesa: “A Formação em Geografia ante a desprofissionalização e o desmonte epistemológico. O que fazer?”. Dois jovens geógrafos, Raimundo Jucier e eu, dividimos o trabalho no auditório Milton Santos (FFLCH/USP) com outros dois geógrafos de larga trajetória acadêmica e política: Manoel Fernandes e Douglas Santos.

O convite para participação neste evento, o impasse inicial diante do tema da mesa, a escolha do melhor recorte. Relembro a máxima: “não antecipar a crítica à análise” – conselho de um intelectual cuja autonomia de pensamento lhe era inegociável. Refiro-me ao Milton Santos.

Admito que o exercício de proposição não me é fácil. Talvez as dificuldades advenham das batalhas travadas no campo da educação geográfica contra a famigerada hierarquia universidade-escola que autoriza pesquisadores acadêmicos a, sem nenhum constrangimento, dizerem “o que se deve fazer” na escola. Desde a leitura de Zeichner (1998), ou Carlos Rodrigues Brandão (1981), ou mesmo bell hooks (2017), desconfio de propostas que não sejam construídas coletivamente e no entrelaçamento entre teoria e prática.

Todavia, em consonância com o convite lançado no título da mesa, desafiei-me a elaborar uma fala/texto que culminasse em propostas concretas. A saída mais honesta que encontrei foi rememorar a recente atuação na diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), quando tive a oportunidade de dialogar com inúmeros colegas e entidades científicas dentro e fora do Brasil, especialmente a Associação Nacional dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Amparada nos enfrentamentos e construções coletivas, sem, contudo, eximir-me da autoria, estruturei o texto em três partes. A primeira apresenta o terreno das reformas curriculares neoliberais. A segunda consolida a memória da atuação das duas associações. Por fim, arrisco-me a sugerir pontos para uma agenda política ampliada.

Onde estamos?

A resposta à pergunta fundamental da Geografia, nos ensina Douglas Santos (2008), exige a definição de um sistema de referência. Aqui, este se refere ao campo das políticas curriculares, sem perder de vista as outras escalas e dimensões que incidem sobre os fenômenos educacionais como um todo. Afinal, parto da premissa metodológica que preconiza a relação indissociável entre educação, economia e política (Motta e Frigotto, 2017).

A profissão de professora, e o esforço em situar os conteúdos na realidade cotidiana dos estudantes, incutiu em

mim o hábito de realizar buscas em jornais e páginas eletrônicas de ampla circulação a fim de extrair alguns “índices” (para retomar Ginzburg, 1989) desta realidade. Destaquei, desta busca pelos assuntos educacionais que circulam na esfera pública brasileira, quatro manchetes:

“A flexibilização dos pisos de Saúde e Educação avança no governo Lula” (Intercept, 30-04-2024).

“Tarcísio autoriza a privatização da gestão de 33 escolas públicas de São Paulo” (G1, 12-06-2024).

**“Brasil Paralelo mira Geografia e Ciências Sociais”.
(Agência Pública, 18-06-2024)**

**“MEC e Inep oficializam Enade das Licenciaturas”
(INEP, 01-07-2024).**

As manchetes sintetizam o projeto de educação formulado na década de 1990, para o qual apontam as contrarreformas educacionais que tensionam atualmente nossa formação, profissão e a própria ciência geográfica: a privatização (ampliada) da educação, a intensificação da precarização do trabalho docente para fins de controle e barateamento, e o deslocamento da ciência do centro dos currículos da escola básica e dos cursos de formação de professores. Tudo isto atrelado a um projeto de formação da juventude que visa a “administração da questão social”, como alertam Motta e Frigotto (2017), num cenário de

reestruturação produtiva que altera profundamente o mundo do trabalho.

A marcha empresarial, privatista, financista na educação brasileira ganha velocidade a partir do governo Michel Temer, não que antes não ocorresse. O sentido público da educação se vê fortemente ameaçado. O cerco avança em direção à universidade pública.

O que ocorre vai de encontro a pelo menos duas demandas das classes capitalistas, sob a forma de fundações ou conglomerados empresariais: a primeira delas, a própria transformação da educação em mercadoria, dentro de um movimento de expansão do capital para os direitos/serviços públicos e para a natureza; a segunda, a formação da personalidade neoliberal com vistas à adaptação da classe trabalhadora ao regime de acumulação flexível.

Se os anos 1990 marcaram o início da hegemonia neoliberal na definição das políticas públicas, a crise da acumulação do capital nas décadas anteriores compõe o contexto que levou a tal inflexão:

O princípio de se controlar o crescimento da dívida pública mediante o controle das contas primárias, principalmente na forma dos gastos sociais – tal como foi recomendado pelo Consenso de Washington – fundamentou os processos de privatização dos serviços públicos, inclusive a educação. Com isto, a educação tornou-se uma mercadoria tão necessária quanto descartável, frente à supremacia e à instabilidade do mercado. Esse fenômeno constituiu-se, juntamente com outros artifícios econômicos e políticos, numa contramedida à crise de acumulação do capital que

se manifesta a partir dos anos de 1970, cuja face mais conhecida pela sociedade foi o desemprego. A promessa enunciada pela teoria do capital humano foi se desintegrando e países de capitalismo dependente não se tornaram desenvolvidos. (Ramos, 2011 p. 17-18)

As teses de Ricardo Antunes (2001) pintam um cenário semelhante ao de Marise Ramos: na composição atual da classe trabalhadora, há cada vez mais desempregados, desalentados e trabalhadores sem quaisquer vínculos contratuais ou garantia de direitos, expostos a extensas jornadas de trabalho e condições que remetem ao século XVIII.

Virgínia Fontes (2017) chama atenção para a ausência dos trabalhadores informais nos espaços convencionais de controle e vigilância direta do trabalho e, portanto, para a importância da escola e da universidade como veículos ainda mais necessários de (con)formação desta classe. A novidade é que este controle agora se traveste de liberdade, já que a dominação passa a ser exercida muito mais pela difusão de uma suposta liberdade ilimitada (de escolha de itinerários, por exemplo; ou de escolas via *vouchers*) do que pela imposição explícita desses limites (Han, 2017).

É condição para o barateamento do trabalho docente e a formação da personalidade neoliberal, o desmonte dos campos disciplinares que de alguma forma conduzem a uma interpretação da realidade social como a Geografia, a História, a Sociologia, a Filosofia. Arremessados em áreas nebulosas, nas quais o estatuto científico não ocupa a centralidade, os

currículos escolares incorporam pseudo “inovações” sob o mantra da pedagogia das competências.

A idéia que se difunde quanto à pertinência do uso da noção de competência pela escola é que tal noção seria capaz de promover o encontro entre trabalho e formação. No plano do trabalho, verifica-se o deslocamento do conceito de qualificação em direção à noção de competência. No plano pedagógico, testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações concretas e específicas. Essas competências são definidas em relação aos processos de trabalho que os sujeitos deverão ser capazes de compreender e dominar. (Ramos, 2001 p. 1).

Reafirma-se, portanto, a centralidade do trabalho na compreensão das formas e conteúdo das reformas curriculares. Eximir-se desta conexão, ou negar a relação entre educação e trabalho, é explicitamente um posicionamento metodológico e político. Este, aliás, tem sido o caminho trilhado por grupos consolidados da geografia brasileira, resultando, por exemplo, na divisão interna entre correligionários da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – e, portanto, da política educacional de hegemonia do capital – e aqueles que se levantam contra a privatização e a redução da formação humana aos preceitos neoliberais.

O desmonte epistemológico vivenciado pela Geografia escolar e outras disciplinas cujos conteúdos se encontram reduzidos e pulverizados na Base Nacional Comum Curricular

(BNCC, 2017), avizinha-se dos cursos de formação de professores. Se a resistência liderada por associações como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) barraram a BNC-Formação (Resolução CNE 02/2019), o ímpeto de transformar as licenciaturas em “cursos de treinamentos para a base” segue por outros instrumentos, a exemplo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Este, como vocifera o ministro Camilo Santana, tem como foco as “competências e habilidades” da BNCC.

Não só a educação básica e as licenciaturas são objetos das políticas curriculares neoliberais. A lógica de formação para o desemprego, a informalidade e o trabalho hiperprecarizado se estende aos cursos de bacharelado.

É, portanto, neste terreno que operam as contrarreformas educacionais que têm nos colocado desafios importantes na defesa da nossa formação, profissão e da própria Geografia enquanto ciência e disciplina escolar.

Na sequência, o relato das ações realizadas por duas das principais organizações de geógrafos e geógrafas no Brasil.

A atuação da AGB e da ANPEGE

Apesar dos diferentes – e até certo ponto contraditórios – contextos de surgimento das duas principais representações (políticas e científicas) da geografia brasileira, nos últimos anos

a AGB e a ANPEGE se aproximaram em termos de compreensão da conjuntura política e educacional brasileira, e atuação política.

Dentre as inúmeras frentes que as duas associações atuam, destaco o movimento de resistência às políticas curriculares neoliberais. Procurei, a partir das notas, manifestos e cartas¹ produzidas por ambas no período de 2016 e 2024, rememorar estas insurgências e delas extrair pontos para uma agenda política ampliada.

Se o que chamamos de políticas curriculares neoliberais datam de, no mínimo, 30 anos, o período recente (desde 2016) tem como marcas a maior coordenação econômica e a intensificação do conservadorismo e autoritarismo (Albuquerque et. al, 2021).

A BNCC e a reforma do ensino médio² foram os primeiros objetos de repúdio das associações no recorte que aqui estabelecemos. Apesar da primeira nota da AGB ter sido lançada em 2017, o debate remete a 2015:

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em consonância com seu histórico de compromisso com as lutas sociais e em defesa do direito à educação

¹ Saliento que a atuação das entidades ultrapassa a publicação de tais notas. Reconheço a importância dos debates ocorridos nos eventos (ENANPEGE, FALA PROFESSOR, ENG, CBG) e *lives*, também a participação em fóruns, conselhos e coletivos diversos. Considerar todas estas fontes e espaços de atuação demandaria, entretanto, uma pesquisa de maior fôlego.

² Medida provisória 746/2016 que desencadeia na Lei 13.415/2017, parcialmente revogada pela Lei 14.945/24.

pública de qualidade, tem se posicionado nos últimos anos frente às políticas educacionais direcionadas para as mudanças na Educação Básica, por exemplo, em relação a proposta do MEC de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), resultando, inclusive, no tema do XVIII Fala Professor “(Qual) é o fim do ensino de Geografia?”, ocorrido em Catalão (GO), em 2015. Desde o ano passado a AGB passou a somar forças com movimentos sociais e entidades na denúncia da famigerada MP 746/2016 (reforma do ensino médio), dentre outras medidas postas em prática pelo atual Governo Federal. (AGB, 2017)

Além do caráter antidemocrático da formulação e implementação das reformas, também a seletividade dos campos disciplinares mais impactados ganhou destaque nas notas.

Era relativamente previsível que tais políticas atingiriam com maior intensidade as ciências humanas. Já na campanha às eleições presidenciais, o ex-presidente Jair Bolsonaro explicitava seu descontentamento com esta área do conhecimento. Posição compartilhada pelo Ministro da Educação Abraham Weintraub. As falas públicas de ambas as autoridades incitaram mais uma nota da AGB no campo do debate curricular e da defesa da ciência geográfica:

Discordamos veementemente daqueles que de forma arbitrária elencam determinadas áreas do saber como privilegiadas em detrimento de outras sob o argumento de um necessário retorno imediato para sociedade, uma vez que este tipo de discurso demonstra a ignorância acerca do papel fundamental do pensamento crítico na formação da pessoa. É preciso lembrar que o conhecimento é um fato inerente à existência humana e é a partir dele que são criadas e desenvolvidas as mais diversas

condições essenciais à sua sobrevivência. A contribuição das ciências naturais e exatas na sua apreensão da dinâmica física da realidade é de extrema importância, mas não se realiza em separado do conhecimento produzido pelas humanidades, fundamental para compreender a complexidade dos fenômenos que estruturam a vida social e do indivíduo. (AGB, 2019).

Os impactos desta seletividade não se restringiram ao financiamento das pesquisas acadêmicas. A implementação da BNCC/Novo Ensino Médio acarretou em redução imediata da carga horária da Geografia Escolar, por conseguinte nas atribuições do professor de Geografia, impelido a assumir “componentes” distintos de sua área de formação.

Frente aos novos desafios impostos à formação e atuação do professor, em 2020, constituiu-se o Grupo de Trabalho “Geografia e Educação” da ANPEGE com o propósito inicial de realizar estudos críticos dos impactos da BNCC e, logo depois, da BNC-Formação de professores (Resolução CNE/CP 02/2019) sobre os cursos de Geografia.

A fim de subsidiar o debate a nível dos departamentos e colegiados, a ANPEGE publicou a nota técnica “BNC-Formação e reformas curriculares dos cursos de licenciaturas em Geografia”:

Ressaltamos que é essencial que os cursos de formação de professores estejam em consonância com a pluralidade de práticas, concepções e processos que têm marcado as geografias feitas pelas escolas e universidades públicas, resultado do processo de construção histórica e territorial de cada um dos cursos e sujeitos que as compõem

(educadores, educadoras, educandos e educandas e suas comunidades), evidenciando que a BNCC não se transformou apenas em uma Base Curricular, mas em uma plataforma de produtos e serviços educacionais. Neste sentido, a autonomia escolar e universitária, incluindo de cátedra são fundamentais, uma vez que a garantia das mesmas potencializa o diálogo com a realidade de cada lugar, necessário para a organização curricular emancipatória. O Brasil, como defende a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e que subscreve a ANPEGE, já possui currículos, tecidos nos cotidianos das escolas e das Universidades por educadores, educadoras, educandas, educandos e suas comunidades. Desconsiderá-los atenta contra as lutas, organizações e construções destes coletivos e nega uma formação que dialogue com os múltiplos territórios escolares. (ANPEGE, 2020).

Também a AGB se posicionou publicamente em defesa da autonomia intelectual e da liberdade de cátedra, no então contexto de escalada do autoritarismo (Albuquerque, 2021), quando multiplicavam os casos de perseguição política a professores e professoras:

Repudiamos o ataque às produções científicas que ocorrem: i) pelo dismantelamento das políticas públicas voltadas ao incentivo e ao financiamento da tríade ensino, pesquisa e extensão; ii) por críticas inconsistentes e prematuras a trabalhos científicos, muitas vezes decorrentes de posturas intelectualmente inadequadas, que julgam e divulgam opinião sobre obras sem tê-las lido, e; iii) pelo patrulhamento ideológico em torno de sujeitos considerados „inimigos sociais“, entre os quais, se enquadram docentes, pesquisadores e ativistas de movimentos sociais que se engajam na construção de um mundo menos desigual. Vivemos sob a ameaça da censura em salas de aula, dos cortes de direitos sociais, cidadãos e trabalhistas, entre outros. Além disso, estamos assistindo - e com esse manifesto, reagindo - às tentativas de

deslegitimação e mediocrização da ciência, dos diversos espaços e diversas vertentes de produção de saberes, e da reflexão crítica e intelectual - seja ela acadêmica ou não. (AGB, 2020).

Nesta altura, na geografia brasileira, já havia nítidos sinais de cisão entre posicionamentos favoráveis e contrários às políticas curriculares em curso. Os temas das conferências e mesas dos eventos, dos trabalhos e comunicações, das lives reforçavam a suntuosidade da fratura.

Na outra frente das ofensivas neoliberais no campo curricular, também o bacharelado em geografia era alvo. Em 2020, a comunidade geográfica é surpreendida com um processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia, no âmbito da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

As “propostas preliminares” de novas DCNs eram assinadas por uma “comissão de área” que previa, entre outras coisas, a criação de cursos tecnológicos.

A AGB iniciou uma série de atividades (reunião coletiva de leitura crítica das propostas curriculares, lives) e carta aberta (2020), subscrita por mais de 2.000 professores e estudantes, em defesa da autonomia universitária e da livre consulta:

Não há indícios nos documentos apresentados até o presente momento que apontem para um diagnóstico participativo capaz de pautar um debate minimamente qualificado sobre as condições, as potencialidades e os desafios enfrentados pelos Cursos de Graduação em

Geografia nesta última década. Também não foram verificadas problematizações e reflexões que sinalizem futuro em relação ao lugar e ao papel do egresso em Geografia e sua atuação nos mundos do trabalho no século XXI. Lembramos, também que transformações curriculares podem reverberar nas contratações, infraestrutura e na própria organização interna dos Departamentos e Colegiados de Curso que, ao não serem consultados, correm sérios riscos de fragilizações e desmontes. A concepção curricular adotada pelos propositores das Diretrizes Curriculares da Geografia se apoia no conceito tecnicista e há muito criticado de “grade curricular” e de competências. O primeiro já ultrapassado desde a década de 1980 e abandonado em função do direcionamento que promovia nas proposições curriculares, reduzindo a autonomia universitária, tendo em vista as prescrições diretivas para uma formação “flexível” de geógrafos que atuariam em outros campos laborais. (AGB, 2020).

No ano seguinte (2021), nova carta é publicada, agora com a assinatura da ANPEGE.

Questionada quanto aos critérios de composição da “comissão de área” que elaborou as duas propostas curriculares preliminares de DCN de Geografia, a Câmara de Educação Superior (CES/CNE), representada pelo presidente e um conselheiro, informou via ofício:

[...] critérios como a titulação acadêmica, a experiência docente, a sólida carreira profissional e a produção científica consolidada na área são parâmetros adotados pelo CNE na oportunidade em que procura trazer em seu auxílio os respectivos especialistas. Ademais, uma das premissas no processo de escolha é a contemplação de todas as regiões do país. Assim, depois de nomeado o coordenador, consultas diversas foram realizadas por ele nas suas redes de contato profissional como uma estratégia de atender o

escopo de profissionais de Geografia atuantes em vários campos profissionais da área e que representassem as macrorregiões brasileiras. (CSE/CNE, 2021).

Insatisfeitas com as respostas da CSE, AGB e ANPEGE solicitaram uma audiência pública (2022) na Câmara de Deputados, na qual foi acordada a suspensão provisória do andamento do processo.

Em julho de 2023, novo documento foi protocolado no CNE pelas entidades, desta vez solicitando que o conselho se manifestasse quanto aos encaminhamentos da audiência. O diálogo foi aberto e ventilada a possibilidade de arquivamento definitivo do processo, após a consulta à comunidade. Em 2024, um abaixo-assinado foi disparado, solicitando o arquivamento³.

Em meio às notas avulsas e a discussões pulverizadas em eventos (maior parte deles remota em função da pandemia de COVID-19), o GT Geografia e Educação da ANPEGE sugeriu à então diretoria da associação, a publicação de um livro. Neste, aprofundou-se a análise da conjuntura educacional brasileira e, em especial, os desafios postos ao ensino de Geografia.

Em 2021, em meio ao Encontro Nacional da ANPEGE, ocorreu o lançamento do livro “Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia”. Ampliou-se a compreensão dos impactos da BNCC para além do currículo escolar, também nos cursos de formação de

³ Sem um desfecho definitivo até a finalização deste texto (outubro 2024).

professores e, em última análise, na própria preservação do sentido público da universidade brasileira.

O texto que apresentamos à comunidade Geográfica é o resultado de estudos, debates e reflexões levadas a cabo pelo GT – Geografia e Educação ANPEGE. Trata-se de manifesto crítico à consolidação de um projeto neoliberal de Ensino de Geografia, estruturado a partir de uma curricularização prescritiva, expressa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem obstaculizado os processos críticos de reflexões sobre o ensino e a formação nas diferentes etapas e modalidades da educação básica. Tal projeto tem servido à legitimação da redução da carga horária da formação humanista, comprometendo o desenvolvimento de diversos componentes curriculares, em especial, a Geografia. Entre os múltiplos efeitos deste projeto já sentido nas escolas e universidades públicas, destacam-se a restrição dos conteúdos de nossa área de formação, a banalização do conhecimento e sua instrumentalização para o mercado de trabalho e a consequente constituição de barreiras à entrada dos estudantes das escolas públicas no ensino superior. (Albuquerque et. al, 2021).

Este livro vem sendo debatido em eventos e grupos de estudo; figura entre as referências bibliográficas de disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, artigos, monografias, dissertações e teses.

Assim como o grupo de trabalho da AGB, o GT Geografia e Educação segue na estudo e na pesquisa dos impactos das reformas curriculares na formação e atuação do profissional em Geografia, inclusive com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via edital Pró-Humanidades.

AGB e ANPEGE, diante do exposto, foram entidades fundamentais na resistência aos ataques à Geografia acadêmica e escolar.

Pontos para uma agenda política ampliada

Adoto, nesta seção, uma postura pragmática ao propor ações de médio e longo prazo para a organização política da categoria de geógrafos e geógrafas.

Recentemente, vivenciei a minha primeira greve no serviço federal. Fiz parte do comando local de greve da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e fui destacada para representá-lo em Brasília, somando-me ao comando nacional de greve junto ao ANDES-SN.

Esta leitura política dos desafios postos às geógrafas e geógrafos na defesa da nossa formação, ciência e atuação vem, portanto, influenciada por esta experiência, pela análise de conjuntura que lá fizemos e, claro, pelos limites que enxergamos diante da real correlação de forças.

Assim como a pauta do movimento dos trabalhadores da educação abrangia questões de orçamento para as universidades e o “revogaço” das contrarreformas educacionais, trabalhistas e previdenciárias, penso que a luta dos geógrafos também não se restringe aos nossos interesses exclusivos e imediatos.

Reforço a conexão fundamental entre BNCC, BNC-Formação, DCN, reforma do Ensino médio, Escola Sem Partido

(e sua extensão na militarização da educação), curricularização da extensão e políticas econômicas mais amplas, a exemplo do arcabouço fiscal.

Não vejo possibilidade de luta para a autonomia dos cursos de Geografia que não passe pela defesa da educação pública, o que inclui o incremento do orçamento das universidades e das escolas básicas, e o fim de uma política de financiamento educacional que penaliza as escolas com os piores resultados nos sistemas de avaliação.

Neste caminho, precisamos fortalecer as lutas unificadas. Isso implica reconhecermos que o problema dos professores da educação básica é também dos estudantes, dos bacharéis, dos professores universitários, da pós-graduação. Precisamos romper definitivamente com a ignorância histórica acerca da centralidade dos problemas da escola para a sobrevivência e a vitalidade dos cursos superiores de Geografia (Vesentini, 2004).

Além de unificada, esta luta tem que contar com a participação massiva de geógrafos e geógrafas de todo o Brasil. Não pode ser um movimento circunscrito à diretoria da AGB ou da ANPEGE. É fundamental o fortalecimento das seções locais da AGB, dos grupos de trabalho, das articulações com os centros acadêmicos e, especialmente, o diálogo com os professores da educação básica (aqui o FALA PROFESSOR é um canal fundamental).

Temos que apostar numa ampla divulgação do significado destas contrarreformas e na formação política de

professores e estudantes de Geografia, na graduação e na pós-graduação. Isto nos exige um franco exercício de autocrítica. Aqui recorro a Florestan Fernandes (1986), em seu texto “Formação política e o trabalho do professor”, no qual este importante sociólogo aponta para a fragilidade dos cursos de formação de professores em consolidar o exercício de ler politicamente a realidade. Florestan denuncia a suposta “neutralidade ética” perante os problemas sociais que ainda rege a conduta do professor e que é difundida nos cursos de formação.

Pensar a realidade politicamente nos leva a compreender, por exemplo, que a revisão de diretrizes curriculares nacionais, ou da base nacional comum para a educação básica, ou da base nacional para a formação de professores não é uma tarefa eminentemente técnica, e sim política.

Há colegas, do campo progressista, que entendem necessária a revisão curricular dos cursos de Geografia por motivos. E precisamos juntos dialogar sobre isso. Entretanto, concordando ou não com estes motivos, defendo que uma pergunta antecede a da revisão, qual seja: na atual correlação de forças, teríamos condição de garantir uma revisão curricular que não pendesse para os interesses do mercado em detrimento dos princípios da formação humana integral? Um passeio de olhos na composição do próprio CNE nos permite enxergar o terreno movediço sobre o qual caminhamos.

Ainda no debate das DCNs, convido a todos a visitarem o último Censo da educação superior. Pouco esforço interpretativo é necessário para compreender que o tecnólogo ou tecnológico é um mote de instituições privadas dentro de um projeto de educação à distância. Os cursos tecnológicos (29%) superaram, em 2022, em número de matrículas, as licenciaturas (16%). Os dados gritam: 77% de licenciaturas na modalidade à distância; aumento de 22% desta modalidade comparando 2021 e 2022; 88% em instituições privadas com fins lucrativos (INEP, 2023).

No âmbito pedagógico, a prevalência do tecnicismo não deixa dúvidas de seu alinhamento aos interesses do mercado. Afinal, como nos ensina Saviani (2012), o tecnicismo é a pedagogia do neoliberalismo.

Em síntese, venho aqui defender a unidade da luta, a organização de táticas de formação política a nível de graduação e pós (abertura de novas seções locais da AGB e o fortalecimento das existentes), a ampla divulgação das leituras críticas dos grupos de trabalho, o fomento deste debate na escala dos colegiados, dos departamentos, com envolvimento dos estudantes.

Para finalizar este tópico, resgato algo que ouvi quando entrevistava o professor Rubén Camilo Lois Gonzáles (2022), então vice-presidente da União Geográfica Internacional (UGI). Questionado sobre a identidade da Geografia brasileira, Rubén Gonzáles, sem titubear, disse que desconhecia uma geografia tão próxima aos movimentos sociais, e atuante “nas

ruas”, como a brasileira. E, sem dúvida, a AGB cumpriu e cumpre um papel fundamental neste engajamento.

Considerações finais

Não quero, neste texto, restringir a “resistência da geografia brasileira” à atuação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Reconheço e reverencio as resistências empreendidas em escalas diversas, que vão desde o Ministério da Educação às salas de aula das escolas urbanas, rurais, indígenas, quilombolas, comunitárias, de jovens e adultos distribuídas no vasto território brasileiro.

O recorte na mobilização realizada por estas duas instituições advêm, como frisei de início, do meu ensejo em consolidar uma memória de luta e fortalecer as construções coletivas.

Em meio à profusão e aleatoriedade de manifestações no mundo virtual, construir uma unidade narrativa me parece um desafio fundamental da ação política.

Se, em outros momentos, a comunidade geográfica se dividia em guetos incomunicáveis, a conjuntura atual e, especialmente, a partilha do risco de desintegração da profissão e do desmonte epistemológico, obriga-nos a ocupar trincheiras comuns.

Finalizo com a manifestação de meu imenso respeito pela AGB e ANPEGE, e espero que a leitura deste texto

contribua na elucidação da absoluta incompatibilidade daquilo que se apresenta nas contrarreformas (Geografia da BNCC, Geografia das DCNs) com a história, a densidade e a diversidade epistemológicas da Geografia brasileira, e sua clivagem popular e democrática.

Referências

ALBULQUERQUE, Maria Adailza Martins de [...] et. al. Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho, v. 2, p. 35-48, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2023. Brasília, 2024. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/censosuperior/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, p. 13-37, 1986.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. Serviço Social & Sociedade, n. 130, p. 409-425, 2017.

G1. Tarcísio autoriza licitação para privatizar gestão de 33 escolas estaduais de SP. G1 São Paulo, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/12/tarcisio-autoriza-licitacao-para->

privatizar-gestao-de-33-escolas-estaduais-de-sp.ghtml. Acesso em: 30 jun. 2024.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

GONZALES, Rubén C. L. Entrevistas Primordiais. *REVISTA DA ANPEGE*. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 2.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachino. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Ana Luiza Libânio. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. MEC e Inep oficializam Enade das licenciaturas. INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enade/mec-e-inep-oficializam-enade-das-licenciaturas>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 355-372, 2017.

PÚBLICA, Agência. Brasil Paralelo mira geografia e ciências sociais após curso que desinforma sobre história. Agência Pública, 2024. Disponível em: <https://apublica.org/nota/brasil-paralelo-mira-geografia-e-ciencias-sociais-apos-curso-que-desinforma-sobre-historia/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. A noção de competências na relação trabalho e educação: superando mitos e traçando horizontes. In: *Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da*

Educação Profissional. Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.). São Paulo: Centro Paula Souza 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais. Boletim técnico do SENAC, v. 27, n. 3, p. 26-35, 2001.

SALVIATTI, Ana Paula. A flexibilização dos pisos de Saúde e Educação avança no governo Lula. The Intercept Brasil, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/04/30/a-flexibilizacao-dos-pisos-da-saude-e-educacao-avanca-no-governo-lula/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SANTOS, Douglas. Um objeto para Geografia - sobre armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. Terra Livre, v. 1, n. 30, p. 27-40, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 160 p. ISBN 9788574964126.

VESENTINI, José William. Ensino de Geografia No Século Xxi (o). Papirus Editora, 2004.

ZEICHNER, Kenneth M. et al. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. Cartografias do trabalho docente. Campinas: Mercado de Letras, p. 207-236, 1998.

Fontes eletrônicas:

Acesso às cartas produzidas pela AGB, citadas no texto:
<https://agb.org.br/documentos-2/dcms>

Acesso à carta e nota produzida pela ANPEGE, citadas no texto:
<https://www.anpege.ggf.br/documento.php?id=74>

Submetido em 30/10/2024
Aceito em 13/02/2025

**GEOGRAFIA PARA A SAÚDE DAS
PESSOAS: UM COMPROMISSO DA
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS
BRASILEIROS COM O FUTURO**

*GEOGRAPHY FOR PEOPLE'S
HEALTH: AGB'S COMMITMENT TO
THE FUTURE*

*GEOGRAFÍA PARA LA SALUD DE
LAS PERSONAS: EL COMPROMISO
DE AGB CON EL FUTURO*

Carolina Russo Simon

Coletivo de Pesquisadores Centro de Estudos
do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e do
Laboratório de Biogeografia e Geografia da
Saúde (BIOGEOS)
carolina.simon@unesp.br

Resumo:

O texto explora a participação da autora no VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG) de 2024, onde integrou uma mesa de debate sobre Geografia e Saúde no Brasil. A autora reflete sobre a trajetória da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a relevância de incluir a Saúde como um tema central na Geografia, ao mesmo tempo em que desafia paradigmas tradicionais que dissociam razão de emoção e corpo de mente, saúde e doença. Suas reflexões organizam-se em quatro eixos principais, que traçam uma linha do tempo sobre o debate da Saúde na AGB. Defende a adoção de uma perspectiva geográfica feminista, vista como essencial para enfrentar desigualdades sociais e as violências de gênero, raça e classe, especialmente em tempos de crises sanitárias.

Palavras-chave: Geografia da Saúde, Geografias Feministas, Epistemologia feminista, Pandemia.

Abstract:

The text explores the author's participation in the VIII Brazilian Congress of Geographers (CBG) in 2024, where she was part of a panel discussion on Geography and Health in Brazil. The author reflects on the trajectory of the Association of Brazilian Geographers (AGB) and the relevance of including Health as a central theme in Geography, while challenging traditional paradigms that dissociate reason from emotion and body from mind, health and disease. His reflections are organized around four main axes, which trace a timeline of the debate on Health in the AGB. It advocates the adoption of a feminist geographical perspective, seen as essential for tackling social inequalities and gender, race and class violence, especially in times of health crises.

Keywords: Geography of Health, Feminist Geographies, Feminist Epistemology, Pandemic.

Resumen: El texto explora la participación de la autora en el VIII Congreso Brasileño de Geógrafas e Geógrafos (CBG) en 2024, donde formó parte de un panel de discusión sobre Geografía y Salud en Brasil. La autora reflexiona sobre la trayectoria de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB) y la relevancia de incluir la Salud como tema central de la Geografía, desafiando los paradigmas tradicionales que disocian razón de emoción y cuerpo de mente, salud y enfermedad. Sus reflexiones se organizan en torno a cuatro ejes principales, que trazan una cronología del debate sobre la salud en la AGB. Aboga por la adopción de una perspectiva geográfica feminista, considerada esencial para abordar las desigualdades sociales y la violencia de género, raza y clase, especialmente en tiempos de crisis sanitaria.

Palabras clave: Geografía de la Salud, Geografías Feministas, Epistemología Feminista, Pandemia.

Introdução

Este texto nasce a partir de um convite especial: ser debatedora na mesa *“Geografia e Saúde no Brasil: desigualdades socioterritoriais frente à pandemia da COVID-19”*, realizada durante o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG) em 2024 na Universidade de São Paulo. Um congresso simbólico, pois, nesse mesmo ano, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) — fundada como um espaço predominantemente masculino — comemorou seus 90 anos, em uma edição marcada pela pluralidade de corpos e de vozes.

Sempre que sou chamada a ocupar espaços de poder, especialmente dentro da ciência geográfica, faço questão de me apresentar e me autodescrever. Isso se alinha ao meu entendimento de que geografiar de forma eficaz exige uma perspectiva feminista de fazer ciência situada e corporificada (Gillian Rose, 1993; Joseli Silva, 2009). Acredito que as experiências são fundamentais para a construção do conhecimento geográfico, e esse posicionamento desafia as narrativas hegemônicas.

Ao me preparar para iniciar a fala, as palavras já estavam prontas: *“Eu sou uma mulher cisgênero, bissexual, branca, de cabelos loiros compridos, olhos castanhos, 1,60m de altura, com 30 anos...”* Fui informada pelo mediador da mesa, Luiz Henrique Leandro Ribeiro, que a Reunião de Gestão Coletiva (RGC) solicitou que todas as palestrantes realizassem sua autodescrição. Esse gesto me fez refletir sobre como este poderia ser o CBG mais inclusivo nos 90 anos de história da AGB. Ao meu lado, estavam Jussara Ângelo e Mauro H. S. Silva, uma mesa relativamente jovem, que representava vozes diversas. Sorri, internamente e externamente, sabendo que um dos critérios, estabelecidos em RGC, para a formação das mesas do

congresso era justamente a valorização da juventude acadêmica e da diversidade regional.

Participar dessa mesa foi uma imensa honra, sobretudo porque reforça a urgência de aprofundar o debate sobre Saúde dentro da AGB. Quando recebi o convite da AGB nacional, confesso que me emocionei. E digo "confesso" porque a geografia brasileira ainda está profundamente marcada por um paradigma aristotélico-kantiano, que insiste em separar razão e emoção, corpo e mente, saúde e doença. Como uma recém-doutora em Geografia, que há 10 anos percorre o caminho da Geografia para a Saúde, sei que faço parte da quarta geração de brasileiras que lutam para que a Saúde seja vista como parte fundamental da Geografia, e não apenas como um conjunto de técnicas para prevenir doenças (Raul Guimarães, 2016, 2019).

Minha trajetória tem sido marcada por episódios de violência epistemológica. Não foram poucas as vezes que ouvi que "Saúde não é Geografia". Em textos anteriores, refleti sobre essas práticas de epistemicídios que se manifestam na academia, principalmente sobre práticas misóginas que podem levar ao que chamo de "femicídios epistemológicos" — o silenciamento do pensamento de mulheres, especialmente feministas (Carolina Simon, 2021).

Com essas marcas em mente, organizei minhas reflexões em quatro eixos principais: *A minha memória da AGB em busca da Saúde; A Saúde importa para a Geografia; A AGB constrói a Geografia da Saúde*, e, por fim, *O futuro do Brasil depende da geografia feminista para a Saúde*.

A pandemia da COVID-19, embora pareça um evento singular, faz parte de uma longa história de produção social de

doenças infectocontagiosas, que remonta há mais de 20 mil anos. Esse processo reflete a manipulação contínua da natureza pela sociedade, que tem gerado inúmeras doenças ao longo do tempo. Nesse contexto, o raciocínio geográfico corporificado e situado é essencial, não apenas para sobreviver, mas para vivermos de forma plena. Afinal,

[...] a produção de conhecimento é também um processo corporal de autoconhecimento. Ao pensar o que é saúde, compreendemos que a principal reflexão não seja a respeito do que é simplesmente o espaço, mas de quem somos nós, geógrafos e geógrafas da saúde. O que estamos fazendo aqui? Qual é o nosso projeto? (Raul Guimarães, 2019, p 129).

Assim, proponho demonstrar como um raciocínio geográfico renovado pelo feminismo é indispensável para um futuro cada vez mais marcado por pandemias. Precisamos de uma formação geográfica voltada para a promoção da vida e da saúde, e não apenas para oferecer informações sobre doenças.

Meu objetivo não é esgotar o debate sobre Geografia para a Saúde na AGB, mas sim provocar uma reflexão sobre a necessidade imperativa de abordar a saúde sob uma perspectiva geográfica feminista, essencial para repensarmos o futuro do Brasil e da Geografia.

Explicito que as citações incluem o primeiro nome das autoras e autores, visando aumentar a visibilidade das mulheres cientistas. Que este texto consiga expressar a emoção e a razão que têm moldado minha jornada ao longo desses anos na AGB, e que continue a consolidar a presença da saúde dentro da geografia brasileira que constrói o futuro.

A minha memória da AGB em busca da Saúde

Durante minha graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente (2013-2017), a diretoria local da associação enfrentou grandes dificuldades de mobilização e articulação. A AGB era evocada nas aulas de professores militantes que participaram da sua construção e consolidação, como os professores Antonio Thomaz Junior, Bernardo Mançano Fernandes e Raul Borges Guimarães. As histórias eram fascinantes, mas sempre retratadas como pertencentes ao passado, aos "anos áureos" da Geografia Prudentina na construção política da Geografia Brasileira.

Não por acaso, a Seção Local de Presidente Prudente, uma das mais antigas da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), foi fundada como um núcleo em 17 de maio de 1975 e formalizada como seção local nos moldes atuais em 20 de outubro de 1983. Desde então, tem sido ativa na divulgação do conhecimento geográfico, lançando o Caderno Prudentino de Geografia (1981) e organizando eventos importantes como o I Encontro Regional de Geógrafos (1982), o IX Encontro Nacional de Geógrafos (1992) e o I Simpósio Nacional de Geografia da Saúde (2003). Desde sua fundação a seção tem contado com o apoio contínuo do Departamento de Geografia e da FCT-UNESP (Eliseu Sposito, 1983).

Comecei a me envolver com a AGB em 2017, quando ingressei no mestrado em Geografia e fui incentivada pela amizade construída com a Lorena Izá Pereira. Nesta época, a Seção Local de Presidente Prudente passava por um período de vacância na diretoria. Estudantes de graduação, mestrado e doutorado formaram um grupo de trabalho para organizar a eleição da nova diretoria.

Esse grupo visava entender como fazer a AGB funcionar e, como parte das ações pedagógicas, participamos ativamente do XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) que aconteceu em 2018 em João Pessoa, PB.

Nesse evento houve uma mesa sobre Geografia da Saúde articulada principalmente por Raisia Regala, que fazia parte da diretoria da Seção Local de João Pessoa, PB. Celebrávamos: "*é a primeira vez que a AGB vai debater Saúde!*". No entanto, durante a mesa, o Professor Raul como debatedor, nos informou que essa articulação na entidade já acontecia desde 1990. Surgiu então a pergunta: **se a saúde está na Geografia há tanto tempo, por que é tão difícil articular dentro da entidade eixos, mesas e espaços de diálogo sobre Saúde?**

Após esse evento, tivemos eleição na nossa seção local e passei a integrar a gestão da AGB de Presidente Prudente (2018-2020) como segunda tesoureira. Durante essa diretoria que homenageava a professora Bertha Becker em seu nome, o debate sobre protagonismo das mulheres¹ foi evidenciado (Mateus Pedroso *et al.*, 2019), bem como a Geografia da Saúde, enquanto disciplina e campo de conhecimento, foi considerada evidente e necessária, uma vez que a diretoria era majoritariamente composta por estudantes de graduação e pós-graduação da UNESP que já haviam tido contato com a Geografia da Saúde em disciplinas ofertada há mais de dez anos tanto na graduação quanto na pós-graduação pelo Professor Raul Borges Guimarães.

¹ Para saber mais assista a mesa redonda online de outubro de 2020: *Geógrafas que construíram a AGB Presidente Prudente/SP.* <https://www.youtube.com/watch?v=bWbYYeTuWgM>.

Em setembro de 2019, a Seção Local de Presidente Prudente sediou a 139ª Reunião de Gestão Coletiva (RGC) da AGB, com a presença de 11 seções locais que visavam construir o próximo Encontro Nacional de Geografia. Essa RGC foi histórica, rompemos o “pentateuco”² e criamos mais do que cinco eixos tradicionais que guiavam os eventos nacionais. Nós de Presidente Prudente - SP, articuladas com João Pessoa - PB, Fortaleza - CE e Vitória - ES, encaminhamos o eixo: "*Geopolítica atual e a saúde global*" e, nos Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs), aprovamos por unanimidade a proposta "*Geografia da fome, alimentar e da saúde*". Posso afirmar, que a necessidade de (re)criar um Grupo de Trabalho em Saúde surgiu desse momento da RGC, onde se debateu exaustivamente se a Geografia da Saúde era uma disciplina, um campo, ou um conjunto de técnicas.

Envolta de indignação, mobilizei amigas e amigos AGBeanos que estavam construindo pesquisas sobre promoção e prevenção da saúde. Inspirados pelas discussões da RGC e do ENG, construiu-se um desejo coletivo de memorizar a Saúde dentro da AGB para fortalecer a Geografia da Saúde a qual se refletiu na **rearticulação do Grupo de Trabalho de Saúde em 2020**, que desde então se esforça em resgatar e sintetizar a evolução da Geografia para a Saúde no Brasil e, conseqüentemente, na América Latina.

Desta forma, a minha fala na mesa do VIII CBG, mas também este texto, está guiada por uma construção coletiva que mantém a Saúde viva no debate da AGB, há mais de três décadas!

² O Pentateuco é o conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), são tradicionalmente atribuídos a Moisés e formam a base da Torá judaica e do Antigo Testamento cristão.

A Saúde importa para a Geografia

A relação entre Saúde e Geografia é de extrema importância, e essa interseção ganhou força ao longo do tempo com a evolução da Geografia Médica para a Geografia da Saúde. A transformação formal ocorreu durante o Congresso da União Geográfica Internacional (UGI) em 1976, em Moscou, quando o nome "Geografia Médica" foi oficialmente alterado para "Geografia da Saúde". Essa mudança refletiu uma ampliação paradigmática, incorporando não apenas o estudo das doenças e sua distribuição espacial, mas também o acesso aos serviços de saúde e as condições que afetam o bem-estar das populações. Assim, a nova denominação buscou dar conta de uma perspectiva mais holística e inclusiva (Raul Guimarães, 2014; Christovam Barcellos, Gustavo Buzai, 2018).

A criação da Comissão de Geografia Médica da UGI, em 1949, pós-Segunda Guerra Mundial, foi um marco importante para o desenvolvimento desse campo. Como mencionado por Paulo César Peiter (2005) e Luisa Rojas (1998), a necessidade de estudar as doenças que surgiam nos campos de batalha e a importância estratégica desse conhecimento consolidaram o valor da Geografia Médica. Durante esse período, a ênfase estava nos modelos ecológicos de doenças, que foram aprimorados e adaptados ao longo dos anos. A teoria da história natural das doenças, desenvolvida por Leavell e Clark em 1965, introduziu uma visão mais abrangente da saúde, integrando as noções de prevenção e promoção do bem-estar.

A mudança para "Geografia da Saúde" em 1976 foi mais do que uma simples alteração semântica. Ela sinalizou uma ampliação dos campos de estudo. A nova abordagem considerava não apenas os aspectos ecológicos das doenças, mas também as questões socioeconômicas e culturais que afetam a saúde das populações.

Segundo Luisa Rojas (1998), essa mudança foi impulsionada pela compreensão de que a saúde não pode ser vista apenas como ausência de doenças, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1947.

A partir dos anos 1960, novas abordagens emergiram na Geografia da Saúde, com a introdução de conceitos como ambiente e qualidade de vida. Essas novas perspectivas permitiram que as geógrafas e os geógrafos considerassem não apenas os fatores naturais, mas também os sociais e culturais na análise das condições de Saúde. Conforme observado por Rojas (1998), isso refletiu uma mudança de paradigma que incorporou determinantes mais amplos nos processos saúde-doença, reconhecendo que a saúde é influenciada por uma variedade de fatores interconectados.

A Geografia da Saúde evoluiu significativamente ao longo das décadas, acompanhando as mudanças na sociedade e nos sistemas de saúde. O crescimento exponencial dos custos e investimentos no setor da saúde, juntamente com as disparidades espaciais e sociais, fez com que a saúde se tornasse um objeto de análise política e econômica. A participação de novos atores, como sociólogos e economistas, bem como a sociedade civil organizada, também ampliou o escopo dos estudos geográficos relacionados à saúde, como descrito por Daniel Dory (1990).

Finalmente, a Geografia da Saúde não se limitou mais à distribuição de doenças ou à localização de hospitais: tornou-se uma ciência aplicada à compreensão e promoção da saúde em sua totalidade. A disciplina se afastou dos métodos positivistas e abraçou uma perspectiva mais crítica e interdisciplinar, buscando compreender os processos sociais e naturais que moldam a saúde

humana. Ao fazê-lo, a Geografia da Saúde se estabeleceu como um campo vital para entender e agir sobre os problemas de saúde no mundo contemporâneo (Raul Guimarães, 2014).

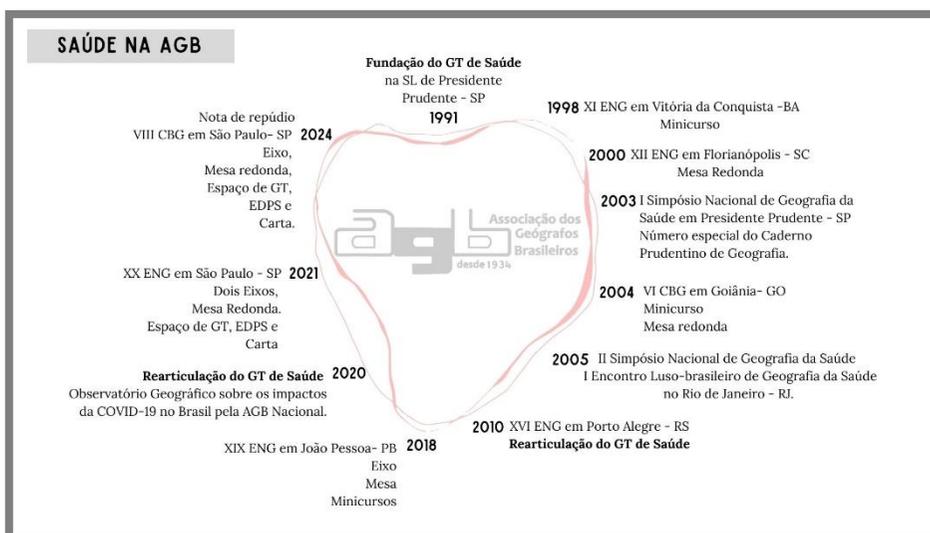
A AGB constrói a Geografia da Saúde

A consolidação da Geografia da Saúde no Brasil, tanto como campo de conhecimento quanto como disciplina, está profundamente ligada à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Há mais de 30 anos, a AGB tem promovido e apoiado a construção de uma base teórica sólida por meio de diversos espaços democráticos, como Assembleias locais e nacionais, Grupos de Trabalho, Congressos e Encontros. Neste contexto, proponho uma atualização da linha do tempo da Saúde na AGB (figura 01), iniciada em publicação no boletim *AGB em Debate* (Carolina Simon e Raisia Regala, 2020) e adaptada na nota "Resistir para Re-Existir: GT de Saúde Presidente Prudente", publicada no *Caderno Prudentino de Geografia* em 2020.

Em 1991, na Seção Local de Presidente Prudente foi criado o primeiro Grupo de Trabalho (GT) de Saúde. Naquela época, o Brasil necessitava repensar a gestão da saúde em âmbito nacional, especialmente após a sanção da Lei Orgânica de Saúde (Lei 8.080/1990), que regulamentou ações e serviços de saúde e estabeleceu os princípios, diretrizes e objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse mesmo grupo de trabalho, em 1998, organizou um minicurso no XI Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Vitória da Conquista - BA. A primeira intervenção da Saúde registrada em um evento nacional da AGB foi ministrada pelo professor Christovam Barcellos (FIOCRUZ).

Figura 1: O tempo da Geografia da Saúde na Associação dos Geógrafos e Geógrafas Brasileiros (AGB).



Fonte: Grupo de Trabalho de Saúde da AGB. Autora (org.), 2024.

Esse mesmo grupo de trabalho, em 1998, organizou um minicurso no XI Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Vitória da Conquista - BA. A primeira intervenção da Saúde registrada em um evento nacional da AGB foi ministrada pelo professor Christovam Barcellos (FIOCRUZ).

Em 2000, no XII ENG em Florianópolis - SC, houve uma mesa redonda coordenada pelo Professor Raul Borges Guimarães (AGB - Presidente Prudente), com a presença dos Professores Paulo Sabroza (Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP-FIOCRUZ), Helena Ribeiro (Faculdade de Saúde Pública/USP) e Francisco Mendonça (Universidade Federal do Paraná). Este evento contou também com a presença ilustre do Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, então Presidente da AGB e grande incentivador da saúde dentro da entidade, como mencionado no memorial de professor titular do professor Raul Guimarães.

O primeiro Simpósio Nacional de Geografia da Saúde aconteceu em 2003, em Presidente Prudente - SP, apoiado pela AGB nacional. O evento culminou com a publicação de um número especial do *Caderno Prudentino de Geografia* (v.25), publicado em dezembro de 2003. Dos 14 artigos deste número 11 referiam-se à Geografia da Saúde.

Outro destaque foi o *VI Congresso Brasileiro de Geógrafos* em 2004 que ocorreu em Goiânia – GO, onde houve um minicurso intitulado “Da Geografia Médica à Geografia da Saúde” e uma mesa redonda sobre o mesmo tema.

No ano de 2005, aconteceu o II Simpósio Nacional de Geografia da Saúde junto ao I Encontro Luso-brasileiro de Geografia da Saúde, realizados no Rio de Janeiro, organizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) (Christovam Barcellos, 2008).

Após esse primeiro momento do GT, foi em 2010 no XVI ENG, ocorrido em Porto Alegre – RS, a primeira rearticulação do grupo a partir de novos estudantes que, na própria proposta de nome do grupo, indicavam os caminhos que o debate teria nos próximos anos: “Geografia e Saúde: Possibilidade de Atuação do Geógrafo”. Proposto pela seção local de Recife - PE e apoiado pelas seções de Presidente Prudente - SP e São Paulo – SP, este GT incluiu geógrafos como Anselmo César Vasconcelos Bezerra, Eduardo Augusto Werneck Ribeiro, Emerson Soares dos Santos e Rafael de Castro Catão, que nesse evento participaram apenas do espaço destinado aos Grupos de Trabalho. Em 2021, esses mesmos geógrafos nos

brindaram com suas memórias em uma *live*³ no canal do *Youtube* da AGB nacional.

No XIX ENG, ocorrido em 2018 em João Pessoa-PB, houve pela primeira vez a estruturação de um eixo de Geografia da Saúde, que culminou na mesa “*Saúde pública e condições de vida no território*”, com debatedores de três gerações diferentes: Raul Borges Guimarães, Adeir Archanjo da Mota e Lucas Tavares Honorato, mediados por Martha Priscila Bezerra Pereira. Também foram propostos dois minicursos: “Os Mapas Mentais como Alternativa para Abordagens de Saúde no Ensino de Geografia” e “Geografia da Saúde: Origem, Evolução e Abordagens Contemporâneas”.

Em 2020, durante a pandemia da COVID-19, houve uma nova rearticulação do GT de Saúde da seção local de Presidente Prudente. Mais uma vez coordenada por estudantes, viu-se no dia 12 de março, após o primeiro caso confirmado de COVID-19 em São Paulo – SP, a primeira reunião presencial do novo grupo.

Sob essa nova conjuntura, a AGB Nacional organizou o *Observatório Geográfico sobre os impactos da COVID-19 no Brasil*, que foi considerado uma das ações principais para a celebração do dia da Geógrafa e do Geógrafo em 2020. O Observatório teve como intuito criar a memória da construção emergencial da Geografia, divulgando mapas, notas técnicas, notícias de jornais/revistas, *livestreams*, *podcasts* e demais produções/participações de geógrafas e geógrafos frente a pandemia.

O Observatório surgiu da necessidade de articular e fazer circular informações **verídicas e de qualidade técnica e acadêmica**, frente ao produtivismo acadêmico e a pandemia de desinformação

³ O evento foi transmitido ao vivo em 27 de set. de 2021. Para saber mais acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=igcJRfRMTQQ>.

que vivíamos. Podemos dizer que a COVID-19, enquanto emergência real e concreta, fez com que a Geografia se despertasse para os processos de saúde e doença que se especializam e, neste momento, muitos que diziam: “a Geografia da Saúde não é Geografia”, passaram a produzir massivamente informações sobre a COVID-19, mesmo sem bases teóricas, metodológicas e ontológicas sobre Geografia e Saúde.

Diante deste cenário, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) da AGB se mobilizou, organizaram o site e o GT de Saúde foi convocado para exercer sua função social e política. Tendo isto posto, o GT deliberou coletivamente ações para alimentar o site a partir da produção dessas pesquisadoras e pesquisadores, que mesmo antes da pandemia, já trabalham em suas pesquisas com objeto de análise a saúde.

Para o lançamento do observatório, o GT abriu a comunicação com a Rede de Geógrafas e Geógrafos da Saúde, chamada carinhosamente de “*força tarefa dos Geógrafos*”. Essa rede foi criada através do *WhatsApp* como um grupo articulado pelo Professor Raul Guimarães e pelo Professor Rafael Catão. Na época a rede foi composta por 50 pessoas, em maioria doutores e doutoras, que se encontram periodicamente nos eventos de Geografia da Saúde e que estavam produzindo, de forma emergencial, vasto material de pesquisa para auxiliar a tomada de decisão do poder público em escalas locais, estaduais e nacionais.

O XX ENG estava previsto para acontecer em 2020 e seria sediado em São Paulo, mas aconteceu de forma virtual em 2021, devido ao isolamento social imposto pela realidade pandêmica que estávamos vivendo. Como mencionado na introdução, a AGB nacional, desde 2019, já havia inserido como eixo temático a

“Geopolítica atual e a saúde global” e a área de “Espaço de Diálogos e Práticas: Geografia da Fome, Alimentar e da Saúde”. Este evento foi mais um marco para a história da entidade, reafirmando, assim, a saúde como uma questão-problema crucial para a Geografia entender e transformar a realidade.

Não posso deixar de destacar que neste ENG o GT de Saúde apresentou suas atividades e, juntamente com todos os presentes, membros e não membros do grupo, elaborou uma carta aberta para a comunidade geográfica brasileira sobre os estudos de Geografia e Saúde, que pode ser encontrada no site⁴ da Associação de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros (AGB).

Em 2022 integrantes do GT de Saúde publicaram na revista Terra Livre uma análise detalhada dos três grandes encontros para a Geografia da Saúde brasileira: o *XX Encontro de Geógrafas e Geógrafos*, o *XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia* e o *X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde*. A análise destacou os temas principais abordados nos dois anos de pandemia, com foco no enfrentamento da COVID-19. Os temas-chave incluíram Geotecnologias e COVID-19, com um total de 14 temas relacionados. O estudo também evidenciou o teor político dos trabalhos, que buscavam soluções para desafios reais (João Pedro P. C. de Lima, Pedro Henrique Rocha e Karolina Dias, 2022).

Nos últimos meses, o debate sobre os direitos reprodutivos no Brasil tem sido fortemente impactado por propostas legislativas como o PL 1904/2024, que tenta equiparar o aborto ao homicídio, com penas de até 20 anos, inclusive em casos de estupro e risco à vida da gestante. Sob esse cenário, o GT de Saúde emitiu uma nota de

⁴ Para saber mais acesse: <https://agb.org.br/carta-aberta-a-comunidade-geografica-brasileira/>.

repúdio contra esse projeto, que foi rapidamente votado sem a devida discussão⁵. A proposta ignora direitos reprodutivos conquistados há décadas e representa um grave retrocesso ao desconsiderar os contextos violentos e traumáticos vividos por meninas e mulheres, muitas vezes vítimas de estupro. Essa tentativa de restringir ainda mais os direitos reprodutivos reflete um controle opressivo sobre os corpos das mulheres, agravando as disparidades regionais no acesso a serviços seguros de aborto e saúde reprodutiva. Por esses tantos motivos, precisamos continuar nos mobilizando e avançando na pauta da Saúde e da justiça reprodutiva, como uma bandeira de luta do presente e um objeto de pesquisa para a Geografia (Gabriele Guimarães, 2020).

Essa trajetória de consolidação da Geografia da Saúde no Brasil demonstra a relevância da AGB na formação de um campo teórico sólido, **investindo no protagonismo das/es/os estudantes e na formação de profissionais voltados para a saúde, e não apenas para a doença**. Esse princípio deve sempre ser lembrado.

O VIII Congresso de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros foi um marco nessa trajetória, consolidando o eixo "Geografia, Território e Saúde" com dois Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs) dedicados à Geografia da Saúde. Além disso, o GT de Saúde organizou um espaço intitulado "Raciocínio Geográfico para a Saúde: AGB como espaço para construir a Geografia da Saúde no Brasil" neste espaço foi elaborada uma carta, defendendo a inclusão da Geografia da Saúde como disciplina nas universidades brasileiras. A carta enfatiza a importância do raciocínio geográfico para fortalecer a luta por saúde coletiva e equidade no país, destacando o papel do Sistema Único de

⁵ Para saber mais, acesse: <https://agb.org.br/nota-de-repudio-ao-pl-1904-2024-gt-de-saude-da-agb/>.

Saúde (SUS) como um pilar fundamental da justiça social, especialmente em um contexto de desmontes institucionais e no pós-pandemia.

A trajetória de mais de 30 anos da AGB reforça a importância da Geografia da Saúde como um campo de estudo fundamental. Desde a criação do primeiro GT de Saúde em 1991 até a mobilização em torno de temas contemporâneos como a pandemia e os direitos reprodutivos, dentro do VIII CBG, a AGB tem desempenhado um papel crucial na construção de um pensamento geográfico voltado para a saúde coletiva no Brasil.

O futuro do Brasil depende da Geografia Feminista para Saúde

A Geografia Feminista da Saúde é uma área emergente e essencial que busca aprofundar a compreensão das desigualdades de saúde, levando em conta os contextos sociais e geográficos que moldam essas experiências interseccionadas das pessoas. Desde a década de 1980, a geografia anglo-saxã tem explorado questões relacionadas à saúde das mulheres, mas a ausência de uma abordagem de gênero na Geografia da Saúde ainda é uma realidade persistente.

As críticas à ausência dos estudos de gênero na geografia médica são antigas. Em 1989, Maggie Pearson afirmou que a Geografia Médica era desprovida de uma perspectiva de gênero e "cega" para questões raciais. Posteriormente, Andrea Litva e John Eyles (1995) observaram que, embora houvesse feministas atuando na geografia médica, não existia uma geografia médica feminista propriamente dita.

Contudo, durante as décadas de 1990 e 2000, geógrafas e geógrafos ao redor do mundo fizeram contribuições significativas para a compreensão da saúde das mulheres e para o desenvolvimento de abordagens feministas. Um número especial da revista *Geoforum* (1995) foi a primeira coleção que tratou explicitamente das "geografias da saúde das mulheres" (Isabel Dyck, Nancy Davis Lewis e Sara McLafferty, 2001).

Isabel Dyck (2003) já identificava, várias semelhanças e diferenças entre a Geografia Feminista e a Geografia da Saúde. Ambas as áreas se preocupam com as dimensões sociais e culturais da saúde e da doença, analisando como estas são moldadas por fatores como gênero, raça, classe e lugar. Além disso, enfatizam a importância da incorporação de conhecimento experiencial e teoria crítica em suas análises.

No entanto, a geógrafa aponta diferenças significativas entre os dois subcampos. A Geografia da Saúde tende a estar mais alinhada com o modelo biomédico, frequentemente se concentrando no mapeamento de doenças e na prestação de cuidados de saúde. Em contrapartida, a Geografia Feminista é mais crítica, focando na construção social da saúde e da doença e nas formas como as relações de poder moldam os resultados de saúde (Isabel Dyck, 2003). Apesar dessas diferenças, há uma sobreposição significativa entre os dois campos, especialmente em seu interesse comum pelas dimensões sociais e culturais da saúde. Como destaca Dyck,

“[...]Parece que geógrafas feministas interessadas em questões relacionadas à saúde ocupam uma posição desconfortável nas margens da geografia da saúde, apesar da influência do trabalho feminista em perturbar a fronteira da geografia médica 'tradicional'” (Isabel Dyck, 2003, p.366 - tradução minha).

Essa lacuna ressalta a necessidade de integrar continuamente as perspectivas feministas nas análises de saúde, especialmente no contexto brasileiro, onde as iniquidades de gênero estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais violentas. Como afirma Donna Haraway (2016, p. 15), as feministas buscam um projeto de ciência que ofereça uma explicação mais rica e adequada do mundo, permitindo que possamos viver bem nele. Essa perspectiva crítica, que questiona práticas de dominação e desigualdades de privilégio e opressão, é fundamental para a **Geografia Feminista da Saúde**. Assim, essa abordagem não apenas se concentra nas experiências das mulheres, mas também desafia as bases do conhecimento geográfico, promovendo uma análise que considere a complexidade das interações sociais e a dinâmica de poder que moldam a saúde e os processos da vida (Carolina Simon, 2024).

As Geografias Feministas se propõem, portanto, a ir além do "mito da ciência imaculada", conforme abordado por Joseli Silva (2009). Elas surgem como resposta à "cegueira de gênero" que permeia a Geografia e outras ciências sociais, buscando torná-las mais humanas e inclusivas (Janice Monk e Susan Hanson, 2016). Esse movimento é essencial para desconstruir epistemologias tradicionais e revelar como as desigualdades de gênero afetam diretamente a saúde das mulheres e a qualidade de vida em geral. Ao desafiar narrativas dominantes, a Geografia Feminista propõe uma análise crítica que visa transformar a realidade das mulheres em suas diversas interseccionalidades.

No Brasil, o Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BIOGEOS/UNESP), sob a orientação do professor Raul Borges Guimarães, fundador do GT de Saúde da AGB, tem se destacado

como um espaço pioneiro no desenvolvimento de estudos em Geografias Feministas para a Saúde. Esses estudos têm contribuído significativamente para o debate sobre a vida das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ a partir de uma perspectiva interseccional e situada, permitindo uma compreensão mais profunda das iniquidades de saúde enfrentadas por diferentes pessoas. Isso é feito levando em consideração fatores como raça, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, idade e localização geográfica entre outros marcadores que condicionam a qualidade de vida das pessoas.

A violência de gênero, em particular, é uma preocupação central nas pesquisas de Geografia Feminista da Saúde em todo o mundo. O feminicídio, definido como o assassinato de mulheres em razão de seu gênero, é um fenômeno geográfico que afeta profundamente a saúde pública e que, embora reconhecido recentemente, tem raízes em estruturas patriarcais históricas. A pandemia de COVID-19 apenas evidenciou a urgência de incorporar uma perspectiva feminista nas análises de saúde, destacando a necessidade de entender as dinâmicas sociais que perpetuam a desigualdade e a violência contra as mulheres, frequentemente resultando em mortes. Portanto, a Geografia Feminista da Saúde não se limita a mapear doenças que afetam mulheres, mas busca compreender as complexas relações que moldam as desigualdades em saúde vividas por essas pessoas (Carolina Simon, 2024).

Os dados alarmantes sobre a saúde das mulheres no Brasil revelam um cenário de iniquidades que clama por intervenção geográfica urgente. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde (2023), em 2021, foram registrados 2.946 óbitos maternos, com uma taxa alarmante entre mães adolescentes. Esses números representam apenas a ponta do

iceberg das desigualdades que persistem no acesso à educação sexual e aos serviços de saúde. A pandemia da COVID-19 acentuou essas iniquidades, revelando fragilidades no Sistema Único de Saúde (SUS) e aumentando as taxas de mortalidade materna (Carolina Simon, João Pedro Lima e Raul Guimarães, 2022).

Além disso, a violência sexual continua a ser uma questão crítica, com uma mulher ou menina sendo estuprada a cada seis minutos. Entre 2011 e 2023, a taxa de estupros cresceu 91,5%, sendo que 61,6% das vítimas têm até 13 anos (FBSP, 2023). A Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado em 2023, revelou que 3 em cada 10 brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. A cada 6 horas, uma mulher é assassinada por feminicídio, com 63,6% das vítimas sendo negras e 71,1% adultas entre 18 e 44 anos (FBSP, 2023). Essa análise revela um regime de acoplamento entre sexo e gênero, afetando diretamente pessoas trans, que muitas vezes não são reconhecidas como vítimas de feminicídio (Tathiane Araújo, Sayonara Nogueira e Euclides Cabral, 2023).

Assim, a saúde das mulheres no Brasil é uma questão que transcende a mera ausência de doenças; ela é profundamente influenciada por contextos sociais, culturais e geográficos. Maria Minayo e Edinilsa Souza (1999) definem a violência como parte do escopo da saúde pública, englobando qualquer forma de agravo que represente uma ameaça à vida e à qualidade de vida. A Geografia Feminista da Saúde, ao considerar a violência de gênero como um problema de saúde, busca visibilizar não apenas as iniquidades enfrentadas pelas mulheres, mas também propor soluções práticas que promovam a igualdade e a justiça social.

Por fim, é crucial reconhecer que a Geografia Feminista da Saúde não é uma simples subárea da Geografia da Saúde, mas uma disciplina que enriquece e amplia nosso entendimento sobre a saúde das pessoas, não só dos homens. Ao incorporar a interseccionalidade e destacar as experiências vividas das mulheres, meninas, pessoas trans, as Geografias Feministas contribui para um futuro mais justo e igualitário na saúde. Ao promover essa abordagem, podemos avançar na construção de um mundo onde todas as pessoas, independentemente de suas identidades e contextos, possam alcançar uma vida livre da violência e das desigualdades que ainda persistem.

Considerações finais

A construção de uma Geografia Feminista para a saúde no Brasil é um projeto contínuo, mas urgente na AGB. Ela se coloca como uma alternativa crítica à Geografia Médica e da Saúde tradicional, desafiando a lógica biomédica que frequentemente ignora as dinâmicas sociais, culturais e espaciais que afetam a saúde das mulheres e outras populações marginalizadas. Para nós, geógrafas feministas, a Saúde é um campo de batalha, no qual as injustiças estruturais se manifestam de maneira tangível e muitas vezes mortal.

O futuro da geografia, especialmente no Brasil, depende de um raciocínio renovado que reconheça e enfrente as violências de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade. **É preciso mapear não apenas doenças, mas as desigualdades que produzem a morte e a exclusão.** Somente a partir de uma perspectiva geográfica feminista, que valorize as lutas ancestrais e critique os sistemas

opressores que sustentam o modelo biomédico, poderemos construir uma geografia comprometida com a vida.

O caminho à frente requer a construção de alianças entre a academia e os movimentos sociais e a produção de conhecimento geográfico que dialogue com a realidade das pessoas. Com essa abordagem, podemos garantir que o futuro seja mais inclusivo, mais justo, e, sobretudo, mais comprometido com a Saúde, logo com a vida. Afinal, como ênfase, o futuro depende de um raciocínio geográfico feminista que coloque a vida, especialmente das mulheres, no centro de nossas preocupações. Porque a Geografia para a saúde é um compromisso com a vida, e a vida importa para a AGB!

Referências

AGB Seção Local Presidente Prudente. (2020). RESISTIR PARA REEXISTIR: GT DE SAÚDE PRESIDENTE PRUDENTE. **Caderno Prudentino De Geografia**, 4(42), 446–454. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7768>.

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso. Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022. **Série Publicações Rede Trans Brasil**, 7. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil; Uberlândia: IBTE, 2023.

BARCELLOS, Christovam (org.). A geografia e o contexto dos problemas de saúde. Rio de Janeiro: **Abrasco: ICICT: EPSJV**, 2008. 384 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Saúde da mulher brasileira: uma perspectiva integrada entre vigilância e atenção à saúde. **Boletim Epidemiológico. Brasília/DF**, 2023. ISSN 9352-7864. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2004.

DAVIES, Megan; LEWIS, Nathaniel M.; MOON, Graham. Sexuality, space, gender, and health: Renewing geographical approaches to well-being in lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer populations. **Geography Compass**, v. 12, n. 5, p. e12369, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/gec3.12369>. Acesso em: 30 set. 2024.

DORY, Daniel La géographie de la santé: questions théoriques. **Revue Belge de Géographie**, Bruxelles, v.4, n.114, 1990.

DYCK, Isabel. Feminism and health geography: Twin tracks or divergent agendas? **Gender, Place, and Health**, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0966369032000153331>.

DYCK, Isabel; LEWIS, Nancy; MCLAFFERTY, Sara (Ed.). Geographies of women's health. **New York: Routledge**, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 30 set. 2024.

GUIMARÃES, Gabriele Carvalho. **Aborto em Três Lagoas (MS) e a violência racial e de gênero**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234946>. Acesso em: 24 set. 2024.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde: fundamentos de geografia humana**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia e saúde coletiva no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 25, p. 869-879, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016167769>.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde Coletiva e o fazer Geográfico. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, Dossiê “60 Anos do Departamento de Geografia da UNESP/FCT, p. 119-132, jan-jun, 2019.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/3178066>. Acesso em: 13 out. 2024.

LIMA, João Pedro Pereira Caetano de.; ROCHA, Pedro Henrique.; DIAS, Karolina Cardozo A Geografia da Saúde e os Grandes Encontros Geográficos na Pandemia. *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 286–336, 2023. DOI:

https://doi.org/10.62516/terra_livre.2022.2873. Acesso em: 13 out. 2024.

LITVA, Andrea; EYLES, John. Coming out: exposing social theory in medical geography. **Health & Place**, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/1353-8292\(95\)00002-4](https://doi.org/10.1016/1353-8292(95)00002-4). Acesso em: 30 set. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 7-23, 1999.

MONK, Janice.; HANSON, Sussan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs) Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferença. Toda Palavra, Ponta Grossa, 2016.

PEARSON, Maggie. Medical geography: genderless and colourblind. **Contemporary Issues in Geography and Education**, v. 3, p. 9-17, 1989.

PEDROSO, Mateus Fachin; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; CESAR, Tamires Regina A. de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais; SILVA, Edson Armando. Mulheres na construção do pensamento geográfico? Um encontro entre a AGB – PP ‘Bertha Becker’ e Joseli Maria Silva. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 18-61, jan.-jun./2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1600>. Acesso em: 13 out. 2024.

PEITER, Paulo César. **A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005. 334 p. Tese de doutorado em Geografia.

ROJAS, Luisa Iñiguez. Geografía y salud. Entre Historias, Realidades y Utopias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, dez. 2003.

ROJAS, Luisa Iñiguez. Geografía y salud. Temas y perspectivas en América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n., p. 701-711, out./dez. 1998.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: The Limits to Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity, 1993.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 55 - 92, 2009.

SIMON, Carolina Russo. **Rompendo o silêncio e o anonimato: o feminicídio como fenômeno geográfico**. 396 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/253606>. Acesso em: 24 set. 2024.

SIMON, Carolina Russo; LIMA, João Pedro Pereira Caetano de; GUIMARÃES, Raul Borges. A mortalidade materna e a COVID-19 no Estado de São Paulo (2019 a 2021). In: MARQUES DA COSTA, E. et al. **Desigualdades em saúde, desigualdades no território: desafios para os países de língua portuguesa em contexto de pós-pandemia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/54578>. Acesso em: 24 set. 2024.

SIMON, Carolina Russo; REGALA, Raisia Maria de Sousa. SAÚDE-O DEBATE COM 29 ANOS (RE)EXISTÊNCIA NA AGB (2020). **AGB em Debate**. Disponível em: <https://agb.org.br/agb-em-debate/>. Acesso em: 13 out. 2024.

SPÓSITO, Eliseu Savério. Breve histórico da AGB. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 05, p. 97-100, 1983; Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6240>. Acesso em: 13 out. 2024.

Submetido em 27/10/2024

Aceito em 14/03/2025

ELEMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA ATUALIDADE: AS AMEAÇAS À REFORMA AGRÁRIA, AOS DIREITOS TERRITORIAIS E À NATUREZA NO BRASIL

*ELEMENTS OF THE AGRARIAN
QUESTION NOWADAYS: THREATS
TO AGRARIAN REFORM,
TERRITORIAL RIGHTS AND
NATURE*

Yamila Goldfarb
Presidente da Associação Brasileira de
Reforma Agrária
yamilageo79@gmail.com

Resumo:

O objetivo da apresentação foi abordar desafios da questão agrária brasileira na atualidade, que vêm ameaçando a possibilidade de realização da Reforma Agrária, bem como dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, gerando violência e devastação ambiental e como esses desafios estão relacionados à especialização primário exportadora da economia brasileira. Essa reflexão é feita a partir do diálogo entre a teoria da dependência e a noção de Pacto do Agronegócio desenvolvida por Guilherme Delgado (2011) e Delgado e Leite (2022). Os temas da questão agrária abordados foram a especialização primário-exportadora; mineração e transição energética; grilagem de terras e o papel do legislativo nesse processo; lobby e indústria cultural; financeirização da agricultura e da terra. O que se conclui é que modelo de desenvolvimento perpetua a dependência e o subdesenvolvimento, atendendo prioritariamente às necessidades de economias externas em detrimento das demandas da população local.

Palavras-chave: Questão agrária,
especialização primário exportadora,
mineração, agronegócio

Abstract:

The objective of the presentation was to address the challenges that the Brazilian agrarian issue faces today, which are threatening the possibility of carrying out the Agrarian Reform, as well as the territorial rights of traditional peoples and communities, generating violence and environmental devastation and how these challenges are related to primary export specialization. This reflection is based on the dialogue between dependency theory and the notion of Agribusiness Pact developed by Guilherme Delgado (2011) and Delgado and Leite (2022). The agrarian topics discussed were primary-export specialization; mining and energy transition; land grabbing and the role of the legislative branch in this process; lobby and cultural industry; financialization of agriculture and land. What can be concluded is that the development model perpetuates dependency and underdevelopment, mainly satisfying the needs of external economies to the detriment of the demands of the local population.

Keywords: Agrarian issue, primary export specialization, mining, agribusiness

Resumen:

El objetivo de la presentación fue abordar los desafíos que enfrenta hoy la cuestión agraria brasileña, que vienen amenazando la posibilidad de realización de la Reforma Agraria, así como los derechos territoriales de los pueblos y comunidades tradicionales, generando violencia y devastación ambiental y cómo esos desafíos se relacionan con la especialización primaria exportadora. Esta reflexión se basa en el diálogo entre la teoría de la dependencia y la noción de Pacto Agronegocio desarrollado por Guilherme Delgado (2011) y Delgado y Leite (2022). Los temas agrarios tratados fueron la especialización primaria-exportadora; transición minera y energética; acaparamiento de tierras y el papel del poder legislativo en este proceso; lobby e industria cultural y; financiarización de la agricultura y la tierra. Lo que se puede concluir es que el modelo de desarrollo perpetúa la dependencia y el subdesarrollo, satisfaciendo principalmente las necesidades de las economías externas en detrimento de las demandas de la población local.

Palabras clave: Cuestión agraria, especialización primaria exportadora, minería, agronegocios

Introdução

O presente artigo foi elaborado a partir da fala feita na mesa redonda do Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos de 2024, ocorrido na Universidade de São Paulo, intitulada **A Geografia da Questão Agrária: formas de expropriação, territorialidades e controle do território**. O objetivo da apresentação foi abordar alguns dos desafios atuais da questão agrária brasileira, que vêm ameaçando a possibilidade de realização da Reforma Agrária, bem como dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, gerando violência e devastação ambiental, frente ao modelo de especialização primário exportadora da economia brasileira.

A metodologia da pesquisa se baseou na análise de dados de comércio exterior do Brasil disponíveis no Observatório de Complexidade Econômica (oec.world), na Comexstat e dados sobre mineração da Plataforma Infoamazônia, a partir do diálogo entre a teoria da dependência e a noção de Pacto do Agronegócio desenvolvida por Guilherme Delgado (2010) e Delgado e Leite (2023).

Refletir sobre a questão agrária na atualidade e os conflitos nos diferentes territórios requer a retomada de um debate que, a meu ver, foi negligenciado por um período significativo, mas que tem ressurgido nos últimos tempos: a discussão sobre nosso modelo de desenvolvimento. Este deve ser abordado não apenas em seus aspectos econômicos e técnicos, mas, fundamentalmente, geopolíticos. Essa perspectiva nos leva a considerar um aspecto específico que abordarei neste artigo: a especialização primário-exportadora imposta aos países do Sul Global, em especial os da América Latina que se configura como uma verdadeira "veia aberta", como diria Eduardo Galeano, por onde flui a possibilidade de soberania energética, alimentar e territorial.

Para tanto, iniciaremos abordando dados que mostram o movimento de especialização primário exportadora da economia brasileira. Em seguida, veremos como a transição energética hoje impõe desafios aos territórios, dado o avanço da exploração de minerais críticos. Veremos também a questão da privatização das terras públicas por meio de estratégias como a titulação dos lotes de assentamentos rurais e, de maneira breve, como a financeirização da agricultura tem representado uma barreira à democratização do acesso à terra. Na sequência veremos como surge um elemento novo na questão agrária que é a força da indústria cultural na promoção de um lobby que conquiste corações e mentes a favor do “agromineronegocio”. Por fim buscaremos mostrar como essas escolhas de políticas econômicas voltadas às exportações de commodities agrícolas e minerais e mercantilização da terra não levam as contas públicas a uma situação de equilíbrio, muito pelo contrário, geram enorme déficit.

Todos esses elementos nos permitem compreender que o projeto para o país segue um modelo de desenvolvimento que perpetua dependências e subdesenvolvimento, atendendo prioritariamente às necessidades de economias externas em detrimento das demandas da população local.

Especialização primário exportadora no Brasil

A especialização primário-exportadora pode ser ilustrada pelos dados das exportações brasileiras. Segundo o Observatory of Economic Complexity¹: Em 2005, a pauta exportadora do Brasil era

¹ Disponível em <https://oec.world/es>. Acesso em fevereiro de 2025.

bastante mais variada. Nesse ano, 6,16% das exportações foram de Minério de Ferro; 3,53% de Petróleo Cru; 3,65% de carros; 2,85% de Petróleo Refinado; 2,77% de aviões e helicópteros; 2% de acessório de automóveis; 2,07% de equipamentos de transmissão; 3,76% de açúcar bruto; 2,82% de carne de aves etc. Ou seja, eram 9 tipos de produtos diferentes os que compunham 30% da pauta exportadora. Além do mais, nota-se que se tratava de um leque variado de produtos com diferentes níveis de processamento. Já em 2021, tínhamos uma concentração de 40% do total exportado em apenas três produtos: 16% de Minério de Ferro; 13,4% de Soja e 10,6% de Petróleo Cru.

É marcante a queda da diversidade dos principais produtos exportados do início do século até o momento e a concentração em poucos rubros.

Em 2023, o Brasil exportou 193,02 milhões de toneladas na forma de grãos, o que representou 60,3% da safra recorde de grãos 2022/23, estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento em 319,86 milhões de toneladas. Uma quantidade 24,3% a mais que os exportados em 2022. (BRASIL, 2024)

Nesse ano a tendência se repetiu: os principais produtos exportados pelo Brasil foram soja (15,7%), óleos brutos de petróleo (12,5%) e minério de ferro (9%). Em contrapartida, as importações brasileiras em 2023 mostraram um padrão significativo de maior valor agregado: Adubos ou Fertilizantes (US\$ 13,4 bilhões); Óleos Combustíveis de Petróleo (US\$ 12,1 bilhões); Medicamentos e Produtos Farmacêuticos (US\$ 7,3 bilhões) e Equipamentos de Telecomunicações (US\$ 7,0 bilhões)

Esses dados indicam uma clara dinâmica: exportamos matérias-primas e importamos produtos com tecnologia incorporada.

Essa aposta da política econômica nas exportações de commodities faz com que o setor industrial tenda a declinar de peso econômico ou se limite a funções coadjuvantes da chamada “economia do agronegócio”. (DELGADO; LEITE, 2023) Em 2019, o Brasil voltou a ter mais de 50% de suas exportações baseadas em produtos básicos, o que não ocorria desde 1979. Dos US\$ 224 bilhões exportados em 2019, US\$ 118 bilhões (52,7%) corresponderam a itens básicos. Em 2018, a fatia havia sido de 49,8%. Em 2000, o valor das exportações da soja representava 5% do valor total exportado. Em 2020 já era 16,8%, sendo a China a maior importadora do nosso grão, consumindo 70% do total de soja que exportamos. (DELGADO; LEITE, 2022)

Essa escolha por uma reprimarização acarreta impactos já bastante analisados na geografia como degradação ambiental, uso intensivo de agrotóxicos, substituição de vegetação nativa e cultivos alimentares por exploração mineral ou produção de commodities agrícolas, expulsão de comunidades de seus territórios entre outros. Além disso, não contribui de fato para a eficiência econômica do país, ponto que trabalharemos mais adiante.

“Transação” Energética sobre os territórios

Elemento fundamental que marca a Questão Agrária atual e que está diretamente relacionado a esse aspecto primário exportador concentrado é o crescimento da mineração e dos conflitos a ela associados. Observamos diversas iniciativas institucionais que buscam facilitar a extração de minerais considerados essenciais para a transição energética. Também é alarmante o novo ciclo do ouro, impulsionado pela crescente demanda da China por reservas em ouro

em detrimento do dólar. Esse processo tem ocorrido em terras indígenas, como evidenciado pelos conflitos no território Yanomami (Amazonas e Roraima) e no território Munduruku (Pará).

De acordo com informações do site Info Amazônia (2024), inúmeros pedidos de prospecção, pesquisa ou exploração mineral se sobrepõem a terras indígenas e Unidades de Conservação. Além disso há a exploração ilegal nesses territórios (com o garimpo), o que revela um padrão preocupante de invasão e exploração que é utilizado para justificar a mineração industrial legalizada. O argumento utilizado é que a mineração legal inibiria o garimpo ilegal. Não é isso, no entanto, que se vê nos territórios. Na realidade, a título de exemplo, o garimpo acaba se utilizando das estradas abertas pela mineração.

Esse boom da mineração impulsionado pela busca por minerais estratégicos para a transição energética carrega enormes contradições.² Qual o sentido de desmatar imensas áreas de floresta amazônica, por meio da concessão por exemplo de FLONAS (Florestas Nacionais), para empreendimentos mineradores que irão fornecer matéria prima para as baterias de carros elétricos na Europa? Se o contexto é de combate às mudanças climáticas, faz sentido desmatar a floresta amazônica para produzir carros individuais? A produção de veículos elétricos, painéis solares,

² Turbinas de usinas eólicas demandam nióbio e cobre. Carros elétricos necessitam de lítio e níquel. Redes elétricas, usinas eólicas e a transmissão de eletricidade demandarão mais cobre. Para a geração de energia fotovoltaica será preciso cobre, silício e prata. Por fim, uma maior quantidade de terras raras será essencial para a fabricação de motores elétricos. (Bispo, 2024, S/n). Esses são alguns dos exemplos que demonstram como a chamada Transição Energética é profundamente demandante de minerais.

baterias e usinas eólicas, fundamentais para essa virada energética, aumentará em quatro vezes a demanda por minérios como cobre, lítio e níquel até 2040, em comparação com 2020, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA).

Um levantamento exclusivo da InfoAmazonia, com base nos processos ativos na Agência Nacional de Mineração (ANM) até 24 de maio de 2024, identificou 5.046 pedidos de mineração, solicitados por 807 empresas, para explorar minérios considerados essenciais para a transição energética na Amazônia brasileira. Os requerimentos para explorar cobre, alumínio, manganês, nióbio, prata, níquel, cobalto, terras raras e lítio somam 26 milhões de hectares dentro dos limites do bioma. [...] Pelo menos 1.205 dos projetos mapeados pela InfoAmazônia estão na área de impacto direto de 137 terras indígenas (TIs), localizados a até 10 quilômetros dos limites da demarcação. Em 390 casos, as áreas para mineração invadem esses territórios, o que é proibido pela Constituição. O levantamento também encontrou 1.207 requerimentos sobrepostos a 107 unidades de conservação (UCs) na Amazônia. (BISPO, 2024. s/n)

O lobby do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração³) sobre o qual falaremos mais adiante, já pode ser sentido. Assim como o agronegócio atua no legislativo para moldar as leis ao seu interesse,

³ O IBRAM é uma organização nacional privada e sem fins lucrativos que representa as empresas e instituições que atuam no setor da mineração.

o setor minerário também tem influenciado enormemente o funcionamento das instituições nacionais.

Importante exemplo é o da Instrução Normativa 112, publicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 22 de dezembro de 2021 que passou a permitir a mineração em áreas de assentamento, demonstrando uma abordagem permissiva em relação à exploração. No mesmo sentido, temos a Instrução Normativa 111 que permite exploração mineral em Territórios Quilombolas.

a norma [IN 112] enfraquece a política de reforma agrária na medida em que cria dispositivos que facilitam a disponibilização das áreas de assentamentos à mineração e grandes empreendimentos econômicos, contornando os procedimentos já existentes para análise da (in)compatibilidade entre a natureza desses empreendimentos e a destinação dada à área para fins de reforma agrária. (FASE, 2024^a, p. 7)

Conforme dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), até janeiro de 2022 havia 20 mil requerimentos minerários ativos que abrangiam áreas de assentamentos do INCRA. Dos 8.372 assentamentos existentes em todo país, 3.309 são alvos de requerimentos minerários (o que correspondem a 39% de todos os assentamentos!). Quase metade deles (1.480 projetos, que correspondem a 44,7% dos assentamentos com interesses minerários) se encontram na Amazônia Legal. (FASE, 2024a) Isso significa uma série de impactos como: contaminação de cursos d'água pela produção de rejeitos, supressão de vegetação nativa, queda na produção de alimentos, necessidade de reassentamento de inúmeras

famílias entre outros. É de fato uma contrarreforma-agrária com enormes impactos ambientais e sociais.

Esse tipo de impacto nos leva a refletir acerca da validade da ideia de transição energética. Não caberia melhor falar em transição ecológica e redução energética? Quais transições de fato enfrentarão as mudanças climáticas? De que modo os empreendimentos de Energia Limpa têm sido feitos? Inúmeros têm sido os impactos relatados acerca da instalação de parques eólicos sem salvaguardas quaisquer para as populações camponesas e povos tradicionais em cujos territórios esses parques se estabelecem⁴.

Privatizando e roubando a terra pública

Temos, portanto, que as ações diretas dos setores de mineração, energia limpa e agronegócio são acompanhadas por uma série de políticas públicas, iniciativas institucionais e marcos normativos que dificultam a democratização do acesso à terra e a proteção dos direitos territoriais, conquistas resultantes da Constituinte de 1988, bem como a própria preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, outro elemento da questão agrária que ganha destaque neste momento, embora não seja novo, é o ataque às terras públicas e ao princípio da Função Social da Terra, manifestado por meio da flexibilização, alteração ou criação de um arcabouço legislativo que favorece a grilagem de terras e o desmatamento. Um exemplo alarmante é a Lei 17.557 de 2022, que permite a venda de

⁴ Para mais acerca dos impactos da instalação de parques de energia eólica ver Pereira, Lorena Izá. A territorialização de empresas de energia eólica no Brasil: estrangeirização e estratégias de controle do território. Land Matrix/Fundapaz/Dataluta. 2023

terras públicas com descontos de até 90% no Estado de São Paulo, evidenciando um claro processo de legalização da grilagem. As terras públicas do Estado estão sendo vendidas aos fazendeiros que ocupavam ilegalmente essas áreas, a preços simbólicos, com o discurso de regularização. O curioso é que a compra dessas terras deveria funcionar como confissão da grilagem perpetrada, mas o que ocorre é uma suposta regularização fundiária. A situação é tão absurda que já existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre essa lei tramitando no Supremo Tribunal Federal.

Outra frente de ataque à Função Social da Terra são os mecanismos que fazem com que as áreas reformadas voltem ao mercado de terras. A necessidade de que a terra esteja disponível ao mercado financeiro tem levado a políticas de titulação dos lotes de assentamentos rurais, por meio do Programa Titula Brasil. Com esse título, diferente do Título de Concessão Real de Uso, a família assentada pode vender seu lote. A única ação relevante do INCRA durante o governo Bolsonaro foi a titulação das terras, indicando uma priorização do capital em detrimento da segurança alimentar e dos direitos territoriais. Cerca de 400 mil famílias receberam o título de propriedade privada do lote entre 2019 e 2022. (MAP, 2022) A perversidade desse programa é que ele retira do Estado a responsabilidade em viabilizar economicamente os assentamentos. As famílias deixam de poder cobrar por assistência técnica, por exemplo, uma vez que a titulação representa uma suposta emancipação, ou seja, supõe-se que a família não precisa mais de qualquer auxílio do Estado no que diz respeito a produção e comercialização. Isso resulta na desvinculação da responsabilidade do INCRA (ou autarquias estaduais responsáveis pela Reforma Agrária) sobre esses assentamentos.

Trata-se de um claro processo de mercantilização da terra em detrimento da Reforma Agrária, fruto do acirramento de uma disputa, desde sempre desigual, entre projetos bastante distintos de uso e ocupação do território.

as entidades representativas do agronegócio passaram a atacar explicitamente os instrumentos e políticas de democratização do acesso à terra e a demandar políticas de regularização fundiária e ambiental que validassem ocupações ilegais de terras públicas e áreas desmatadas ilegalmente. Na esteira desse processo, em 2009, foi criado o Programa Terra Legal (Lei no 11.952) com o intuito de acelerar o processo de regularização fundiária de terras públicas federais que tenham sido ocupadas na Amazônia Legal antes de dezembro de 2004. Em 2012, já sob o governo Dilma, o Código Florestal foi alterado a fim de reduzir as regras de proteção socioambiental a que estão submetidos os imóveis rurais e regularizar áreas desmatadas ilegalmente. Ambas as iniciativas, ao criarem condições para privatização de terras públicas e regularização ambiental de áreas desmatadas, visavam atender às exigências de um mercado, cada vez mais ávido, por um acesso estável e legal à terra e aos bens naturais. Desde então, se intensificam as tentativas de liberar, de maneira acelerada, terras públicas ao mercado. (FASE, 2023, p.8)

Ao arripio da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a destinação de terras públicas (aí incluídas as devolutas) deve atender aos propósitos de democratização do acesso à terra e à criação de espaços ambientalmente protegidos, diversas leis e programas

têm servido para expulsar populações e colocar as terras no mercado, favorecendo seu papel como ativo financeiro.

Financeirização da agricultura e terra como ativo financeiro

Outro elemento fundamental da Questão Agrária nos dias de hoje é o fenômeno de financeirização da agricultura, que tem, entre outras coisas, transformado a terra em um ativo financeiro. Esta dinâmica é impulsionada por novos fluxos de investimento provenientes de fundos de pensão do "Norte Global", que são direcionados à aquisição, leasing e aluguel de terras, estabelecendo conexões antes impensáveis entre os setores rural e urbano, mediadas pelo capital financeiro. (DELGADO; LEITE, 2023) A chamada Nova Lei do Agro de 2020, que permite que parte das áreas agrícolas seja utilizada para pagamento de dívidas com fundos de investimento, tem resultado na concentração de terras nas mãos de fundos, bancos e empresas estrangeiras. A Lei do Agro permitiu a formação dos Fundos de Investimento das Cadeias Agropecuárias, os Fiagros, criados a partir de 2021. O Fiagro é um investimento de renda variável que está disponível tanto a investidores individuais, inclusive de baixa renda, como a grandes empresas transnacionais. Por meio dele, esses investidores obtêm “cotas” de ativos agrícolas, entre eles a própria terra.

Não cabe neste artigo tecer análise aprofundada do funcionamento dos Fiagros e do processo de financeirização que isso representa. Mas importa aqui destacar o fato de que isso gera uma autonomização no processo de valorização do capital. A valorização dessas cotas na bolsa de valores (B3), baseadas em expectativas futuras de produção de commodities e de valorização do preço da

terra, impulsiona processos nos territórios que nada tem a ver com produção de alimentos, projeto de segurança (e muito menos de soberania) alimentar. Pelo contrário, esse processo de endividamento e especulação tem violentado os territórios e suas populações.

Assim, as novas formas de rolagem de dívidas do agronegócio por meio do capital fictício pressionam para a continuidade de *processos de territorialização do capital*, muitos deles levando a graves infrações ambientais e violências contra trabalhadores e contra povos indígenas e tradicionais, na busca pelo aumento da produção e da produtividade, como meios de pagamento das parcelas que se antecipam e exigem remuneração. (BOECHAT, 20204, p. 24)

Importa o que valoriza o capital investido. O resto são “externalidades”, para usar o chavão corporativo. Boechat elucida bem o funcionamento perverso desse sistema de financiamento/endividamento, quando coloca que o aumento da

grilagem, da invasão de terras indígenas, de infrações ambientais e do trabalho análogo à escravidão não parece causar revolta e nem sequer quedas significativas nas cotações da Bolsa. Por sua vez, atrasos de pagamentos a *stakeholders* geram imediatas quedas nas cotações. (BOECHAT, 20204, p. 23)

Não surpreende, portanto, que o aumento gritante da violência no campo tenha sido uma marca dos últimos anos. Em 2024 contaram-se assassinatos quase que semanalmente, conforme dados

da Campanha Permanente Contra a Violência no Campo⁵. Se nos anos passados os conflitos foram alarmantes (47 assassinatos em 2022 e 31 em 2023), 2024 provavelmente superará esta cifra (já que os dados ainda estão sendo computados) e 2025 começou com o assassinato de dois assentados no município de Tremembé (SP): Valdir Nascimento de Jesus e Gleison Babosa de Carvalho. O levantamento da CPT aponta aumento de disputas por terra nas áreas de expansão do agronegócio: Amazônia Legal e nas áreas conhecidas como Amacro – que abrange 45 milhões de hectares na divisa entre o Amazonas, Acre e Rondônia – e Matopiba – que se estende por territórios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. (CPT, 2024)

Indústria Cultural e Lobby: fortes elementos da Questão Agrária atual

Por fim, para compreender como essa dinâmica se mantém, é essencial considerar as estratégias culturais e religiosas que favorecem o avanço do agronegócio. A infiltração de fatores religiosos na política econômica, como a teologia da prosperidade, potencializa a articulação de políticas que atacam direitos territoriais e desconsideram as necessidades de povos indígenas e comunidades tradicionais. Temos visto com a clara articulação entre as bancadas “do boi” e “da bíblia” no congresso brasileiro.

A propaganda ideológica em prol do agronegócio, exemplificada por iniciativas como o "Agro é Pop" e a crescente presença do agronegócio nas escolas, intensifica a normalização de um discurso que legitima a exploração (dos recursos naturais e seres

⁵ Os informes da Campanha podem ser obtidos por meio das redes sociais: @contra_violencia_no_campo

humanos). Iniciativas como as “Mães do Agro”, que impõem o lobby do agronegócio no material escolar, ao mesmo tempo que “denunciam” as críticas presentes ao setor ou as “Agroligadas”, uma organização de lobby de mulheres ligadas ao agronegócio que buscam passar uma imagem positiva do setor são alguns exemplos da construção da captura ideológica construída. A indústria cultural também faz o seu serviço, produzindo artistas do agronejo e agrofunk como verdadeiros garotos e garotas propaganda do Agro, numa estratégia nada sutil de ostentação que tenta colocar a grande produção monocultora como caminho de sucesso.

Letras de músicas ostentando a riqueza obtida com a venda de soja, com as colheitadeiras e caminhonetes num evidente objetivo de propaganda se somam aos vídeos clipes que expõem mulheres de forma absolutamente objetificadas. Seguem alguns trechos somente a título de exemplo:

“Não para, oh, oh

Senta que aqui nós tem dinheiro

Os menino da pecuária

É os menino da pecuária, oh, oh

Eu não tenho carro importado

Mas a Hilux é do ano, toda suja de barro

Calculo o valor que tá o gado

Quantas Ferrari tem aqui nesse pasto”

(Os menino da Pecuária - Us Agroboby. Léo e Raphael)

Ou então:

“É os menino da pecuária que tá chegando

Pra quem já andou de pampa falhando

Hoje tem caminhonete do ano
Camarote e whisky derramando
Novinha descendo e o pib subindo
Produção de soja, passamo os gringo
Agropecuária tá tinindo
Viver no interior é lindo”
(Roça No Topo – Us Agrobroy. Léo e Raphael)

E ainda:
Hoje o meu cordão de ouro vale uma boiada
Tem avião pra jogar veneno nas pragas
E dez colheitadeiras já tudo quitada
Segunda à sexta é safra, final de semana é farra
(Pra quem desacreditava - Us Agrobroy. Léo e Raphael)

Se esse lobby todo do agronegócio já é bastante conhecido e discutido, chama a atenção o aumento recente do lobby da mineração, por meio de anúncios do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) na televisão e rádio. O discurso não é diferente ao do agronegócio: “A mineração é essencial para a vida dos brasileiros. A mineração é sustentável. A mineração move a economia do país etc. e etc.” Fica evidente que, com o aumento dos conflitos e denúncias em relação à mineração, o setor precisa buscar o consentimento da sociedade para sua forma de atuação, tentando conquistar corações e mentes, assim como o faz o agronegócio. Em pouco tempo teremos artistas cantando as maravilhas da mineração.

É parte da estratégia de convencimento, a ideia de que a mineração, assim como a produção de commodities agrícolas para exportação, são de “interesse nacional” e, portanto, podem se

sobrepor legalmente a outras atividades econômicas ou destinações territoriais.

A estratégia jurídica das empresas do setor se apoia nas noções de utilidade pública e interesse nacional para conseguir autorização de exploração mineral em assentamentos rurais, Territórios Quilombolas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Será mesmo interesse da população do país a extração de minérios para a China ou Europa no lugar na produção de alimentos e da conservação do meio ambiente? De quais minerais estamos falando? Extraídos por quem e para que?

com o argumento da utilidade pública, os bens públicos veem sendo privatizados e concessionados e passam a operar de acordo com interesses privados, enquanto o papel do Estado se reduz praticamente a licenciar tais projetos. [...]

Especialmente na América Latina, essas noções têm sido utilizadas para justificar e viabilizar atividades energéticas e de mineração nas quais os lucros das corporações são mais importantes que os Direitos Humanos, a conservação da natureza e o bem-estar da sociedade. Tais noções são impostas considerando apenas argumentos econômicos, ignorando outras dimensões. (FASE, 2024b, p. 14)

Frente a isso tudo, um governo popular deveria fomentar uma discussão ampla e pública acerca da mineração no país. O que minerar, onde, por quais empresas, com quais contrapartidas, sob qual intensidade e por quanto tempo. A lógica não pode ser a de maior exploração possível por jazida, sem considerar, inclusive, o atendimento das necessidades das futuras gerações. Movimentos sociais como o MAM (Movimento pela Soberania Popular na

Mineração) por exemplo, já possuem bastante acúmulo nesse sentido.

Um projeto de soberania popular na mineração, assim como um projeto de soberania alimentar são chave no enfrentamento da questão agrária hoje, que tem a necessidade da preservação ambiental como um componente indissociável. O desafio é proporcionar espaços para esse debate amplo, informado e popular, logo, democrático.

Mas afinal, esse pacto com setores primário exportadores vale à pena?

Embora haja um projeto de retomada da industrialização por meio do programa Nova Indústria Brasil, o país continua a reconfigurar suas alianças com o agronegócio e o extrativismo mineral como pilares de uma balança comercial superavitária. Delgado e Leite (2022) discutem como, desde os anos 2000, houve uma rearticulação dos mecanismos de política econômica e social que convertem as exportações de commodities agrícolas e minerais em um eixo central do comércio exterior brasileiro, consolidando-se como uma política de Estado.

No entanto, é imprescindível que se critique não apenas as implicações sociais e ambientais dessa abordagem, mas também sua eficácia econômica. No estudo o Agro não é tech, não é pop e muito menos tudo (MITIDIERO; GOLDFARB, 2021) mostra-se que ainda que a balança comercial seja superavitária, o saldo das contas de serviços é negativo, resultado de remessas de lucros ao exterior e pagamentos de dividendos, entre outros fatores.

As transações correntes do Brasil refletem um padrão preocupante pois é permanentemente deficitário. Em 2023, o saldo

das transações correntes foi negativo em 28 bilhões de dólares, evidenciando a insustentabilidade do modelo primário-exportador. Em 2024 foi de U\$ 56 bilhões! (Garcia, 2025)

Do ponto de vista econômico, essa é uma forma relevante de medir a dependência econômica. Trata-se do fator de crescimento do déficit em serviços e rendas pagos ao exterior. Ou seja, é preciso olhar para todas as transações que o país faz com o exterior, e não apenas para a balança comercial. É preciso analisar registro contábil de todas as transações econômicas entre o país e o resto do mundo durante um determinado período.

Como podemos ver na tabela a seguir, o saldo das transações do Brasil também nos anos anteriores foi negativo.

Transações correntes - Brasil - bilhão de dólares

	saldo comercial de bens (balança comercial)	saldo comercial de serviços*	saldo de rendas**	total em bilhões de dólares***
2019	(+) 26.65	(-) 35.49	(-) 56.09	(-) 65.02
2020	(+) 32.37	(-) 20.49	(-) 36.37	(-) 24.49
2021	(+) 36.36	(-) 25.96	(-) 55.76	(-) 45.36
2022	(+) 44.39	(-) 39.99	(-) 60.07	(-) 55.67

Organização: Guilherme Delgado e Yamila Goldfarb

Fonte: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI

* receitas e despesas relativos a prestação de serviços em transações:

Principais Classificações: Transportes (bens e pessoas); Viagens internacionais (viagens a negócio ou turismo com duração de até um ano, estudo e saúde não depende do tempo de duração); Seguros (bens e pessoas); Seguros financeiros (custos com intermediação financeira); Computação e informação; Royalties e licenças (uso autorizado de ativos e direitos de propriedade intangíveis -livros, filmes, patentes, franquias); Aluguel de equipamentos (aluguel ou leasing); Serviços governamentais (embaixadas e consulados, por exemplo); Comunicações (correios e serviços

de Telecom); Construção; Serviços relativos ao comércio; Serviços empresariais, profissionais e técnicos (feiras e exposições internacionais); Serviços pessoais, culturais e recreação (filmes, eventos esportivos, shows,...); Serviços diversos (conta residual)

** São receitas e despesas associados a rendas do trabalho e do capital em transações entre residentes e não residentes (pessoas ou instituições).

Renda do trabalho: salários recebidos/pagos em contratos de curta duração ou sazonais e Renda do capital: lucros, dividendos e juros.

*** Compõe ainda esse valor a Transferência Unilateral de Renda que consiste em rendas que não têm como contrapartida a aquisição de um bem, a prestação de um serviço ou a utilização de um fator de produção. Elas podem ser governamentais ou privadas.

Como pode-se notar, mesmo o saldo da balança comercial sendo positivo, o saldo total das contas do país é deficitário. Logo, cabe a reflexão acerca da validade ou não de se impulsionar um superávit da balança comercial a qualquer custo, entenda-se principalmente: custo social e custo ambiental.

O saldo das transações correntes externas, que não se limita apenas às trocas comerciais, revela o verdadeiro balanço de divisas, com déficits profundos. Na Conta de Serviços e Rendas, que corresponde à prestação de serviços e outras transações, dentro das quais estão incluídos os principais itens de gasto líquido do Agro (seguros, fretes, juros, lucros, assistência técnica, patentes/royalties etc.), na série histórica apresentada, conclui-se uma longa trajetória de déficits. Um déficit que só vem aumentando mesmo com os superávits da Balança Comercial. No dado global do Total da Conta Corrente, que expressa as trocas entre países de bens, serviços e transações financeiras, evidencia luminosamente as trocas desiguais. O déficit em conta corrente é um indicador preciso para mostrar o empobrecimento da economia brasileira e sua

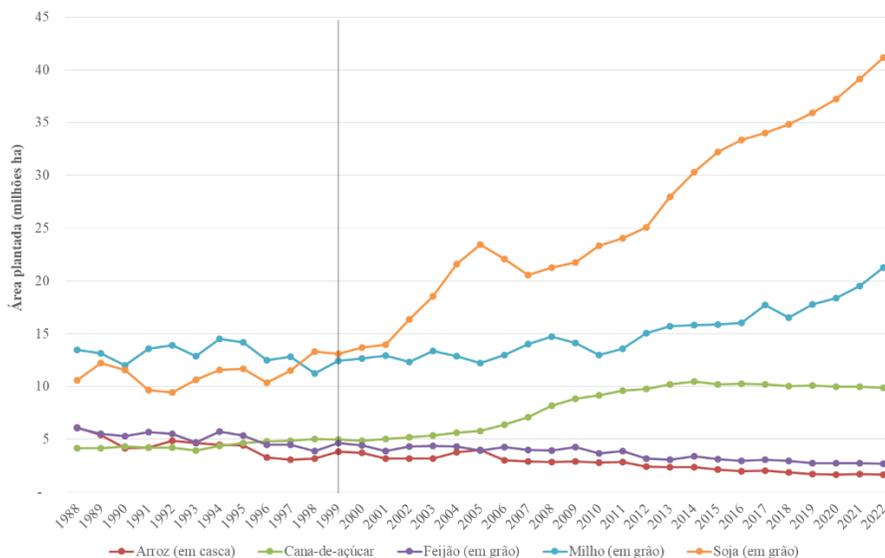
dependência de investimentos, tecnologias e serviços de outros países. (MITIDIERO; GOLDFARB, 2021, P. 11)

As consequências dessa escolha são evidentes, destacando-se a diminuição da produção de alimentos, que não deve ser confundida com a produção de commodities. Embora alguns itens como arroz, feijão ou café possam ser considerados commodities por serem negociados internacionalmente, aqui trata-se de diferenciar a produção de alimentos do dia a dia que abastece o mercado interno, da produção voltada às exportações. Há queda considerável nas áreas e na quantidade disponível per capita de itens importantes como arroz, feijão e farinha de mandioca, enquanto a área para a produção de soja segue aumentando⁶. Podemos ver a diferença entre arroz e feijão e os cultivos de soja, milho⁷ e cana-de-açúcar no gráfico a seguir.

Brasil - Série histórica de área plantada de soja, milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar - 1998 a 2022.

⁶ Para mais acerca dessa discussão, ver GOLDFARB, Yamila e MITIDIERO Jr., Marco Antônio. Agroparasitismo. FES/ABRA. 2025.

⁷ Embora boa parte do milho seja utilizada como alimento no Brasil, grande parte é exportada para uso como ração animal.



Fonte: IBGE/PAM, 2024. Elaboração Acácio Zuniga Leite. (LEITE, 2024)

Como há também o aumento da população, ainda que exista aumento de produtividade, a quantidade disponível per capita diminuiu.

É crucial entender que a falta de apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos é resultado dessa opção de política econômica que nos torna mais vulneráveis a qualquer crise que altere o preço dos alimentos. Sem apoio, a agricultura familiar fica sem acesso ao crédito, à assistência técnica, seguro agrícola especializado e políticas de escoamento da produção. A desvalorização do real é especialmente punitiva para esse segmento, que consome insumos importados mais caros e não se beneficia com o aumento do dólar, já que não é exportador.

O que vemos é um estímulo à produção orientada para a exportação (crédito subsidiado, isenções de impostos, renegociação constante de dívidas...) ignorando as reais necessidades da população. A título de exemplo, em 2022, a renúncia fiscal da produção nacional de soja foi de pelo menos R\$ 57 bilhões, além de

renegociações de dívidas e créditos subsidiados (CAMPOS, 2023), formando uma relação que caracterizamos como *agroparasitária*⁸ com o Estado. Para 2025, o governo prevê que renunciará a R\$85 bilhões com benefícios tributários apenas da agricultura e agroindústria (FERNANDES, 2024).

Considerações Finais

Diante deste contexto de financeirização e transição energética, devemos refletir sobre qual é o nosso papel: ser uma plataforma para a valorização do capital e para oferta de matérias-primas para a transição de outras economias? Continuaremos a nos inserir dessa maneira nas cadeias globais de valor? Precisamos construir um projeto por parte da esquerda que rompa com esse padrão primário exportador que permite ao agromineronegócio, em aliança com a extrema direita, avançar sobre os territórios, sustentado por uma relação parasitária com o Estado.

É preciso fazer o debate público e aberto acerca do projeto de desenvolvimento que queremos. É preciso desencastelar esse debate. Faz sentido falar numa transição energética que é profundamente minero intensiva? Não deveríamos estar propondo uma transição ecológica que suponha a redução do consumo de energia no mundo? Precisamos debater abertamente também a escolha em se gerar superávit na balança comercial por meio de setores agro e minero extrativistas. É imprescindível que o debate sobre a questão agrária inclua uma discussão sobre a soberania em relação aos recursos

⁸ Para mais sobre o termo, ver GOLDFARB, Yamila e Mitidiero Jr., Marco Antonio. Agroparasitismo: o negócio do agro para o Brasil. FES/ABRA. 2025

naturais e aos territórios nos quais esses recursos estão localizados. Este não é um tema novo, mas deve ser reexaminado como um elemento central na formulação de um projeto nacional que aspire à justiça social, à sustentabilidade e à verdadeira soberania.

Assim como exportamos ração para animais da China ou Europa, agora exportamos minério para a transição energética de outros países que em nada aliviará as mudanças climáticas. Deveríamos nos questionar na dependência existente na forma como nos inserimos nas cadeias globais de valor, que como vimos, sequer é de fato eficiente do ponto de vista econômico. Questionar o como, por que e para quem produzimos, o que produzimos e o que exportamos é fundamental. Mas para isso é preciso desmontar esses novos mitos que usam a tragédia climática para renovar o processo de acumulação capitalista.

O projeto de economia política que se apoia na reprimarização implica uma superexploração das terras, solos, águas e do trabalho. As evidências dessa superexploração são alarmantes: rompimentos de barragens, crises de abastecimento de água, aumento das emissões de gases de efeito estufa, contaminação por agrotóxicos, devastação de biomas e o aumento da insegurança alimentar.

Esses indicadores evidenciam um modelo de desenvolvimento que perpetua dependências e subdesenvolvimento, atendendo prioritariamente às necessidades de economias externas em detrimento das demandas da população local. É preciso disputar outro modelo de desenvolvimento que seja de fato soberano e justo. A inserção subordinada nas cadeias globais de valor gera a ausência de um projeto de soberania para os países, onde as decisões sobre o que produzir, como, para quem e em quais condições não são parte de um plano que assegure segurança alimentar, energética,

sustentabilidade ambiental e justiça social. É preciso comprar essa briga.

Referências Bibliográficas

BISPO, Fábio. **Transição energética gera corrida por minerais estratégicos com 5 mil requerimentos na Amazônia.** Infoamazonia. jun 2024 Disponível em [https://infoamazonia.org/2024/06/11/transicao-energetica-gera-corrida-por-minerais-estrategicos-com-5-mil-requerimentos-na-amazonia/#:~:text=Em%20390%20casos%2C%20as%20áreas,conserção%20\(UCs\)%20na%20Amazônia](https://infoamazonia.org/2024/06/11/transicao-energetica-gera-corrida-por-minerais-estrategicos-com-5-mil-requerimentos-na-amazonia/#:~:text=Em%20390%20casos%2C%20as%20áreas,conserção%20(UCs)%20na%20Amazônia). Acesso outubro de 2024

BOECHAT, Cássio Arruda. Os Fiagros, o capital fictício e a financeirização recente do agronegócio brasileiro **Rev. NERA** | Presidente Prudente, SP | v. 27, n. 2 | e10025 | 2024.

BRASIL. **Exportações do agronegócio fecham 2023 com US\$ 166,55 bilhões em vendas.** Agência, gov. Empresa Brasileira de comunicação EBC. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2023-com-us-166-55-bilhoes-em-vendas>. Acesso out 2024.

CAMPOS, Arnaldo de. **O custo da soja para o Brasil. Renúncias fiscais, subsídios e isenções da cadeia produtiva.** WWF/Instituto Clima e Sociedade. 2023

CPT Nacional. **Conflitos no campo Brasil 2023** / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia, 2024.

CPT. **Dados Parciais 2024: Violência no campo faz menos vítimas, mas os conflitos continuam em níveis elevados no 1º semestre.** Dezembro de 2024. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6998-dados-parciais-2024>

DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010

DELGADO, Guilherme e LEITE, Sergio Pereira. Agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. **Revista Rosa** número 2, volume 6. 14/12/2022. Disponível em <https://revistarosa.com/6/agro-e-tudo> Acesso em junho de 2023.

FASE. Titulação dos assentamentos rurais: o que está em jogo quando a mercantilização da terra é priorizada em detrimento da reforma agrária? / Paula Máximo de Barros Pinto; [organização Julianna Malerba]. (**Direito à terra e ao território**), Rio de Janeiro, 2023.

FASE. Direito e prioridade [livro eletrônico]: **pode a mineração se sobrepôr à reforma agrária?** O papel do INCRA na autorização de grandes projetos em áreas de assentamento a partir da Instrução Normativa 112 / Julianna Malerba... [et al.]. -- Rio de Janeiro. -- (Série direito à terra e ao território; 2024a

FASE. **Utilidade privada, despossessão pública.** Eva Carazo Vargas; Carmen Carro Barrantes; Dora Lucy Arias. Rio de Janeiro. 2024b

FERNANDES, Adriana. Governo abrirá mão de arrecadar R\$541 3,7 bi em 2025 com a concessão de benefícios tributários. **Folha de São Paulo.** sábado, 21 de setembro de 2024.

GARCIA, Nathalia. Rombo nas contas externas mais que dobra em 2024 e é o maior desde 2019. **Folha de São Paulo.** Mercado. 25 de janeiro de 2025.

LEITE, Acácio Zuniga. **A agenda da terra do século XXI: alterações legislativas, apropriações e aprofundamento das desigualdades no campo brasileiro.** Tese. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília. 2024

MAP (Ministério da Agricultura e Pecuária). **Incrá supera a marca de 400 mil documentos de titulação emitidos.** 02/09/2022. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/incra-supera-a-marca-de-400-mil-documentos-de-titulacao-emitidos> Acesso em out, 2024.

MITIDIERO Junior, Marco Antônio e GOLDFARB, Yamila. (2021) O Agro não é pop, não é tech e muito menos Tudo. **Análise.** ABRA/FES. Disponível e <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf> [acessado em setembro de 2024]

Submetido em 15/10/2024 – Aceito em 09/02/2025

DA NECESSIDADE DE RETRABALHAR A CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA EM NOVOS TERMOS

*ON THE NEED TO REWORK
GEOGRAPHICAL CARTOGRAPHY
IN NEW TERMS*

*SOBRE LA NECESIDAD DE
REELABORAR LA CARTOGRAFÍA
GEOGRÁFICA EN NUEVOS
TÉRMINOS*

Gisele Girard

Professora Associada no Departamento de
Geografia do Centro de Ciências Humanas e
Naturais da Universidade Federal do
Espírito Santo
gisele.girardi@ufes.br

Resumo

Visando contribuir com algumas considerações que fomentem o posicionamento da AGB frente ao complexo tema do impacto das geotecnologias nos modos como o espaço é pensado, produzido e mapeado na contemporaneidade, o texto se desenvolve a partir de dois focos complementares. O primeiro visa à apresentação sucinta das transformações pelas quais passou a produção social de mapas e mapeamentos e seus desdobramentos na Cartografia Geográfica desde o pós-II Guerra Mundial. O segundo apresenta um conjunto de termos que emergem de abordagens e práticas de mapeamentos articulados às tecnologias de comunicação e informação atuais. Estes termos vem sendo desenvolvidos em práticas e teorias da Geografia contemporânea e também em investigações de áreas do conhecimento que têm o espaço como objeto de interesse.

Palavras-chave:

Mapeamento, Geotecnologias, Geografia Contemporânea, Cartografia Geográfica

Abstract:

In order to contribute with some considerations to AGB's positioning regarding the complex issue of the geotechnological impact of on the ways in which space is conceived, produced and mapped in contemporary times, the text is developed based on two complementary focuses. The first presents briefly the transformations of the social production of maps and mapping and their consequences for the Geographic Cartography since the post-World War II. The second presents a set of emerging terms from mapping approaches and practices linked to current communication and information technologies. These terms have been developed in practices and theories of contemporary Geography and also in investigations of areas of knowledge that have space as an object of interest.

Keywords: Mapmaking, Geotechnology, Contemporary Geography, Geographic Cartography,

Resumen:

Con el objetivo de aportar algunas consideraciones al posicionamiento de AGB respecto de la compleja cuestión del impacto de las geotecnologías en las formas en que se concibe, produce y mapea el espacio en la contemporaneidad, el texto se desarrolla a partir de dos enfoques complementarios. El primero presenta brevemente las transformaciones de la producción social de mapas y cartografía y sus consecuencias en la Cartografía Geográfica desde la posguerra. El segundo presenta un conjunto de términos emergentes de los enfoques y prácticas cartográficas vinculadas a las actuales tecnologías de la comunicación y la información. Estos términos se han desarrollado en prácticas y teorías de la Geografía contemporánea y también en investigaciones de áreas de conocimiento que tienen al espacio como objeto de interés.

Palabras-clave: Mapeo, Geotecnologías, Geografía Contemporánea, Cartografía Geográfica

Prólogo contextual

A mesa-redonda “Do mapa ao app: cartografia, revolução digital e seus impactos na produção do espaço brasileiro” compôs o corpo dos debates propostos para o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG), realizado em São Paulo-SP, no mês de julho de 2024. A ementa desta mesa apresentou temas que necessitam aprofundamento para o posicionamento da entidade organizadora do evento, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), frente ao mundo contemporâneo.

A título de prólogo, extraiu-se da ementa da mesa-redonda questões, destacadas em itálico, que serão brevemente comentadas, mas não necessariamente aprofundadas no texto. Elas contribuem, contudo, na contextualização mais ampla do tema em tela.

Há impactos da digitalização cartográfica na percepção do território? Sem dúvida, há. É sintomático que a modalidade de mapas espontâneos de reconhecimento territorial, a que a comunidade geográfica comumente denomina de “mapa mental”, presente, cada vez mais, a estética de mapas de plataformas online, como GoogleMaps. Contudo, esta é somente a superfície do problema. A difusão das possibilidades de mapear com a utilização de aplicativos computacionais tem se transformado em uma espécie de “língua padrão” do mapeamento, que, como direito humano, deveria ser muito mais diverso. Não temos a noção exata de quantos modos diferentes de pensar o espaço, pautados étnicos, culturais e outros, estão sendo abandonados em favor de uma facilidade tecnológica de acesso a mapas e este é outro sintoma que esta questão faz aflorar.

Haveria limites dessa representação digital? Não parece haver limite no que se refere às possibilidades tecnológicas, que

avançam a passos muito largos, hoje mais induzidas pelo capital do que pelo estado, tendo como imagem midiática do rompimento de limites a exploração extraterrena. Parece haver, contudo, limite na ideia de representação como espelho e precisão, que encontra uma manifestação alegórica no mapa “um para um” de Jorge Luís Borges (no texto “Sobre o Rigor na Ciência” no livro *História Universal da Infâmia*):

... Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos dedicadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos (Borges, 1982, p. 117).

Um dos mais ricos debates atuais no que se refere aos mapas e mapeamentos é, justamente, sobre a ideia de representação, como re-apresentação de algo que já estava lá antes, e de precisão, a que o trecho de Borges alude. A representação como paradigma perde força nas análises da cartografia crítica contemporânea em favor de perspectivas pós-representacionais (Del Casino Jr.; Hanna, 2006; Rossetto, 2017), que defendem que mapas e mapeamentos são agentes no espaço, sintetizada na expressão: o mundo produz mapas tanto quanto mapas produzem o mundo (Kitchin, Perkins e Dodge, 2009).

A tecnologia reforça as disparidades territoriais? A assimetria de poder e oportunidades que existe nos territórios é reproduzida no digital, o que já foi ricamente apresentado e debatido por Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001) na proposição sobre os Quatro Brasis, baseada na difusão do meio-técnico-científico-informacional. Ao mesmo tempo, redes informacionais

promovem a homogeneização dos territórios. Isto pode ser notado tanto nos aspectos econômicos, que implicam modos padronizados de consumo que impactam a organização das cidades, especialmente das metrópoles, bem como padronização de receitas de insumos e de infraestruturas no campo, bem como nos aspectos de massificação cultural promovida pela mídia corporativa.

As empresas que concentram informações geográficas e pessoais poderiam moldar nossa percepção de território? Não só poderiam como o fazem o tempo todo. A controversa ação da Cambridge Analytica, empresa britânica de análise de dados e consultoria política, na crise que culminou com a saída do Reino Unido da União Europeia, processo conhecido como Brexit, é paradigmática neste aspecto (Guimón, 2018). Do mesmo modo, nossas percepções vão sendo moldadas a partir dos algoritmos com os quais são respondidas nossas buscas online sobre onde ir, onde se localiza, como nos dirigimos para. Como afirmou John Pickles,

As tecnologias não apenas tratam cada vez mais todos os dados e informações dentro de um cálculo universal e lógica binária, como também as práticas de imagem e mapeamento alcançam sem interrupção territórios diferenciados socialmente e historicamente, mas as próprias ferramentas permitem tipos de vigilância e intervenção que podem reestruturar a própria vida cotidiana (Pickles, 2004, p. 154. Tradução nossa).

Estas questões foram, como anunciado, extraídas da ementa da mesa-redonda “Do mapa ao app: cartografia, revolução digital e seus impactos na produção do espaço brasileiro” título que, também, se apresenta pleno de possibilidades de problematizações. Será que o único fluxo possível é “do mapa ao app”, uma via de mão única? Quando a palavra “cartografia” aparece no singular, a que

fundamentos, conhecimentos e práticas alude? O que teriam de tão revolucionárias as transformações tecnológicas do mundo atual? E para quem?

No presente texto, derivado da referida mesa-redonda, elegeu-se abordar os temas propostos para o debate e suas problematizações a partir da cartografia, mais especificamente da cartografia geográfica, em diálogo com a formação em Geografia em nível superior, visando contribuir com o pensar sobre o posicionamento da AGB nesta seara.

Introdução

Não cabe mais justificarmos a cartografia na Geografia somente em virtude de sua referência histórica original, ou mais precisamente, em razão da importância dos mapas no processo de institucionalização da Geografia. Não se pode, evidentemente, negar a função metodológica da produção e sobreposição de mapas temáticos nos estudos de Geografia regional no âmbito da Geografia Clássica, o que inculcou no pensamento da comunidade geográfica sobre sua própria ciência a ideia de que a cartografia é a sua linguagem privilegiada.

Evidentemente, mapas são uma das linguagens possíveis para que a Geografia possa se expressar. O que se busca chamar a atenção é que afirmar “a” cartografia e “a” linguagem, ênfase para os artigos definidos singulares, tem se mostrado uma armadilha perigosa que tenta fazer com que a Geografia se adéque a um tipo de mapa, o “mapa ocidental normal”. O termo “ocidental” desta expressão implica eleger, dentre a miríade de mapas e mapeamentos

que a humanidade produziu no decurso de sua existência, os que foram aperfeiçoados e utilizados no ocidente a partir de suas referências culturais e, principalmente, sociopolíticas, e instrumentalizaram processos pré-capitalistas e capitalistas de colonização, escravização, imperialismo e outros. Já o termo “normal” implica o uso de normas, um conjunto de procedimentos e elementos de construção e apresentação que tornariam tal mapa um documento de fé pública, já que fiel à ciência (que sistematiza as normas) e à organização societária (baseada no Estado moderno, ocidental e no capital), que delimita, nomeia e legaliza suas parcelas constitutivas (leia-se, as propriedades privadas).

Ou seja, ao falar de cartografia no singular, evocando o mapa ocidental normal, produz-se a equivalência entre o entendimento de espaço e o modo cartesiano em que se ampara o citado tipo de mapa. Um olhar rápido para a cartografia proposta na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) é suficientemente ilustrador do que aqui se argumenta, e atua, também, como força de bloqueio às necessárias mudanças nos modos como o trabalho com mapas deveria compor a formação em Geografia. Este tema não será aqui aprofundado, mas visa chamar a atenção para o fato de que o pouco envolvimento da Geografia nas questões teóricas e metodológicas que afetam a produção de mapas na contemporaneidade, vem fazendo com que a cartografia seja uma das áreas mais desatualizadas dos currículos de formação em Geografia no Brasil no presente (Girardi, 2023). E esta desatualização impacta diretamente o ensino básico, fazendo com que, em nome de um raciocínio geográfico baseado em pensamento espacial, retroceda – e em muito – a Geografia escolar, especialmente no que se refere às linguagens contemporâneas, aqui incluída a dos mapas.

O olhar, aqui, volta-se para uma nova constelação de termos, conceitos e práticas, ainda pouco trabalhados pela Geografia acadêmica brasileira, e menos ainda pelas disciplinas de cartografia, mas que têm sido dinamizadores de processos de mapeamento engendrados pela sociedade de modo cada vez mais ampliado. Estes temas, entendemos, precisam compor novas pautas da pesquisa e da formação em Geografia na contemporaneidade na perspectiva de produzir alguma alteração no quadro que hoje se apresenta.

O texto é constituído por dois focos complementares. O primeiro visa à apresentação sucinta das transformações pelas quais passou a produção social de mapas e mapeamentos e seus desdobramentos área de cartografia na Geografia acadêmica desde o pós-II Guerra Mundial. O segundo apresenta um conjunto de novos termos que emergem de abordagens e práticas de mapeamentos articulados às tecnologias de comunicação e informação atuais. Estes termos vêm sendo desenvolvidos na Geografia contemporânea, com maior efetividade por pesquisadores estrangeiros, e também em investigações de áreas do conhecimento que têm o espaço como objeto de interesse. Espera-se, com este percurso pelas transformações operadas nos modos de produzir mapas e as reverberações disso na sociedade e na Geografia, contribuir com algumas considerações que fomentem o posicionamento da AGB.

Cartografia e Geografia: perfil sucinto das transformações contemporâneas

O historiador Nicolau Sevcenko (2001) utilizou a metáfora da montanha-russa, com seus movimentos de ascensão, quedas vertiginosas, chacoalhos e loop, para falar da história recente do

mundo, sobretudo no que se refere às técnicas. O primeiro movimento, de ascensão, situado do século XVI até meados do século XIX, refere-se à fase de desenvolvimento tecnológico das elites europeias e seus impactos no aumento do poderio militar, de transportes e comunicações e científicos. A queda vertiginosa se refere à eclosão, no século XX, das guerras mundiais que mostrou a abominável aplicação do desenvolvimento tecnológico cujas bases haviam sido estabelecidas com a chamada Revolução Científico-Tecnológica. O desenvolvimento científico e tecnológico é retomado após a II Guerra Mundial, metaforizado no aumento da velocidade e dos solavancos na montanha-russa, com o conhecimento produzido sob a (e para os propósitos da) Guerra Fria. Por fim, o loop, que marca o período atual, a entrada no século XXI, caracterizado pela revolução da microeletrônica, movimento de extrema aceleração que produz um efeito desorientador. Assim o autor concluiu sua metáfora:

Ao chegar ao fim, desfigurados, descompostos, estupefatos, já assimilamos a lição da montanha-russa: compreendemos o que significa estar exposto à forças naturais e históricas agenciadas pelas tecnologias modernas. Aprendemos os riscos implicados tanto em se arrogar o controle dessas forças, quanto em deixar-se levar de modo apatetado e conformista por elas (Sevcenko, 2001, p.13).

A metáfora dos movimentos da montanha-russa é potente para o entendimento do mapa e da história das técnicas de mapeamento, vinculadas à formulação das noções de território e espaço. É no interior destes movimentos que podem ser situadas: a) a emergência de práticas mais ou menos institucionalizadas com mapas que respondiam a demandas do Estado e do capital (que

forjaram os mapas ocidentais normais, já mencionados); b) a institucionalização da Geografia como campo científico no final do Século XIX, que incorporou os mapas ocidentais normais em seus fazeres científicos e os elegeu como “a” sua linguagem; e c) a autonomização da Cartografia como ciência em relação à Geografia no contexto da II Guerra Mundial.

A II Guerra Mundial é um marco histórico relevante para entender as transformações ocorridas entre os campos disciplinares da Geografia e da Cartografia, que apresentam desdobramentos até o presente. Adveio, em meio a este conflito bélico, uma crise em relação aos geógrafos e seus mapas de até então, pois estes, herdados da tradição da corográfica e sistemática dos fazeres clássicos, mostravam-se disfuncionais para leituras e decisões rápidas que a guerra requeria (Barnes; Crampton, 2011). Isto se desdobrou em mudança de orientação do propósito de uma emergente ciência cartográfica, na qual a forma supera em importância analítica e procedimental o conteúdo (Salichtchev, 1983), sustentando os campos do design de mapas e da comunicação cartográfica que embasam, até hoje, a chamada “Cartografia Temática” presente nos currículos de formação em Geografia no Brasil. Naquele momento, os fazeres ligados aos levantamentos topográficos e produção de mapas de base que fundamentam, também até hoje, nos currículos, a chamada “Cartografia Topográfica”, já não pertenciam à esfera técnico-profissional e acadêmica da Geografia, pois se concentravam nos Estados-Maiores.

No pós-II Guerra, o rápido progresso nos instrumentos, metodologias e procedimentos operacionais, que implicaram transformações nos arranjos institucionais, técnicos e científicos, fez com que a cartografia deixasse de ser identificada como prerrogativa

da Geografia e as discussões sobre mapas passaram a ocupar cada vez menos espaço nas estruturas científicas desta ciência. Justamente por isso os currículos de formação em Geografia paralisaram o debate sobre cartografia neste momento histórico, mantendo a divisão Topográfica-Temática como natural (Fonseca, 2020).

Autonomizada da Geografia, a emergente ciência cartográfica intensificou seus debates sobre objeto e método e criou sua entidade própria, a International Cartographic Association (ICA), que passou a pautar suas questões epistêmicas. No que se refere à discussão paradigmática, inicialmente houve um consenso generalizado de que a Cartografia seria uma ciência da comunicação, compartilhando bases teóricas com outros campos similares – a exemplo da semiologia – e posteriormente, com o impacto da computação gráfica, alterou-se o paradigma para o da visualização cartográfica, também compartilhando bases teóricas com o campo geral da visualização científica. Em suma, cartógrafos buscaram dar respostas ao cada vez mais complexo campo dos mapeamentos que recebia em cheio as transformações tecnológicas e foram particularmente enfáticos quando a corporação se viu ameaçada pela apropriação social das práticas de mapeamento (Wood, 2003).

A partir dos anos 1990, a disseminação da informática e, um pouco depois, da internet e da geolocalização, instituíram as novas tecnologias de informação e comunicação e as geotecnologias, ampliando enormemente as possibilidades de circulação e de produção de mapas. Isto fez explodir antigos nichos de trabalho especializado do cartógrafo. Mapas passaram a povoar os dispositivos de navegação, comunicação e informação, a ser

apropriados e transformados pelas pessoas, customizados, acarretando uma incrível ampliação social da cultura do mapa.

Ao mesmo tempo, várias áreas das ciências humanas e aplicadas passaram a considerar a espacialidade como um elemento importante nos fenômenos que estudavam e, conseqüentemente, passaram a incorporar esta categoria em suas teorizações – a chamada “virada espacial” (Löw, 2013). A mudança paradigmática com a disponibilização técnica fizeram com que estes campos disciplinares encontrassem nos mapas e, mais ainda, nos mapeamentos, um dispositivo importante para suas investigações. Esta incorporação também é sensível no campo da arte e de ativismos diversos, o que pode ser chamado de campo ampliado das práticas cartográficas (Sperling, 2016) ou práticas críticas de mapeamento.

Crampton e Krygier (2006) sistematizaram as arenas de práticas críticas em artistas de mapa, hackeamento de mapas, mapas como resistência ou contra-mapeamentos e mapeamentos correntes ou cotidianos, sendo que tanto o hackeamento de mapas como os mapeamentos cotidianos são amplamente baseados em remixes em plataformas de mapeamento online, sejam comerciais, sejam abertas.

A transição tecnológica na cartografia interna à Geografia deu-se, primordialmente, pela introdução das geotecnologias, principalmente os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e o sensoriamento remoto, que ampliaram possibilidades de tratamento temático, estatístico e topológico, mas reforçam a espacialidade cartesiana – adequada para alguns temas da Geografia, mas absolutamente não para todos. Denis Cosgrove, em um texto de 2008 sobre cartografia cultural, fez uma reflexão interessante sobre as

dificuldades enfrentadas pela Geografia acadêmica para lidar com a cartografia:

Dada a estreita associação da cartografia com a ciência positivista [...] e o papel central que a cartografia desempenhou na exploração geográfica e no levantamento, liquidação e administração colonial, não é de admirar que o mapa tem sido um dos alvos mais consistentes para a desconstrução pós-moderna. Isto tem simultaneamente diminuído e melhorado o lugar da cartografia dentro da Geografia (Cosgrove, 2008, p. 162-163, Tradução nossa).

O paradoxo contido na citação – melhorar e, simultaneamente, diminuir o lugar da cartografia na Geografia – indica, uma vez mais, um descompasso entre teorias da Geografia e práticas da cartografia no interior de nossa ciência. Melhora porque vários subcampos da Geografia dialogam diretamente com campos das teorias sociais críticas, pós-estruturalistas, pós-coloniais ou decoloniais, o que lhes permite posicionamentos bastante críticos aos mapas ocidentais normais. Mas, também, diminui, pois ainda há pouco investimento teórico e metodológico visando mapas e mapeamentos alternativos para pensar o espaço contemporâneo e estes, quando emergem, ainda carecem de visibilidade e validação face ao peso da cartografia prescritiva e cartesiana que é amplamente reproduzida como “A” cartografia nos currículos de formação em Geografia.

A transformação das cartografias fora do campo acadêmico da Geografia, até o momento, parece provocar, neste, mais incômodos que incorporações. Não é incomum que mapas produzidos e circulantes no mundo recebam da corporação cartográfica, inclusive da instalada nas instituições geográficas, comentários como: “Agora

qualquer coisa é cartografia?” ou “Esses mapas não têm validade científica pois não apresentam os elementos necessários a qualquer mapa, como escala, rosa-dos-ventos e projeção” ou “Estes mapas são inúteis porque não são semiologicamente orientados”... dentre outras sentenças que significam, sobretudo, os estertores do colapso iminente de uma área de conhecimento que tem preferido impor regras aos que mapeiam na sociedade em vez de, com eles, abrir diálogos e expandir entendimentos.

A entrada no século XXI marcou o início da era em que o mapa ganhou ubiquidade na vida social, ressignificações e incorporações diversas nas ciências humanas, nas artes e nas práticas sociais de modo ampliado. Mapeamentos sempre foram forças agentes no tecido social, logo produtores de imaginações que conduzem ações que afetam o espaço (Massey, 2008). No período atual, dado o grau de difusão que alcançou, este processo se intensifica.

As palavras cartografia, mapa e mapeamento têm recebido, contemporaneamente, na prática social, uma grande diversidade de adjetivos, como alternativos, participativos, colaborativos, coletivos, existenciais, insurgentes e outras denominações correlatas (Girardi, 2021). A apropriação social do mapeamento é um fato que não pode ser ignorado, pois está a propor modos de entendimento da espacialidade contemporânea. Estes mapeamentos são um fenômeno geográfico, são ativos na produção do mundo. Falar, portanto, de “a” Cartografia, no singular é o mesmo que negar que esta pluralidade seja possível.

Evidentemente, isso não significa o abandono de todo conhecimento construído pela área. Trata-se, antes, de dosagem e disposição para trocas. Tanto os conhecimentos clássicos da ciência

cartográfica podem ser apropriados pelos sujeitos mapeadores, como estes podem trazer novas demandas e podem propor inovações metodológicas. Via de mão dupla que pressupõe aberturas dialógicas e uma boa dose de alteridade para que, a partir, inclusive, da produção social de mapas baseada em plataformas de geoweb, possa-se extrair outros possíveis para pensar mapas na Geografia.

Novas constelações: novos problemas e novas potências

Novas constelações de termos e conceitos emergem do atravessamento das tecnologias de localização, informação e comunicação na vida cotidiana com variadas possibilidades de mapeamentos. São constelações móveis, rizomáticas, que se conectam entre si em intensidades diversas e não hierárquicas, necessariamente. Pode-se dizer que são constelações do ciberespaço, na perspectiva de que os espaços contemporâneos são, inegavelmente, híbridos.

Considerando o relativo pouco conhecimento destes termos na comunidade acadêmica da Geografia, criou-se uma imagem para ilustrar, de modo reconhecidamente parcial e precário, a pluralidade de questões interconectadas, produzidas pelos novos termos e conceitos (Figura 1).

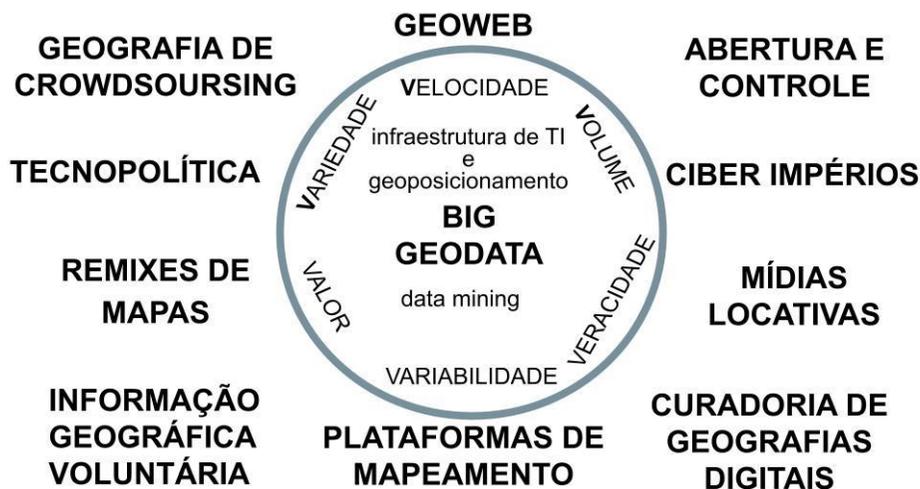


Figura 1 - Novos termos e conceitos que afetam os modos de produzir, usar e entender mapas no mundo contemporâneo: BigGeodata e práticas sociais que envolvem mapas e mapeamentos

Fonte: Organizado pela autora a partir da literatura referenciada.

É importante distinguir entre aquilo que se refere ao funcionamento da geoinformação no âmbito da Big Geodata (interior do círculo, na Figura 1), e as práticas, preocupações e conceitos (constelação de termos exterior ao círculo, na Figura 1) para pensar efeitos sociais e no espaço geográfico, “necessariamente estratégico para o desenvolvimento, ‘desigual e combinado’ ciberespaço” (Israel, 2021, p. 233).

O conceito de Big Data, que se refere à imensa quantidade de dados digitais produzidos e os modos de tratamento e armazenamento, adicionados à componente locacional têm recebido a denominação de Big Geodata. Para sua existência são necessárias as infraestruturas tecnológicas de informação e comunicação e de georreferenciamento. Se nos dados do Big Data as principais características eram as chamadas 3V, volume, variedade e

velocidade, o componente locacional acrescenta outros três V, veracidade, variabilidade e valor.

Boulaaba e Faiz (2018) explicam que há um aumento de volume da ordem de 20% ao ano de dados espaciais produzidos, que vêm de sensores, satélites, dispositivos de geolocalização que produzem vários terabytes de informação por hora. Há uma grande variedade de fontes que aportam formatos variados de dados espaciais. Velocidade envolve não somente a da geração de dados espaciais, como também a do processamento para fornecer informações úteis em tempo real. A veracidade foca na proveniência dos dados, requerendo modos de garantir que os resultados da análise derivem de dados confiáveis e corretos. Variabilidade se refere às variações nas estruturas de dados espaciais, como resolução e escala, que mudam constantemente o significado dos dados. Por fim, há o valor agregado após o processamento dos dados espaciais, que definem sua viabilidade de mercado. A exploração de dados espaciais visando à busca de padrões consistentes, conexões, correlações, de modo a gerar informação útil e até inovadora para uma demanda qualquer, é chamada de data mining ou mineração de dados.

Esta constelação é interna ao sistema e seu aprofundamento, estudo e avanço visa fornecer soluções para setores que produzem e se utilizam de dados digitais. A quantidade de recursos, profissionais, instituições, empresas e estruturas estatais envolvidas no funcionamento destes 6V é imensurável, mas é sintomático que empresas de tecnologia, como Amazon, Microsoft e Alphabet/Google estejam entre as mais rentáveis do mundo (Murphy; Schifrin, 2024).

A conexão das práticas cartográficas com cada termo do 6V é variável, a depender do tipo de mapa e mapeamento em foco. Questões sociais, políticas e científicas de processos que têm o Big Geodata como motor têm sido objeto de pesquisas e estudos recentes elaborados por geógrafos e geógrafas com foco em cartografia¹, mapa ou mapeamento, ou por pesquisadores de outras áreas que têm a espacialidade como preocupação. Os termos aqui selecionados – dentre tantos outros possíveis – são ciber império, mídias locativas, abertura/controla, tecnopolítica, geografia do crowdsourcing, curadoria de geografias digitais e informação geográfica voluntária, geoweb, plataformas de mapeamento e remixes de mapas, que dão uma pequena mostra das complexidades que precisam compor temáticas para repensar a cartografia na Geografia.

As geotecnologias, quando foram popularizadas, produziram fraturamento na hegemonia do Estado como detentor do poder sobre a produção de dados espaciais. Porém, mantiveram-se estáveis os referenciais geopolíticos pois, como afirmou Jonh Pickles, “A geopolítica do ciberespaço é, antes de tudo, uma geografia imperial do Ocidente / Norte / Primeiro Mundo, rico em recursos, implantada nos interesses específicos de revitalização econômica e acumulação de capital” (Pickles, 2004, p. 171. Tradução nossa). Não significou, portanto, uma quebra incômoda ao capitalismo, pois este, como diz Paulo Oneto (2013), é altamente imoral, sem limites e não teme romper toda uma série de fluxos e códigos próprios para garantir seu império, ou, no caso aqui, o ciber império.

¹Resultados de Projeto de Licença para Capacitação realizado pela autora em 2023, que analisou 100 artigos de revistas internacionais de Geografia publicados a partir de 2010 e que tinham cartografia como uma de suas palavras-chave.

O locacional que compõe o lucro, não é mais o local dos fixos, mas o movimento das pessoas, matéria prima para as mídias locativas. Como afirmou Alistair Fraser (2019) é como se nosso corpo fosse um farol, emitindo sinais que são capturados para fins comerciais e de vigilância. Ao aprofundar este debate, o autor opta por denominar esse modo de coleta de dados como “colonial”, pois os sujeitos digitais são “despossuídos e alienados dos próprios dados que geram” (Fraser, 2019, p. 193. Tradução nossa).

Henrique Parra (2016) discute que abertura e controle são dois processos combinados no que se refere à disponibilização de dados digitais. A abertura dos dados, sejam os disponibilizados pelos indivíduos voluntariamente, sejam aqueles capturados mesmo sem seu consentimento, apresentam duas faces. Podem promover melhorias do conhecimento para fins de avanço de uma área, a exemplo de dados de saúde, que podem ampliar o entendimento de doenças e aperfeiçoar seu combate. Mas, também, podem atuar como um mecanismo de controle, promovendo a discriminação (e a discriminação) de indivíduos, seja para fins de ofertas comerciais ou para impor penalidades, como, por exemplo, não aprovar o plano de saúde se a pessoa não disponibilizar seus dados. Os efeitos disso, afirma Parra, precisam ser considerados “num cenário mais complexo em que o campo de forças econômico e político (corporações, Estados etc.) é distribuído de forma assimétrica. De partida, temos atores com condições distintas de apropriação e uso dessa informação” (Parra, 2016, p. 40).

O que Henrique Parra afirma para dados digitais gerais ajuda-nos, também, a pensar em dados locais pois o mundo, hoje, é marcado pela ubiquidade de mapas, expressão que se refere aos novos modos como o capital transforma informações espaciais

em itens de valor de mercado (Pickles, 2004). Refere-se, também, ao hipermapeamento do mundo. Sob o argumento da democratização do acesso a dados espaciais, as tecnologias de dados e infraestruturas de captura ampliam o poder de vigilância, o que, após o 11 de setembro de 2001, transformou-se em uma expressiva “fetichização da capacidade das tecnologias geoespaciais de ‘atingir o terrorismo’” (Dodge, Kitchin, Perkins, 2011, p. 120. Tradução nossa).

Ao mesmo tempo em que dados espaciais se configuram como elemento de eficiência e segurança, geram os chamados espaços “inteligentes” como bairros inteligentes, cidades inteligentes, territórios inteligentes (Dallabrida, 2020). Esta inteligência deve ser lida como a máxima eficiência de tomada de decisões por protocolos pré-definidos a partir da máxima capacidade de coleta, integração e processamento de dados online. É a fina-flor do Big Geodata, para o que Estados e empresas direcionam muitos investimentos. Ao mesmo tempo, dispositivos tecnopolíticos, incluindo mapas e mapeamentos, se considerados criticamente podem promover a

visibilização de processos socioespaciais emergentes e conformações de espacialidades (intersubjetivas, urbanas, econômicas e culturais) não consideradas ou tornadas invisíveis pelas lógicas consensuais – entendendo-se que sem sua intervenção não seriam visíveis –, e dessa forma impactar o debate público sobre as questões visibilizadas (Sperling, 2023, p. 101/102.)

A face do controle dos dados espaciais tem sua contra face na abertura. Customizar plataformas de mapeamento online, remixando mapas, e fornecer informações geográficas em dispositivos eletrônico são ações absolutamente comuns no cotidiano (Coelho, Coelho e Girardi, 2021). Estas ações produzem espaço.

O compartilhamento online de mapas pode gerar força política, com a ampliação de possibilidades de contra cartografias (Kollektiv Orangotango+, 2018). A geografia do *crowdsourcing* torna-se um campo de interesse, uma vez que indica ampliação de uma cidadania baseada em mapas. Refere-se, antes de tudo, ao uso da web para compartilhamento de dados de pesquisa, de ativismos e outros, com pessoas e grupos de vários lugares do mundo, ampliando a visibilidade e o alcance analítico. Isto muda a produção de significados científicos, pois de uma produção baseada em poucos autores *para* muitos leitores, a produção passa a ser *com* muitos autores-leitores. Isso pode afetar a credibilidade das informações, é claro. A Wikipédia, como plataforma de produção coletiva de conhecimento, é um paradigma em que podemos nos apoiar para pensar as questões da geografia de *crowdsourcing*, termo cuja tradução aproximada é “sustentação pelo coletivo”.

Anonymous e Samuel Rufat (2015) narraram uma experiência deste tipo em relação à crise da Romênia, em 2012, que envolveu plebiscito para impeachment do presidente, manifestações de rua induzidas pela grande mídia e iminência de golpe militar. Segundo os autores, a geografia do *crowdsourcing*, naquele contexto, foi uma das forças que colaborou com a reversão do processo e retorno à normalidade democrática, anulando o plebiscito e restaurando os poderes presidenciais.

Se este exemplo indica uma ação política mais explícita de um grupo específico – muitos geógrafos e geógrafas envolvidos, inclusive –, há um outro componente que articula abertura e controle e que Alistair Fraser (2019) denomina de “curadoria de geografias digitais”. O autor se refere às ações específicas de indivíduos perante as redes, seus cliques de aceites, de não aceites, suas opções por

serviços, que geram implicações nos fluxos informacionais, econômicos e, por consequência, nos territórios. Fraser chama a atenção para a necessidade de estudar esta prática cotidiana pois ela gera, continuamente, novos mapas, pode alterar a configuração do espacial e desafia a forma concebemos o espaço geográfico.

A expansão do alcance social das plataformas de mapeamento online, comerciais ou de código aberto, além das possibilidades de remix de mapas, trouxe consigo iniciativas de agregação de informações aos mapas, a chamada “informação geográfica voluntária”. Christian Bitner (2017) discute que mesmo em experiências de compartilhamento de mapeamento em plataformas de código aberto, como a OpenStreetMap, questões sociais estruturais como as raciais, étnicas e de gênero também atravessam estes mapas. A depender do grupo de mapeadores, locais de certas práticas religiosas, estruturas de apoio para mulheres ou locais de manifestações étnico-culturais específicas são invisibilizadas. O mesmo que John Brian Harley apontou em relação aos mapas coloniais estadunidenses, em que elementos da paisagem e topônimos nos mapas foram ativos no processo de disseminação de preconceitos e apagamentos dos diferentes modos de vida dos povos originários (Harley, 1990), é reproduzido nos mapas aparentemente democráticos das plataformas online, sendo necessário o desenvolvimento de investigações sobre as práticas de *geoweb* (Bittner, 2017) e sua inclusão como pauta educacional.

A ampliação das possibilidades de produzir mapas online traz consigo toda a complexidade que se buscou enunciar com a eleição destes termos. Pode-se dizer que isto gera um crescimento exponencial do direito de mapear. Mas, isso também implica maior atenção no que se refere à privacidade e proteção de dados, pois o

direito de mapear é tão fundamental quanto o direito de não ser mapeado, de não ter os seus deslocamento cotidianos incorporados ao Big Geodata, gerando valor sem que se tenha consentido.

Doreen Massey (2008) apontou que se o espaço é um encontro de trajetórias até aqui e, por isso, é um futuro em aberto, a política é, então, a negociação da coexistência de humanos e não humanos no mundo. O mapeamento sempre está, cada vez mais, presente nas possibilidades da negociação do acabarmos juntos. Modos diferentes de mapear, resultados diferentes de mapeamentos, confrontados, são potentes arenas do debate político, ou como disse David Harvey (2006), “podem iluminar os problemas da escolha política”. O território não está dado antes dos mapas, mas os precedem: “eles inscrevem limites e constroem objetos que, por sua vez, se tornam nossas realidades” (Pickles, 2004, p. 145). Tais referenciais não mais permitem falar em cartografia no singular o que, como visto, implica mergulhar nas práticas de mapeamentos do mundo atual e aprender *com* eles. Um verdadeiro desafio para a Cartografia Geográfica contemporânea, entendida como o espaço-tempo curricular do debate da cartografia no interior da formação em Geografia.

Considerações finais: Qual seria o papel da AGB nesse cenário?

A AGB tem e sempre teve a importante tarefa de pautar debates e proposições fundamentais para o conhecimento do espaço geográfico brasileiro, para a educação geográfica escolar e para a formação, organização e atuação profissional, docente e técnica.

O que Milton Santos já elaborava, no fim do século passado, sobre o meio técnico-científico-informacional é potenciado pela digitalização do mundo que marca o primeiro quartil do nosso século. E isso se prolifera nos termos que foram exposto como constelações de problemáticas que articulam os mecanismos do Big Geodata com práticas sociais envolvendo mapas e mapeamentos. Os resultados destes arranjos afetam a produção do espaço em intensidades variadas e em velocidades inusitadas, apresentando questões fundamentais que para se pensar o espaço na contemporaneidade. Contudo, por vezes parece que a comunidade geográfica está, ainda, muito deslumbrada com os brilhos das telas e com a rapidez de feitura de mapas em aplicativos computacionais e encontra dificuldade de elaborar a crítica aos mapas tão “científicos” do SIG, tão úteis do GoogleMaps e tão didáticos do GoogleEarth, que mostram muito bem a Geografia que já sabemos.

Talvez o principal papel da AGB nesse quadro seja problematizar a cartografia institucionalizada na formação em Geografia, ou seja, pautar o campo disciplinar a partir dos debates e das leituras do espaço que fez e faz com tanta maestria. Talvez assim seja possível superar os impasses de uma cartografia de base cartesiana e estruturalista que controla a formação em Geografia no Brasil e é reproduzida na Geografia escolar, ampliando o escopo disciplinar para compreensão do modo como mapas e mapeamentos subjetivam, das estratégias do capital nesta dimensão do digital, das caixas-pretas do funcionamento dos mecanismos de abertura e controle do Big Geodata e de como podemos produzir leituras das informações geospaciais como elemento de pensamento sobre o espaço e sua produção.

Referências

ANONYMOUS and RUFAT, Samuel. Open Data, Political Crisis and Guerrilla Cartography. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v.14, n.1, p. 260–282. 2015.

BARNES, Trevor J.; CRAMPTON, Jeremy. Mapping Intelligence, American Geographers and the Office of Strategic Services and GHQ/SCAP (Tokyo). In: KIRSCH, Scott; FLINT, Colin (Eds.). **Reconstructing Conflict**. London: Routledge, 2011. Cap. 11, pp. 227-251.

BITTNER, Christian. Diversity in volunteered geographic information: comparing OpenStreetMap and Wikimapia in Jerusalem. **GeoJournal**, v. 82, p. 887–906, 2017.

BORGES, Jorge Luís. Sobre o Rigor na Ciência. In: _____. **História Universal da Infâmia**. Assírio e Alvim, 1982.

BOULAABA, Aroua; FAIZ, Sami. Towards Big GeoData Mining and Processing. **International Journal of Organizational and Collective Intelligence**. v. 8, n. 2, p. 60-74. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. 3ª versão, 2017.

COELHO, Ana Flávia Zambon; COELHO, Patrícia Silva Leal; GIRARDI, Gisele. Remixes de mapas: possibilidades de outras abordagens cartográficas na escola. In: XVIII Encuentro de Geografías de America Latina, 2021, Córdoba. **Anales do XVIII EGAL**. Córdoba, 2021. p. 1-4.

COSGROVE, Denis. Cultural cartography: maps and mapping in cultural geography. **Annales de géographie**, v.2, n. 660-661, p. 159-178, 2008.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. An introduction to critical cartography. **ACME: An international e-journal for critical geographies**, v. 4, n.1, p.11-33, 2006.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Da cidade inteligente, ao território inovador, rumo à inteligência territorial: aproximações teóricas e prospecções sobre o tema. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, nº 53, p. 46-71, 2020.

DEL CASINO JR., V. J.; HANNA, S. P. Beyond the “binaries”: A methodological intervention for interrogating maps as representational practices, **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, 2006, v. 4, n.1, p. 34–56.

DODGE, M.; KITCHIN, R.; PERKINS, C. (Eds.) **The Map Reader: Theories of Mapping Practice and Cartographic Representation**. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.

FONSECA, Fernanda Padovesi. Uma avaliação da cartografia geográfica brasileira: a ausência de reflexão teórica. *In: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Borges (org.). Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia*. São Paulo: Alameda, 2020. p. 69-96.

FRASER, Alistair. Curating digital geographies in an era of data colonialism. *Geoforum*, n. 104, p.193–200, 2019.

GIRARDI, Gisele. Cartografias sociais em diferentes contextos de aprendizagem. *Geographia Meridionalis*, v. 6, nº 1, p. 66-84, 2021.

GIRARDI, Gisele. Por que ensinamos o que ensinamos como cartografia na geografia? Fragmentos de um guia para deslocamentos. *In: OLIVEIRA, Aldo Gonçalves et al. (org.). Geografias e educação: singulares mãos docente*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023(b), p. 229-253.

GUIMÓN, Pablo. “O ‘Brexit’ não teria acontecido sem a Cambridge Analytica”. Entrevista com Christopher Wylie. *El País*, Londres, 26 mar 2018.

HARLEY, John Brian. Cartography, ethics and social theory. *Cartographica*, v. 27, n. 2, p. 1-231, 1990.

HARVEY, David. Space as a keyword. *In: CASTREE, Noel e GREGORY, Derek. (Org.) David Harvey: a critical reader*. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

ISRAEL, Carolina Batista. Um excuro sobre a Geografia da Internet e do ciberespaço: revisitando os legados teóricos. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 11, n. 2, p. 221-236, 2021.

KITCHIN, R.; PERKINS, C.; DODGE, M. Thinking about maps. *In: __ (Eds.) Rethinking Maps*. Routledge, 2009.

KOLLEKTIV Oranotango+ (Ed.). **This is not an atlas: A global collection of counter-cartographies**. Bielefel: TranscriptVerlag, 2018.

LÖW, Martina. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. *Tempo Social*, v. 25, n. 2, p. 17–34, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MURPHY, Andrea; SCHIFRIN, Matt. **The Global 2000**, Forbes, 2024. Disponível em <https://www.forbes.com/lists/global2000/>. Acesso em 15/09/2024.

ONETO, Paulo Domenech. A “lei mais profunda do capitalismo” e sua vigência: descodificação e desterritorialização. In: MARQUES, Davina; GIRARDI, Gisele; OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). **Conexões: Deleuze e Territórios e Fugas e...** pp. 121-138. 2013.

PARRA, Henrique. Abertura e controle na governamentalidade algorítmica. **Ciência e Cultura**, v. 68, n.1, p. 39-42, 2016.

PICKLES, John. **A History of Spaces: Cartographic Reason, Mapping and the Geo-Coded World**. Psychology Press, 2004.

ROSSETTO, Tania. Semantic ruminations on ‘post-representational cartography’ **International Journal of Cartography**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2017.

SALICHTCHEV, K. A. Cartographic communication: a theoretical survey. In: TAYLOR, D. R. F. (Ed.). **Graphic communication and design in contemporary cartography**. New York: John Wiley & Sons, 1983. v. II, p.11-36.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SPERLING, David Moreno. **Cartografias Críticas: ensaios tecnopolíticos e geopoéticos**, São Carlos, Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2023. (Tese de Livre Docência)

SPERLING, David Moreno. Você (não) está aqui: convergências no campo ampliado das práticas cartográficas. **Indisciplinar**, v. 2, p. 77-92, 2016.

WOOD, Denis. Cartography is dead (Thank god!). **Cartographic Perspectives**, n. 45, p. 4-7, 2003.

Submetido em 25/10/2024

Aceito em 17/02/2025

NEOLIBERALISMO E TERRITÓRIO COMO MEIO DE VIDA: CRÍTICA DA RAZÃO ANTROPOCÊNICA

*NEOLIBERALISM AND
TERRITORY AS A LIVING
ENVIRONMENT: CRITIQUE
OF ANTHROPOCENTRIC
REASON*

*NÉOLIBÉRALISME ET
TERRITOIRE COMME MILIEU
DE VIE : CRITIQUE DE LA
RAISON
ANTHROPOCENIQUE*

Marcio Cataia

Professor no Departamento de Geografia do
Instituto de Geociências da Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp) e
Pesquisador II do CNPq
cataia@ige.unicamp.br

Resumo:

O artigo discute a relação entre energias limpas e a transição energética, criticando o uso desse conceito como solução para as mudanças climáticas. A transição é vista como uma falácia, uma vez que existe uma simbiose entre diferentes fontes de energia, crescimento econômico e gases do efeito estufa, impulsionada pela acumulação de capital. Argumento que essa noção é uma ferramenta dos atores hegemônicos para encobrir uma crise societal profunda, originada com o neoliberalismo nos anos 1970. O Antropoceno, embora amplamente discutido, é apresentado como um termo que evita abordar as verdadeiras causas da destruição do território como meio de vida. Assim, ambos os conceitos se inter-relacionam, refletindo uma dinâmica complexa de poder e exploração da natureza.

Palavras-chave: neoliberalismo, território como meio de vida, Antropoceno, transição energética.

Abstract:

The article discusses the relationship between clean energy and the energy transition, criticizing the use of this concept as a solution for climate change. The transition is seen as a fallacy, as there is a symbiosis between different energy sources, economic growth, and greenhouse gases, driven by capital accumulation. I argue that this notion is a tool used by hegemonic actors to obscure a deep societal crisis that originated with neoliberalism in the 1970s. The Anthropocene, although widely discussed, is presented as a term that avoids addressing the true causes of territorial destruction as a territory as a living environment. Thus, both concepts are interrelated, reflecting a complex dynamic of power and exploitation of nature.

Keywords: neoliberalism, territory as a way of life, Anthropocene, energy transition.

Résumé:

L'article discute de la relation entre les énergies propres et la transition énergétique, en critiquant l'utilisation de ce concept comme solution aux changements climatiques. La transition est perçue comme une fallacie, car il existe une symbiose entre différentes sources d'énergie, la croissance économique et les gaz à effet de serre, alimentée par l'accumulation de capital. J'argumente que cette notion est un outil des acteurs hégémoniques pour dissimuler une profonde crise sociétale, née avec le néolibéralisme dans les années 1970. L'Anthropocène, bien que largement discuté, est présenté comme un terme qui évite d'aborder les véritables causes de la destruction du territoire en tant que milieu de vie. Ainsi, les deux concepts sont interconnectés, reflétant une dynamique complexe de pouvoir et d'exploitation de la nature.

Mots-clés: néolibéralisme, territoire comme milieu de vie, Anthropocène, transition énergétique.

Introdução¹

Quero agradecer dois convites gentis que me foram feitos. O primeiro deles para participar do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos em dois momentos, um na sua abertura, junto com outros colegas que também foram presidentes da Diretoria Executiva Nacional da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), e outro para debater na mesa redonda “A institucionalização da questão ambiental no século XXI: o papel da Geografia na crítica à transição energética” no dia 11 de julho de 2024. O segundo convite foi feito para compor com um artigo um número especial da Revista Terra Livre.

Antes de iniciar o artigo propriamente dito, também quero agradecer o profícuo debate que pudemos realizar por ocasião da mesa redonda, com minhas colegas Lorena Izá Pereira e Soraya Vanini Tupinambá, e meus colegas Dilermando Cattaneo e Carlos Bordalo, com quem aprendi um pouco mais sobre o tema. Além disso, as questões formuladas pelo público foram de grande valia para continuar a pesquisa que venho realizando há duas décadas sobre os nexos entre território e energia, um tema geral, amplo, que vem se desdobrando em muitas pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado.

Algumas palavras-chave são o *leitmotiv* deste artigo, conforme ementa da mesa redonda, são elas: as energias limpas – que envolve a renovação das materialidades –, a substituição de fontes poluentes de energia e as implicações nos usos do território

¹ O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa com o financiamento de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

que a adoção das novas tecnologias de geração de energia provoca. Estas temáticas estão englobadas no contexto da chamada transição energética. Em outro momento (Cataia e Duarte, 2022), fizemos a crítica do conceito de transição energética, utilizada desde os anos 1970 para substituir a palavra crise, menos palatável e mais sujeita a uma interpretação negativa do período. Em trabalho detalhado e baseado em dados empíricos, Zanutelli (2024) e Zanutelli e Silva (2024) argumentam que a transição energética é uma falácia. A hipótese que aventam é a de que ela é falaz quando apresentada como solução às mudanças climáticas, porque existiria uma *simbiose* (termo caro ao marxismo ecológico, especialmente em John Bellamy Foster) entre as diferentes fontes de energia, o crescimento econômico e os gases do efeito estufa, e este processo é capitaneado pela acumulação do capital, base de um sistema fundado nos metabolismos energéticos.

A transição energética, tal como a entendo, é um evento dentro do período que vivemos de globalização neoliberal e, portanto, concorda com a ideia de que uma das unicidades do período é a *mais-valia em escala global* (Santos, 2001). Para defender esta ideia, organizei meu artigo em duas partes, a primeira apresenta o quadro teórico e metodológico sobre como entendo o período atual e a segunda entra no tema da transição energética e sua falácia como “solução” redentora para as destruições de todas as ordens.

Defendo que o período que estamos vivendo é o da globalização neoliberal, e que a transição energética é um termo cunhado pelos atores hegemônicos globais para afastar, para obnubilar a existência de uma crise societária profunda, nascida com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970. Ele objetiva negar o núcleo nevrálgico do neoliberalismo, qual seja, de que ele se alimenta

das crises. O Antropoceno, como termo, como palavra difundida surge depois do termo transição energética e, claramente, como baliza, é mais disputado, justamente porque ele busca ser anódino o suficiente para evitar indicar o processo e a estrutura que move o “antropos”, a espécie humana, a destruir o planeta e mundo. São dois termos de uma equação de Janus midiaticamente sedutora: o Antropoceno é o negativo, uma força destruidora, já a transição é seu lado positivo, que demonstraria a capacidade do capital e das empresas em produzir energias limpas e retomar sob o controle “antropo” as rédeas da dominação da natureza.

Antropoceno: vertigem e racionalidade

Para muitos autores, conforme problematizam Bonneuil e Fressoz (2024), o Antropoceno (quando a humanidade se tornaria uma força geológica) é um acontecimento que abriria uma nova era decisiva e alternativa à *modernidade Ocidental*. Esta Era propugnava a distinção entre natureza e cultura, segundo uma concepção filosófica dualista que interpretava sujeito e objeto como entidades autônomas – ou em termos geográficos, que distinguia entre sociedade e natureza, como se fosse possível a sociedade existir isenta à condição natural, e como se o planeta (a primeira natureza) e o mundo (a segunda natureza) não condicionassem as ações sociais. Mas, o nascimento da razão científica foi fundado sobre a separação entre a razão e a emoção, com a promessa de que a racionalidade, a serviço das forças capitalistas da Revolução Industrial dominariam a natureza e retirariam dela tudo o que fosse necessário e demandado para o bem-estar da humanidade.

Assim, aos desbravadores e exploradores – principalmente na fase imperialista –, restaria a tarefa de abrir todas as fronteiras que “naturalmente” se erguiam à civilização. Movidos pelo mito da natureza hostil, selvagem e virgem, a *cupidez por terras virgens* (expressão devida a Nicolau Sevcenko) é magistralmente registrada por Dean (1996), ao narrar os muitos usos e abusos que exploradores cometeram na porção Sul do Brasil desde a colonização, mas com especial atenção para o século XIX, e aqui destaca-se a questão do fornecimento de energia para sustentar o ciclo do ouro e das pequenas siderúrgicas no interior do estado de Minas Gerais, bem como de engenhos de açúcar e torrefações de café, muito exigentes em lenha e carvão vegetal, daí Dean (1996) afirmar que a destruição da mata atlântica ia deixar fumaça como herança para as futuras gerações.

Contudo, tal como a mídia *mainstream* declara e certos meios especializados asseveram, hoje estaríamos conscientes dos limites do planeta, e contra as ilimitações “antrópicas” (um termo sem sujeito social) a emergência do Antropoceno colocaria em cena justamente os limites das ações humanas em face às revanches do planeta e do mundo, anulando, portanto, a cisão entre natureza e cultura, e entre história natural do planeta e história humana, porque o Antropoceno seria carregado por uma intenção diferente daquela que ocorreu durante os séculos XIX e XX, a da dominação da natureza, como se o sujeito humano moderno fosse externo à natureza e agisse de forma autônoma ao tratar “apenas” dos conflitos sociais. Em uma perspectiva economicista, chegou-se a cunhar o termo “externalidade” para fazer referência às destruições e degradações ao meio de vida, ou seja, ao território, que se bem gestado, administrado por experts, continuaríamos nosso rumo

(energointensivo) com destino ao progresso, ao desenvolvimento liberal, industrial e consumista, o que significa dizer, orientado a um futuro brilhante. Científica e academicamente, o Antropoceno seria uma importante ferramenta para fazer a crítica dos recursos (externos à sociedade) julgados infinitos do capitalismo fóssil. Ele demarcaria a finitude e os limites do mundo frente às ilimitações que pretendem um planeta sempre aberto a novas fronteiras de exploração, que implica em destruições.

O Antropoceno tem um valor inegável como termo que instrumentaliza o combate contra a combustão do mundo, especialmente se colocamos o termo no contexto da ecologia política de Bruno Latour, sobretudo em sua obra *Diante de Gaia* (2020). Contudo, como observaram Bonneuil e Fressoz (2024), a emergência do Antropoceno construiu uma narrativa fabulosa, a de que no passado a espécie humana destruiu o planeta inconscientemente, sem saber o que estava fazendo, mas com as evidências do aquecimento global, finalmente abrimos nossos olhos e agora sabemos o que fazer, opondo um passado cego a um presente claro, o que, evidentemente, despolitiza a história. E eu acrescento, apaga a geografia da exploração dos recursos. Para sermos coerentes com a unidade entre a natureza e a sociedade, é forçoso admitir que os recursos nunca foram puramente naturais, mas enredados na história. Sartre, em sua *Crítica da razão dialética* (1960) afirmou que as colônias entraram na história, na divisão internacional do trabalho, para resolver a escassez do outro, do europeu, e que a poluição nunca foi um problema enquanto permaneceu restrita aos lugares dos pobres, como nas minas de carvão. De certa maneira, há uma continuidade “cega” quando certos espaços, certas regiões do mundo de hoje são eleitas para “resolver” a transição energética,

como o triângulo do lítio na América do Sul, mobilizado para resolver a escassez “global” por fontes “limpas”.

Sem incorporar o processo histórico-geográfico, Paul Crutzen (2002) sublinhou que o Antropoceno demarca a Revolução Industrial como um momento de ruptura, no qual fontes de energia sólidas (inicialmente o carvão) foram desenterradas, tiradas da litosfera, transformadas em gases para compor uma nova atmosfera, alterando toda a biosfera, com as conseqüentes modificações na hidrosfera. Estas esferas naturais foram transformadas em favor de um tecnosfera, produto do trabalho social, que se ampliava à medida em que os espaços ecológicos eram contraídos.

Pode-se dizer que o Antropoceno começou na segunda metade do século XVIII, quando análises do ar preso no gelo polar mostraram o início do aumento das concentrações globais de dióxido de carbono e metano. Essa data também coincide com o projeto da máquina a vapor de James Watt em 1784. (Crutzen, 2002, p. 1)

Mas, antes mesmo de surgir o Antropoceno, já havia uma desconfiança em certos meios acadêmicos (da geografia) com o termo “ação antrópica”, muito utilizado para designar transformações no meio geográfico que decorrem das intervenções sociais, as quais promovem uma contração dos espaços ecológicos em detrimento do espaço tecnificado. E este desconforto com o termo provém do fato de que a chamada ação antrópica é um termo geral demais e sem a referência aos agentes (externos à natureza), apenas designando a forma, mas não o processo que dá origem às transformações, bem como há uma ausência da estrutura social que permite tais ações transformadoras e quais as suas funções sociais. Forma, função, processo e estrutura são as categorias do método analítico (Santos, 2014), sem as quais o fenômeno não pode ser captado em sua

inteireza, dentro de um processo de totalização. Como afirmaram Bonneuil e Fressoz (2024, p. 312), “se não fosse o Império, a Revolução Industrial teria sido fisicamente impossível”. A liberação dos gases do aquecimento global, a partir da Revolução Industrial, não teria ocorrido sem o Imperialismo e todas as relações de dominação que aí fervilharam, e tampouco tal sistema teria sido hegemônico sem sua fundação histórica fincada no colonialismo. Ou seja, o conceito de poder desaparece sob a generalidade da espécie humana.

A crítica à ação antrópica é extensiva ao termo Antropoceno, que é vazio em termos de agentes, de práxis. Bonneuil e Fressoz (2024, p. 106) citando Erik Swyngedouw, lembram que esta Era geológica bem poderia ser denominada de Oligantropoceno, porque ela é causada por uma pequena fração da humanidade e a grande narrativa do Antropoceno oculta, por trás da categoria abstrata de “espécie humana”, uma notável distinção nas responsabilidades e nas experiências entre as classes sociais, os gêneros e os povos. Se tomamos o caso do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), somos forçados a reconhecer que o delito foi praticado por uma grande empresa, e não pelos povos indígenas em luta pela permanência de sua cultura e seus territórios. Como afirmava Ana Clara Torres Ribeiro, é preciso dizer quem são as *personas*.

Ocultando a crise, o Antropoceno e a transição em direção às energias limpas criam uma psicoesfera tranquilizadora segundo a qual novíssimas tecnologias vão nos salvar, ou pelo menos servirão para inverter os processos de combustão do mundo. Como afirmam Dubey e Gras (2021), no estado atual, a “ecologia digital” promete a perenidade do mundo industrial livre de suas escórias, de uma

indústria sempre mais performante e eficaz, mais purificada, limpa de suas impurezas, descarbonada. Encontramos aqui um sentido causal a orientar o mundo político: continuamos com a mesma estrutura capitalista industrial/informacional/consumista – geradora de pobreza –, mas as geoengenharias nos levariam a um mundo melhor, portanto, podemos prosseguir, sobretudo agora com a inteligência artificial a criar milagres. Maximiza-se a intervenção científica e tecnológica, objetivando minimizar as destruições de todas as ordens, com o objetivo de legitimar a inovação dos processos industriais e informacionais energívoras. Sobre os grandes projetos industriais energívoras (como a metalurgia), muito já se publicou, mas agora a eles somam-se outros grandes objetos técnicos complexos, como os *Data Centers*. Conforme a Goldman Sachs (2023), em média, uma consulta ao ChatGPT precisa de quase 10 vezes mais eletricidade para ser processada do que uma pesquisa no Google. Uma única consulta ao ChatGPT requer 2,9 watts-hora de eletricidade, em comparação com 0,3 watts-hora para uma pesquisa no Google, de acordo com a Agência Internacional de Energia. A insuspeita instituição, Goldman Sachs Research, estima que a procura de energia nos *Data Centers* crescerá 160% até 2030. Em 2015 os principais *Data Centers* do mundo, dez deles localizados nos EUA e cinco na Europa, consumiam 200 TWh de energia, e a previsão é a de que em 2030 este consumo chegue a mais de 1.100 TWh.

O Antropoceno não é propriamente um *evento* (Santos, 1996), ele é a denominação de uma coisa, ou seja, ele não é a coisa, ele é o nome de um fenômeno. Um evento é aquilo que chega, não pode ser ignorado e muda a trajetória das sociedades, “obrigadas” a reagir frente ao novo. Neste sentido, o evento é referido à combustão do mundo, que altera todas as esferas da vida, e não ao nome que

damos ao evento. O Antropoceno é uma psicosfera, um discurso poderoso, para se referir a um momento de nossa história. E a psicosfera deste momento, deste evento, é prenhe dos discursos que nos convidam a entregar o planeta aos *experts* e à inteligência artificial, para “resolver” o problema. Este é o mundo dos especialistas, das grandes agências e organismos internacionais que deliberam sobre o que o mundo todo deve fazer, e não o mundo da democracia, da soberania popular. E não sendo democrático “sua” transição não poderia ser justa.

“Essa tragédia não vem do fato de a humanidade ignorar o que a espera [a crise ambiental, aquecimento, etc], mas de ser dominada por grupos econômicos, classes sociais e castas políticas que, sem abrir mão de nenhum de seus poderes e privilégios, querem prolongar o exercício da dominação por meio da manutenção da guerra econômica, da chantagem do desemprego, do medo dos estrangeiros”. (Dardot; Laval. 2017, p. 14)

Para Mhalla (2024), no contexto da rivalidade entre as potências tecnológicas dos Estados Unidos e da China, as *BigTechs* desempenham um papel central nas questões climáticas e nas desigualdades sociais, formando um ponto de tensão nos anos 2020. A crença na “climate tech” (que reagrupa o conjunto de soluções e tecnologias verdes promovidas por ecossistemas de *startups* e de fundos de capital de risco especializados em clima) como solução para os problemas ambientais reflete uma tendência de domesticar desafios por meio da tecnologia, buscando o progresso e o bem comum. No entanto, essa busca está cada vez mais privatizada, sujeita a critérios de concorrência e rentabilidade, o que pode tanto acelerar quanto retardar inovações significativas. A relação entre

tecnologia e clima não deve se basear em soluções simplistas, e a dependência de subsídios públicos ou *capitais de risco* (*venture capital* são fundos de investimento dedicados ao financiamento de *startups*) não é suficiente para resolver os problemas. Mas, as *BigTechs* e suas inovações, estão no centro dessa nova equação climática. Contudo, persiste uma contradição no sistema, onde a inovação ocorre sem considerar suas “externalidades negativas” (para usar uma expressão das dualidades), como a escassez de recursos e a produção de resíduos. O custo energético das tecnologias é crescente, com um consumo elevado de eletricidade e água por *Data Centers* e supercomputadores, além da rápida obsolescência de dispositivos. A democratização das inteligências artificiais amplifica esses problemas, enquanto a geopolítica dos recursos e a militarização dos suprimentos não são o meio para fazer avançar uma transição energética justa.

O mais surpreendente é que persiste uma esquizofrenia no sistema que parece não conseguir parar – esta é sua ilimitação – até que as catástrofes ocorram (Mahlla, 2024). Não se trata de um mero dualismo; o que se revela são profundas contradições. Os territórios se encontram fragmentados entre aqueles que usufruem das melhores tecnologias, inovações e modernizações e aqueles que são relegados à negação da coexistência (Ribeiro, 2024). Esses últimos são frequentemente instrumentalizados como mera fonte de recursos (Gottmann, 2012), utilizados para mitigar a escassez enfrentada por outros.

Globalização neoliberal: a transição energética do mercado

Toda a nossa trajetória histórica, até a Revolução Industrial, esteve intrinsecamente ligada à extração de energia da superfície do planeta, seja por meio da força dos músculos humanos e de animais domesticados, seja pela combustão da madeira ou pela utilização das correntes hídricas e dos ventos. Com a industrialização, durante parte do século XIX e todo o século XX, a ideia de uma *natureza-estoque* (Bonneuil e Fressoz, 2024), exterior à sociedade, criava a ilusão de depósitos inesgotáveis, com um inconveniente para os países imperialistas, que sempre foi a “má” distribuição dos favores da natureza e que, portanto, exigia dos imperialistas a tarefa de “humanizar” espaços antes entregues às forças da natureza que deviam ser controladas, dominados. Com a industrialização, empreendemos uma incursão profunda na crosta terrestre em busca de carvão, seguido pelo petróleo e pelo urânio; atualmente, os minérios raros se somam a esse "estoque".

Existem duas dimensões que se inter-relacionam de maneira complementar: os fluxos dinâmicos e instáveis, como a água, o vento e a radiação solar, e os estoques estáveis e consolidados, representados por recursos como carvão, petróleo, gás natural e urânio. Estas duas dimensões abrangem tanto a energia orgânica proveniente da superfície, que é renovável e intermitente, quanto a energia fóssil extraída das profundezas da Terra que, embora finita, possui uma densidade energética significativa.

Com os novos usos do vento e do sol como fontes primárias de energia, o capital (as empresas) adiciona à natureza-estoque, uma outra natureza, uma natureza-fluxo, já que o vento e o sol não podem ser estocados e são instáveis, e por isso precisam de sistemas técnicos de captura dos fluxos e imediata entrega ao consumo. Como a natureza-fluxo é inconstante, ou seja, a energia é intermitente –

dependendo da região, da estação do ano e da hora –, todos os sistemas “seguros”, que possuem energia estocada não podem ser descartados, portanto, há uma complementaridade e não uma substituição de fontes de energia. Essa geografia é extremamente complexa, já que em cada lugar, em cada região, a extração de cada uma destas fontes é diversa e as complementaridades são singulares.

Para Malm e Hornborg (2014) a narrativa do Antropoceno apresenta a humanidade, em uma supremacia biosférica, como dominando o Sistema Terra, especialmente no contexto das mudanças climáticas, atribuindo a combustão de combustíveis fósseis a características humanas, como a manipulação do fogo. No entanto, a economia fóssil não é um produto da humanidade como um todo, daí o questionamento ao uso da categoria de espécie na narrativa do Antropoceno. Ela é analiticamente falha e prejudicial para a ação. As desigualdades dentro da espécie humana são fundamentais para entender a crise ecológica atual e não devem ser ignoradas. A distribuição desigual é fundamental para a existência da tecnologia moderna baseada em combustíveis fósseis. A riqueza da modernidade tecnológica não pode ser universalizada, pois depende de uma divisão global do trabalho que acentua diferenças de preços e salários. A distribuição dessas tecnologias está ligada ao poder aquisitivo, refletindo acumulação de capital e consumo privilegiado de recursos, além de deslocar tanto o trabalho quanto as cargas ambientais. Apesar de mais de 200 anos de progresso, ainda vemos a tecnologia como uma solução mágica para problemas locais, ignorando suas implicações políticas e morais. Os sistemas tecnológicos globalizados representam uma troca desigual de trabalho e recursos no mundo. A economia moderna obscurece essa

assimetria, enquanto a acumulação desigual de recursos é visível em imagens de satélite, entre espaços opacos e espaços luminosos.

Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo (29/10/2022) o presidente da Eletronuclear, Sr. Raul Lycurgo Leite, defendeu o uso da energia nuclear ao propor o término das obras da usina nuclear de Angra 3, porque as usinas nucleares fornecem energia elétrica perene, diferentemente de fontes renováveis como a solar, já que segundo o ONS (Organizador Nacional do Sistema), quando a energia solar entra no sistema, por volta das 6 horas da manhã, sobe, atinge um pico ao meio-dia, depois começa a cair até o anoitecer. O raciocínio é o de que quanto mais energia intermitente é colocada no sistema, mais é preciso colocar fontes estocadas, como a dos grandes reservatórios hidrelétricos, contudo estes também vêm sofrendo intermitências pelas secas que atingem o território nacional. Assim, são chamadas a compor o quadro, as usinas térmicas, que são bastante poluentes e caras. A defesa é a de que a energia nuclear é segura e o receio de seu uso derivaria de preconceitos que precisam ser combatidos, e especialmente não emite CO₂.

Contudo, conforme Friedlingstein et al. (2024), as emissões globais de carbono provenientes de combustíveis fósseis atingiram um recorde histórico em 2024, com projeções de 37,4 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂), um aumento de 0,8% em relação a 2023. Apesar da necessidade urgente de cortes nas emissões para combater as mudanças climáticas, os pesquisadores não veem sinais de que o mundo tenha alcançado um pico nas emissões de CO₂ fósseis. Com emissões adicionais de 4,2 bilhões de toneladas devido a mudanças no uso da terra, as emissões totais de CO₂ devem chegar a 41,6 bilhões de toneladas. Nos últimos 10 anos, as emissões fósseis aumentaram, enquanto as de mudanças no uso

da terra diminuíram, resultando em um nível geral estável. Este ano, tanto as emissões fósseis quanto as de mudanças no uso da terra devem aumentar, exacerbadas por condições de seca e incêndios florestais. O nível de CO₂ na atmosfera continua a subir, contribuindo para um aquecimento global cada vez mais perigoso.

De fato, a questão é que nenhuma fonte, estocável ou fluída, é descartada em um sistema de consumo energívoras (a simbiose), cujo fundamento, diferente do que promete a transição energética, é acumulativo e não substitutivo, incluindo a energia nuclear e todos os sistemas técnicos (como o macrossistema elétrico nacional) sem os quais as fontes primárias não podem ser transformadas em produtos a serem efetivamente usados, e sob um sistema organizacional que nada tem de natural, mas responde por uma racionalidade que reorganiza as práticas sociais.

Em qual sentido, organiza as práticas sociais? No sentido de que a transição energética não é uma política econômica ou uma ideologia que leva os governos a adotar medidas em consonância com o que se acredita, mas enquadra-se em uma racionalidade de transformação das relações sociais ao construir uma psicosfera que chega ao campo das subjetividades, na crença de que é a ação antrópica a causa primeira da crise atual. A narrativa do Antropoceno é a de que a humanidade se tornou uma força geológica, e não apenas biológica, ao colocar em movimento, ao liberar forças danosas e sob as quais precisamos hoje aplicar nosso controle (as geoengenharias são um bom exemplo). O Antropoceno como conceito acadêmico e científico, desde que foi proposto por Paul Crutzen, foi colonizado pelo mercado, pelos capitalistas, e transformado em uma outra prática, aquela de aprofundamento do domínio sobre a

natureza. Ou seja, vai exatamente contra a proposição de unidade dialética entre os termos.

E o domínio reside no fato de que a transição energética não substitui antigas fontes por novas. Ela não é substitutiva, ela é “acumulativa e competitiva”. A acumulação está clara, como demonstramos em outro trabalho (Cataia; Duarte, 2022): 1) as fontes historicamente utilizadas não são descartadas²; 2) mas, mesmo que o sejam em certas regiões do globo, em favor de novas fontes – as mais difundidas são a fotovoltaica e a eólica –, seus sistemas técnicos correspondentes não são nada “renováveis” e o extrativismo mineral demandado para tais sistemas, constituem uma nova e conflitiva geopolítica envolvendo grandes empresas de atuação global e comunidades em processo de expropriação de seus bens naturais/culturais, como é o caso do lítio no triângulo do lítio na América do Sul (Cataia, Duarte, 2022); 3) sobretudo, a transição energética, ao diversificar as fontes de energia, não o faz dentro de um sistema público organizado para a complementaridade, mas entregue ao mercado, às empresas privadas, sendo ela regida pela competitividade. E é aqui que se desdobra um elemento analítico fundamental: a competitividade que é uma das bases fundamentais do neoliberalismo.

Segundo reportagem da revista Brasil Energia, no Simpósio Anual da Seção Latino-Americana da American Nuclear Society - LAS/ANS, de 2024 (realizado de 15 a 18 de julho no Rio de Janeiro), o presidente da Eletronuclear, Sr. Raul Lycurgo Leite, afirmou que as críticas de que a energia nuclear é cara e perigosa surgem no

² Ministro de Minas e Energia no Brasil, defende a importação de gás de Vaca Muerta (Argentina) para o mercado brasileiro. Disponível em <https://www.brasil247.com/blog/o-gas-da-argentina-e-a-integracao-energetica-na-america-do-sul>

contexto de defesa de interesses de outras fontes (Brasil Energia, 2024)

Depois de acidentes nucleares pelo mundo, e dois deles ainda estão muito presentes na memória – Chernobil e Fukushima –, é pouco provável que exista um consenso em torno da ideia de que a energia nuclear não seja perigosa, porque ela é perigosa e os dois eventos citados tiveram consequências dramáticas, e todas as suas implicações futuras ainda não podem ser avaliadas em sua inteireza. Mas, a questão, da perspectiva racional da produção de energia – tal como a defende o presidente da companhia –, de fato, há competição, “interesses” promovidos por grupos que fazem parte dos macrossistemas técnicos. Todo macrossistema é formado por subsistemas complexos: este é o caso da energia elétrica, pois só na geração de energia elétrica, encontram-se uma variada gama de agentes produtores, que vão desde imóveis residenciais (com seus painéis fotovoltaicos), passando pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas, até os grandes geradores como as Usinas Hidrelétricas. Ainda, há o sistema de Transmissão – o do Brasil é o maior do mundo em extensão – e os sistemas de Distribuição, que são locais, citadinos e agrupam municípios cujo fornecimento é realizado, em sua grande maioria, por empresas privadas. Neste universo, a presença das empresas (na geração, transmissão e distribuição) e seus “interesses” têm a maior relevância.

A competição entre as mais diferentes fontes de energia não é nova, em verdade elas permanecem em simbiose. O que existe de novo hoje, é a competitividade como elemento definidor dos investimentos, em sua face financeira. É claro que as regiões com alta insolação e aquelas com ventos favoráveis serão as escolhidas para os investimentos em energias fotovoltaicas e eólicas, contudo,

não existe determinismo geográfico. Estudo realizado por Meira et. al (2021), analisa a competitividade econômica das fontes de energia eólica *onshore* e solar fotovoltaica no Brasil, utilizando a metodologia do Custo Nivelado de Energia (*Levelized Cost of Energy*, LCOE) como principal critério de comparação. Este custo envolve basicamente o cálculo de duas variáveis, custos de investimentos e de operacionalização, quando colocados em determinados cenários que envolvem marcos legais, comportamento das empresas nas bolsas de valores e a cotação do dólar. O LCOE é calculado para estimar o custo de produção de 1 MWh de energia elétrica a partir de diferentes fontes. Essa métrica permite comparar a atratividade econômica das fontes renováveis com outras fontes de energia. Os autores afirmam que no curto prazo, embora a energia eólica *onshore* e a solar fotovoltaica sejam mais competitivas que termelétricas a carvão, hidrelétricas e nucleares, ainda precisam de apoio de políticas energéticas, como facilitação de crédito para renováveis e desincentivos para fontes poluentes, para se tornarem mais atrativas. Concluem os autores (Meira, et. al, 2021)

Diante desse cenário, o argumento de que tais fontes contribuem favoravelmente à transição para uma matriz energética mais limpa e eficiente será fortalecido por uma perspectiva econômico-financeira também favorável, à medida que o barateamento nos custos e, por conseguinte, a maior competitividade, viabilizem mais investimentos nessas fontes.

A viabilização dos investimentos resulta obviamente do interesse dos acionistas na contabilidade empresarial. Os gastos com ativos recém-adquiridos geram despesas com depreciação e amortização. Investidores analisam com cuidado empresas que requerem altos investimentos em ativos, pois elas investem antes de

obter retorno, que pode não se concretizar. O fluxo de caixa livre é crucial para os acionistas, pois representa o montante disponível para sua apropriação. Ou seja, a transição energética está eivada por cálculos financeiros e contábeis, lógicas extremamente racionalizadas que definem a métrica neoliberal.

Para Knuth (2018), projetar (*reimagining*) as infraestruturas energéticas para o século XXI nos EUA envolve um dilema econômico que gera conflitos entre diferentes setores. De um lado, defensores do desenvolvimento científico e tecnológico buscam uma transição para a energia limpa, enquanto tentam superar falhas anteriores, como o colapso da "cleantech" no Vale do Silício e as tensões comerciais com a China (líder do mercado mundial da energia fotovoltaica, com base em tecnologias maduras). Certos grupos de empresários acreditam que são necessárias inovações radicais para transformar o setor, enquanto outros defendem a implementação em larga escala de tecnologias já existentes, como a energia solar e eólica, que já demonstraram competitividade de custos. Há um claro conflito sobre as escolhas futuras, ou seja, há uma competição acirrada em torno à transição energética, com um novo populismo que emergiu em torno do declínio do carvão (como o que ocorreu durante as eleições presidenciais norte-americanas de 2016). Enquanto as indústrias de combustíveis fósseis resistem às energias renováveis, muitos defendem que o desenvolvimento de tecnologias já maduras deve ser priorizado. Bill Gates e outros bilionários formaram a Coalizão de Energia Inovadora, promovendo a ideia de que mais inovações são essenciais para mitigar as mudanças climáticas (Bill Gates é um grande investidor da energia nuclear). No entanto, críticos argumentam que essa ênfase em P&D pode desviar recursos de iniciativas de implantação imediata,

essenciais para enfrentar a crise climática. O debate destaca a necessidade de equilibrar inovação e implementação, considerando as realidades econômicas e políticas atuais, sobretudo, porque envolve a hegemonia da economia norte-americana no mundo.

Esta competitividade entre investidores de diferentes campos não é referida apenas a uma disputa entre diferentes visões e projetos de políticas públicas, envolvendo inclusive o poder norte-americano no mundo. Para Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo não é apenas como uma política econômica, mas um novo modo de governamentalidade, a qual diz respeito a um modo de condução da vida em sociedade, uma verdadeira forma de dominação. Além disso, a proposta dos autores concorda com Brown (2021), quando ela afirma que diferentemente da ideologia – uma distorção da realidade –, a racionalidade neoliberal é produtiva, no sentido de que tem o poder de moldar o mundo, economizando todas as esferas da sociedade. Esta prática substitui um modelo de sociedade baseada em um contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada segundo os preceitos do mercado, e com governos que são orientados pelas demandas do mercado (incentivar este ou aquele e desincentivar outros). Neste sentido, como falar em justiça, ou “transição energética justa”, em um mundo organizado segundo os preceitos do mercado? Esta questão é da maior relevância para avançarmos em uma perspectiva de justiça sócioespacial.

Não se trata de uma ideologia, mas de uma racionalidade que permeia diversas esferas da vida social, transformando a lógica do Estado e da sociedade, promovendo a ideia de que tudo deve ser tratado como um mercado, onde a competição e a eficiência são os princípios fundamentais. Tal como propugnava politicamente Margaret Thatcher, na nova sociedade neoliberal não haveria

sociedade, apenas indivíduos. Por isso, a compreensão de que o neoliberalismo se baseia no princípio de que o indivíduo deve ser visto como um empreendedor de si mesmo, responsável por sua própria vida e sucesso, o que resulta em uma desresponsabilização do Estado em relação ao bem-estar social. Essa visão implica a privatização de serviços públicos, a desregulamentação de mercados e a promoção de políticas que favorecem o capital em detrimento da proteção social e do território usado, do território como meio de vida. Dificilmente, a justiça poderia ser encaixada dentro de um campo político refratário à coesão social.

O neoliberalismo é uma forma de governamentalidade que molda comportamentos e relações sociais, promovendo a lógica do mercado como a principal referência para a organização da vida em sociedade. Neste modo de dominação, que inclui a dominação da natureza (primeira e segunda), a distinção da sociedade de um lado e a natureza do outro permanece no centro do Antropoceno. E o antropo é colocado isolado do que ele próprio produziu, como o agente por excelência da destruição do planeta. Como se existisse o planeta de um lado e o humano do outro. Voltamos à figura de Frankenstein utilizada por Wendy Brown (2021) como alegoria explicativa do período atual, que envolve criação, criatura, ambição desmedida – sem limites – e a responsabilidade moral sobre a natureza da humanidade e os limites morais de certa ciência que se coloca a serviço do mercado.

Considerações finais

O tema de territórios como recurso, que são pilhados, roubados, para a realização do lucro no centro do sistema é bastante

conhecida e difundida. Contudo, como afirmam Dardot e Laval (2017), ela parece ser essencialmente negativa, reativa, defensiva. Os processos visados pela crítica, de fato, exigem a resistência às ilimitações que o capital desenfreado está cometendo. Mas, outras formas não institucionais e institucionais de lutas (Zibechi, 2022) têm demonstrado que uma outra globalização é possível, para usar uma expressão de Milton Santos (2001).

A crítica à transição energética precisa ser feita, porque permite colocar os termos e os agentes com os quais é preciso lidar para superar e propor alternativas válidas, justas e democráticas. Neste aspecto, um ponto da maior relevância, que já foi, por muitos, enunciado: a transição energética circula por dentro da globalização neoliberal, ela não é o período. Ela é competitiva e mantém o princípio de que o domínio da natureza – por meio de maior avanço científico e tecnológico – nos salvará redentoramente a todos.

Neste sentido, o centro da luta democrática por justiça e igualdade se coloca na superação do princípio da competitividade que invadiu todos os espaços, chegando ao nível individual do “empreendedor de si mesmo”. Esta perspectiva nega a sociedade e coloca o indivíduo como uma expressão da racionalidade individual do indivíduo que luta pelo interesse de progredir. Graças ao trabalho, à atividade laboriosa, a sociedade é ao mesmo tempo produzida e produtora, o que possibilita a realização concreta da riqueza social.

Esta perspectiva também nega o território usado, o território como meio de vida, e concebe apenas o território do Estado, lugar de exercício do poder do Estado, cujo processo de dominação societária e territorial está no centro dos nexos entre Estado e mercado. Como afirmou Santos (1996), o território é produzido, mas depois de produzido ele condiciona as ações sociais, econômicas, políticas,

sendo também produtivo. Portanto, todas as novas materialidades da “transição energética” (parques eólicos, fazendas solares, macrossistemas técnicos, etc), sem dúvida alguma, vem condicionando futuros possíveis, especialmente quando projetadas e administradas segundo a lógica do mercado, da competição, não sendo nem justas e nem democráticas. Aqui, a superação desse território usado como recurso do capital, está alojada na capacidade de compreender que o território não é um mero reflexo das ações sociais, mas retorna, em revanche – como Frankenstein – como uma forma de dominação social ao ser construído, ao ser produzido para ser produtivo a certos grupos e às grandes empresas. A superação reside na compreensão de que o território é um meio de vida e como meio de vida sintetiza todas as esferas da existência.

Referências

Akrich, Madeleine. Comment décrire les objets techniques? **Techniques et culture**, 1987, 9, pp.49-64. Disponível em halshs-00005830

Bonneuil, Christophe; Fressoz, Jean-Baptiste. **O acontecimento Antropoceno**. A Terra, a história e nós. São Paulo: Quina; Campinas, Editora da Unicamp, 2024 (1ª Ed. 2013).

Brasil Energia. **Crítica à competição predatória entre fontes de energia. Brasil Energia**. Disponível em: <https://brasilenergia.com.br/energia/nuclear/lycurgo-critica-competicao-predatoria-entre-fontes-de-energia>. Acesso em: 14 out. 2024.

Brown, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do Século XXI. In Albino, Chiara; Oliveira, Jainara; Melo Mariana (Orgs.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Editora Seriguela, 2021, p. 91-152.

Cataia, Márcio; Duarte, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da Anpege**, Vol. 18, nº 36, 2022, p. 764-791.

Crutzen, Paul. Geology of mankind. **Nature** 415, 23, January, 2002.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **Dominer**. Enquête sur la souveraineté de l'État en Occident. Paris: La Découverte, 2020.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **Comum**. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017 (1ª Ed. 2014).

Dean, Warren. **A Ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Dubey, Gérard; Gras, Alain. **La servitude électrique**: Du rêve de liberté à la prison numérique. Paris: Éditions du Seuil, 2021, (Edição do Kindle).

Friedlingstein, Pierre, et al. Global carbon budget 2024. **Earth System Science Data**, Preprint, 13 November 2024. Disponível em <https://essd.copernicus.org/preprints/essd-2024-519/essd-2024-519.pdf>

Goldman Sachs. **AI poised to drive 160% increase in power demand**. Goldman Sachs, 2023. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/articles/AI-poised-to-drive-160-increase-in-power-demand>. Acesso em: 14 out. 2024.

Gottmann, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, nº 3, p. 523-545, 2012.

Knutha, Sarah. “Breakthroughs” for a Green Economy? Financialization and Clean Energy Transition. **Energy Research and Social Science**, Special Issue: Energy Infrastructure and the Political Economy of National Development, Gavin Bridge, Begüm Özkaynak and Ethemcan Turhan, Eds. Forthcoming, 2018.

Latour, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

Mahlla, Asma. **Technopolitique**. Comment la technologie fait de nous soldats. Paris: Editions du Seuil, 2024.

Malm, Andreas ; Hornborg, Alf. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. **The Anthropocene Review**, Volume 1, Issue 1, Pages 62-69, April 2014.

Meira, Erick; Frade, Diego; Casagrande, Marcelo; Santos, Luan. **Competitividade das fontes eólica e solar no Brasil em diferentes horizontes e implicações práticas**. Publicado em 07/07/2021. Disponível em <https://eixos.com.br/energia->

[eletrica/competitividade-das-fontes-eolica-e-solar-no-brasil-em-diferentes-horizontes-temporais-e-implicacoes-praticas/](#)

Ribeiro, A. C. T. (2024). Oriente negado: cultura, mercado e lugar. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 2, n° 1, p. 97-107, 2024

Santos, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014.

Santos, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

Santos, Milton. A revanche do território. **Jornal Folha de São Paulo**, 03/08/1997. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/03/opiniaio/8.html>

Santos, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Sartre, Jean Paul. 1960. **Critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1960.

Zanotelli, Claudio. Sem transição: genealogia da invenção da “transição energética”, uma leitura do historiador Jean-Baptiste Fressoz. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 18, n° 2, 2024, p. 82-132.

Zanotelli, Cláudio Luiz; Silva, Ana Paula F. de C. A falácia da transição energética: o caso do Brasil e da Petrobras. **GeoUerj**, Edição Especial XVII Geocrítica, 2024. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/87783>

Zibechi, Raul. **Territórios em rebeldia**. São Paulo: Elefante, 2022.

Submetido em 25/11/2024

Aceito em 12/03/2025

A BARBÁRIE DE CRISE DO PROGRESSO CAPITALISTA E O INTERMINÁVEL TEMPO DO FIM

*THE BARBARITY OF THE CRISIS
OF CAPITALIST PROGRESS AND
THE ENDLESS TIME OF THE END*

*LA BARBARIE DE LA CRISIS DEL
PROGRESO CAPITALISTA Y EL
TIEMPO INTERMINABLE DEL FIN*

Ana Carolina Gonçalves Leite
Professora Adjunta no Departamento de
Ciências Geográficas na Universidade Federal
de Pernambuco (UFPE)
carolina.gleite@ufpe.br

Resumo:

O texto foi escrito para atender ao convite para intervenção na mesa “A geografia histórica do capitalismo e o progresso da barbárie” do VIII CBG. Dialogamos inicialmente com a proposta de ementa para a mesa, que sugere a crítica devida dos fundamentos que conectam progresso e barbárie como lados da mesma moeda. A partir disso, enfrentamos de modo ensaístico a pergunta legada pela literatura de Joseph Conrad sobre a implicação da civilização na barbárie colonial: da promoção à representação. Desde aí, desdobramos uma leitura da geografia histórica do capitalismo, crítica a análises espaciais de extração dualista, desigual e combinada e/ou que sustentam a reprodução das condições de acumulação na eterna recriação da acumulação primitiva, territorialmente localizada como espaço de recriação da barbárie. A problematização sugere a necessidade de incluir a dinâmica temporal crítica da reprodução do capital como momento necessário para a crítica da análise espacial centrada apenas na desigualdade, do horizonte progressista de superação e da atual barbárie de crise do progresso do capitalismo mundial.

Palavras-chave: análises espaciais da desigualdade, crítica do desenvolvimento capitalista, dinâmica temporal da reprodução do capital, crise, barbárie do progresso.

Abstract:

This text was written for the panel “The historical geography of capitalism and the progress of barbarism” at the 8th CBG. We discussed the proposed menu, which suggests a critique of the foundations that make progress and barbarism sides of the same coin. We then address the question raised by Joseph Conrad about the implication of civilization in colonial barbarism. Subsequently, we unfold a reading of the historical geography of capitalism, criticizing spatial analyses of dualistic, unequal and combined extraction and/or the eternal re-creation of primitive accumulation as a space for the re-creation of barbarism. The problematization suggests the need to include the critical temporal dynamics of the reproduction of capital as a necessary moment for the critique of spatial analyses focused only on inequality, the progressive horizon of overcoming and the current barbarism of the crisis of progress of world capitalism.

Keywords: spatial analysis of inequality, critique of capitalist development, temporal dynamics of capital reproduction, crisis, barbarism of progress.

Resumen:

Este texto fue escrito para el panel de debate «La geografía histórica del capitalismo y el progreso de la barbarie» en el 8º CBG. Dialogamos con el menú propuesto, que sugiere una crítica de los fundamentos que conectan progreso y barbarie como caras de la misma moneda. Entonces abordamos la cuestión planteada por Joseph Conrad sobre la implicación de la civilización en la barbarie colonial. Después desplegamos una lectura de la geografía histórica del capitalismo, crítica de los análisis espaciales de extracción dualista, desigual y combinada y/o de la eterna recreación de la acumulación primitiva como espacio de recreación de la barbarie. La problematización sugiere la necesidad de incluir la dinámica temporal crítica de la reproducción del capital como momento necesario para la crítica de los análisis espaciales centrados sólo en la desigualdad, del horizonte progresista de superación y de la barbarie actual de la crisis de progreso del capitalismo mundial.

Palabras-clave: análisis espacial de la desigualdad, crítica del desarrollo capitalista, dinámica temporal de la reproducción del capital, crisis, barbarie del progreso.

Introdução

Esse texto foi escrito para atender ao convite para uma intervenção na Mesa Redonda de número 20, última do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG), “AGB 90 anos: Geo-grafando para construir o Brasil”, com o título “A geografia histórica do capitalismo e o progresso da barbárie”, ao lado das Profas. Dras. Alexandrina Luz Conceição e Ana Fani Alessandri Carlos, ocorrido entre 07 e 12 de julho de 2024, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (DG/USP).

A ementa proposta para a mesa destaca o papel da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) durante os últimos 90 anos no delineamento e na consolidação de abordagens teóricas críticas à apologia do desenvolvimento, do progresso e da civilização, engajadas em demonstrar serem esses momentos do processo de valorização do valor e da produção do espaço como mercadoria, com uma atenção especial às análises territoriais. Convoca, além disso, a pensar a barbárie contemporânea que nos assola, de modo a conectá-la com seus fundamentos em busca de uma problematização da forma fetichista e crítica de reprodução social, em sentido mais amplo.

Como ocorre apenas de 10 em 10 anos, intercalando os bianuais Encontros Nacionais de Geógrafas e Geógrafos (ENG), o CBG busca reunir a comunidade geográfica para dialogar sobre pautas hodiernas ao passo que realiza um balanço dos próprios recursos teórico-metodológicos para pensar tais problemáticas, buscando entender como tais limites repercutem inclusive nas dificuldades organizativas da associação. Assim, o espaço é de reflexão crítica e autocrítica, que permita desdobrar gargalos, de

maneira a, no mínimo, produzir novos questionamentos, alargando os horizontes da caminhada.

Esse texto foi escrito em tom mais ou menos coloquial, para ser falado, e para a publicação nos limitamos a ajustes que possibilitassem melhor referenciar as diversas fontes aludidas, sem alterações mais significativas no estilo. Do ponto de vista metodológico, o texto reúne reflexões realizadas nos últimos vinte anos de formação em torno de uma crítica radical do valor, do trabalho, do dinheiro, do patriarcado e do racismo, predominantemente de modo coletivo, nos grupos de estudo realizados no Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo (LABUR/USP), dentre eles, sobretudo no Grupo de Sexta (TOLEDO *et al.*, 2012) – e, posteriormente, numa espécie de prolongamento da mesma estratégia de formação e autoformação primeiro no Laboratório de Estudos Territoriais da Universidade Federal do Espírito Santo (LATERRA/UFES) e depois no Grupo de Segunda, no Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (DCG/UFPE). São considerados, evidentemente, elementos de uma totalidade concreta histórica e/ou atual, de forma ensaística, reunindo elementos como em uma constelação para sustentar as devidas mediações e nexos com as análises teóricas comprometidas com uma crítica radical da socialização cega e tautológica, e por isso tão barbaramente destrutiva, existente.

A revisão de literatura mobilizada remete, por sua vez, a um programa de estudos desses coletivos, voltado ao desdobramento dessa crítica adequada tanto aos dias correntes como à periferia do capitalismo. Algumas sugestões, entretanto, devo mais diretamente ao olhar arguto do amigo e professor Marildo Menegat, em

conversações calorosas sobre a catástrofe que nos aplaca, num encontro no Rio de Janeiro, em maio de 2024, quando ele me chamou a atenção para a novela curta “Um posto avançado do progresso”, de Joseph Conrad, sugestão, dentre outras, que me serviram como uma luva para a conversa que eu gostaria de propor por ocasião do VIII CBG. A ele agradeço as trocas sempre lúcidas e vivazes.

Preâmbulo

É um enorme prazer estar aqui, partilhando desse momento em que a geografia brasileira se reencontra de forma ampliada, com vistas a discussões e balanços do conjunto das suas últimas reflexões. Especialmente se considerados os dez últimos anos que nos separam do CBG ocorrido em Vitória, na UFES. Numa abreviação da sucessão de catástrofes que marcaram esse período, não poderíamos deixar de lado os destroços de junho de 2013, a terra arrasada da Copa e depois das Olimpíadas, o golpe parlamentar, midiático e empresarial contra Dilma, o Governo Temer e seu Teto de Gastos, a vitória da extrema direita no Brasil e seu governo sanguinário, a pandemia global de COVID-19, o avanço brutal do desmatamento, do agro e do garimpo em territórios indígenas e de populações tradicionais bem como do encarceramento e morte da juventude preta e periférica, as mudanças climáticas e suas graves consequências que já não batem mais à porta, mas entram com tudo.

Assim, os agradecimentos por esse reencontro devem ser duplos, senão triplos ou quádruplos. À Comissão Organizadora pelo distinto convite, como é e deve ser praxe, mas sobretudo pela oportunidade singular de nos juntarmos depois disso tudo, nessa reunião para lá de bem organizada, para conversar sobre tantas questões fundamentais que animam EDP's, ESC's, Mesas Redondas,

Plenárias, corredores, cafezinhos e cachaças. E à AGB – Nacional e Sessões Locais – por ter combatido para que a geografia brasileira nem esmorecesse nem abandonasse de todo a acuidade crítica conquistada a duras penas em sua história, mesmo quando imagino o tamanho das dificuldades pelas quais passaram as últimas gestões. Saúdo as companheiras de mesa redonda, Profas. Alexandrina e Ana Fani, ao lado das quais é uma honra estar presente para conduzir as reflexões propostas. Saúdo também os companheiros da Amazônia e do Cerrado brasileiros, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, após as enchentes, que convivem mais de perto com tantas modalidades de uma guerra suja cuja tendência parece ser se amplificar e generalizar. Finalmente, é uma alegria também voltar à USP, ao DG, ao LABUR, reencontrar antigos professores e companheiros de estudo, reconhecer uma vez mais a importância que possuem em nossa formação e mais uma vez dividir questões que apontem um prolongamento futuro da partilha da reflexão.

Parte primeira

Nos dirijamos ao tema. O convite para contribuir com discussão proposta na Mesa Redonda “A geografia histórica do capitalismo e o progresso da barbárie” me levou diretamente à novela curta de Joseph Conrad “Um posto avançado do progresso”, que me havia sido recém-apresentada pelo amigo e professor Marildo Menegat. Escrita após a mesma viagem ao Congo que resultou em “Coração das Trevas”, mais curta e também um pouco mais explícita, a novela trata igualmente dos horrores da colonização – a barbárie do progresso, além da inquietação existencial e regressão de sujeitos

confrontados a contextos de acirramento do sentido dos nossos nexos sociais.

Conrad esteve na África Central por seis meses, quando capitaneou o vapor Ville de Maceio (em homenagem à capital das Alagoas, dos poucos portos ainda considerados exóticos no Atlântico conquistado pelas navegações) no Rio Congo, transportando passageiros e carga, dentre as quais os trilhos da primeira estrada de ferro da África Central, a serviço da Sociedade Anônima Belga para o Comércio no Alto Congo, sediada em Bruxelas, entre 1890 e 1891 (ALENCASTRO, 2008).

Literalmente, o título da novela tem relação com os postos instituídos no processo de ocupação conduzido pelo Rio Congo. Em Matadi (o “Posto da Companhia”), no Baixo Congo, porto fluvial aberto à navegação marítima se iniciava a estrada de ferro que devassou o trecho não navegável do rio até Kinsasha (antes chamado de Leopoldville, o “Posto Central”) de onde se podia navegar até Kisangani (antes chamado de Stanleyville, o “Posto do Interior”), ampliando a logística da exploração colonial (ALENCASTRO, 2008).

A bestialidade dos trabalhos forçados na construção da ferrovia também se fez conhecer (e não apenas por meio das novelas de Conrad) na extração de marfim (em troca do qual os personagens de “Um posto avançado do progresso” vão à ruína) e, posteriormente, do látex, cuja destinação industrial na produção de tubulações, pneus de bicicleta e, antes da virada do século XX, na nascente indústria automobilística associada à concorrência com a produção de seringueira amazônica e asiática culminou num acirramento que incluía sequestro de mulheres e crianças, amputação das mãos daqueles que não conseguiam cumprir a meta de produtividade

exigida e aproximadamente 5 milhões de mortes em um período de menos de 15 anos¹ (ALENCASTRO, 2008; MOREL, 1906).

Metaforicamente, por sua vez e, portanto, o título da novela se referia ao processo civilizatório em curso numa colônia – o posto avançado do progresso – e ao aniquilamento físico, psíquico e social que ele produzira. Numa das passagens do texto mais diretas a esse respeito, um dos dois colonos idiotizados que comandavam o posto avançado diz do outro “Carlier teve um acesso de raiva... e começou a falar da necessidade de exterminar todos os negros para que aquele país se tornasse habitável” (CONRAD, 2008 [1896]). A síntese seria feita posteriormente em *Coração das Trevas* (CONRAD, 2008 [1899]), com o brado brutal “Exterminem todos os brutos!”, bastante conhecido hoje, por dar nome a excelente série documental do cineasta haitiano Raoul Peck (2021). Segundo a interpretação de Luiz Felipe de Alencastro – tomando de empréstimo a análise de Michael Lackey – o extermínio seria uma continuidade lógica do relatório do personagem Capitão Kurtz intitulado “Supressão dos Costumes Selvagens”. Preparar os brutos para a socialização civilizada², incluiria, é claro, submetê-los às incontornáveis leis erigidas ao estatuto de quase naturais da concorrência e da produtividade, como já observamos. Mas, em última instância, sobretudo em casos de resistência à docilização, o extermínio insurgia como desdobramento necessário. Afinal, lei é lei (ALENCASTRO, 2008: 8-9; LACKEY, 2005: 20-41). Por caminhos diferentes, “O genocídio do negro brasileiro” de Abdias do

1 “A conquista da terra, que antes de mais nada significa tomá-la dos que têm a pele de outra cor ou o nariz um pouco mais chato que os nossos, não é uma coisa bonita quando a examinamos de bem perto” (CONRAD, 2008).

2 Alencastro destaca das formulações de Lackey a apreensão de que a passagem do extermine todos os negros para extermine todos os brutos amplifica a desumanização do africano, aprofundando o sentido grotesco da máxima (2008: 8).

Nascimento também sugere o extermínio como conclusão última da chamada aculturação ou civilização (NASCIMENTO, 2016).

Esse horizonte, em si, já seria suficiente para esboçar uma reflexão crítica inicial com relação à barbárie do progresso, ponto de partida do qual se pode desdobrar a reflexão exigida sobre o progresso da barbárie. Contudo, uma vez que Marx (1986, Livro 1, cap. 25) nos ensinou que o segredo que a colônia revela é o da metrópole³, abre-se a possibilidade de refletir sobre a geografia histórica do capitalismo que territorializou essa relação e o sentido unívoco que a conduz, até os dias correntes.

Antes de encerrar essa sessão, uma pequena nota para que não nos esqueçamos da relação genética entre geografia e colonialismo – e possamos conduzir sua autocrítica sempre necessária, para que ela se aprofunde crítica diante das exigências atuais. O chamado Congo Belga fora explorado primeiro durante aproximadamente 400 anos por portugueses. É na Conferência Internacional de Geografia organizada por Leopoldo II, no ano de 1876, em Bruxelas, que a Bélgica abre as portas para a instituição do seu domínio colonial, convidando 40 peritos entre filantropos e científicos destacados por seus conhecimentos geográficos para criar a Associação Internacional Africana, de missão civilizatória e humanitária⁴. Leopoldo II, além disso, contrata secretamente o explorador britânico Henry Stanley que havia se tornado uma espécie de herói em toda Europa por ter desenhado uma rota entre a atual Tanzânia e o Rio Congo – com vistas à que ele terminasse o

3 Crítico da apologia liberal, o raciocínio feito por Marx no capítulo XXV de “O Capital” parte da ideia de que escravismo revela que todo trabalhador, mesmo o dito “livre”, é forçado, para arrematar que a colônia revela o segredo da metrópole.

4 Leopoldo II tem a soberania privada sobre o Congo reconhecida por potências ocidentais em 1885, quando nasce o Estado Livre do Congo, transformado em colônia belga em 1908. Torna-se independente em 1960, passando a se chamar República Democrática do Congo.

mapeamento da África Central e submetesse líderes locais ao doce comércio de que falara Marx⁵. Civilizar e humanizar em algum momento foram outra coisa que não impor o comércio de mercadorias, incluindo até mesmo vender gente como mercadoria?

A geografia humana que fundou esse departamento – também ele um “Departamento francês de ultramar”, como sugeriu um crítico (ARANTES, 1994) – e que se dedicaria a pensar a geografia histórica da nossa formação colonial tinha, não por acaso, como base justamente essa noção de colonização. Numa síntese que pode ser apreendida nas palavras de Max. Sorre, a expansão do ecúmeno ou o alargamento da humanização sobre a superfície da terra (SORRE, 1984), como vimos, nem que fosse, às vezes até literalmente, mas não só, varrendo do mapa todos e quaisquer “outros” (NOVAIS, 1979). Quem é que eram os brutos?

Parte segunda

O assunto sugerido para essa mesa propõe pensarmos a geografia histórica do capitalismo, no contexto mais geral da temática do evento, geo-grafando para construir o Brasil. E por falar em departamento francês de ultramar, fora justamente a conjunção entre os dilemas da formação nacional e as consequências das desigualdades territoriais do desenvolvimento capitalista que animaria as reflexões que constituíram o pensamento social uspiano (ARANTES, 1992; 1994). Os esforços críticos à explicação dualista que imaginava uma coexistência entre setores arcaicos e modernos, supostamente responsável pelas principais mazelas da sociedade, da

5 “Ao lado de outros escritores, jornalistas e empresários, tal como Cecil Rhodes, agindo na África Central e Astral, Stanley aparecia como um dos arautos da supremacia ocidental sobre os africanos” (ALENCASTRO, 2008: 7-8).

pobreza excludente ao subdesenvolvimento movido pela indisponibilidade para o reinvestimento ou de uma oferta adequada de trabalhadores, organizariam boa parte dessas reflexões (aqui há uma lista de referências tão grande que a torna impossível de ser indicada, ainda que não se possa deixar de fazer menção ao menos a quem definiu esse problema de maneira clássica, a saber, OLIVEIRA, 2003).

Dissecar seus vários caminhos seria impossível no nosso curto espaço de tempo, mas há uma enorme fortuna crítica que permite tomar contato com tal “Sentimento da dialética” (ARANTES, 1992). Em poucas palavras, o cerne da crítica do dualismo consistiria em uma problematização 1) que não vê os chamados setores arcaicos como impedimento para o desenvolvimento capitalista, senão o contrário; 2) que atribui ao colonialismo e sobretudo ao seu prolongamento imperialista uma drenagem externa constante dos proventos que bloqueia sua aplicação no desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, com ele, bloqueia o desenvolvimento interno das relações de produção; 3) que vincula as relações de trabalho e as formas de exploração não salariais à modalidades de mais-valia absoluta e superexploração e não à permanência de formas pré-capitalistas; 4) que da mesma maneira entende a incorporação dos fundos territoriais periféricos como momento central da acumulação primitiva do centro, de modo que tais fronteiras não tenderiam à extingüibilidade, mas sim à recriação (uma leitura crítica, acompanhada da sistematização dessa tradição, eu formulei na minha tese de doutorado, cf. LEITE, 2015). De maneira muito sintética, desenha-se já com esse pequeno esquema uma geografia histórica que contornou as principais explicações no nosso campo de estudos, consideradas nuances entre a teoria da dependência, do

desenvolvimento desigual e combinado, a teoria marxista da dependência, dentre outras escolas.

Grosso modo, essa interpretação contornada pela apresentação de processos de expansão e expropriação, da formação de desigualdades, da exploração e das suas consequências políticas, do autoritarismo às várias formas de luta de classes, deve ser saudada por ter possibilitado análises críticas do populismo, do nacionalismo, do desenvolvimentismo, do planejamento, em suma, do reformismo que seguiria se desviando do enfrentamento teórico e crítico de contradições que são próprias à reprodução do capital e seus nexos territoriais (uma síntese que recupera tais elementos consolidamos coletivamente em BOECHAT, 2022; em prefácio, MENEGAT, 2022 dá a eles destaque).

Não se pode esquecer, sem embargo, do sujeito oculto, quase não tematizado, que, não raro, as leituras mais ligadas à crítica da desigualdade e das condições para a sua formação deixavam escapar (cf. BOECHAT, 2022; MENEGAT, 2022; 2024). Como dissemos no início, nos dizeres de Marx, o segredo que a colônia revela é o da metrópole e há algo nas relações de troca não tão explicitamente desiguais (ou violentas) que mobiliza e dá sentido à essa forma de reprodução social brutal. Na teoria moderna da colonização, o capítulo 25, que fecha o primeiro livro de “O capital”, Marx retoma um assunto central do início da obra, que começa com a mercadoria, o processo de troca, o dinheiro, passando pelo processo de trabalho, pelas formas da mais-valia, pela jornada, para chegar à reprodução do capital, da simples à ampliada, e sua lei geral, e, quase por último, discutir a acumulação primitiva que botou essa história em curso, nas metrópoles e nas colônias (MARX, 1986).

Desdenhando da história de um pobre colono da Nova Inglaterra contada de forma chorosa pelo teórico da colonização sistemática Wakefield, dispara Marx que “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, mediada por coisas” numa formulação muito, mas muito semelhante à que ele faz logo no primeiro capítulo do livro, quando apresenta o fetichismo da mercadoria como “uma relação social entre pessoas, mediada por coisas” naturalizada a ponto de virar do avesso a relação entre quem pensamos ser o sujeito e quem pensamos ser o objeto dessa forma de reprodução social (MARX, 1986, Livro 1, cap. 25).

E não é que não tenham havido intuições e formulações desse problema nas análises brasileiras dessa geografia histórica. Inclusive a contrapelo da hegemonia inaugural da geografia francesa nesse departamento, como nos ensinou o historiador e geógrafo Caio Prado Jr., um dos fundadores da AGB, argumentando que a produção mercantil seria o verdadeiro sentido da colonização (PRADO JR., 1979). Nem civilização, nem domínio, à moda dos romanos ou algo que o valha, mas, sim, a imposição de uma (tauto)lógica do dinheiro, o deus estranho que “com um empurrão e um chute” colocou abaixo todos os velhos ídolos da Europa e seu antigo regime (MARX, 1986, Livro 1, cap. 24). Oras, haveria, portanto, um objeto central da crítica que não poderia ficar limitado a um problema de distribuição da riqueza – seja entre centro e periferia, seja entre capitalistas e trabalhadores – tendo de envolver também e sobretudo a própria forma de produção da riqueza, a produção mercantil, a produção do valor, a transformação incessante de dinheiro em mais dinheiro e seu caráter ensimesmado, ao mesmo passo teológico e teleológico, e abstrato, indiferente e por isso mesmo destrutivo. Destrutivo inclusive dos “diferentes”, que a racialização e a formação do

patriarcado que constituem uma totalidade com a forma valor cumpriram o papel de produzir, isso para não falar da destruição da natureza e, na prática, do planeta, cuja forma sem limites hoje conhecemos bem (a referência central aqui é a crítica do valor-dissociação, que tem entre seus expoentes Robert Kurz, Roswitha Scholz e, a sua maneira, também Moishe Postone, cujas críticas vimos estudando há mais de vinte anos no LABUR/USP e em outros espaços desdobrados e correlatos – importante fazer menção a “Revista Exit!”, alemã, e ao site português “O beco online” dedicado a tradução do debate). Nos perguntar seriamente sobre a categoria de igualdade exige necessariamente pensarmos sobre isso, mas o raciocínio também propõe que nos perguntemos o que é dinheiro, como insistiu muitas vezes Carlão [Carlos Almeida Toledo] ontem, noutra mesa desse evento [Mesa Redonda 11: Dinâmicas Socioespaciais no território brasileiro: um balanço do Censo 2022].

Parte final

Há outras questões ainda sobre os limites dessa formulação crítica (do dualismo) que viemos discutindo. Num sentido muito preciso, essa que foi a principal leitura da geografia histórica do capitalismo desenvolvida no Brasil sempre esteve mais vinculada à geografia do que a algo que possamos chamar de historicidade da contradição em processo do desenvolvimento capitalista. Dizemos isso porque a expressão territorial da desigualdade esteve no cerne das diferentes interpretações conectadas naquele mesmo campo, como dá notícia a presença absolutamente frequente dos pares antagônicos “centro e periferia”, “primeiro e terceiro mundo” ou até do mais recente “norte e sul globais” – que se pretende mais

decolonial, mas é igualmente herdeiro do raciocínio que citamos antes.

Mas é claro que a nossa apreensão não passa apenas pela força que as formulações espaciais tiveram nas leituras mais hegemônicas da geografia histórica do capitalismo, que foram feitas no Brasil – força que não é, em si mesmo, um problema. Melhor dizendo, a questão seria mesmo a interpretação histórica e da história que esse campo entregou. Dito em uma frase: uma interpretação histórica e da história em que a formação apareceria como eterno devir. Sempre estivemos fadados à nossa incompletude, a certa ideia de falta, de “ainda” não, o que explicaria nossa verdadeira obsessão pelo tema da formação (do país, do povo, das relações capitalistas, do desenvolvimento, das categorias, cf. ARANTES, 1992). Eu inicio comumente meus cursos de Formação Econômica e Territorial do Brasil mostrando aos estudantes quantos livros do pensamento social brasileiro foram escritos justo com a palavra “formação” no título. E o próprio mote da nossa conferência “Geografando para construir o Brasil”, não deixa de pagar seu tributo precisamente àquela interpretação – nem mais nem menos. Mas se a consciência amena do atraso, nas palavras de Antonio Candido (1989), era geral e a formação nacional, sempre um devir, o país acabava, nove fora, contraditoriamente por aparecer como eterno país do futuro, como notou Paulo Arantes (2023), no importante ensaio “A fratura brasileira do mundo”, que hoje completa 20 anos, e todos nós de uma forma ou de outra sabemos, porque é o que diz um dos nossos slogans mais populares.

A questão é que parece que quando finalmente é chegada a esperada hora do nosso encontro marcado com o futuro, o devir inverte seu sinal. E é isso que as inúmeras teses sobre a

brasilianização do mundo sugerem, nosso heroico país como referência central para pensar a catástrofe que se avoluma e vai varrendo tudo ou quase tudo, dessa vez da periferia para o centro, levando consigo um mundo do trabalho estruturado, direitos sociais adquiridos, democracia, monopólio da violência, qualquer horizonte de Welfare e outras conquistas a que prezamos tanto que às vezes nos esquecemos que também elas foram produtos da sangria desatada da barbárie colonial (ARANTES, 2023; MENEGAT, 2023).

Essa virada que nos coloca (de novo) estranhamente na posição de vanguarda – eu digo de novo porque críticos agudos já haviam notado que a colônia também fora vanguarda das relações que se desenvolviam na metrópole, lócus onde a generalização da mediação da mercadoria se deu tão profundamente que até gente se comprava e se vendia (MARX, 1986; PRADO JR. 1979; NOVAIS, 1979). Retomo, essa virada nos coloca de novo na posição de vanguarda justamente quando parece, nas palavras de Roberto Schwarz (1999), que o Fim de Século chegou ou que há um fim de linha do nosso eterno devir de se completar. E, mais que isso, a nossa completude aparece, negativa, com a própria linha de chegada se movendo em direção a um precipício de socialização negativa alargada (cf. KURZ, 2014).

Assim que isso nos exige retomar mais que nunca a parte histórica daquela nossa leitura da geografia histórica do capitalismo, pra acertar as contas com uma ideia de formação, superação, desenvolvimento positivo das contradições (que levou muitos intelectuais a pensar que o famoso acirramento das contradições era bem-vindo, porque representava a antessala da revolução), para acertar as contas com nosso complexo de inferioridade, com a ideia de falta ou de atraso, porque agora estamos na frente – ou, melhor

dizendo, bem no olho do furacão, no meio do redemunho, como disse o poeta (ROSA, 2007). E esse acerto de contas exigiria repensar como é que compreendemos até agora a contradição em processo do desenvolvimento capitalista. E fazer isso em favor de uma “Dialética negativa” (ADORNO, 2009; SCHOLZ, 2010), que nos permita entender como é que o próprio incremento constante das forças produtivas imposto fetichistamente pela concorrência vai minando as condições de reprodução do capital, a exploração de mais e mais trabalho vivo, que vai sendo jogado fora do processo produtivo, produzindo, por um lado, uma crise do trabalho e, por outro, a ficcionalização da reprodução do capital (cf. KURZ, 2014) – dando aqui uma explicação muito, muito simplificada do mecanismo que confere ao capital um caráter imanentemente crítico, como sugeriu o próprio Marx, e a crítica do valor-dissociação tem buscado problematizar já há mais de trinta anos, inclusive nesse departamento (TOLEDO *et al.*, 2012).

Ainda mais porque, agora que já alcançamos o fim ou talvez já estejamos depois do fim (CATINI; OLIVEIRA, 2018), e ainda estamos aqui, a barbárie parece ser definitivamente a única coisa que ainda avança, ou talvez mesmo essa ideia possa revelar resquícios da nossa má consciência progressista, ainda que seja inegável sua generalização a olhos vistos: uma sociedade de crise do trabalho avançada, sem salário, ainda que com (algum) dinheiro, porque permanente e estruturalmente dependente de crédito e endividada, em que a rolagem de dívidas envolve Estados, empresas e família, dito no linguajar individualista da microeconomia, mas claro que mais dramaticamente as famílias, cujos membros chegam a suicidar-se por conta da insolvência, como denunciam os jornais; uma sociedade militarizada, policializada, carcerária e carcereira

que confina de refugiados a periféricos, generalizando a forma campo, que encarcera no gueto, na quebrada, em abrigos e, é claro, como não poderia deixar de ser, aos montes, no cárcere; uma sociedade em que as bolhas financeiras movem no seu auge uma devastação nunca antes vista, que foi capaz de transformar um Brasil numa grande plantação sojeira, cercada, envenenada, cuja água foi suja e/ou privatizada e o novo agronejo canta as máquinas, porque pessoas são expulsas pra não se ver mais; uma sociedade em que o fechar as contas da acumulação se futuriza, onde se hipoteca o amanhã pra seguir com a devastadora produção mercantil hoje e não é à toa que os remédios tarja preta se tornaram uma verdadeira epidemia, já que nessa relação estrutural me parece impossível não padecer de ansiedade, ainda mais todos nós empurrados à terrível posição de “empreendedores das nossas próprias misérias”; uma sociedade em que as novas formas de organização criminosa já incluem a prática sistemática de feminicídio, a ideia de que há uma verdadeira cruzada de limpeza social a ser feita, em que até o consumo ritual de carne humana é incitado, como fazem os Zetas, em Tabasco, no México – será a concorrência brutal, cruenta, de crise, levada às últimas consequências para o comércio internacional de commodities, a promover literalmente o “comendo uns aos outros”?; uma sociedade em que nas fossas abissais mais profundas conhecidas pelo homem os animais foram encontrados contaminados por micro plástico, o que daria um bom mote pra conversar sobre o petróleo, sobre as mudanças climáticas, a transição (ou será transação?) energética, o derretimento do permafrost, a novas pandemias que estão por vir – e, porque não, mais uma vez, sobre o sentido da produção de mercadorias e do dinheiro como mediação social geral.

Mas como se tornou completamente impossível desfiar até o fim esse rosário de contas trágicas que já não tem fim, paro por aqui para fazermos mais um adendo, uma última volta no pensamento que ainda merece ser destacada. Levando a sério uma pergunta sobre “Que horas são?” (SCHWARZ, 1987) que os críticos não devem nunca deixar de lado, talvez já seja insuficiente continuarmos insistindo apenas na conexão intrínseca entre barbárie e progresso – essas filhas diletas da verdadeira bestialidade que é modernização capitalista. E insuficiente sobretudo num momento em que o progressismo, o último bastião contra a extrema-direita, supostamente, já não consegue conter a sangria desatada da catástrofe que até a pouco vinha sendo gerida – em um equilíbrio para lá de frágil, agora sabemos – com crédito por cima de crédito, por cima de mais crédito ainda. E que a direita mais que espreita. Ela hoje se infiltra, penetra, até ao nível das subjetividades, na sociedade inteira. E que parece ser exclusivamente a direita quem confronta o progresso – e não mais nós, que há muito deveríamos ter puxado o freio de mão dessa maldita locomotiva, como postulou Walter Benjamin (LÖWY, 2019).

Assim que há muito o que fazer – e nós e a AGB temos decisivamente, se não esse papel, esse problemão nas mãos, de contrariar a extinção do pensamento crítico porque o cenário aponta de maneira bastante verossímil para outra extinção que pode ser dos povos indígenas, dos brancos e até do planeta como um todo, como Krenak (2019) e Kopenawa (2015) vem nos tentando fazer “cair na real” já faz um tempo. Ainda mais agora que a devastação passa a dar sinais de irreversibilidade e nunca se falou tanto em ponto de não retorno (chega, por fim, o último posto avançado do progresso),

sobretudo considerado o tópico nada irrelevante das mudanças climáticas.

O processo sobre o qual raciocinamos até aqui, culminado pelo auge da barbárie do desenvolvimento técnico (que muitos abordam como se fosse neutro) que são as armas de fogo, hodiernamente se conjuga ainda com as novas inteligências artificiais, criando forças produtivas com grau de destrutividade cada vez mais elevado (e por falar na Ucrânia ou em Gaza...). Portanto, o impacto das IA's na substituição de postos de trabalho ainda existentes pode ser só o começo de uma longa história que passa pelo alargamento plataformizado da inflação das bolhas financeiras à grilagem digital e pode terminar (com a vida de inúmeros) no novo lombrosianismo de fim de linha com drones teleguiados baseados em reconhecimento fenotípico que matam... advinha quem?

Nesse momento especialmente grave, interessa levar a sério a hipótese de que as IA's possam representar um grau último de autonomização do capital na sua forma de capital fixo autômato. Grau último de autonomização do capital, cuja racionalidade fetichista porque abstrata, é sangrenta – e nossa geografia histórica não tem deixado de mostrar.

Encerro aqui com uma breve notícia de jornal que parece representar bem a decisiva encruzilhada histórica em que nos encontramos. Cito: “Uma mulher ficou presa dentro de um carro da marca Tesla durante o tempo em que o sistema operacional do veículo era atualizado automaticamente. Enquanto a temperatura no interior do carro alcançava o equivalente a quase 40° C, ela postou um vídeo da situação nas redes sociais dizendo: ‘estou presa aqui,

assando como um frango”. Disse ainda que não usaria a abertura de emergência com medo de danificar o veículo”⁶.

Já se houve soar o alarme de incêndio, e como reconhece com lucidez a amiga Carolina Catini, na orelha de um livro com o título para lá de sugestivo “Cada um por si, Brasil contra todos” (cf. CATALANI, 2025) apesar da enorme desproporção entre as nossas capacidades de pensamento, imaginação e prática política e o que devemos enfrentar, só temos a nós mesmos para parar – urgentemente parar – essa incessante “Vitória da economia sobre (e contra) a vida” (KURZ, 1996).

Referências

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. São Paulo: Zahar Editores, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Posfácio. CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008.

ARANTES, Paulo Eduardo. *A fratura brasileira do mundo*. Visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Editora 34, 2023.

_____. *Departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CATINI, Carolina de Roig. Texto da orelha. CATALANI, Felipe. *Cada um por si, Brasil contra todos*. São Paulo: Peixe-elétrico Ensaios, 2025.

⁶ “Mulher diz ter ficado presa dentro de Tesla sob temperatura de 39°”, IG Carros, 07 de maio de 2024. Disponível em: <https://carros.ig.com.br/2024-05-07/mulher-diz-ter-ficado-presa-dentro-de-tesla-sob-temperatura-de-39.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

_____; OLIVEIRA, Renan. *Depois do fim*. Documentário, BRA, 2018.

CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008 [1899].

_____. Um posto avançado do progresso. CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia de bolso, 2008 [1896].

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. A vitória da economia sobre a vida. Como o mundo está a ser destruído pela eficiência da economia empresarial. Revista Exit!, 1996, tradução José Marcos Macedo, 1996. Disponível em: <https://www.obeco-online.org/rkurz.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

LACKEY, Michael. The moral conditions for genocide in Joseph Conrad's "Hearth of Darkness". *College Literature*, v. 32 (1), Baltimore, 2005, p. 20-41.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese. Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

LÖWY, Michael. *A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MENEGAT, Marildo. Chegando na hora para o desmoronamento do mundo. ARANTES, Paulo Eduardo. *A fratura brasileira do mundo*. Visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Editora 34, 2023.

_____. A sombra lançada pelo valor. BOECHAT, Cássio Arruda (Org.). *Os sentidos da modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise*. Vitória: EDUFES, 2022.

MOREL, Edmund Dene. *Red rubber: The history of the rubber slave trade flourishing on the Congo in the year of the grace 1906*. London: Thomas Fisher Unwin, 1906.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PECK, Raoul. *Exterminem todos os brutos!* Série documental, EUA, 2021.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SORRE, Max. Migrações e mobilidade no ecúmeno. MEGALE, Januário Francisco (org.). *Max. Sorre*. São Paulo: Ática, 1984.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje. *Revista Exit!*, v. 6 (1), 2009, tradução Boaventura Antunes e Virgínia Saavedra, 2010. Disponível em: https://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.

TOLEDO, Carlos Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda; HEIDEMANN, Heinz Dieter. Vinte anos de um grupo de estudos do LABUR – Crise e crítica do sistema fetichista produtor de mercadorias e da modernização retardatária brasileira. *Revista do Departamento de Geografia*, volume especial RGD 30 anos (1), São Paulo, 2012, p. 154-170.

Submetido em 01/11/2024

Aceito em 14/03/2025